

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**



TESE

**MANIFESTAÇÕES DA CULTURA MILITAR NO ESPAÇO EDUCACIONAL
BRASILEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CONTEXTO DE PELOTAS-RS**

Genivaldo Gonçalves Pinto

Pelotas, 2015

Genivaldo Gonçalves Pinto

**MANIFESTAÇÕES DA CULTURA MILITAR NO ESPAÇO EDUCACIONAL
BRASILEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CONTEXTO DE PELOTAS-RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral

Pelotas, 2015

P659m

Pinto, Genivaldo Gonçalves

Manifestações da cultura militar no espaço educacional brasileiro na primeira república: o contexto de Pelotas-RS / Genivaldo Gonçalves Pinto. – Pelotas, 2015.

330 f. : il.

Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2015

1. História da educação 2. Militarização de práticas escolares 3. Cultura militar 4. Escolas de instrução militar 5. Instituições educacionais I. Título

CDU: 355.233.11

Ficha elaborada por Eunice de Olivera, CRB10-1491

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral (Orientadora) - Universidade Federal de Pelotas-UFPeI

Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Martiarena de Oliveira - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS/Campus Osório

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - Universidade Federal de Pelotas-UFPeI

Prof. Dr. Elomar Antônio Callegaro Tambara - Universidade Federal de Pelotas-UFPeI

Prof. Dr. Eduardo Arriada - Universidade Federal de Pelotas-UFPeI

Dedico esta pesquisa à minha mãe, Dona Elza,
uma excelente administradora.
Ao meu pai, Sr. Geraldo (*in memoriam*),
topógrafo, agrimensor, saxofonista, desenhista e
sapateiro.
Aos meus filhos Lívia, Thiago, Diogo e Vinicius.
À Graça Medeiros...
À minha neta Thaiana.
À Lia (*in memoriam*), minha primeira professora
e
à Giana, minha última professora.

AGRADEÇO...

Aos meus pais Dona Elza e Sr. Geraldo (*in memorian*) por terem sempre me incentivado a acreditar que pelo estudo tudo pode ser transformado para uma vida melhor.

À Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Carvalho da Silva Medeiros Gonçalves Pinto, a professora que mais tempo esteve ao meu lado, toda a gratidão por sua participação nos grandes momentos de meu amadurecimento.

Ao Prof. Ms. Thiago, meu filho, agradecimento especial pelo empréstimo de livros sobre Educação Física, sua especialidade, e por ter sido o revisor do texto sobre a Educação Corporal.

À minha filha Lívia, minha médica particular e meu filho Vinicius, por terem sempre visto em meu esforço a realização de uma tarefa importante.

Ao meu filho Diogo, pelos incontáveis apoios nas tecnologias computacionais, pelo carinho, presteza e crença em meu trabalho.

À minha neta Thaiana, pelo amor que dispensa ao vovô, meu carinhoso muito obrigado por ser minha maior riqueza e ser a fonte de minha maior vontade de vencer.

Ao meu irmão Wilbert pelos desejos de sucesso.

Aos meus amigos/colegas de PPGE/CEIHE, Aline Sicca, Anna Beatriz, Chéli, Gerson, Hardalla, Jezuína, Josias, Lizandra, Luisinho, Magda, Maria Cristina, Nadiane, Raquel e Talita, pela experiência de ter vivido em companhia de pessoas grandiosas, um prazer inestimável.

À minha amiga/colega de PPGE Lourdes e seu esposo Maninho, por terem me acolhido em momento de extrema dificuldade e me proporcionado carinho, amparo e conforto.

Aos meus professores, Avelino, Elomar, Gomercindo, Jarbas, Neiva e Patrícia.

À Eduardo Arriada, meu professor, meu amigo e meu colaborador com ideias, acervo e coleta de material.

À Prof^a. Dr^a. Elizabete da Costa Leal, professora do Curso de História da UFPel, por ter socializado um dos temas de sua Tese, de onde pude sonhar com uma possibilidade de pesquisa no doutorado.

Às funcionárias da Secretaria do PPGE, Sr^a. Ana, Sr^a. Ana Lúcia e Sr^a. Renata, pelo apoio e presteza.

Ao Major Alcemar Ferreira Junior e ao 1º Sgt Marcelo de Albuquerque Fontes do Arquivo Histórico do Exército, pelo acesso e fidalguia dispensados.

Ao Prof. Zeugmar Ferreira da Silva, responsável pelo Museu da Escola politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo apoio nas pesquisas.

Ao Eng^o. e escritor Antônio Boulanger Uchoa, vice-presidente do Centro

Cultural do Movimento Escoteiro, pelas informações e bibliografias sobre escotismo.

À Prof^a. Vilsí Kappaun, uma amiga, que me auxilia em bibliografias desde nossa graduação em História.

À Sarah Orcelli dos Santos, arquivista da Prefeitura do Rio Grande, pelo apoio à pesquisa realizada no Arquivo Histórico daquela municipalidade.

Ao Prof. Luiz Cláudio Azevedo Guterrez, responsável pelo Museu da Escola Municipal Pelotense, por ter sido um auxiliar prestimoso na satisfação de minha pesquisa.

À Prof^a. Mariza Dias da Rosa, Coordenadora do Museu da Escola Municipal Pelotense, por ter gentilmente me permitido o acesso aos documentos da história da Escola.

Ao Prof. João Nei Pereira das Neves, responsável pelo Acervo Documental do Passivo do Museu da Escola Municipal Pelotense, por ter sido um auxiliar prestimoso na busca por documentos de meu interesse.

À Eunice de Oliveira, Bibliotecária de Referência do Centro Universitário Franciscano em Santa Maria, pelos inestimáveis auxílios na busca por obras raras no Rio de Janeiro.

Ao Sr. Marco Antônio Cunha, funcionário da Bibliotheca Rio-Grandense, pelas gentilezas, pela preciosa e abundante ajuda.

À Senhora Ana Berenice Franco dos Reis, secretária do Colégio Gonzaga, pela gentileza do auxílio na pesquisa dos documentos.

À Senhora Lúcia Leite, Secretária da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, pelo acesso aos documentos paroquiais.

À Senhora Loreli de Moura Marques e Aline Bicca, recepcionista e assessora de marketing, respectivamente, do Colégio Santa Maria, pelo acesso ao acervo fotográfico da instituição.

Ao Sr. Ramão Costa, um memorialista e amigo.

Ao Sr. José Gautério Figueiredo, ex-integrante do Tiro Nº 1, pelas prestimosas informações a respeito de seu tempo naquela instituição.

Ao Sr. Vanderlan Souza Porciúncula, ex-integrante do Tiro Nº 31, pelas prestimosas informações a respeito de seu tempo naquela instituição.

À minha Orientadora, Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral, por ter me escolhido para orientando e, jamais ter deixado de acreditar que eu pudesse realizar um bom trabalho.

À Ilda Carlos, o melhor exemplo de Professora que conheci.

Ao Rio Grande do Sul e à Pelotas, toda a gratidão.

**Sou um homem de Fé:
tenho Fé em todas as Escolas;
tenho Fé em todos os Educadores;
tenho Fé nos Cientistas
e tenho Fé em todos os Alunos.
Amém!**

Genivaldo Gonçalves Pinto

**Durante toda a minha vida tive três escolas: meus pais, as salas de aula e os
quartéis.
Na primeira aprendi muitas coisas, principalmente a importância que deveria dar
às salas de aula. Nestas, aprendi a ler, escrever e amar o Brasil.
E nos quartéis, no exercício docente como instrutor, tornou-se mais intenso meu
amor pelas duas primeiras escolas.**

Genivaldo Gonçalves Pinto

Resumo

PINTO, Genivaldo Gonçalves. **MANIFESTAÇÕES DA CULTURA MILITAR NO ESPAÇO EDUCACIONAL BRASILEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CONTEXTO DE PELOTAS-RS**. 2015. 330f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta pesquisa dedica-se a analisar as manifestações da cultura militar na educação brasileira durante parte da Primeira República, com destaque para a cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa documental, realizada por meio de alguns exemplares das revistas O Tiro e O Tiro de Guerra, editadas pelo Ministério da Guerra de 1909 a 1930, documentos digitalizados do Center for Research Libraries, Almanach de Pelotas, Relatórios do Município de Pelotas, Álbum de Pelotas, Lembranças do Gymnasio Gonzaga, documentos escolares do Museu da Escola Municipal Pelotense e bibliografias. A primeira parte descreve a história da educação militar, iniciada pelo exército português no território brasileiro em 1694, constituindo-se em matriz e inspiração herdadas pelo Exército do Brasil soberano, que, a partir dos arsenais de guerra, dispensou preocupação educacional não somente aos seus efetivos, como às crianças e adultos civis de suas vizinhanças. Participou, ainda, da alfabetização de parcela de seus militares de baixa patente em outros tipos de aquartelamento, por meio das Escolas Regimentais. Descreve, ainda, a importante participação de civis na criação de alguns Batalhões Patrióticos, sobretudo o da Escola Polytechnica que, nos primeiros anos da República, garantiu sua consolidação. Expõe os esforços do exército para contar com uma doutrina de guerra atualizada, experimentando, até meados do século XX, as doutrinas alemã, francesa e americana como ideais. Por fim, descreve o percurso histórico do surgimento da educação física no Brasil, tendo o Exército brasileiro desempenhado papel preponderante na sua adoção e desenvolvimento. A segunda parte deste trabalho aborda o início das atividades desportivas, tanto aquelas ligadas ao tiro ao alvo nas associações de cultura alemã, como as iniciadas pelos militares e civis em algumas instituições militares. Expõe, ainda, a criação da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro, na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, seus resultados e a inspiração à criação de outras associações com a finalidade de instruir cidadãos a partir dos 16 anos de idade no aprendizado do tiro para a defesa da pátria, sob a coordenação da Confederação do Tiro Brasileiro, concomitante à campanha em prol do serviço militar obrigatório. A terceira e última parte relata as inúmeras dificuldades enfrentadas pelo Exército brasileiro na Guerra da Tríplice Aliança, sendo que duas delas – a baixa qualificação profissional de sua tropa afetada pela pouca escolarização e o despreparo para atirar – perdurariam, ainda, como preocupações por muito tempo. Consciente disso, desde então o Ministério da Guerra manteve-se à procura de uma solução, descobrindo, no início do século XX, que poderia sanar essas deficiências com a introdução de sua cultura militar nas Linhas, Tiros e nas instituições educacionais civis, através das Escolas de Instrução Militar. Como resultado, Pelotas foi considerada um *locus* privilegiado para a disseminação daquela cultura, inclusive da pedagogia escoteira em algumas instituições, contribuindo para a formação de uma juventude patriótica e cívica.

Palavras-Chave: história da educação; cultura militar; militarização de práticas escolares; escolas de instrução militar; instituições educacionais.

Abstract

PINTO, Genivaldo Gonçalves. **MANIFESTATIONS OF MILITARY CULTURE IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL CONTEXT IN FIRST REPUBLIC ERA: THE PELOTAS CITY CONTEXT (RS)**. 2015. 330f. Thesis (Phd degree in Education) – Postgraduation Program in Education, Faculty of Education, Federal University of Pelotas, Pelotas.

This research aimed at analyzing the manifestations of military culture in Brazilian education in part of the First Republic, especially in Pelotas city, in Rio Grande do Sul. This study is about a documental research developed by some magazine samples *O Tiro e O Tiro de Guerra*, edited by the War Minister from 1909 to 1930, digital documents from Center for Research Libraries, Almanach from Pelotas city, reports on Pelotas city, Pelotas album, Gonzaga gymnasium memories, scholar documents of the Pelotense school and bibliographies. The first part describes the history of military education, initiated by the Portuguese army in Brazil in 1694, it is formed by matrix and inspiration inherited by Brazil sovereign army, which, from the war arsenal, dismissed educational concern not only to its permanent, as children and civil adults of its surroundings. It made part of the literacy of its low rank militaries in other kinds of barracks, by Regimentals Schools. Also, it highlights the civil participation in the creation of Patriotic Battalions, especially Polytechnic School which ensured its consolidation in the first years. It exposes army's efforts to deal with an update war doctrine, experimenting until the mid-twentieth century, the German, French and American doctrines as ideals. Finally, it describes the historical background of the emergence of physical education in Brazil, and the Brazilian Army performance in its adoption and development. The second part of this study focuses on the beginning of the sporting activities, those ones linked to target shooting in associations of German culture, as well those ones started by militaries and civics in some military institutions. Also, it exposes the creation of Propaganda Society of Brazilian shot, in Rio Grande city, in Rio Grande do Sul, its results and inspirations to the creations of other associations in order to instruct the 16-years-old citizens how to shot to defend their homeland, by command of Brazilian Shooting Confederation, concomitant to the campaign in favor of the mandatory military service. The third and final part relates numerous difficulties faced by the Brazilian Army in the Triple Alliance War, two of them are - the low professional qualification of its troops affected by poor education and lack of shoot preparation – they would endure concerns for a long time. The War Ministry, aware of this, remained in searching of a solution, discovering, in the beginning of twentieth century that it could remedy these deficiencies with the introduction of its military culture in Lines, Shoots and in civil educational institutions, through the Military instruction schools. As a result, Pelotas was considered a privileged *locus* to the dissemination of that culture, including the scout pedagogy in some institutions, contributing in the formation of a patriotic and civic youth.

Key-Words: Education history; military culture; militarization of scholar practices; schools of military instructions; educational institutions.

Lista de Figuras

Figura 01	Aquarela com a edificação da Casa do Trem em 1762	45
Figura 02	Antwerp 1920-The Swedish team (SWE) 2nd and 3rd. (Antuérpia 1920 – A equipe Sueca (SWE) 2ª colocada e a 3ª colocada. Traduzido pelo autor)	78
Figura 03	Fotografia do conjunto de estátua e busto no topo do monumento em homenagem a Antonio Carlos Lopes	128
Figura 04	Fotografia de gaúchos no obelisco da Avenida Rio Branco, centro do Rio de Janeiro, 1930	132
Figura 05	Fotografia do acampamento do Tiro de Guerra Nº 1 de Rio Grande, em 1941	133
Figura 06	Uma das Companhias do Batalhão Gymnasial em forma no pátio do colégio, em 1922	183
Figura 07	Integrantes da 2ª Companhia do Batalhão Gymnasial, no jardim do colégio, em 1927	184
Figura 08	Pórtico para exercícios físicos no fundo do pátio do colégio, em 1932	185
Figura 09	Fotografia de alunos do Gymnasio Espirito Santo, de Jaguarão, e do contingente do Tiro Brasileiro de Jaguarão, em 1909	187
Figura 10	Escoteiros de Porto Alegre, em 1914	202
Figura 11	Príncipe de Gales em visita ao Prof. I. M. A. Amaral, no acampamento brasileiro em Arrowe Park-Birkenhead. Londres, 1929	204
Figura 12	Baden-Powell em companhia do Prof. Amaral	204
Figura 13	Desfile da tropa de escoteiros do Brasil, chefiada pelo Prof. I. M. A. Amaral, no 5º Congresso Internacional de Escotismo, em Arrowe Park-Birkenhead – Londres, em 1929	205
Figura 14	Escoteiros brasileiros em momento de descontração	205
Figura 15	Assistencia Municipal nos collegios. Distribuição de leite no Grupo Escolar Joaquim de Assumpção	217
Figura 16	Ensino Municipal em Pelotas. Grupo de Escoteiros Municipais	217
Figura 17	Fotografia de alunos da Escola Sagrado Coração de Jesus em pose de 1930, no pátio da escola	238
Figura 18	Fotografia de professores, alunos e instrutor militar da Escola Sagrado Coração de Jesus, em pose de 1930, em frente à Igreja da Paróquia Sagrado Coração de Jesus	239

Figura 19	Fotografia da fachada das antigas instalações do Collegio Santa Philomena e Escola Domestica Santa Terezinha, em janeiro de 2015	240
Figura 20	Fotografia do pátio interno do Ginásio Gonzaga, em abril de 2015	241
Figura 21	Fotografia do detalhe da edificação mais antiga, em que aparece o ano de 1895 em vermelho, em abril de 2015	241
Figura 22	Fotografia do carimbo com a marca da Escola de Instrução Militar nº 84, do Gymnasio Pelotense	246
Figura 23	Fotografia de 1915, dos reservistas, instrutor e direção do Pelotense	254
Figura 24	Formatura dos reservistas do Ginásio Pelotense, possivelmente de 1915	255
Figura 25	Equipe feminina de tiro ao alvo, em 1919	256
Figura 26	Fotografia de Primitiva farda dos primeiros alunos do Ginásio Pelotense, em 1904	258
Figura 27	Capa da Partitura Musical do Hino do Tiro Brasileiro de Pelotas ...	275

Lista de Tabelas

Tabela 01	Algumas diferenças entre os arsenais da Corte e das Províncias em 1874	51
Tabela 02	Mapa estatístico de exames na 1ª época do 5º ano do curso geral do Colégio Militar do Rio de Janeiro	94
Tabela 03	Academias – Collegios equiparados ao Gymnasio Pedro II	181
Tabela 04	Relação dos Estabelecimentos de Ensino, Educação e Associações que recebem instrução militar, incorporados ou registrados com a denominação de E.I.M.	230
Tabela 05	Proposta de vencimentos para o corpo docente e proposta de orçamento de despesa do Gymnasio Pelotense para o ano de 1927	244
Tabela 06	Academias e Collegios equiparados ao Gymnasio Pedro II	247

Lista de Abreviaturas e Siglas¹

4ª Cia Mtr	4ª Companhia de Metralhadoras
3ª D. I.	3ª Divisão de Infantaria
5º GO	5º Grupo de Obuzes
6ª Bda Inf	6ª Brigada de Infantaria
9º BC	9º Batalhão de Caçadores
9º BIMtz	9º Batalhão de Infantaria Motorizado
3ª R	3ª Região Militar
9º RI	9º Regimento de Infantaria
10ª Bda Inf	10ª Brigada de Infantaria
10º RI	10º Regimento de Infantaria
27º BI	27º Batalhão de Infantaria
32º BIL	32º Batalhão de Infantaria Leve
32º BIMtz	32º Batalhão de Infantaria Motorizado
ABE	Associação Brasileira de Educação
CCME	Centro Cultural do Movimento Escoteiro
CEG	Curso de Esgrima e Ginástica
Cmdo.	Comando
Comt.	Comandante
CMEF	Centro Militar de Educação Física
CMEP	Centro Militar de Educação Physica
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
D.G.T.G.	Diretoria Geral do Tiro de Guerra
E.I.M. (E/I/M)	Escola de Instrução Militar
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exercito
ESI	Escola de Sargentos de Infantaria
FEB	Força Expedicionária Brasileira

¹ As siglas e abreviaturas militares não têm ponto. As que possuem, são referentes à alguma caracterização de ambiente civil com atividades militares. Entretanto, em algumas circunstâncias, em ambiente militar, há casos em que são pontuadas e, dessa forma, aqui estão conforme evidenciadas na pesquisa.

F.M.	Fuzil Metralhadora
G.C.	Grupo de Combate
IGHMB	Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
I.Ph.M.	Instrução Physica Militar
IME	Instituto Militar de Engenharia
MEP	Museu da Escola Politécnica
MMFI	Missão Militar Francesa de Instrução
P.A.V.G.	Patronato Agrícola Visconde da Graça
R.E.C.I.	Regulamento para Exercícios de Combate de Infantaria
R.E.M.T.	Regulamento para o Emprego dos Meios de Transmissão
R.I.Ph.M.	Regulamento de Instrução Physica Militar
R.I.Q.T.	Regulamento para a Instrução dos Quadros e da Tropa
R.D.T.G.	Regulamento da Diretoria do Tiro de Guerra
RISG	Regulamento Interno e dos Serviços Gerais
RM	Região Militar
R.O.T.	Regulamento de Organização do Terreno
R.Ph.M	Regulamento Physico Militar
R.S.C.	Regulamento de Serviços de Campanha
R.T.A.P.	Regulamento para o Tiro das Armas Portáteis
SOGIPA	Sociedade de Ginástica Porto Alegre
S.P.T.B.	Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro
TG (T/G)	Tiro de Guerra

Sumário

INTRODUÇÃO	17
1 CULTURA MILITAR E EDUCAÇÃO	41
1.1 A Educação Escolarizada nos Arsenais de Guerra e nas Escolas Regimentais	42
1.2 A Proclamação da República, o Exército e Seus Apoiadores: os Batalhões Acadêmicos	57
1.3 Práticas Modernizadoras do Exército Brasileiro: a instrução militar e a institucionalização da educação física	69
1.3.1 Práticas de Educação Corporal e Preparo para a Guerra: a educação física e a ginástica.....	80
1.3.2 A Educação Física/Ginástica e a Promoção da Educação Militar	85
1.3.3 Práticas da Educação Física nas Instituições Cíveis de Ensino e a Influência da Cultura Militar	101
2 DOS TIROS DESPORTIVOS AO TIRO DE GUERRA DO RIO GRANDE: UMA ESCOLA DE PATRIOTISMO E CIVISMO	110
2.1 A Prática do Tiro Desportivo nas Instituições Cíveis e Militares	111
2.2 A Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro (S.P.T.B.) de Rio Grande-Tiro de Guerra Nº 1	118
2.3 A Confederação do Tiro Brasileiro	135
2.4 Apontamentos Sobre o Serviço Militar Obrigatório, as Linhas de Tiro e os Ideais de Patriotismo e Integração Nacional	144
3 MANIFESTAÇÕES DA CULTURA MILITAR: DOS CAMPOS DE BATALHA ÀS ESCOLAS	167
3.1 A Constituição e Preparo do Efetivo Militar nas Instituições Educacionais	168
3.2 Instituições Educacionais com Formação de Reservistas no Rio Grande do Sul e Pelotas	180
3.3 As Escolas de Instrução Militar e Suas Práticas	187
3.4 O Escotismo Como Prática de Coesão Nacional	200
3.5 Gymnasio de São Luiz Gonzaga	219
3.6 Gymnasio Pelotense	242
3.7 Tiro Brasileiro de Pelotas: Tiro de Guerra Nº 31	258
CONSIDERAÇÕES FINAIS	278
REFERÊNCIAS	290
Anexo	321

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é a apresentação de uma pesquisa de doutoramento no âmbito da História da Educação, abordando as manifestações da cultura militar no espaço educacional brasileiro durante a Primeira República. Embora apresente evidências nacionais e dê destaque ao ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, esta pesquisa privilegia a cidade de Pelotas. As manifestações da cultura militar estão concentradas nos programas educacionais das Escolas de Instrução Militar (E.I.M.) a partir de 1909.

Minha primeira formação profissional foi realizada no Exército brasileiro, em que estive ativo de 1977 a 2001. Durante todo esse tempo, exerci funções de Estado-Maior, Comandante de vários tipos de Pelotões, principalmente os de Operações Especiais, e de Comandante de alguns tipos de Companhias, inclusive a de Operações Especiais. Fui, ao longo desse período, instrutor/professor de vários temas, civis e militares, auxiliando na formação de soldados, cabos, sargentos e oficiais. Exerci, ainda, a função de Oficial de Treinamento Físico, como responsável pela aplicação dos fundamentos do treinamento físico do meu Batalhão² por alguns anos. Essa função decorreu do gosto pelos desportos e por ter sido atleta de Jogos Coletivos, Orientação e Atletismo.

Quanto ao meu percurso acadêmico, graduei-me na licenciatura de História e, em seguida, cursei Especialização em “História da América Latina – O Cone Sul”, para a qual desenvolvi pesquisa para entender como foi construído “O Mito do Duque de Caxias”. Ambos os cursos foram no Centro Universitário Franciscano, em Santa Maria, RS. Mais tarde, cursei o Mestrado em Integração Latino-Americana na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em que dissertei sobre “*O Império da*

² 32º Batalhão de Infantaria Motorizado-32º BIMtz, na cidade de Petrópolis-RJ. Hoje é o 32º Batalhão de Infantaria leve-32º BIL.

Força: as relações do Império do Brasil com a República do Paraguai na primeira fase do pós-guerra da Tríplice Aliança (1º de maio de 1870 a 1º de maio de 1876)". Nessa pesquisa, intencionei verificar como deu-se a ocupação do solo paraguaio pelos políticos e pelas forças de terra e mar Imperiais e da União Argentina³, além do consequente resultado da intervenção naquela região, depois de uma guerra avassaladora que perdurou de 1865 a 1870.

O período que se seguiu à campanha vitoriosa da Tríplice Aliança marcou a fase em que o Paraguai, depois de muito arrasado, recebeu aqueles estrangeiros com o propósito de possibilitar o ressurgimento do país como "Estado Civilizado", segundo a ótica do Imperador D. Pedro II. Essa necessidade, segundo o Império, era fruto da comprovada inabilidade paraguaia em tornar-se uma terra ordenada por leis e pelas luzes da civilização, tendo sido, até então, vítima de governos autoritários e desumanos, responsáveis pela situação em que se encontrava a República.

Nessas duas últimas pesquisas, os temas relacionados às Histórias Militar e Política estiveram muito presentes. Mesmo que tais temas estejam ligados à minha primeira profissão, mantive o cuidado de fugir à exaltação ao Exército, à sua história ou mesmo à história de seus grandes nomes. Como pesquisador, tenho me comportado mais como revisionista do que mantenedor de seus grandes feitos já consagrados pela tradicional formulação histórica. Isso também significa que, quando necessário, tenho exercido a plena liberdade em reconhecer a importância de seu papel em determinado evento, tentando, entretanto, compreender, avaliar e levar em consideração os meandros dos acontecimentos ao fazer a escrita de sua história.

Quanto à pesquisa atual, minha relação e interesse pela temática nasceram mais por obra do acaso do que propriamente por uma determinada e consciente curiosidade acadêmica, ou mesmo fruto de algum amadurecimento. Depois de ter me interessado muito pela História da Educação – resultado da participação em duas disciplinas como aluno especial –, ao preparar-me para construir uma proposta de pesquisa a ser desenvolvida no doutorado, deparei-me com o artigo científico

³ Chamei de "União Argentina" e não de República Argentina ou Confederação Argentina – como alguns pesquisadores o fazem – em face da grande desagregação política em que viviam as províncias na época. Foi somente na década de 1880 que se constituiu como república, em definitivo.

publicado pela Prof^a. Dr^a. Elisabete da Costa Leal, do Departamento de História da UFPel, intitulado “O Calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista”.

Nesse artigo, interessei-me em descobrir o que eram os Batalhões Acadêmicos que, haviam sido mencionados em apenas uma passagem no decorrer de um parágrafo, sem mais detalhes. Depois de alguma pesquisa sobre eles, pensei ter encontrado um tema original para o projeto. Após ter sido admitido no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPel, tal proposta pareceu inviável, pelos meus professores e orientadora, pela crença na provável insuficiência de fontes para o seu desenvolvimento. Assim, cheguei ao tema aqui dissertado e discutido e, daquela proposta inicial, os batalhões, deles, permaneceram apenas algumas informações – também inéditas – como um fragmento nesta pesquisa.

Com esta significativa mudança de rumo, muitas perspectivas igualmente se alteraram. Entretanto, a evidente, ampla e marcante presença de muitos militares do Exército – por interesses e necessidades pessoais e, também, por interesses do Ministério da Guerra⁴ – em vários campos da vida nacional, sobretudo a partir da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, aguçou ainda mais meu interesse por estudar sua participação e influência de forma institucional, através de uma prática militar ainda inexplorada no âmbito da História da Educação: as Escolas de Instrução Militar existentes em algumas instituições educacionais de Pelotas durante a Primeira República, mais precisamente a partir de 1909.

A Primeira República, ou República Velha, compreendeu o período entre 1889, ano da Proclamação da República do Brasil, e 1930, quando Getúlio Vargas chegou à presidência da República, encerrando um ciclo político e permitindo o surgimento de uma nova etapa no país, geradora de muitas transformações. No entanto, atribuo ao ano de 1909 o marco inicial desta pesquisa, pois nesse ano foram implantadas as Escolas de Instrução Militar no Gymnasio Pelotense e no Gymnasio Gonzaga, indo até o final do ciclo.

Inicialmente, importa ressaltar que, do final do século XIX, após a Proclamação da República, às primeiras décadas do século XX, emergem, a partir da cidade do Rio de Janeiro, capital federal – epicentro cultural e político até 1961 –,

⁴ Equivalente a Ministério do Exército (de 1967 a 1999) ou, como atualmente, Comando do Exército.

muitas atividades e ideias patrocinadas pela mudança de regime político.

Em seus primeiros momentos, a República viveu episódios controversos, em onde uma parcela da população nutria pensamentos de apoio ao regime monárquico recém-terminado, ao mesmo tempo em que outra parcela desfilava em apoio ao novo regime. Ocorre que, mesmo para estes, havia a declarada condenação às tentativas de eliminação da memória de Dom Pedro II, tão abrupta e imediatamente⁵. Nesse período, o mundo e o Brasil estavam em grandes transformações e, em nosso país, a educação não ficou incólume às possibilidades de mudanças, principalmente porque ela participaria do aprimoramento político da emergente República.

Muitas foram as tentativas de promoção educacional via legislação e, como reflexo, pode-se constatar o incremento de aspectos que singularizam a cultura educacional desse período. Destaco, dentre eles, a participação dos militares que alteraram, significativamente, a paisagem cultural em muitas instituições educacionais civis, principalmente no período contemplado pelo recorte cronológico desta pesquisa.

Muito embora as manifestações dessa influência militar não tenham sido acolhidas por todas as instituições de ensino em todos os recantos do país – porque em algumas regiões teve maior aceitação e, em outras, menor ou nenhuma –, concluo que, mesmo assim, foi muito visível – e, de alguma forma, muito presente –, permitindo-me afirmar que ocupou um lugar de destaque na dinâmica educacional, do ensino primário ao superior, com maior evidência no secundário, passando por outros ambientes sociais com características diferentes do ambiente escolar, mas com as mesmas finalidades educacionais.

Intencionando verificar o estado do conhecimento da temática, realizei pesquisas junto ao banco de teses, dissertações e artigos do Grupo de Estudos e Pesquisa de História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) da Faculdade

⁵ Exemplo disso foi a retirada das fotos do Imperador das repartições públicas e da mudança de nome do Colégio D. Pedro II para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, mais tarde, Gymnasio Nacional. Nesses casos, houve quem pensasse ser uma agressão à história do país. O fato encontra-se relatado na Sessão - Publicações a Pedido do Jornal do Commercio, de 20 de novembro de 1889, intitulado Simples reparo. Existe um texto sobre a defesa da manutenção do retrato de D. Pedro II nas repartições públicas, bem como da permanência do seu nome em instituições assim designadas. Quem assina a matéria é o Grito Patriótico. Pode ser verificado na Fundação Biblioteca Nacional, microfilme - PRC-SPR 1 (166) – Jornal do Commercio de 20/11/1889 – Rio de Janeiro – Out-Dez – Vol 67 nº 273-364.

de Educação da UNICAMP-SP; no Banco de teses, dissertações e no portal de periódicos da Capes; no sítio eletrônico do Google Scholar; no sítio eletrônico da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no banco de teses e dissertações do PPGE/FaE-UFPel, dentre outros.

Resultaram dessa busca – além da constatação de inexistirem temas do cerne da pesquisa – trabalhos que identifiquei como muito próximos à minha temática, com destaque para os que fazem menção ao contexto da militarização da infância escolar e aqueles que, embora tenham relação com o tema, trazem poucas informações sobre a presença da cultura militar em algumas instituições de ensino em Pelotas.

Com a finalidade de melhor explicitar o tema a ser investigado, apresento um conjunto de categorias, incluindo aquelas próprias do ambiente militar, dada a sua relevância, que servirão de importantes subsídios para construir a argumentação teórica da pesquisa. São elas: cultura, cultura escolar, cultura militar e instituições de ensino. Essas categorias não são concepções de natureza adicional ou mesmo complementar. Estão, isso sim, no contexto dos acontecimentos – conectadas – e, quando utilizadas como elementos de mediação ou interlocução, permitem que avancemos na direção de um melhor entendimento.

Para reforço do uso dessas categorias e do grau de importância que representam, parece-me oportuno utilizar Ginzburg (1989), quando, ao desenvolver ideias sobre paradigma indiciário, afirma que,

se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. (GINZBURG, 1989, p. 177).

O antropólogo americano Herskovits (1963), estudioso das culturas africanas e introdutor desse tema na academia americana, defende que

*cultura é a parte do ambiente feito pelo homem. Nela está implícito o reconhecimento de que a vida do homem transcorre em dois cenários, o *habitat* natural e o seu 'ambiente' social. A definição implica também que a cultura é mais que um fenômeno biológico. Abrange todos os elementos existentes na maturidade do homem, dotação que adquiriu de seu grupo por aprendizagem consciente, ou, em nível um pouco diverso, por um processo de condicionamento; técnicas de vários gêneros, instituições sociais ou outras, crenças, e modos padronizados de conduta. A cultura pode, em resumo, ser contrastada com os materiais brutos, patentes ou não, de que deriva. Dá-se forma a recursos apresentados pelo mundo natural para satisfazer necessidades existentes; e os traços congênitos são modelados de modo que das disposições congênitas surjam os reflexos dominantes nas manifestações externas da conduta. (HERSKOVITS, 1963, p. 33-34).*

Laraia (2009) utiliza o conceito de cultura do antropólogo inglês Edward Burnett Tylor, considerado um clássico para o assunto, segundo o qual cultura é “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade”.

Em Johnson (1997) verificamos outra abordagem:

Cultura é o conjunto acumulado de símbolos, idéias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. Juntamente com estrutura social, população e ecologia, constitui um dos principais elementos de todos os sistemas sociais e é conceito fundamental na definição da perspectiva sociológica. (JOHNSON, 1997, p. 59).

Para qualquer viés de interpretação da cultura, o que mais se evidencia é a intervenção humana em seu *habitat* e sua interação com este a partir do viver em sociedade. Contudo, parece-me, de igual forma, essencial dar importância à evidência de que, individual ou coletivamente, mesmo com o mínimo de intervenção no ambiente, mesmo com o mínimo de interação social, ou seja, mesmo que uma pessoa possa ser vista como um produto da natureza quase que sem expressão, essa condição também o qualifica como partícipe de uma determinada cultura.

Nesse diálogo com os autores, sou levado a refletir e a formular um conceito de cultura, não com a ideia de introduzir uma possível nova conceitualização, mas a de me apropriar de uma série de sentidos para que, nesse contexto estudado, a categoria seja facilmente compreendida. É, na prática, a conjugação acumulada e apreendida da escrita de todos os autores com os quais dialogo, fruto de um

exercício de criação de uma definição que me satisfaz e que entendo ser suficientemente completa para amparar a categoria. O próprio ato de adicionar, subtrair, mudar e transformar é, de fato, um fenômeno de grande composição dinâmica e evolutiva. E isso é cultural.

Sendo assim, acredito que cultura seja o conjunto de comportamentos representativos de determinado grupo social, estruturados a partir da forma como são organizadas as ideias e também de como a vida material acontece. A organização dessas ideias produz um entendimento de mundo e instrui sobre como se deve nele interagir. A partir desses entendimentos, posso deduzir, de forma mais ampliada, que cultura compreende tudo o que existe, quer seja por ação da natureza, quer seja por ação da inteligência humana e, por isso mesmo, não contempla uma estrutura estática, mas uma forma dinâmica – no sentido de movimento e de potência – em que se permitem, com o decorrer do tempo, algumas modificações.

No que tange à abordagem sobre a *Cultura* inerente a determinados espaços escolares, me amparo no conceito de *Cultura Escolar*, considerando a escola, as escolas militares e a militarização de alguns ambientes escolares civis. Em cada um desses estão conectados inúmeros componentes formativos e informativos destinados à construção de um novo ser social. Nesses ambientes, existe um lugar específico para a atividade educacional; profissionais preparados para o exercício da transmissão de conteúdos àqueles submetidos ao regime de aprendizes; é o *locus* onde se aprende e se ensina.

No ambiente escolar, percebo a herança de bons princípios da evolução e do desenvolvimento humanos ligados aos sentidos de liberdade e de sociabilidade. Sobre o desenvolvimento humano, acredito que, de igual forma, dentro do próprio ambiente escolar, em momentos de pura descontração – e onde os espaços favorecem a sociabilidade regrada pela ludicidade (nos intervalos de aulas, nos pátios de recreio, por exemplo) –, também se forja a criatividade, a amizade e a descoberta de outros valores da vida. Mais que um lugar, a escola é um caminho regrado por pedagogias que, em alguns contextos, estão submetidos ao disciplinamento, ao controle e à vigilância de instâncias governamentais.

Neste estudo, fundamentando o uso da categoria cultura escolar, utilizo dois autores contemporâneos que podem contribuir para o diálogo referente aos espaços e lugares escolares, suas práticas e representações do período que busco retratar. São eles: Julia (2001) e Viñao Frago (1995).

De acordo com Julia (2001), cultura escolar é

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização: aqui se encontra a escalada dos dispositivos propostos pela schooled society que seria preciso analisar; nova religião com seus mitos e seus ritos contra a qual Ivan Illich se levantou, com vigor, há mais de vinte anos. Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (JULIA, 2001, p. 10-11).

Já Viñao Frago (1995) aborda cultura escolar da seguinte forma:

[...] es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido que son elementos organizadores que la conforman y definen. Dentre ellos elijo dos a lo que he dedicado alguna atención en los últimos años: el espacio y el tiempo escolares. Otros no menos importantes, como las prácticas discursivas y lingüísticas o las tecnologías y modos de comunicación empleados, son ahora dejados a un lado. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69).

Minha escolha por trazer esses dois autores justifica-se por concordar com as duas definições e compreender uma como complementar à outra. Enquanto Julia enfatiza as composições normativa e pedagógica, o comportamental e o intelectual, Viñao Frago aporta nas materialidades e nos comportamentos, no espaço e no tempo escolar, nas composições física e emocional dos seus frequentadores.

Segundo Faria Filho (2004), os pesquisadores que se dedicam ao estudo das práticas escolares, da materialidade e da formalidade da cultura escolar, objetivam iluminar os aspectos dessas relações nos espaços e tempos escolares, juntamente com outros, exclusivos da experiência escolar em íntima ligação com os tempos e espaços sociais. Desse modo, somos levados à compreensão de ambiente escolar como sendo não acabado e estático, mas, sim um ambiente dinâmico em contato e influenciado por todo o seu entorno, pela sociedade de forma geral.

Como o foco desta pesquisa são as manifestações da cultura militar em espaços educacionais, torna-se necessária a discussão sobre *Cultura Militar*, terceira e última categoria deste estudo. Segundo o Coronel de Artilharia e Qualificação de Estado Maior do Exército brasileiro, Germano Seidl Vidal,

[...] a Cultura Militar dá o necessário conteúdo para a expressão do pensamento militar, orientando-o a partir de duas fontes de conhecimento: uma subjetiva, representada pela teoria e doutrina militares, e outra, objetiva, através da política e estratégia militares. Este pensamento militar, em última análise, se efetiva na ação, ou seja na aplicação do poder militar para a garantia da conquista e preservação de objetivos nacionais, a despeito de óbices internos ou externos, existentes ou potenciais.

A Cultura Militar não se esgota no domínio exclusivo da cultura profissional, específica do militar. Ela tem íntima ligação com a Cultura Geral, pois não pode haver compartimentos isolados na investigação científica, nem nas perquisições do espírito.

A Cultura Militar é, assim, em parte, responsável pelo comportamento de indivíduos, na caserna, pelo estilo de comando nos vários degraus hierárquicos, pela eficiência dos quadros e da tropa e, finalmente, pela eficácia dos resultados da atuação militar dentro do contexto nacional e internacional.

Para preservar a Cultura Militar, na essência e forma desejáveis, deve-se entendê-la como acompanhando a vida do militar desde os albores de sua formação profissional.[...]

A cultura militar não pode ser apanágio das gerações que passaram ou estão passando, como a nossa... Não pode ser privilégio dos mais aquinhoados na carreira militar, dos chefes de mais alto grau. Ela deve estar, também presente, e bem presente, no jovem oficial que, hoje, integra nossas Forças Armadas, cada vez mais sofisticadamente equipadas.[...]⁶

O Coronel Vidal, um pesquisador da História do Exército brasileiro, ao dissertar sobre cultura militar, mantém a conexão dessa cultura com a cultura geral, como uma derivação e uma dependência, como, em última análise, o é. Diz, ainda,

⁶ Instituto de Geografia e História Militar. Parte do discurso de posse, como sócio, do Coronel Vidal na cadeira Nº 40, em 29 de novembro de 1977.

que a cultura militar está representada por uma expressão imaterial – as informações doutrinárias e teóricas – e por uma expressão material – a política e a estratégia militares – que nada mais são do que o “retrato” da paisagem militar instalada por todo o país. A cultura militar está no exercício diário da atividade profissional militar, adquirida e mantida durante esse cotidiano. E, como é comum aos oficiais, ela expressa a obrigação da manutenção desse “estilo de vida” aos jovens oficiais.

Tentando contribuir para o entendimento do que vem a ser cultura militar, desenvolvo-a, também, a partir de minhas percepções e vivências, como uma derivação do conceito de cultura tratado anteriormente. Entendo-a como sendo a expressão do pensamento, dos sentimentos e das práticas específicas das pessoas que estão incorporadas em uma organização militar, seja da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica. Tais pessoas, vivendo e trabalhando sob os mesmos regulamentos e vestindo-se de modo uniforme, compõem uma profissão sendo, portanto, reconhecidas como militares.

Por outro lado, tanto para o passado quanto para o presente, não encontrei regulamento ou normativa militar que definisse a profissão “militar”. Isso me parece imprescindível, visto que favoreceria sobremaneira os entendimentos sobre essa categoria profissional. Entretanto, é possível entendê-la por meio do parágrafo único do Artigo 45 do Estatuto dos Militares (1941, p. 10): “a carreira das armas, consequentemente, não é emprego, mas profissão toda feita de abnegação e altruísmo”. Nesse mesmo parágrafo, quanto ao tipo de vínculo funcional, há o registro de que os militares das armas “formam uma classe especial de servidores da Pátria - a classe dos militares”.

Essas pessoas estão organizadas hierárquica e disciplinarmente para o serviço de proteção e defesa da nação⁷, para a garantia dos poderes constituídos, da lei, da ordem, de todos os símbolos e patrimônios reconhecidos como valores nacionais. Tal finalidade obriga-as a portarem armas e a estarem dispostas ao sacrifício da própria vida no exercício de seus deveres. Como uma forma de caracterizar esses profissionais, em complemento ao conceito de cultura militar enumero, a seguir, alguns dos principais deveres, obrigações e responsabilidades dos militares, inscritos no artigo 57 do mesmo Estatuto (1941, p. 12-13):

Art. 57. É dever de todo militar:

- a) estar pronto a fazer todos os sacrifícios, até o da própria vida, em prol do serviço;
- b) praticar as virtudes militares e os deveres cívicos próprios de todos os cidadãos;
- c) demonstrar coragem, elevação de caráter, firmeza e decisão em todos os atos e em todas as situações;

[...]

- h) dignificar os cargos que exercer, mantendo íntegro o seu prestígio, o princípio da autoridade e da subordinação aos superiores, o respeito às leis, regulamentos e ordens de serviço;

- i) revelar sentimento e destemor da responsabilidade;

- j) ser leal em todas as circunstâncias;

[...]

§ 1º. O dever que tem o militar de zelar pela honra e reputação de sua classe impõem-lhe procedimento irrepreensível, na vida pública e na particular, cumprindo com exatidão seus deveres para com a sociedade e para a família. Cumpre-lhe respeitar as leis do país, acatar a autoridade civil, satisfazer com exatidão os compromissos assumidos e garantir a assistência moral e material ao seu lar.

[...]

⁷ Quanto às tratativas semânticas referentes às interpretações e significados contidos no termo nação, esta é originária do latim *natio, nationis*, tendo como significados, nascimento, povo, conjunto de indivíduos nascidos no mesmo lugar ou no mesmo tempo (FARIA, 1967, p. 634). Na Europa de fins do século XIX, por nação poder-se-ia entender a reunião de pessoas em localidades menores, povoados, mas também poder-se-ia designar pessoas e lugares sob a jurisdição de um governante. Assim visto, a nação inspirava pensar em uma origem e descendência comuns. A partir desse entendimento muito inspirado em Hobsbawm (1990), somado ao que disserta Bobbio, Matteucci e Pasquino (2008, p. 795-799) e de Bonavides (1993, p. 79-86), me concentro em entender por nação, ao conjunto populacional restrito em determinada área geográfica que, em vida pacífica com um mandatário governamental, se conforma política e administrativamente com uma língua comum. Estando esta pesquisa mais centrada nas terras do Rio Grande do Sul, como uma homenagem à estas, também recorro a um autor de Pelotas e de alcance nacional em sua época, para pensar o mesmo tema. Segundo Osorio (1920, p. 131), nação é o conjuncto de habitantes de um territorio entre os quaes existe um vinculo de unidade moral. Dois são os elementos constitutivos de uma nação: o elemento physico – o territorio próprio; o elemento idéal – a unidade moral, que é uma unidade de costumes, de aspirações e de cultura, formando o que se chama uma *consciência nacional*.

Nesse Estatuto estão anunciados todos os direitos e deveres inerentes aos militares das Forças Armadas, bem como todo o conjunto de regras a serem observadas pelos mesmos, em todos os ambientes, militares ou não. Há, portanto, um regramento complexo abrangente e total.

No âmbito educacional, também preocupada com a determinação do que vem a ser cultura militar, Alves (2006) afirma que:

Não há dúvida de que os autores que se propuseram a estudar as forças militares de qualquer tempo identificaram comportamentos, valores, conhecimentos que, em vários tempos e lugares, aparecem associados à atividade militar. Tais atributos conformam-se aos objetivos de qualquer e todo agrupamento concretizado para efetivar a guerra, situação limite em que a vida do indivíduo assume um valor sempre menor do que as finalidades pelas quais se luta.

Desse ponto de vista, a disciplina, que fundamenta a obediência mais absoluta, é o núcleo sobre o qual são erigidas as diversas facetas de uma cultura militar, tais como honra, coragem, força, lealdade, precisão, raciocínio estratégico, comando, etc. (ALVES, 2006 Anais Eletrônicos).

Pelo exposto sobre cultura militar, considero simples a percepção de como seus integrantes têm padronizadas sua atuação e forma de pensar. Portanto, ao buscar analisar as relações entre o ensino pelotense e a cultura militar, nas primeiras décadas do século XX, identifico características da cultura dessa categoria profissional em um período caracterizado por inúmeros eventos nacionais e internacionais que fizeram do Exército um preocupado guardião da integridade territorial e educacional do Brasil.

Como a proposta é analisar as manifestações da cultura militar no espaço educacional em Pelotas e, por compreender que esses espaços aqui entendidos são instituições educacionais, é importante identificar o que sejam *Instituições de Ensino*. Conforme Saviani (2007), são locais onde um grupo de indivíduos, sob a orientação de um mestre dotado de um plano de instrução e ensino, forma aqueles por meio de um método. As instituições apresentam-se na condição de permanentes.

Em Magalhães (2012, p. 200), tratada por ele no singular e como Instituição Educativa, ela é

um complexo organizado e um todo interactivo e comunicacional que, cumprindo e pensando o presente, memoriza, reavalia e torna significativo o passado, e que, projectando, congrega e confere sentido instituinte à acção pedagógica. As instituições educativas são portadoras de um ideário que transformam em programa educativo, ajustando-o e remodelando-o em consonância com os públicos de eleição e com as circunstâncias históricas.

As instituições educativas, nesse contexto, congregam passado, presente e futuro. Elas trazem os emblemas da tradição pedagógica em sua história, significando e ressignificando essa tradição. A sua natureza educacional passa por remodelações como uma dinâmica natural, em função do tempo histórico e do seu público.

Com essa abordagem, privilegio os processos educacionais e o seu entorno, bem como suas conexões de contextualização histórica ligadas aos eventos políticos, reconhecendo que o território dessa memória educacional está ligado à história de algumas instituições educacionais civis em convívio com as influências do ensino militar – e, também, da cultura militar – nas instituições educacionais de Pelotas, sob o ponto de vista das representações. Nessas circunstâncias, segundo Chartier (2002, p. 17),

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Para isso, devo primeiro estabelecer que toda a representação tem um significado político. Nesse caso, isso ocorre através da instância militar interagindo ou agindo em algumas Instituições de Ensino. Isso é socialmente uma ação política, não necessariamente intervencionista ou coercitiva, que exerce um papel em favor dos interesses da instância militar, sendo, portanto, tendenciosa.

A pesquisa sobre a atuação das instituições de ensino se mostra instigante e, acredito, tem potencial para avançar na produção do conhecimento. O recorte cronológico aqui estudado contempla um período intenso de múltiplas transformações sociais, quer motivadas pela política interna brasileira, quer pelas influências ou reflexos de políticas estrangeiras que afetaram, portanto e antes de

mais nada, o modo de pensar e agir dos educadores e dos educandos, tendo, neste caso, influído de modo singular as políticas de gestão educacionais em nível nacional.

Neste ambiente, as escolas, de maneira geral, participaram da edificação de uma nova cultura a serviço do Estado. Por perceber dessa forma, parece-me importante privilegiar, da mesma forma, algumas práticas educativas, a formação docente e alguns processos de ensino-aprendizagem. No processo investigativo, reúno muitos indícios que me deixam em conformidade com essa crença. O que bem pode ilustrar esse posicionamento, conforme Duby (1986), é a entrevista cedida a Raymond Bellour, onde este tece comentários sobre a escrita da história, verificando narrativas baseadas em documentos (ficção histórica) e outras que se parecem mais com ficção (romance). Diante disso, Bellour pergunta-lhe qual era o papel do historiador e qual era sua posição em relação ao real da história das sociedades, cuja tarefa de reconstituição lhe cabia. Duby esclareceu, dizendo:

penso que o historiador não deve enganar-se a si próprio. O que ele enuncia, quando escreve a história, é o seu próprio sonho. Há, sem dúvida, uma enorme diferença entre a história e o romance, na medida em que a ficção histórica está forçosamente ligada a algo que foi verdadeiramente vivido, mas, no fundo, a forma de abordagem não é muito diferente. O historiador conta uma história que ele forja recorrendo a um certo número de informações concretas. Não me faça dizer que eu repudio o método histórico criado e aperfeiçoado com tanto rigor pelos nossos predecessores do século XIX e do princípio do século XX. Pelo contrário, é absolutamente necessário preservar essa preocupação crítica relativamente à informação de que possamos dispor. Mas, repito, utilizamos esse material, criticamente analisado, com a maior liberdade, tendo plena consciência de que jamais chegaremos a uma verdade objectiva (DUBY, 1986, p. 13).

Como todo pesquisador, desejo conhecer o que ainda não foi conhecido, exumar – tirar do esquecimento – o que está enterrado e, como o próprio Duby (1986, p. 14) evidencia, transformá-lo em acontecimento: “o que é um acontecimento? É qualquer coisa que só existe porque se fala dela”.

Tenho consciência de que, mesmo sendo esta pesquisa constituída por um tema provocante – e, acredito, relevante –, mesmo possuindo alguns documentos e algumas obras raras úteis à pesquisa, lidei com alguns obstáculos. É sob esta perspectiva, a dos obstáculos que devem ser superados, e de uma pesquisa que

poderá mostrar-se com as alternâncias de luzes e sombras, que me motivei a viver tudo isso. Para tanto, realizei a coleta de dados e procedi às análises documental e bibliográfica.

No tocante à análise documental, segundo Ricœur (2007),

O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das 'coisas do passado' (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental. (RICŒUR, 2007, p. 170).

O testemunho, por essa ótica, é a ferramenta que permite acesso ao âmago da história, conduzindo o pesquisador a um repertório maior de informações que, depois de conhecidas e processadas sob a condição de documentos, tornam exequíveis o entendimento do passado. Com essa interpretação, anuncio os principais testemunhos a seguir selecionados, posicionados em duas categorias: os documentos e os seus locais de busca.

a) Os documentos que utilizo são os seguintes:

1) Revista “O Tiro” – editada a começar de 14 de janeiro de 1909, com a finalidade de ser o órgão de divulgação da Sociedade do Tiro Brasileiro Federal Nº 7, do Distrito Federal. A partir de 15 de setembro do mesmo ano – perdurando até o final de 1917 –, por decisão do Ministério da Guerra e consenso daquela sociedade, passou a ser o veículo oficial de divulgação e comunicação da Confederação do Tiro Brasileiro, órgão do Ministério da Guerra responsável pela administração das sociedades de tiro. Desde então, sua publicação passou a ter como proposta a regularidade bimestral, havendo oportunidades com números quinzenais e, em outras, quadrimestrais, dependendo do volume ou urgência de matérias. Os assuntos de interesse dessa revista encontravam-se classificados em três áreas: a militar, a civil e a política. Na militar, predominavam os assuntos sobre cultura militar, educação militar, doutrina militar, história militar, legislação militar, regulamentos militares, tecnologia e inovação militares. Na civil, sobressaiam a história do Brasil, a

educação nacional, educação física, educação moral, educação cívica, patriotismo, higiene e eugenia. E na política, os principais assuntos versavam a respeito de guerras e panoramas internacionais e nacionais. Todas as edições originais estão no acervo da Bibliotheca Rio-Grandense, na cidade de Rio Grande, RS.

2) Revista “O Tiro de Guerra” – sucessora da revista “O Tiro”, foi editada pela Diretoria Geral do Tiro de Guerra, órgão do Ministério da Guerra que sucedeu a Confederação do Tiro Brasileiro. Criada pelo Decreto Nº 12.708, de 9 de novembro de 1917, seu primeiro número foi editado no ano seguinte com uma previsão de periodicidade bimestral, havendo, também, edições contemplando três ou quatro meses. Tratava dos mesmos assuntos veiculados por sua antecessora e, embora não saiba quando ocorreu seu último número – acredito que tenha sido na década de 1940 –, utilizei, nesta pesquisa, os que datam até outubro de 1930, embora tenha fotocopiado até a edição de abril a julho de 1937. Todas as edições originais estão, também, no acervo da Bibliotheca Rio-Grandense, na cidade de Rio Grande, RS.

3) Center For Research Libraries – Global Researches Networkes – é uma dependência do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade do Texas, na cidade de Austin, nos Estados Unidos da América do Norte, e foi desenvolvido por Ann Hartness a partir de 1977. Contém documentos digitalizados do Brasil, de 1830 a 1960, colecionados em três grandes categorias, a saber: relatórios de presidentes de província de 1830 a 1930; mensagens presidenciais de 1889 a 1893; Almanak Laemert e relatórios ministeriais de 1821 a 1960. Também há na página inicial do sítio eletrônico, a possibilidade de pesquisas por assunto, dispostos em ordem alfabética – títulos em inglês –, indo de produtos agrícolas (agricultural products) à febre amarela (yellow fever).

4) Almanach de Pelotas – publicação anual de 1913 a 1935, dirigida por seu proprietário, o senhor Florentino Paradedda. Seus assuntos estavam divididos em três sessões: Variedades, Informações e Propaganda. Contém temas ligados à história, conflitos passados e presentes, medicina, pessoas ilustres, política, economia, cultura, educação, sociabilidade (através dos clubes locais desportivos e

sociais), história do Brasil, religião, propagandas comerciais, industriais, rurais e farmacológicas. Promovia a divulgação do patriotismo, do ensino, educação, benemerência, civismo, obras e serviços da Intendência Municipal, além de curiosidades históricas. Divulgava produtos e serviços, bem como a compilação de dados urbanísticos, arquitetônicos, culturais, estatísticos e climatológicos. Era uma publicação que anunciava, ainda, os lançamentos editoriais e tentava dar conta de uma infinidade de assuntos considerados úteis.

5) Relatórios do Município de Pelotas –relatórios anuais apresentados ao Conselho Municipal todo dia 20 de setembro, pelo intendente. Existem, na Bibliotheca Pública Pelotense, os referentes aos anos de 1904 a 1906, de 1909 e 1910 e de 1912 a 1930. Contém informações estatísticas da época sobre demografia, educação, criminalidade, balanço financeiro, atividades de construção e reparação por parte da intendência, arrecadação, inventários pecuários, assuntos políticos, relação das instituições escolares de responsabilidade do município, relação de aulas e de professores, entre tantos outros assuntos.

6) Álbum de Pelotas – datado de 7 de setembro de 1922, de autoria de Clodomiro C. Carriconde, comporta uma edição única referente à comemoração do centenário da Independência do Brasil. Destinava-se a ressaltar os aspectos mais importantes da cidade e continha informações sobre cultura, instituições de ensino em todos os níveis, personalidades políticas, recortes de história local e regional, civismo, poetas e suas obras, atrações turísticas, atividades comerciais, rurais e industriais, estabelecimentos hospitalares humanos e animais, dentre tantas outras. O autor valeu-se do grande momento para enaltecer a cidade, atestando a sua condição de prosperidade, beleza, progressos econômico e social.

7) Documentos escolares e fotografias desde 1904 – depositadas no Passivo do Museu da Escola Municipal Pelotense. Esta instituição possui um acervo expressivo, representativo de grande parte da sua existência. Em meio a tantos documentos, há os relacionados à sua rotina administrativa e escolar, correspondências expedidas e recebidas em contato com inúmeras instituições e

autoridades dentro e fora da cidade.

8) Lembranças do Gymnasio Gonzaga – são anuários, uma espécie de almanaques impressos ao final de cada ano, contendo a memória de todas as informações julgadas importantes para a escola, como, por exemplo, relação de alunos, estatutos e regulamentos da instituição, premiações, todas as notas dos alunos por turma e série, agenda cultural, agenda com as datas festivas religiosas e cívicas, atividades dos grêmios religiosos, atividades extraclasse, esportes e competições, necrologia colegial e atividades da Escola de Instrução Militar. Quando algo de extraordinário acontecia na cidade, também era registrado nesse documento. Consultei as lembranças de 1899 a 1930.

b) A pesquisa concentrou-se nas seguintes instituições:

1) na cidade do Rio de Janeiro – Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, no Palácio Duque de Caxias; Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana-Casa Histórica de Deodoro; Fundação Biblioteca Nacional; Arquivo Nacional; Museu da Escola Politécnica da UFRJ; Centro Cultural do Movimento Escoteiro; e no Serviço de Documentação Científica e Histórica da Faculdade de Medicina da UFRJ;

2) em Porto Alegre – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

3) em Pelotas – Museu do Colégio Municipal Pelotense; Secretaria do Colégio Gonzaga; Centro de Documentação e Obras Valiosas da Bibliotheca Pública Pelotense; Hemeroteca e Arquivo Histórico do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas; Centro de Documentação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas;

4) em Rio Grande – Bibliotheca Rio-Grandense; Arquivo Histórico Municipal e Cartório Borghetti.

Sobre documentos, seu entendimento e metodologia de interpretação para melhor leitura e conjugação com os interesses da pesquisa, me reporto à seguinte definição sugerida por Le Goff (1996, p. 547-548):

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

Acredito que, de igual forma, os documentos – posso dar-lhes os sinônimos de evidências, vestígios, marcas, testemunhos etc. – possam ser obra de intenções escusas para alteração de determinada realidade, permitindo observar o que não houve ou impedindo de ser visto o que houve. Entretanto, também acredito na existência de documentos que são os registros da atividade humana, independentemente de sua natureza, e que, por isso mesmo, são objetos que encerram em si um tesouro potente.

Diante de todas essas reticências, preocupo-me com o que o pesquisador pode fazer com eles ou, mais ainda, o que ele não pode fazer com esses documentos. Se, como suscita Le Goff (1996), o documento é o resultado da atividade humana e que, por parecer digna de pesquisa em função de alguma importância, merece ser exumado e contemplado de alguma forma, então se pode dizer que é um monumento, uma “obra-marco” de algum evento ou de algum personagem.

Se me reporto aos documentos/monumentos como objetos, portanto, e se coletivamente elegermos o mundo dos objetos ou os objetos do mundo para orientação de nossos temas de vida ou da vida, esse universo quase imensurável é encantadoramente rico e significativo. Pode-se dizer que os objetos são seres inanimados por natureza, porém, quando dissertados por seus guardiões, ganham vida e produzem vida ricamente decorada. Assim postos, portam personalidade e deixam a condição estática para possuir uma forma movimentadamente mais

colorida. Como em um filme, ganham a capacidade de protagonistas e interpretam, dançando ou em outros movimentos mais brandos, lentos, a vida de alguém ou de alguns.

Neste trabalho, há algumas imagens – trouxe para cá as reproduções de uma pintura, a capa de uma partitura e de algumas fotografias – para as quais dispensei o *status* de coadjuvantes da narrativa. Uma imagem não vale mais do que mil palavras. Uma palavra, por sua vez, não vale mais do que mil imagens. Estas não são ideias validadas neste contexto. As imagens, aqui, são um texto, são uma linguagem, e também transmitem um conhecimento, porque elas não são a apropriação do social. Sobre essa interpretação, Rodrigues (2015) afirma que,

entre a imagem técnica e a palavra existe uma diferença muito importante que se assenta no tipo de representação. Palavras representam conceitos abstratos sobre as coisas, enquanto a imagem é uma analogia formal das coisas, representando-as por semelhança e indicialidade.

[...]

Embora diferentes entre si, palavra e imagem não são excludentes, mas devem ser empregadas, sempre que possível, em associação – tal processo auxilia na ampliação dos recursos cognitivos do homem.

Portanto, sempre que necessário e sempre que possível, as imagens devem ser associadas ao texto como melhor condição para a elaboração de adequada apreensão de informações sobre determinado assunto. Todavia, para cada imagem é exigido um conjunto de conhecimentos e habilidades vitais, sob pena de ilações equivocadas e danosas. Mesmo depois de tomados esses cuidados, é muito comum que o olhar de um especialista ou de uma pessoa mais atenta ainda possibilite a verificação de mais informações.

É importante, igualmente, que se tenha uma esclarecida ideia sobre o momento da elaboração das pinturas ou das fotografias. Elas são as tomadas de ângulos por escolha do seu autor, de quem captura a imagem. Portanto, há que se levar em conta sua cultura e sua posição naquele momento e naquele grupo social, porque são fragmentos do tempo social e do tempo histórico.

Paiva (2006, p. 17)⁸ corrobora para esse entendimento, afirmando que

a iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada. Nesse aspecto, ela é uma fonte como qualquer outra e, assim como as demais, tem que ser explorada com muito cuidado.

As imagens podem ser manipuladas e, se assim ocorreu, é importante que o pesquisador tenha conhecimento. A menos que uma manipulação imagética seja o objeto da pesquisa, a originalidade e a inviolabilidade da imagem são, por si só, uma fonte de riqueza para a pesquisa. Mesmo que a imagem tenha sido visivelmente encenada, isso, ao contrário de invalidar, poderá ser um elemento a mais para sua análise.

Para esta pesquisa, os critérios de seleção dos lugares e instituições se deram devido ao conhecimento prévio da existência de materiais relacionados ao estudo em questão, quer seja por informações de outros pesquisadores, quer seja por investigações que realizei durante o mestrado e doutorado.

Sobre as revistas “O Tiro” e “O Tiro de Guerra”, entendo-as como possibilidade de investigação sob a ótica dos periódicos e, por isso mesmo, faço algumas considerações. Eram revistas de cultura militar e, durante a sua existência, todas as edições tiveram como destinação dois públicos: o interno e o externo. O público interno era constituído pelos associados das linhas de tiro e tiros de guerra, sua administração e todas as Organizações Militares. O público externo, por sua vez, constituía-se por todas as Câmaras Municipais do Brasil que recebiam as edições de forma gratuita, todas as pessoas ou entidades que aderissem à assinatura semestral ou anual e por todas as entidades nacionais ou estrangeiras que, tendo alguma publicação em sua empresa, enviavam um exemplar de sua editoração e, por troca, recebiam a do O Tiro ou do O Tiro de Guerra, sem custos de ambas as partes.

⁸ No livro de Paiva, *História & Imagens*, a imagem é tratada como um advento de renovação historiográfica, tanto para pesquisadores quanto para a sua aplicação em sala de aula. O autor reconhece que isso é fruto de época mais beneficiada pelos intercâmbios culturais e um posicionamento do historiador com um maior compartilhamento entre os diferentes recursos metodológicos e reconhece, ainda, a necessidade de cuidados especiais com a sua utilização.

Para os militares, as revistas possibilitavam o aprimoramento profissional por sua instância educativa, apresentando atualidades da atividade militar, da legislação militar ou, então, promovia o ensino de algum tema, com explicações em formato de aulas em alguns capítulos. Elas exerciam, ainda, um papel de intervenção pedagógica e educacional destinadas ao público externo. Isso ocorria por meio de uma propaganda ou discussão de algum assunto que, no momento, fosse candente para os interesses dos pontos de vista militares.

Embora possam esses periódicos ser vistos pelos vieses da História Militar, História Política ou História Social, parece-me mais adequado tê-los enquadrados sob o ponto de vista da História da Educação, dada a pertinácia com que o Ministério da Guerra se serviu deles como veículos de transmissão de sua cultura escolar para a sociedade civil, notadamente à juventude escolar, do ensino primário ao ensino superior.

Através dos discursos contidos neles, é possível verificar o território dessa disputa em que, de um lado havia os interesses dos militares e, de outro, o público-alvo, com uma receptividade aquém de suas expectativas.

Assim, defendo a seguinte tese: *o espaço educacional em Pelotas durante parte da Primeira República constituiu-se em importante locus para a disseminação da cultura militar.*

Finalizando a introdução, passo a descrever os resultados alcançados, apresentando, resumidamente, o que foi desenvolvido em cada um dos três capítulos.

No **primeiro capítulo**, “Cultura Militar e Educação”, abordo a história da educação militar empreendida pelo exército português no território brasileiro desde 1694, no Calabouço, constituindo-se, por isso, em matriz e inspiração herdadas pelo exército do Brasil soberano. Este exército, a partir de atividades profissionais desempenhadas nos arsenais de guerra, dispensou preocupação educacional não somente aos seus efetivos, mas ainda às crianças e adultos civis de suas vizinhanças. Também trago informações sobre a sua participação na alfabetização de parcela de seus recrutas e militares de carreira de baixa patente em outros tipos de aquartelamento, através das Escolas Regimentais. Descrevo a importante participação de civis na criação de alguns Batalhões Patrióticos, principalmente o da

Escola de Engenharia da cidade do Rio de Janeiro que, nos primeiros anos de República, estiveram à sua disposição para a garantia da consolidação do novo regime. De igual forma, descrevo as preocupações e os esforços do exército em manter-se como uma instituição profissionalmente atualizada, sobretudo quanto à doutrina de guerra, tendo, até a metade do século XX, experimentado a adoção das doutrinas alemã, francesa e americana. Por último, descrevo o percurso histórico do surgimento da educação física no Brasil desde o início do século XIX, tendo o Exército brasileiro exercido papel preponderante na sua adoção e no seu desenvolvimento, dentro e fora dos quartéis, bem como de sua institucionalização por intermédio da Escola de Educação Física do Exército, responsável pela formação dos primeiros profissionais, civis e militares, diplomados como instrutores, professores e monitores de educação física no Brasil.

No **segundo capítulo**, “Dos Tiros Desportivos ao Tiro de Guerra do Rio Grande: uma escola de patriotismo e civismo”, descrevo o início das atividades desportivas ligadas ao tiro ao alvo nas associações de cultura alemã praticadas por imigrantes e seus descendentes, além do exercício do tiro ao alvo praticado por militares e civis em algumas instituições militares. Em seguida, ao abordar a criação da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro (S.P.T.B.) na cidade de Rio Grande, RS, em 7 de setembro de 1902, narro os resultados que ela proporcionou Brasil afora, ao inspirar a criação de outras associações com a mesma finalidade, qual seja, instruir todos os cidadãos a partir dos 16 anos de idade no aprendizado e exercício do tiro, para a defesa da pátria. Como forma de coordenar e normatizar o ensinamento do tiro a partir de então, o Ministério da Guerra criou a Confederação do Tiro Brasileiro e, concomitantemente à campanha em prol do serviço militar obrigatório, através das Linhas de Tiro, Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar, incentivou o ensino de instruções militares com o objetivo de formar reservistas de 2ª categoria e de inculcar, na juventude, ideais de patriotismo, civismo e integração nacional.

No **terceiro capítulo**, “Manifestações da Cultura Militar: dos Campos de Batalha às Escolas”, relato que, das inúmeras dificuldades enfrentadas pelo Exército brasileiro na Guerra da Tríplice Aliança, duas delas, a baixa qualificação profissional de sua tropa afetada pela pouca escolarização e o despreparo para atirar,

persistiram por muito tempo como preocupações estratégicas. Consciente disso, desde então, o Ministério da Guerra manteve-se à procura de uma solução, descobrindo, no início do século XX, que poderia sanar essas deficiências com a introdução de sua cultura militar nas instituições educacionais civis por meio das Escolas de Instrução Militar que, em Pelotas, funcionaram nos Gymnasios Gonzaga e Pelotense, além do Tiro de Guerra Nº 31, instituições formadoras de reservistas de 2ª categoria. Auxiliando com esse propósito, algumas instituições que não puderam receber as Escolas de Instrução Militar, optaram por adotar a pedagogia escoteira para servirem, da mesma forma que aquelas, de instrumento de difusão do patriotismo, civismo e de coesão nacional. Essas instituições em Pelotas foram a Escola Sagrado Coração e as Escolas da rede Municipal.

1 CULTURA MILITAR E EDUCAÇÃO

A presença Militar portuguesa no território brasileiro iniciou com a vinda da Expedição comandada por Martim Afonso de Souza, composta por cinco embarcações com 400 pessoas que, partindo de Lisboa em 3 de dezembro de 1530, aqui aportou no início de 1531 e permaneceu até outubro de 1532. Sua missão foi reconhecer, na medida do possível, o território e suas extensões meridionais, introduzir nele nova população com parcela dos embarcados para início da onda colonizadora, defender a nova Colônia da pilhagem francesa às florestas de pau-brasil e, talvez o mais ambicioso desejo, expor-se à sorte da descoberta de riquezas minerais.

A partir dessa expedição e do estabelecimento de edificações fortificadas garantidoras das populações que para cá foram chegando, permitindo o surgimento de vários núcleos habitacionais, a influência e os empreendimentos militares portugueses prosperaram. A influente presença militar portuguesa só teve fim com a deposição do Imperador D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, por meio de um golpe planejado e executado por militares do núcleo brasileiro, já capaz de sustentar os destinos de um Brasil plenamente soberano.

Durante a permanência militar lusitana, houve, entre tantos trabalhos, o referente à transferência de tecnologia bélica relacionada às atividades de engenharia de fortificações e artilharia, o que deixou, para as futuras gerações, um legado considerável. Dessas atividades, aqui permanecem e se renovam, desde então, grande parte das paisagens de defesa territorial – fortificações e aquartelamentos –, além daquelas relacionadas à cultura e à educação, inicialmente militares.

A partir dessa matriz que, aos poucos, foi tornando tudo intensamente brasileiro – e somente considerando a participação e influência do Exército brasileiro, cujas raízes estão no lusitano –, essa instituição, que sempre se manteve preocupada com sua atualização, participou da educação escolar nacional em vários aspectos. Tomou parte, ainda, na queda da monarquia, um significativo evento político, como será verificado a seguir. Todas essas intervenções ou participações auxiliaram para a composição da nacionalidade brasileira.

1.1 A Educação Escolarizada nos Arsenais de Guerra e nas Escolas Regimentais

Os militares portugueses compreendem a primeira instituição a fincar raízes em terras brasileiras, isso a partir da chegada da expedição de Martim Afonso de Souza. Por uma série de necessidades de ordem administrativa, logística, estratégica, além da conquista e da manutenção territorial, a política do Império português se serviu das armas para a sua efetiva empreitada colonial nos recursos naturais de sua mais recente Colônia e adjacências meridionais.

Em função de toda essa atividade militar, os portugueses instalaram uma série de fortificações artilhadas⁹ em pontos estratégicos na Baía de Guanabara – sem mencionar nas demais localidades. Dessas, uma tornou-se muito especial: a Bateria de São Tiago, construída em 1603 por Martins Correia de Sá, no Morro do Castelo¹⁰, na Ponta do Calabouço¹¹, correspondendo, hoje, ao local onde está o

⁹ Denominação genérica de obras de defesa militar (BARRETTO, 2010, p. 16). Através deste autor e de sua obra *As Fortificações do Brasil*, é possível verificar as fortificações que fizeram parte da defesa territorial colonial portuguesa e, depois, como Imperial brasileira, em terra firme e às margens das vias navegáveis, projetando um destacado sistema defensivo. Em algumas dessas edificações, não está bem claro o entendimento de sua necessidade. Entretanto, de todas que ainda há vestígios, é inegável que formam uma prodigiosa coleção de monumentos da engenharia portuguesa e nacional. Desse modo, fortificação artilhada nada mais é do que uma fortificação com armas de artilharia.

¹⁰ Embora Castelo signifique residência senhorial (BARRETTO, 2010, p. 17) para essa época, concluo que fosse a residência do comandante militar ou do governador do Rio de Janeiro. O Morro do Castelo deu início à constituição do primeiro núcleo urbano da cidade. Depois de saturado, sua expansão consolidou-se nas demais localidades tomadas no nível do mar (CAVALCANTI, 2010, p. 50-53).

¹¹ Calabouço era o nome dado à prisão, cadeia. Portanto, na Ponta ficava localizada a cadeia da cidade do Rio de Janeiro.

Museu Histórico Nacional, na cidade do Rio de Janeiro¹². Obedecendo a um dos princípios de escolha para uma posição fortificada, a elevação oferecia boa posição de tiro por sua altura, vigilância adequada e domínio relativo da passagem que dava acesso ao interior da Baía de Guanabara. Ponta é um acidente geográfico e significa uma porção de terra que avança para o mar¹³. Em termos geográficos, talvez a melhor descrição desse local pudesse ser a de promontório, mas a descrição consagrada pela história manteve-se como sendo ponta.

Em 1694, a mando do Rei D. Pedro II de Portugal, chega ao Rio de Janeiro no posto de Capitão-Engenheiro da Província, Gregório Gomes Henriques de Matos, com a missão de reparar fortificações, planejar e construir outras. Sua primeira construção foi a fortificação da Bateria de São Tiago, finalizada em 1696¹⁴. Essa fortificação batizada de Forte¹⁵ de Santiago da Misericórdia/Forte do Calabouço. Por algum erro cometido em suas funções, em 1697, Gregório Gomes é preso no Calabouço, onde ficou aguardando julgamento. No entanto, mesmo recluso, continuava no exercício de suas funções, com escolta acompanhando-o em todas as obras, o tempo todo.

No ano seguinte, 1698, achando por bem o Governador solicitar um substituto de Gregório Gomes ao Rei, este na impossibilidade de encontrar um substituto à altura, recomenda que o enviado receba, do Capitão-Engenheiro, aulas para poder cumprir suas tarefas. Gregório Gomes, portanto, dentro do Calabouço, passa a instruir os Condestáveis¹⁶ Artilheiros em aulas para complemento de sua formação e aperfeiçoamento. Tal situação ensejou a primeira atividade de ensino militar no território brasileiro, tornando-se o marco de origem, o embrião do ensino militar. A parte teórica das Aulas de Fortificação era ministrada dentro do Calabouço; já a de aplicação, nos locais de construções das fortificações. As aulas aconteciam com alguma precariedade porque os livros, compassos e outros utensílios tardaram em chegar.

¹² BARRETTO, 2010, p. 141.

¹³ MICHAELI, 1998, p. 1.662.

¹⁴ BARRETTO, 2010, p. 141.

¹⁵ Segundo Barretto (2010, p. 17), é a fortificação constituída por uma ou mais baterias de artilharia localizadas na mesma arquitetura.

¹⁶ Segundo Bluteau Apud Pirassinunga (1958, p. 8), condestável, nos navios, fortalezas e terços, é o especialista em preparo da Artilharia e arrumação dos cartuchos e projéteis conforme o calibre.

Em 1699, em Carta Régia de 15 de janeiro, D. Pedro II decide mandar o Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, criar uma Aula de Fortificação no Rio de Janeiro. Seu instrutor foi Gregório Gomes, o único na Colônia, e seus três primeiros discípulos, já em curso desde o ano anterior, somaram-se a outros que foram julgados com habilidades para o aprendizado.

Gregório Gomes foi condenado em 1700 e, depois de concluir com seus alunos as obras das fortificações de Gragoatá – hoje forte de São Domingos de Gragoatá, em Niterói, RJ – e da Praia Vermelha¹⁷, partiu, em fins de 1701, para cumprimento da pena de quatro anos de degredo em Colônia do Santíssimo Sacramento¹⁸, sendo substituído pelo Mestre de Campo do Terço da Praça¹⁹ do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais²⁰.

Em 1762, ainda no Forte do Calabouço, foi edificada uma instalação destinada a servir como Casa do Trem – Arsenal de Guerra. Em 17 de dezembro de 1793²¹, a Casa do Trem deixa de servir como local de guarda, manutenção e fabricação de artefatos militares e passa a sediar cursos de formação para oficiais e praças – berço da Engenharia brasileira –, primeira instituição de Ensino Superior Militar no Brasil e no Continente Americano²² destinada à formação de militares capazes de corresponder às urgências defensivas territoriais, recebendo a designação de Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho²³. A Academia

¹⁷ Praia localizada no Bairro da Urca, junto à parte Sul do conjunto de elevações do Pão de Açúcar, à esquerda da entrada da Baía da Guanabara.

¹⁸ Hoje é uma cidade Uruguia, localizada em seu litoral Sudoeste.

¹⁹ Terço é uma antiga denominação do que, no início do século XX, se entendia por Regimento. Praça significa guarnição e guarnição, por sua vez, é a localidade considerada área de responsabilidade de determinada organização militar.

²⁰ PIRASSINUNGA, 1958, p. 7-12.

²¹ Segundo Braga, 2011, p. 13, o ano é de 1792.

²² Assim datada, é considerada mais antiga que a Academia Militar de West Point, formadora dos oficiais – homens e mulheres – do Exército dos Estados Unidos da América, fundada por ato do presidente Thomas Jefferson, em 1802.

²³ TREVISAN, 2011, p. 16. No livro *Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro*, verifica-se a história da evolução do ensino militar no Exército brasileiro, desde suas origens coloniais até a Revolução de 1930. Sobre o período que antecede o golpe republicano, revela o embate entre o positivismo, seus arautos encabeçados por Benjamin Constant e o restante da oficialidade. Descreve, ainda, as várias dificuldades enfrentadas pelo Exército desde o Paraguai até Canudos, além dos problemas de governabilidade de Floriano Peixoto. Por último, narra a 1ª obsessão patriótica encenada na necessidade de modernização da doutrina de guerra e a 2ª obsessão, mais um passo na modernização da doutrina com a Missão Militar Francesa de Instrução.

Militar com o tempo foi mudando de denominação e de lugar, entretanto, ficou para a posteridade marcada como a “Casa do Trem”, local de nascimento do ensino militar brasileiro²⁴.

Entretanto, contrariando Braga (2011), afirmo que o local e a condição de nascimento do ensino militar no território brasileiro deram-se no Calabouço, em 1698, tendo como primeiro Instrutor/Professor o português Capitão-Engenheiro Gregório Gomes Henriques de Matos, por meio das Aulas sobre Fortificações ministradas entre 1698 e 1701.

A seguir, a figura 01 mostra a primeira edificação da Casa do Trem. Essa estrutura serviu de base para a remodelação que apresenta, hoje, o Museu Histórico Nacional.



Figura 01 – Aquarela com a edificação da Casa do Trem, em 1762.

Fonte: Sítio eletrônico do Arsenal de Guerra do Rio.

²⁴ BRAGA, 2011, p. 13-14. O livro deste autor, *Da Casa do Trem à AMAN: fragmentos da história da AMAN na visão de um cadete fundador*, traz a visão de um militar que viveu parte do que escreveu. Nesse livro há informações sobre o início do ensino militar no Brasil, sendo que nele está encenada a história das várias escolas de formação de oficiais de carreira do Exército brasileiro, até chegar ao seu último estágio na evolução do ensino e na conquista de melhor local para seu definitivo estabelecimento, na cidade de Resende, Sudoeste do Estado do Rio de Janeiro coma edificação da Academia Militar das Agulhas Negras.

Essa instituição transformou-se em Academia Real Militar em 04 de dezembro de 1810, portanto, na presença da corte portuguesa, sendo sucedida pela Imperial Academia Militar, em 1822, e pela Escola Militar, em 1840. Em 1858, transformou-se em Escola Central, localizada no Forte da Praia Vermelha, destinando-se à formação de oficiais de artilharia e engenharia do Exército e ao ensino de engenharia civil para alunos civis.

Em 1874, a Escola Central desmembrou-se, permanecendo a estrutura de ensino militar designada por Escola Militar da Praia Vermelha que, mais tarde, se transformaria no Instituto Militar de Engenharia (IME). A estrutura de ensino destinada à formação de engenheiros civis deu origem à Escola Polytechnica²⁵, atual Escola Politécnica – Curso de Engenharia – da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)²⁶.

O Exército brasileiro, herdeiro das tradições do Exército português, foi uma instituição que exerceu – e ainda exerce – forte influência na cultura nacional, principalmente durante as três primeiras décadas do século XX. Sua presença multiplicou-se pelo território, bem como suas escolas, partícipes dos alicerces educacionais brasileiros.

A história da educação militar no território brasileiro teve início em uma fortificação, mais precisamente em seu calabouço, onde, também, foi construída a Casa do Trem, primeiro Arsenal de Guerra. Os demais arsenais construídos ao longo do tempo – existentes, hoje, somente nas cidades do Rio de Janeiro, RJ, Porto Alegre, RS e São Paulo, SP – mantiveram a história e a tradição do primeiro, constituindo-se como parte da paisagem industrial e do ensino militar, um ambiente de ensino profissional/militar.

A participação do Exército nas atividades destinadas ao público externo, os civis, tem ao menos documentado que seu início se deu ainda quando o Brasil fazia parte do Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves, conforme se lê a seguir:

²⁵ MOREIRA, 2011, p. 5-16.

²⁶ A Escola Polytechnica também herdou de sua antecessora militar seu prédio situado no Largo de São Francisco, em 1874. Por lá se manteve até 1965, mudando-se para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, Baía da Guanabara, RJ, onde ainda permanece. Naquele prédio do Largo de São Francisco, hoje está sediado o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UFRJ.

Manda S. A. Real o Principe Regente pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, remetter ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a representação inclusa de Dionysio José Nicolao Reinoud, para que haja de expedir as ordens convenientes á continuação dos trabalhos relativos ao estabelecimento da Escola do Ensino Mutuo nesta cidade, que fica pertencendo á referida Repartição dos Negocios da Guerra. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Julho de 1822. - José Bonifacio de Andrada e Silva. (DECISÃO Nº 83 do Reino, de 24 de julho de 1822, p. 65).

Por essa Decisão, o Reino manda que fique a cargo da Repartição dos Negócios da Guerra, a Escola de Ensino Mútuo da cidade do Rio de Janeiro, dando sequência à atividade docente de Dionysio que, por algum entrave em outra jurisdição, foi interrompida.

Os arsenais são trazidos à cena educacional do século XIX através das pesquisas de Alves (2002, p. 231)²⁷ ao verificar que, em particular, o Arsenal da cidade do Rio de Janeiro, participou de projetos educacionais desde o primeiro ano de Império. Em 25 de novembro de 1822, o Imperador mandou fixar uma escola de primeiras letras no aquartelamento, destinada a instruir seus operários. O texto da Decisão é:

Desejando S. M. o Imperador promover a instrucção publica, e lembrando-se que no Arsenal do Exercito se poderá estabelecer uma escola das primeiras letras, onde os operarios das diversas officinas, com facilidade e commodo, poderão obter aquella prévia instrucção: Manda pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, participar á Junta da Fazenda dos Arsenais do Exercito, Fabricas e Fundições, que tem encarregado ao Major José dos Santos e Oliveira o estabelecimento de uma escola de primeiras letras dentro do Arsenal, para os operarios que necessitarem destes rudimentos, a fim de que a Junta lhe preste para tal fim os auxilios que forem mister. Paço em 25 de novembro de 1822. - João Vieira de Carvalho. (DECISÃO Nº 143 do Reino, de 25 de novembro de 1822, p. 109).

Outra iniciativa deu mais vigor ao empreendimento educacional ao criar, por meio do Decreto de 1º de março de 1823, uma Escola de primeiras letras pelo Método do Ensino Mútuo para instrução das corporações militares. O Decreto tem o seguinte teor:

²⁷ No livro *Cultura e Política no Século XIX: o Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*, Alves privilegia os temas sobre exército, intelectuais, ensino, política e Império. São evidenciadas, ainda, as relações entre cultura e política na construção do Estado brasileiro através da participação do Exército e de sua intelectualidade, interferindo e participando na instituição escolar com prioridade na educação secundária e superior, de 1850 a 1930. Também mostra interesse na formação da oficialidade, sua produção didática através de livros e periódicos específicos ao seu meio profissional, seus projetos de nação, seus currículos e a inserção de seus professores militares nas escolas secundárias, inclusive no Ginásio Nacional (Colégio D. Pedro II).

Convindo promover a instrucção em uma classe tão distincta dos meus subditos, qual a da corporação militar, e achando-se geralmente recebido o methodo do Ensino Mutuo, pela facilidade e precisão com que desenvolve o espirito, e o prepara para aquisição de novas e mais transcendentés idéas: Hei por bem mandar crear nesta Côrte uma Escola de primeiras lettras, na qual se ensinará pelo methodo do ensino mutuo, sendo em beneficio, não somente dos militares do Exercito, mas de todas as classes dos meus subditos que queiram aproveitar-se de tão vantajoso estabelecimento. João Vieira de Carvalho, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e faça expedir as ordens necessarias. Paço, 1º de Março de 1823, 2º da Independencia e do Imperio. (DECRETOS, CARTAS E ALVARAS DE 1823, p. 41).

Sobre esse evento, Alves (2002, p. 231) chama a atenção para o bem proporcionado por essa escola aos militares de todas as patentes, como um aperfeiçoamento profissional, além de ser destinado, também, aos civis e por ser ofertado dentro do Exército. No século XIX, havia os arsenais da Corte, das Províncias da Bahia, do Mato Grosso, do Pará, de Pernambuco e de São Pedro do Rio Grande do Sul. Houve, de igual forma, em suas dependências, a educação escolar voltada aos menores aprendizes artífices, podendo essa ser ministrada durante o dia ou, em alguns casos, também à noite.

O horário noturno, conforme o Artigo 280 da Ordem do Dia nº 892, era destinado ao ensino da população civil e dos operários do arsenal que desejassem ser alfabetizados, receber instrução das quatro operações matemáticas, do sistema métrico de pesos e medidas, de geometria prática e de desenho linear. Essas aulas eram ministradas pelos professores do arsenal, sem ônus aos alunos²⁸.

Dessa forma, ao que tudo indica, durante o período imperial, o Ministério da Guerra participava na melhoria das condições de vida das populações pertencentes à área de influência dessas organizações militares. Como instituições de ensino, atendiam tanto os meninos internos carentes quanto os adultos em geral, permitindo-lhes acesso à instrução elementar.

Ainda de acordo com o estabelecido na Ordem do Dia nº 892, em seus Artigos nº 116 a 119, os arsenais tinham por finalidade fabricar e consertar material de artilharia, armamento portátil, fardamento, equipamento, correias, talabartes e outros produtos de couro, bem como a fabricação de cunhetes, móveis e utensílios para qualquer tipo de dependências, inclusive escolas, para total atendimento às

²⁸ Repartição de Ajudante General, 1874, p. 777.

necessidades do Ministério da Guerra²⁹.

Em muitos aspectos, o Arsenal da Corte se diferenciava dos demais. Tinha um oficial reformado ou honorário³⁰ do Exército na função de pedagogo, um cirurgião do corpo de saúde do Exército, um capelão militar, três professores civis de primeiras letras e responsáveis pela instrução dos aprendizes artífices, dois professores adjuntos dos professores de primeiras letras, um mestre de música, um mestre de ginástica, na função de auxiliar do pedagogo, um militar reformado do exército com patente inferior à do pedagogo, um farmacêutico e dois enfermeiros, dentre outros profissionais³¹.

A companhia de artífices – uma subdivisão interna do arsenal –, conforme o constante na Ordem do Dia nº 892 em seus Artigos nº 164 a 166 e 201, era composta de 200 meninos – podendo ser elevado até 400 conforme entendimento do governo – com idade entre 7 e 16 anos. Todos deviam ser brasileiros, vacinados e com compleição física robusta e selecionados com a seguinte prioridade em ordem crescente: órfãos, desvalidos, abandonados, filhos de indigentes, filhos dos operários do arsenal – havia funcionários civis – com mais de dez anos de efetivo serviço, filhos das praças de pret³² do exército ou armada. Na ausência de menores enquadrados em qualquer categoria acima, ficava a admissão permitida aos menores apresentados por seus pais ou responsáveis, desde que provada a condição de pobreza³³.

A Ordem do Dia nº 892, em seus Artigos nº 172 a 177 e 252, estabelecia, ainda, que os menores eram alojados, alimentados, fardados, educados e recebiam cuidados médicos com total encargo do governo Imperial. Sua instrução era composta por aulas de primeiras letras, as quatro operações matemáticas, geometria aplicada às artes, desenho linear, música, doutrina cristã e ginástica. A frequência às disciplinas escolares se dava de acordo com seu desenvolvimento intelectual. Concomitante a essa educação, em jornada alternada, os menores recebiam aprendizado teórico e prático nas oficinas do arsenal, em funções que

²⁹ Repartição de Ajudante General, 1874, p. 740.

³⁰ Posto dado a algum civil como uma honraria em sinal de agradecimento.

³¹ Repartição de Ajudante General, 1874, p. 742.

³² Praças de pret são as praças prontas: sargentos, cabos, anspeçadas e soldados com mais de um ano de serviço militar.

³³ Repartição de Ajudante General, 1874, p. 755.

melhor combinassem com a vocação e aptidão física de cada um, sempre acompanhado pelos mestres das oficinas e seus melhores operários³⁴.

Conforme regramento contido na Ordem do Dia nº 892 em seus Artigos nº 179 e 181 a 184, a rotina dos aprendizes se dava toda no aquartelamento do arsenal. Estudavam, trabalhavam e moravam lá. Só podiam sair com licença expressa do pedagogo, além de ser autorizados pelo diretor, não podendo exceder a 15 dias. Não percebiam remuneração e estavam sujeitos à disciplina militar, com algumas diferenças em relação ao que era dispensado aos soldados de qualquer outro quartel. As penalidades eram arbitradas pelo diretor que ordenava sua aplicação por intermédio do pedagogo. As punições poderiam ser de privação de liberdade em prisão comum ou em solitária sem exceder a oito dias, redução da alimentação em tempo não superior a oito dias, além de outras formas punitivas mais comuns a ambientes não militares, sendo proporcionais à idade e à gravidade da falta cometida. Havia, ainda, uma série de normas para permanência fora do arsenal que, se não cumpridas, resultava em recolhimento àquela instituição e posterior punição³⁵.

O futuro desses aprendizes, normalmente, quando completavam 16 anos de idade, estava na sua admissão como funcionários remunerados em arsenais ou, quando não tivessem demonstrado aptidão para qualquer ofício e quisessem servir ao Exército ou Armada, transferidos para o depósito de aprendizes artilheiros.

Para os demais arsenais provincianos, indicarei somente as diferenças em relação ao da Corte no que interessa para esta pesquisa. A maioria delas, segundo minhas análises, é compreensível em função da localização e, por isso mesmo, sofrendo influências pela natureza política, tipo de impacto social, relação de convívio com os poderes locais, remuneração dos profissionais e, por tudo isso, também há diferenças na quantidade e natureza do seu quadro pessoal.

³⁴ Ibidem, p.756-757.

³⁵ Repartição de Ajudante General, 1874, p. 757-758.

Na tabela a seguir estão expostas as diferenças mais significativas:

Tabela 01 – Algumas diferenças entre os arsenais da Corte e das Províncias em 1874.

FUNÇÃO	UNIDADES DO IMPÉRIO	
	Corte	Províncias
Pedagogo	1	1
Remuneração	2:000\$000	840\$000
Ajudante do pedagogo	1	1
Remuneração	1:200\$000	600\$000
Professores de primeiras letras	3	1
Remuneração	1:200\$000	720\$000
Professores adjuntos	2	---
Remuneração	600\$000	500\$000
Professor para ensino de geometria prática e desenho linear com aplicação às artes e oficinas	1	1
Remuneração	1:000\$000	800\$000
Enfermeiros	2	1
Remuneração	800\$000	500\$000
Ajudante de enfermeiro	---	1
Remuneração	---	300\$000
Mestre de ginástica	1	1
Remuneração	1:200\$000	720\$000
Mestre de música	1	1
Remuneração	1:200\$000	800\$000

Fonte: Tabela construída a partir das informações contidas na Repartição de Ajudante General, 1874, p. 742, 786, 787, 794 e 795.

Nessa tabela 01, o que mais chama a atenção são as significativas diferenças salariais, situação identicamente comum entre instituições de vários lugares no mesmo período, uma tendência atemporal no Brasil. No Arsenal da Corte, todas as funções eram mais bem remuneradas. Quanto à diferença de quantidade de profissionais, não encontrei informações mais conclusivas. Apenas consigo inferir que, se a quantidade de menores pode ser a mesma em relação à da Corte, de 200

a 400, não haveria necessidade de número menor de profissionais na estrutura educacional. Os arsenais, até pelo menos 1945³⁶, permaneceram com a oferta de ensino profissionalizante aos menores.

Pelo que está mencionado, pode-se inferir que há um campo constitutivo da educação escolar de ensino elementar aliado ao campo do “saber militar”, o qual normalmente se detém no sentido bélico, no domínio da arte e da ciência de fazer guerra. No conjunto das habilidades da profissão militar, figura como parte indissociável daquele saber, o ensino escolarizado como uma das mais importantes estratégias de defesa, uma das mais eficientes armas. As manifestações dessa composição intelectual estão no domínio da cultura militar, uma forma de identificação daqueles que exercem as atividades da profissão das armas.

Em 1889, o Exército, ressentindo-se de um recrutamento pouco qualificado, dadas as características de nossa população, características estas influenciadas por todas as demais condicionantes socioeconômicas nacionais e, com a impossibilidade de ver esse quadro alterado, resolve prover aos soldados um sistema educacional capaz de dar-lhes a qualificação necessária a um aprimoramento profissional.

Em 9 de março de 1889, através do Decreto 10.203³⁷, assinado pelo Imperador e pelo Ministro da Guerra Thomaz José Coelho de Almeida, conforme plano de reforma do ensino militar, consoante sua expressa autorização através de lei própria³⁸, altera a concepção das Escolas Regimentais, antes destinadas ao ensino das praças de pret candidatas ao curso preparatório da Escola Militar da Corte, e passam a ter, como novo objetivo, a instrução primária às praças do Exército.

Eram escolas que funcionavam nos Regimentos – tipo de organização militar composto por batalhões, companhias e seções ou o equivalente a todos esses – e, por isso mesmo, o nome de regimentais, funcionando semanalmente de segunda-feira à quinta-feira, das 19h20min às 21h³⁹, período em que eram

³⁶ No sítio eletrônico do Arsenal de Guerra do Rio encontra-se disponível uma coletânea de fotos históricas de 1945 com essas evidências.

³⁷ Repartição de Ajudante General, 1890, p. 209.

³⁸ Constante do § único nº 2, Art. 6º da Lei Nº 3.397, de 24 de novembro de 1888.

³⁹ Arquivo Histórico do Exército. Regulamento Interno e dos Serviços Geraes, 1920, p. 41. (Legislação do Exército, Caixa 64, F. R, N.1).

ministradas instruções/aulas por um oficial com aptidão para o magistério.

Conforme a Repartição de Ajudante General (ORDEM DO DIA Nº 67 de 24 de maio de 1890, p. 485), reedição do decreto do ano anterior, esta instância de educação militar acontecia compreendendo os seguintes assuntos:

[...] leitura, calligraphia, doutrina christã, as quatro operações sobre numeros inteiros e fracções, tanto ordinarias como decimaes, metrologia, desenho linear; noções muito elementares dos phenomenos physicos e chimicos mais communs, composição da polvora de guerra, explicação elementar de seus efeitos e do movimento dos projectis; ligeiras noções sobre hygiene militar; fastos da nossa historia militar, exemplos notaveis de disciplina, valor, abnegação e patriotismo; deveres do soldado, do cabo de esquadra, do forriell e do sargento, em todas as circumstancias do serviço de paz e guerra.

Tratava-se de um curso de alfabetização cercado de ensinamentos importantes para a vida em coletividade, noções básicas relativas à rotina profissional e reforçando as condições de comportamento. Quanto à higiene⁴⁰, consistia no conjunto de comportamentos, atitudes e cuidados que se devia ter com o propósito de se manter longe das doenças ou afastado de suas fontes visando à preservação da saúde. Eram combatidos: o costume de andar descalço, a falta de banho, o uso de roupas inadequadas, as habitações com excesso de pessoas, bem como sua arquitetura inadequada com pouca luminosidade, pouco arejadas e o abuso de bebidas alcoólicas, notadamente a aguardente⁴¹.

Para matrícula nessas escolas, além de estar em harmonia com as necessidades do serviço, era necessário que a praça fosse voluntária, concluísse o curso em até dois anos e tivesse pela frente no mínimo dois anos de serviço a cumprir, depois de aprovado na escola, e que também estivesse nas melhores condições nas avaliações morais, intelectuais e físicas⁴².

Coadjuvavam o oficial designado a essa função, o cirurgião do quartel para as instruções de higiene e o capelão para transmissão da doutrina cristã. Ambos ministravam esses temas uma vez por semana. Essas instruções eram ministradas

⁴⁰ Conforme consta na Revista O Tiro de Guerra nº III, de 1919, p. 11, “a hygiene é o conjuncto de regras tendentes a facilitar a acção normal dos órgãos e a prevenir as molestias. Ella tem por fim premunir o individuo para preservar a collectividade”.

⁴¹ O Tiro de Guerra nº IV, de 1929, p. 5.

⁴² Repartição de Ajudante General (Ordem do Dia Nº 67 de 24 de maio de 1890, p. 485-486).

não somente aos matriculados na Escola Regimental e, sim, a todas as praças presentes no quartel e disponíveis nos horários correspondentes⁴³.

A matrícula, frequência e aprovação na escola eram incentivadas e estimuladas com a possibilidade de algumas vantagens no futuro. É possível mensurar isso através dos artigos da Ordem do Dia Nº 67, citados a seguir:

Art. 5º Dous annos depois da publicação deste Regulamento, nenhuma praça será promovida aos postos de cabo, forriel ou sargento, sem que tenha o curso das escolas regimentaes ou passe por exame vago das materias ahi ensinadas, salvo si possuir o curso preparatorio ou qualquer outro superior, ou si houver prestado serviços relevantes e extraordinarios.

Art. 6º Terão preferencia para a matricula nas Escolas Militares os alumnos das escolas regimentaes que alcançarem approvações plenas em todas as materias do respectivo curso e tiverem além disso boas notas de conducta.

Para aqueles que pretendiam a permanência e ascensão hierárquica na instituição, e que foram incorporados sem o preparo escolar adequado, essa era uma grande oportunidade. Recebiam, durante a prestação do serviço militar, voluntário ou não, condições de melhoria profissional oportunizadas pela própria corporação.

Não somente o corpo discente recebia incentivos. O corpo docente – oficial-instrutor e auxiliares – também era alvo dessas distinções, conforme evidenciado no mesmo documento já citado:

Art. 18. Serão opportunamente tomados em consideração, nas promoções por merecimento, os serviços prestados no ensino das escolas regimentaes, a contar da data deste Regulamento, desde que pelas autoridades superiores tenham sido reconhecidos o aproveitamento dos alumnos e o zelo, intelligencia e instrucção dos respectivos professores e adjuntos, em cujos assentamentos se farão os notas competentes.

Além de receberem uma gratificação mensal pelo exercício das funções de instrutor e auxiliar – trinta mil réis e quinze mil réis respectivamente – seus desempenhos, tanto aqueles verificados pelo aproveitamento dos alunos, quanto os demonstrados pela forma como eles mesmos preparavam as instruções, seriam considerados como pontuação adicional na condição de promoção por merecimento.

⁴³ Repartição de Ajudante General (Ordem do Dia Nº 67 de 24 de maio de 1890, p. 485-486).

Isso se constituía em um incentivo considerável.

Em 2 de outubro de 1905, por força do Decreto Nº 5.698, as Escolas Regimentais, têm uma alteração na sua grade curricular. Seu ensino estava, agora, estruturado em três séries, com a supressão de algumas matérias e adição de outras. Sua reestruturação ficou assim: a) leitura e escrita – noções de gramática portuguesa, de geografia, e corografia⁴⁴ do Brasil; operações sobre números inteiros e fracionários, incluindo decimais; metrologia; princípios de desenho linear; noções de coisas; fastos da nossa história e ligeiros conhecimentos de higiene militar. b) deveres militares, tanto na paz quanto na guerra – disciplina, valor, abnegação e patriotismo, com exposição de exemplos notáveis; escrituração de companhia, esquadrão ou bateria⁴⁵.

Na versão de 1889 das Escolas Regimentais, havia as disciplinas de caligrafia e leitura que assinalavam o combate ao analfabetismo. Na versão de 1905, ainda que mantidas as mesmas condições socioeconômicas, portanto, sendo ainda necessário o combate ao analfabetismo, a disciplina com mesma destinação da versão anterior, curiosamente mudou para noções de gramática, dentro do universo da temática central denominada como, leitura e escrita. Do que mais importa, as diferenças estão na supressão da doutrina cristã, coerente com a laicização constitucional, e também da desnecessária preocupação com informações de ordem química e física nos artefatos de guerra.

Em seu continuado aperfeiçoamento sobre as rotinas castrenses, o Exército em 1920, dá nova roupagem ao Regulamento Interno e dos Serviços Gerais-RISG, e flexibilizando o que prescrevia sobre as Escolas Regimentais, autoriza que funcionem uma em cada subunidade do quartel, ao invés da reunião de todos os militares/alunos em uma única sala de aula. Este regulamento – que instruía sobre todos os procedimentos relativos à rotina da Organização Militar, compreendendo todas as funções e todas as atribuições –, atualizava-se e contemplava uma experiência já vivida desde 1918, assim relatada pelo Ministro da Guerra:

⁴⁴ Estudos da geografia do Brasil.

⁴⁵ Relatório do Ministério da Guerra de 1905, p. u2242/000132-000133.

Escola Regimental – Funcionou com regularidade, tendo sido a instrução ministrada nas próprias companhias, esquadrões ou baterias com o auxílio dos sargentos graduados mais habilitados, parecendo que a experiência tem demonstrado a necessidade do ensino aos analfabetos ficar a cargo das companhias, pelo interesse que os capitães têm de não haver nenhum analfabeto em suas unidades para o aperfeiçoamento da respectiva instrução. (p. 2255/000160).

A descentralização certamente era compatível com a quantidade de alunos, favorecendo, dessa forma, a viabilidade pedagógica das turmas. É possível, ainda, que os recursos humanos destinados a instruir a juventude estavam suficientemente disponíveis por todo o aquartelamento. O termo “sargentos graduados” não significa possuidores de cursos superiores, mas uma referência aos 2^{os} e 1^{os} sargentos. Também é notório que o interesse em eliminar o analfabetismo é condição *sine qua non* para a evolução na instrução, admitindo, portanto, que a escolaridade caminhava ao lado da eficiência profissional.

Apenas para justificar o diagnóstico e a preocupação que se verificavam nos quartéis do Brasil entre 1921 e 1925, 80% da população dos menores entre 7 e 14 anos era analfabeta. Desse universo, o Estado do Rio de Janeiro participava com 35%, o Rio Grande do Sul com 65%, Santa Catarina com 71%, São Paulo com 72% e as Regiões Norte e Nordeste, juntas, entre 85% e 93%. Quando falo em analfabetismo não é o da escolarização deficiente e, sim, o da exclusão escolar, um mundo de crianças sem acesso a nenhum tipo de escola⁴⁶. Estas, na maioria dos casos, chegavam às portas do serviço militar nas mesmas condições educacionais.

A Escola Regimental possuía, em anexo, uma biblioteca que servia não somente aos seus alunos como a todos do aquartelamento, também, contendo manuais militares, livros de geografia e de história do Brasil. As faltas às aulas sem justificativas eram passíveis de punições disciplinares, visto que uma das medidas de avaliação do desempenho da Unidade – quartel – era o índice de sucesso na alfabetização de seus militares⁴⁷. Em 1925, o Ministro da Guerra, em relatório ao Presidente da República, apresenta seu parecer sobre a atuação do Exército em favor do Brasil nas Escolas Regimentais, da seguinte forma:

⁴⁶ SILVA, 2004, p. 98.

⁴⁷ RISG, 1920, p. 49-52.

Não é o Exercito estranho, porque lhe interessa sobremodo, ao que se fez em prol da diffusão do ensino primario. Combate duro e tenaz aqui se dá nas escolas regimentaes, ao cancro do analfabetismo. Temos restituído á vida civil algumas centenas de homens que ingressaram nas fileiras sem saber ler e escrever, alguns mesmo sem saberem si eram ou não brasileiros, com desenvolvimento bem notavel sob o ponto de vista da preparação intellectual e da educação civica. (Relatório do Ministro da Guerra, 1925, p. u2259/000016).

No início de seu depoimento, o Ministro deixa transparecer que não deveria ser o Exército o responsável pela promoção do ensino primário ao exercer combate extenuante ao analfabetismo. Entretanto, ao enfrentá-lo, conseguindo sucesso após sucesso ininterruptamente há 36 anos, embora não tivesse essa destinação ou mesmo obrigação legal, instrumentalizou-se e partiu para a realização dessa obra de saneamento nacional. Assim comportando-se, o Exército não agiu em terreno alheio. Observou graves falhas que, inclusive, lhe desfavorecia, como já mencionado anteriormente e interveio pelo patriotismo de seus objetivos sempre nacionais.

Na continuação de seu parecer, o Ministro declara que não foi uma tarefa fácil devolver ao seio da sociedade civil milhares de homens mais bem preparados e, ao que tudo indica, tal fato resultou em um bem recompensador. Também deixa transparecer que, ao receber homens pertencentes a núcleos de descendência de imigrantes, proporcionando-lhes o conhecimento da língua nacional, tornava-os mais convictos de sua verdadeira nacionalidade graças à ação cívica contida na pedagogia das Escolas Regimentais.

As Escolas Regimentais vigoraram até o início da década de 1970. O serviço que elas prestaram à educação ainda não foi objeto de pesquisa. Entretanto, é inegável o seu papel no processo de evolução da escolarização de parcela importante da juventude brasileira durante quase cem anos de sua existência.

1.2 A Proclamação da República, o Exército e Seus Apoiadores: os Batalhões Acadêmicos

Com o advento da República no Brasil, materializada de um dia para o outro, uma nova ordem se instalava sem que houvesse uma transição, uma passagem que proporcionasse efetivamente alterações no mesmo compasso da mudança de

regime de governo, ainda que aspirações republicanas permeassem pelos meandros da política e da sociedade, desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança de 1865 a 1870⁴⁸. Nesse contexto destaco o Manifesto Republicano de 1870 e a Convenção de Itu de 1873, ambos contendo afirmações contra a condução política perpetrada pela monarquia. O próprio Imperador D. Pedro II, em carta a Alexandre Herculano, em 1875, confidenciou-lhe que, “na sua opinião de homem e de monarca, o melhor sistema de governo, para o Brasil, seria uma República de presidente vitalício!”⁴⁹.

Evidentemente que essa confissão, restrita, íntima e informal, não teve o peso de uma declaração ou manifestação de caráter plural, contudo, expõe os próprios desconfortos políticos do imperador e sua imaginação na fabricação de uma situação diferente, tendo aqui a considerar que a forma vitalícia poderia suscitar inúmeros raciocínios, com prioridade para aqueles circunscritos ao contexto e momento pretéritos.

Em 15 de novembro de 1889, foi efetivada a proposta de uma nova nação e de um novo modelo de cidadão com base nos fundamentos do positivismo conduzido pelos militares e com a participação de civis – profissionais da educação, das artes e de outras áreas do conhecimento – de grande importância nos cenários políticos da Capital Federal e do Brasil. Dentre tantos, destaco Quintino Bocaiuva, Ruy Barbosa, Campos Sales, Aristides da Silveira Lobo, Demétrio Ribeiro, Cândido Barata Ribeiro, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes.

O golpe de 15 de novembro foi o resultado de um processo de evidente desgaste das relações da monarquia com os seguintes setores: com os militares que colecionavam dissabores por perda de prestígio desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança, culminando com a Questão Militar; com o clero, por força da Questão Religiosa; e com a sociedade de maneira geral, em função do Movimento Abolicionista e insatisfações apresentadas pelos representantes do setor cafeeiro, a elite rural, desde a abolição. Os defensores dos ideais republicanos foram paulatinamente conquistando simpatizantes e, orientados pela doutrina positivista, participaram do fim da monarquia e puseram em movimento a fase seguinte.

⁴⁸ Conflito envolvendo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.

⁴⁹ CALMON, 1975, p. 209.

Mesmo o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca não pertencendo a essa corrente, foi levado a atuar em favor da República no momento decisivo por força de argumentos vindos do Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães e de tantos outros.

Vivia-se um momento de expressões patrióticas tão acentuadas que, por vezes, lembrava situações semelhantes aos anos de 1865 e 1866, nas campanhas de alistamento para o conflito com o Paraguai. Conforme editoriais do período, a instalação do novo regime de governo foi bem recebida e festejada como uma adorada ditadura republicana. Dentre esses, destaco o observado em “Publicações a Pedido” do Jornal do Comércio de 20 de novembro de 1889:

Ao governo provisório dos Estados Unidos do Brasil – No concerto unânime de aclamações e applausos à instalação da República Federativa Brasileira, seja permitido ao mais obscuro cidadão da República Brasileira exprimir publicamente os sentimentos da mais viva, decidida e resoluta adesão ao governo provisório que, com geral satisfação, ora dirige prudente, patriótica e brilhantemente os destinos da pátria comum. Ao governo provisório dos Estados-Unidos do Brasil, essa abençoada ditadura republicana pela qual na imprensa fluminense pugnamos na medida, aliás de nossos fracos recursos erguemos um - “viva!” desinteressado, entusiástico, frenético, descomunal. Viva o governo provisório do Brasil! Luciano Reis. Rio, 19 de Novembro de 1889.⁵⁰

A satisfação com a implantação da República assumiu ares de equidade e progresso, transparecendo uma aceitação ampla, ao menos na cidade do Rio de Janeiro. Muitos queriam, de alguma forma, participar do momento determinante e promissor da nova identidade nacional. Os periódicos da capital receberam inúmeras manifestações de regozijo e foram divulgadores de convites para iniciativas mais imediatas em apoio ao novo governo. Exemplos desses veículos são a Gazeta de Notícias, a Gazeta da Tarde, o Diário de Notícias, o Jornal o Paiz, o Jornal do Commercio e a Revista Illustrada.

Essa empatia provocada pelos ideais republicanos disseminou-se por todos os ambientes e, em alguns, com mais intensidade. Passou pelos profissionais do comércio e pelos professores e funcionários da Escola Normal da Capital Federal, divulgada pelo jornal do Comércio, em 20 de novembro de 1889, onde se lê, no

⁵⁰ Fundação Biblioteca Nacional. Sessão de Publicações Seriadas - microfilme - PRC-SPR 1 (166) – Jornal do Commercio 1889 – Out-Dez – Vol 67 nº 273-364, de 20/11/1889.

editorial Gazetilha:

Escola Normal da Capital – uma comissão composta dos professores Drs. Pedro Severiano de Magalhães, Eugenio Guimarães Rebello, João Pedro de Aquino, Balthazar Bernardino Baptista Pereira, Boaventura Placido Lameira de Andrade, presidida pelo diretor interino foi cumprimentar o Sr. Ministro do interior e apresentar ao governo provisório da Republica Brasileira a plena Adhesão da corporação administrativa e docente da mesma escola.⁵¹

Apesar de ser possível afirmar que muitos segmentos desejaram participar, foram expressivos aqueles ligados ao ambiente educacional, tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto na de Niterói, capital do recente Estado do Rio de Janeiro, cidade muito importante e vizinha à anterior.

Em se tratando de alistamento militar, foram numerosos, de igual forma, os voluntários e os batalhões sugeridos. A seguir, o anúncio de uma dessas iniciativas e de seu “ritual” de criação:

Batalhão Patriótico do Estado do Rio de Janeiro – Este batalhão, organizado em Nitheroy e composto de pessoas de todas as classes, sob o commando do alferes Fridolino, foi hontem ao quartel de corpo policial receber armamento. Em seguida, precedido da banda de musica deste corpo, foi cumprimentar o governador, chefe de policia, commandante do corpo policial e a redação d'O Povo. Depois percorreu diferentes ruas de Nitheroy.⁵²

Os comerciários da cidade do Rio de Janeiro também concorreram para a formação de outro batalhão, o Comercial, à disposição do Executivo.⁵³

Em face das inumeráveis solicitações, o Ministério da Guerra, por meio da Secretaria da Guerra, confeccionou uma lista de alunos das escolas superiores e populares para formar batalhões⁵⁴, assim como para um grande número de ex-cadetes e ex-oficiais do Exército da cidade do Rio de Janeiro com a mesma

⁵¹ Fundação Biblioteca Nacional. Sessão de Publicações Seriadas - microfilme - PRC-SPR 1 (166) – Jornal do Commercio 1889 – Out-Dez – Vol 67 nº 273-364, de 20/11/1889.

⁵² Fundação Biblioteca Nacional - microfilme - PRC-SPR 1 (166) – Jornal do Commercio 1889 – Out-Dez – Vol 67 nº 273-364. Jornal do Commercio de 19/11/1889.

⁵³ Fundação Biblioteca Nacional. Sessão de Publicações Seriadas. Jornal O PAIZ – 18/11/1889 N. 1868 - Batalhão Commercial.

⁵⁴ Jornal do Commercio de 19 de novembro de 1889.

intenção: a de ficar à disposição do Governo Provisório⁵⁵.

Pelo que depreendo das notas em jornais, dois eram os grandes nomes daquele momento: o Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório, e o Tenente-Coronel Benjamin Constant, Ministro da Guerra⁵⁶. Contudo, houve, naqueles dias movimentados, várias personalidades do Governo Provisório e tropas militares que foram aclamadas em vários locais da cidade do Rio de Janeiro.

Marechal Deodoro, muito respeitado entre os militares, pois era o militar mais antigo – de maior posto há mais tempo –, coberto de êxitos desde a Guerra da Tríplice Aliança, mostrou-se reticente quanto ao dever de sacrificar a monarquia. No entanto, frente às circunstâncias, convenceu-se da necessidade do movimento golpista como uma importância praticamente medida pela hierarquia.

Quanto a Benjamin Constant, também um ex-combatente da Guerra com o Paraguai, fervoroso positivista e republicano, naquele momento era docente das salas de aula civis e militares. Ensinava na Escola Militar da Praia Vermelha, na Escola Politécnica e era professor dos netos do Imperador. Transitava com facilidade entre os civis, os militares e a nobreza. Era inteligente, possuía carisma e elevada capacidade de liderança, o que justifica sua popularidade no circuito educacional, sobretudo o militar, e ser ele depositário dos anseios nacionais.

Também a euforia patriótica chegou à Faculdade de Medicina e à Escola de Engenharia do Rio de Janeiro no dia seguinte ao golpe. Na Escola Politécnica, suas possibilidades de participação foram apreciadas em sessão da congregação, reunida para avaliação e deliberação em face daqueles acontecimentos. Tal situação foi divulgada no editorial Gazetilha do Jornal do Comércio, de 20 de novembro de 1889, da seguinte forma:

Escola Polytechnica - Em sessão de congregação de hontem foram aprovados por unanimidade de votos as duas propostas: 1ª A congregação da Escola Polytechnica manifesta sua adesão ao Governo Provisório e confia que elle saberá manter a ordem, condição indispensável do progresso. [...] Para fazer entrega da mensagem ao governo provisorio ficou

⁵⁵ Fundação Biblioteca Nacional. Sessão de Publicações Seriadas - microfilme - PRC-SPR 1 (166) – Jornal do Commercio 1889 – Out-Dez – Vol 67 nº 273-364. Jornal do Commercio de 20/11/1889.

⁵⁶ Um dos periódicos é o jornal republicano carioca Correio do Povo, em sua edição Nº 118, de 16 de novembro de 1889, em que se lê no editorial “No Campo da Acclamação: O general Deodoro, sr. Quintino Bocayuva (Ministro das Relações Exteriores), e o tenente-coronel Benjamin Constant foram então disputados pelo povo e pelos militares, que os carregaram em verdadeiro triumpho”.

constituída a comissão dos Srs. Drs. Conselheiro Borja Castro, Getúlio das Neves e Licínio Cardoso⁵⁷.

A congregação deliberou, unanimemente, pelo apoio ao novo governo, constituindo uma comissão para comunicar sua posição às autoridades constituídas. Esse gesto foi coerente com o espírito positivista já reinante na Escola há algum tempo. Segundo Tambara (1991, p. 147)⁵⁸, “entre os professores influenciados pelo Positivismo, destacam-se, Alvaro de Oliveira, Aarão Reis, F. Ferreira Braga, Francisco Behring, Henrique Costa, Inácio Azevedo do Amaral, Carlos Sampaio, João Felipe Pereira e Licínio Cardoso”⁵⁹. Destes, só não constatei como professores na data do golpe, Aarão, Inácio e Henrique.

Também a Faculdade de Medicina estava com preocupações idênticas às da Politécnica. Assim, ambas as escolas decidiram, em defesa dos ideais republicanos, constituir dois Batalhões Acadêmicos de Infantaria⁶⁰, um em cada escola, com o alistamento de parte de seus professores e alunos.

Esses “acadêmicos-soldados” de nível escolar superior, em formação ou já formados, achavam-se na melhor condição para que, ao se incorporarem nessas organizações militares de efeito temporal limitado, demonstrassem sua concordância com os novos governantes e servissem de exemplo a serem seguidos. Esse entusiasmo está destacado no jornal “O Paíz”, de 17 de novembro de 1889, da seguinte forma:

⁵⁷ Fundação Biblioteca Nacional. Sessão de Publicações Seriadas - microfilme - PRC-SPR 1 (166) – Jornal do Commercio 1889 – Out-Dez – Vol 67 nº 273-364.

⁵⁸ Na Tese de Tambara, intitulada *A Educação no Rio Grande do Sul Sob o Castilhismo*, o autor dedica-se a analisar, no Estado do Rio Grande do Sul, na vigência do Castilhismo, de 1890 a 1930, entre tantos temas e discussões, a consolidação do sistema educacional como aparelho ideológico do Estado, a análise dos aspectos do positivismo comteano que influenciaram uma prática de ensino-aprendizagem, a postura governamental diante da instrução secundária, as reformas educacionais, a instrução pública de maneira mais abrangente, além de evidenciar o histórico de “pouco interesse” destinado à educação na gênese de nossa formação, principalmente quando comparada à importância que era dada ao mesmo tema pelos imigrantes alemães.

⁵⁹ Conforme Motta (2001, p. 150), Licínio Cardoso era oficial do Exército.

⁶⁰ Infante, o integrante da Infantaria, é o militar que combate a pé, mas que pode utilizar vários meios de transporte. As missões da infantaria são: 1) conquistar e manter o terreno; 2) cerrar, sobre o inimigo, pelo fogo, movimento e ação de choque, com a intenção de destruí-lo, capturá-lo ou neutralizar sua ação.

Batalhão Acadêmico - Às 11 horas da manhã passou pela rua do Ouvidor entre aclamações populares numeroso prestito, formado em boa ordem, dos academicos da faculdade de medicina e escola polytechnica, precedidos de varios de seus lentes, e na frente uma banda de musica que tocava a "Marselheza". Esse brilhante prestito desfilara na faculdade onde havia celebrado sessão solemne, na qual fizeram entusiasticos discursos congratulatorios os illustrados lentes Drs. Barata Ribeiro, Domingos Freire, Erico Coelho, Chapot Prevost e o distincto clinico Dr. Bricio Filho; e ficou resolvida a criação de um batalhão academico, que ontem mesmo se declarar[sic] a disposição do governo provisorio para cumprir as suas ordens e fazel-as cumprir. Parando em frente a redação d'O Paiz, subiu uma commissão com o estandarte da faculdade, que recebeu das nossas sacadas as saudações do povo que aglomerava na rua. Depois, seguindo sempre na mesma ordem de formatura, saudaram os academicos as redações dos jornais, recebendo na passagem vivas entusiasticos e foram em direção ao quartel-general do exercito, diante do qual fizeram alto, saudando o exercito. Aparecendo a uma das janelas o Sr. Dr. Benjamin Constant, ministro da guerra do governo provisorio, falou aos academicos, agradecendo a sua adesão ao governo e declarando que teria gloria em commandar o brilhante batalhão dos academicos. Seguindo o prestito e parando em frente a residencia do Dr. Souza Lima, professor da faculdade de medicina, este incorporou-se aos academicos e dahi seguiu o prestito até a residencia do Sr. Marechal Deodoro da Fonseca, ao qual saudaram os academicos com vivas entusiasticos e delirantes. O chefe do governo appareceu a uma das janelas e ergueu um viva a mocidade academica. Voltando o prestito, dissolveu-se na escola polytechnica, depois de encherem os academicos com seus nomes as listas dos voluntarios do batalhão academico. Uma das listas recebeu os nomes de varios lentes da faculdade.⁶¹

Como é possível observar, o desfile dos acadêmicos e professores da Faculdade de Medicina e Escola de Engenharia, percorreu algumas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, saudando a todos por onde passavam, tendo à frente uma banda de música entoando o hino francês – tentativa de tornar aquele momento com valores coincidentes aos da Revolução Francesa dos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, símbolo maior das reações de contestações populares. Seu destino final foi saudar os dois grandes nomes do momento, Benjamin Constant e Marechal Deodoro, o mentor maior da República e o Chefe do Governo Provisório, respectivamente.

Dos dois batalhões acadêmicos, enfatizo somente o da Politécnica por ter se mantido ativo até quase o final do governo Floriano e que, embora fosse um batalhão de infantaria, por falta de oficiais dessa arma havia, também, os de artilharia. Sua constituição e regulamento foram certificados através do decreto Nº

⁶¹ Fundação Biblioteca nacional - Sessão de Publicações Seriadas - microfilme - PR-SPR 6 (11) – Jornal O Paiz – 1889 – Julho a Dezembro. O Paiz (é a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul) Rio de Janeiro – 17/11/1889.

242, de 4 de março de 1890, do Ministério da Guerra, esclarecendo sobre sua criação, finalidade, compromisso de seus integrantes, a forma segundo a qual seriam preenchidas suas vagas, o tempo de serviço a que estavam sujeitos os acadêmicos, plano de uniformes e responsabilidade pela aquisição do fardamento, a rotina de exercícios e treinamento militares, efetivo e penalidades, dentre outros assuntos.

Nesse batalhão, as funções-chave foram ocupadas por oficiais de carreira do exército por exigirem preparo profissional mais apurado. Nos Art. 3.º e 7.º do decreto, há esclarecimentos sobre seu efetivo e a forma segundo a qual o exército forneceria os seus oficiais⁶².

Mais tarde, em 17 de dezembro de 1891, através do Decreto N. 697 do mesmo ministério, é modificado o regulamento do batalhão acadêmico, dando nova redação aos artigos 3º e 7º, da seguinte forma:

Art. 3.º Os officiaes serão tirados dentre os dos corpos especiaes do exercito e das escolas militares e dentre os alumnos das escolas superiores civis, sendo estes promovidos aos postos de officiaes subalternos e não tendo aquelles direito a remuneração alguma pecuniaria, além da que lhes cabe pelos seus corpos, empregos de cujo exercicio não são dispensados.

Art. 7.º O batalhão terá, de accordo com a tactica em vigor, 21 officiaes e

⁶² Art. 3.º Os officiaes serão tirados dos corpos especiaes do Exercito e alferes-alumnos, não tendo por esse serviço, considerado inteiramente patriotico, remuneração pecuniaria alguma além da que lhes cabe pelos seus corpos, empregos de cujo exercicio não são dispensados. Art. 7.º O batalhão terá, de accordo com a tactica em vigor, 21 officiaes e 400 praças de pret em seu estado completo.

Conforme a Repartição do Ajudante General - Ordem do Dia Nº 59, de 3 de maio de 1890, p. 387, regrados por esse decreto, teve inicialmente a participação dos seguintes oficiais do Exército:

Comandante – Tenente-coronel do estado-maior de artilharia Marciano Augusto Botelho de Magalhães;

Ajudante – Capitão da mesma classe Thomaz Cavalcante de Albuquerque;

Secretário – Alferes-alumno Alberto Peixoto de Azevedo.

Quartel-Mestre - Alferes-alumno Fernando Gomes Ferraz.

1ª Companhia - Commandante capitão do estado-maior de 1ª classe Saturnino Nicoláo Cardoso; subalternos - 1º tenente Augusto Tasso Fragoso e alferes-alumnos João Vespucio de Abreu e Silva e Alarico de Araujo e Silva.

2ª Companhia - Commandante capitão do mesmo corpo de estado-maior de 1ª classe Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz; subalternos - Tenentes da mesma classe Manoel Luiz de Mello Nunes, José Bevilacqua, alferes-alumno Antonio Augusto de Mourta e alferes de cavalaria Edgard Eurico Daemon.

3ª Companhia - Commandante capitão de artilharia Achilles Velloso Pederneiras; subalternos - tenente de estado-maior de 1ª classe Annibal Eloy Cardoso e alferes-alumno Authuliano Barreto Lins e Agostinho de Souza Neves Junior.

4ª Companhia - Comandante capitão de estado-maior de 1ª classe Antonio Pinto de Almeida; subalternos - 1º tenente João Baptista da Motta, 2º tenente Euclides Rodrigues da Cunha e alferes-alumno Francisco Antonio de Arruda Pinto.

400 praças de pret em seu estado completo, a saber:
 Um primeiro commandante com graduação de tenente-coronel;
 Um segundo commandante com graduação de major;
 Um ajudante com a graduação ou posto effectivo de capitão;
 Quatro commandantes de companhia, capitães effectivos do exercito ou com esta graduação;
 Quatro tenentes e oito alferes para as companhias;
 Dous alferes, sendo um secretario e outro quartel-mestre.
 § 1.º O 1º e o 2º commandantes, o ajudante e os capitães, quando tiverem no exercito graduação inferior ás que lhes são conferidas por este decreto, não terão, finda a commissão, honras ou privilegios superiores aos que lhes competirem, pelos seus postos effectivos.
 § 2.º Os officiaes subalternos serão promovidos pelo ministro da guerra, sob proposta do 1º commandante, dentre os alumnos-praças, segundo as suas antiguidades, habilitações e comportamento.
 § 3.º Os alumnos, promovidos a officiaes subalternos, gozarão das honras que competem aos officiaes do exercito, e as conservarão depois de dispensados do serviço por conclusão de tempo.
 O Ministro de Estado dos Negocios da Guerra assim o tenha entendido e faça executar.
 Capital Federal, 17 de Dezembro de 1891, 3º da República.
 Assinam: Marechal Floriano Peixoto e General de Divisão José Simedo de Oliveira (Presidente da República e Ministro da Guerra, respectivamente).

Com essa redação, foi possível a promoção de alguns acadêmicos aos postos de alferes e de tenente – oficiais subalternos. Em seu Art. 7º, tem-se uma descrição do seu quadro de organização mencionando todas as suas vagas. Um dos acadêmicos de engenharia promovido ao posto de Alferes foi André Veríssimo Rebouças⁶³. Findo o período de mobilização, os civis que receberam promoção a oficial, permaneceram com o direito de serem reconhecidos com esses postos acrescidos da designação de honorário⁶⁴.

O Batalhão Acadêmico estava à disposição do governo na medida de suas necessidades e, conforme o § 1º do Art. 1º do decreto de sua criação, tinha a finalidade de “auxiliar a manutenção da fôrma republicana na sua mais elevada expressão”. Os acadêmicos dessa tropa frequentavam seus cursos normalmente e tinham a obrigação de fazer exercícios militares no máximo duas vezes por semana,

⁶³ Fundação Biblioteca Nacional. Biblioteca Digital. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro – 1891 a 1940 – PR_SOR_00165_313394, p. 1035.

⁶⁴ É o caso do Tenente Honorário Luiz Ferreira de Souza que, conforme consta no Diário Oficial da União Nº 10 (12 de janeiro de 1930, p. 884), pediu que fosse contado em dobro o tempo de 25 de outubro de 1893 a 15 de setembro de 1894, para fins de aposentadoria, quando esteve servindo no Batalhão Acadêmico da Escola Politécnica em defesa do governo Floriano contra a Revolta da Armada.

em horários que não prejudicassem as atividades acadêmicas.⁶⁵

O decreto foi formalizado somente quase quatro meses depois da criação do batalhão. Esse intervalo de tempo destinou-se às medidas administrativas de concepção de uma nova organização militar *sui generis*. Aos seus integrantes acadêmicos era assegurado o gozo pleno dos direitos civis e políticos em qualquer momento, independente de sua condição temporária como militares.

Para assentar praça – incorporar e prestar o serviço militar – nesse batalhão, a inscrição se estendia do período da matrícula na escola até 30 dias depois de encerrada e era exigida a lavratura de um documento por escrito em que o jovem, empenhando sua palavra de honra, comprometia-se a cumprir as determinações da destinação do batalhão. A prestação desse serviço garantia a isenção do serviço militar àqueles que terminassem seus cursos. Se não os terminassem, para terem a mesma isenção deveriam servir nesses batalhões por, pelo menos, três anos.

Interessa destacar que os “acadêmicos-soldados” de condição intelectual privilegiada acabavam por desempenhar, também, funções de soldado, menor posição na hierarquia militar. Esse fato se contrapõe ao sentimento de aversão ao serviço militar que se tinha naquele momento, situação normalmente ocorrida com indivíduos de baixa condição social. O serviço militar era o lugar da pior categoria humana. Conforme McCann (2009, p. 29), “ex-escravos e a escória da sociedade compunham grande parte dos praças recrutados por esquadrões de alistamento compulsório”, sendo o serviço militar parte do sistema penitenciário do Império.

Esse batalhão manteve sua constituição até o ano de 1894 e, por esse fato, atuou nos vários momentos conturbados, inclusive na Revolta da Armada⁶⁶.

⁶⁵ Conforme Decreto do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Nº 242 de 4 de março de 1890, que trata da constituição de um Batalhão Acadêmico na Capital Federal e aprova o respectivo regulamento.

⁶⁶ Sedição formada por parte da esquadra nacional chefiada pelo Contra-Almirante Custodio José de Mello, de 6 de setembro até novembro de 1893, e pelo Contra-Almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama deste mesmo mês até 13 de março de 1894, contra o Marechal Floriano Vieira Peixoto (1839-1895), Presidente do Brasil de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, conforme o Relatório dos Presidentes de Província de 1830-1930, Estado do Rio de Janeiro, 1894, p. u864/000002-000040. Esse conflito tem registro, também, no relatório do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Dr. José Thomaz da Porciuncula, a partir de Petrópolis, em virtude de ter sido esta cidade escolhida para capital provisória do Estado do Rio de Janeiro enquanto durasse a revolta. Niterói, antiga capital, constituiu-se em objetivo principal dos sediciosos por possuir base logística naval e fortalezas estrategicamente bem localizadas na margem oposta à cidade do Rio de Janeiro, separadas – ou unidas – pela Baía de Guanabara.

Diante da forte resistência política e militar que sofreu o governo de Floriano Peixoto desde sua posse, motivada principalmente porque sucedeu ao do Marechal Deodoro (1889-1891), sem eleição, contrariando a 1ª Constituição Republicana, foi realizada uma campanha de alistamento para a reunião de tropas a serem somadas ao Exército, que já contava com o Batalhão Acadêmico da Politécnica para a defesa da permanência de Floriano⁶⁷.

O sucesso da campanha permitiu a formação de outros batalhões compostos por civis e militares. No conjunto, esses batalhões foram denominados de Batalhões Patrióticos e, dentre eles, estava o Batalhão Acadêmico da Escola Politécnica⁶⁸.

Nesse período, o episódio mais aguerrido foi a Revolta da Armada, sendo que o bombardeio efetuado pelo Encouraçado Aquidaban, navio de guerra dos revoltosos, contra a Fortaleza de São Domingos do Gragoatá, em Niterói, RJ, em fevereiro de 1894, foi considerado o episódio mais violento da Revolta. Mesmo sofrendo baixas, a Fortaleza foi defendida vitoriosamente até o fim do conflito, com destacada participação do Batalhão Acadêmico da Politécnica⁶⁹.

Na Sessão de nº 14 da Congregação da Politécnica, de 20 de abril de 1894⁷⁰, presidida pelo diretor interino Dr. Antonio de Paula Freitas, observa-se que a escola estava reticente quanto aos deveres e necessidades dos alunos que ainda serviam à República. Ao fim da sessão, todos concordaram com a sugestão do Prof. Paulo de Frontin de flexibilizar o calendário letivo e o de exames, de modo a não haver prejuízos àqueles alunos ainda em armas na defesa da República.

Ressalto que a Escola Politécnica estava subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a este, portanto, dirigia todas as suas demandas.

⁶⁷ Os apoiadores do Presidente Floriano Peixoto ficaram conhecidos por florianistas e o movimento, conhecido por florianismo.

⁶⁸ Conforme o acervo disponível na Fundação Biblioteca Nacional sob a localização: Estante 16, Prateleira 3, documento 15. Os demais batalhões são: Batalhão Tiradentes, Batalhão Frei Caneca, Batalhão 23 de Novembro, Batalhão Benjamin Constant, Companhia Silva Jardim, Batalhão Franco Atiradores, Batalhão Republicano Municipal, Batalhão Francisco Glicério, Batalhão Silva Telles, Batalhão Operário, Companhia Senna Madureira, Companhia de Sapadores, Companhia Defensores da República, 1º Batalhão Provisório de Linha, 2º Batalhão Provisório de Linha, Batalhão Patriótico Gustavo Sampaio, 3º Batalhão Provisório de Infantaria de Linha, Batalhão Patriótico Lauro Müller e Batalhão 6 de Março.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/dhn/chm/box-levantamento-hidrografico/historico.html>>.

⁷⁰ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Museu da Politécnica – Livro de atas das Sessões da Congregação.

Embora os acadêmicos-soldados estivessem sob a jurisdição do Ministério da Guerra, a Escola, para qualquer procedimento administrativo de interesse dos seus alunos que estavam em armas na defesa da república, deveria reportar-se por meio dessa hierarquia ministerial. Significa que, primeiro, dever-se-ia ter a ciência, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que faria contato com o Ministério da Guerra para saber se poderia a escola prever, da forma sugerida na sessão da congregação, sobre a proposta de calendário para exames.

Naquele momento, 20 de março de 1894, a república já vivia o clima de fim de guerra civil localizada na região da cidade do Rio de Janeiro e adjacências. Entretanto, os alunos ainda estavam de prontidão – prontos e esperando ordens para combate em qualquer lugar e a qualquer momento. Por isso a preocupação para não haver prejuízo na formação de seus acadêmicos. A iniciativa da congregação em propor aquele calendário era porque já se tinha a convicção do fim do conflito. Tanto que na mesma sessão da congregação houve a seguinte deliberação:

[...] O Snr Presidente deu conhecimento á Congregação dos officios enviados pelo Club Tiradentes e pela Commissão da Grande Passeata em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, convidando a mesma a se fazer representar nos festejos que tem de realizar-se nos dias 21 e 30 do corrente mez. Resolveu-se que ficasse ao critério dos Lentes acompanhar as manifestações projectadas conforme cada um entender-se acertado. [...].

Houve convite à Escola para juntar-se às comemorações do fim do conflito a serem realizadas em duas datas, deixando sua direção a decisão de participação ou não a critério de cada docente. É uma decisão que contrasta àquela de 19 de novembro de 1889, em que a congregação reuniu-se para deliberar sobre a melhor forma de todos auxiliarem os militares que destronaram D. Pedro II e puseram fim à sua monarquia.

É importante destacar que os governos de Deodoro e de Floriano Peixoto constituem o período em que se verifica uma expressiva influência ideológica dos militares na sociedade civil, a construção dos ideais de república e sua efetiva consolidação. Se a principal atuação no episódio esteve nas mãos de Deodoro e na influência de Benjamin Constant, segundo Carvalho (1990, p. 37), a Floriano coube

salvar e consolidar a República. Foi nesse período que surgiram os Batalhões Acadêmicos, com vida mais longa, como já dito, para o da Politécnica – de 19 de novembro de 1889 até quase o final do governo de Floriano Peixoto –, houve a sua dissolução/desmobilização e retorno de seus integrantes, sem mais interrupções, aos afazeres acadêmicos para o término de seus cursos ou, no caso dos professores, o retorno à docência.

É preciso perceber que, através de muitas iniciativas individuais e institucionais, por mínimas que sejam, no contexto de múltiplas formas e forças, cuja cena histórica, continuo a determinar, está no recorte cronológico desta pesquisa, existe a irrequieta e incômoda condição do Exército brasileiro de se encontrar em permanente estado de construção e reconstrução, motivado pela necessidade de uma transformação modernizadora. Recordando o que já mencionei anteriormente, esse ideal de modernização praticamente nasceu no decurso da Guerra da Tríplice Aliança e, sem nunca cessar, o manteve atento às suas fragilidades. Acompanhando os passos de exércitos mais eficientes, sentiu-se, mais uma vez, obrigado a refazer-se, como veremos na subseção a seguir.

1.3 Práticas Modernizadoras do Exército Brasileiro: a instrução militar e a institucionalização da educação física

Dentro do espírito de modernização do Exército brasileiro, houve, desde o início do século XX, a necessidade de aprimorar sua doutrina de guerra. Prova disso foi a decisão de assinar um tratado de cooperação de instrução militar com o Exército alemão – considerado o melhor da época –, proporcionando, de 1906 a 1912, a constituição de algumas turmas de oficiais brasileiros como estagiários naquele país.

De todos os enviados, um grupo de 13 tenentes, mais conhecidos por “jovens turcos”, destacou-se e ficou consagrado na história militar brasileira porque em muito influenciou na modernização do Exército brasileiro e na promoção de estudos

dos problemas brasileiros⁷¹. O objetivo desse intercâmbio foi o de proporcionar aos tenentes conhecer a cultura daquele exército, aprender sua doutrina e vivenciar novos armamentos e seu emprego, para que, quando de seu retorno, pudessem auxiliar no fomento da modernização do Exército brasileiro. Para o Brasil, naquele momento, o exército alemão era, como já dito, o mais bem preparado, seguido do francês.

Retornando da missão de estudos, esses oficiais passaram a traduzir os manuais militares daquele exército e, com a intenção de divulgar seus próprios pensamentos estratégicos a partir daquela experiência, fundaram, em 10 de outubro de 1913, a Revista A Defesa Nacional⁷², dedicada a assuntos militares e estudo de problemas brasileiros⁷³.

Essa efêmera experiência educacional verificada pelos tenentes deveria ter sido estendida em uma segunda oportunidade. Entretanto, isso não foi possível por causa da deflagração da Primeira Grande Guerra Mundial e, agravada pelas agressões que a Marinha de Guerra alemã covardemente impingiu ao Brasil, tal desejo tornou-se impossibilitado. Essas agressões, somadas ao fato de ter sido a Alemanha uma potência vencida, obrigou o Brasil a transferir todo o seu projeto de modernização militar para a França. Seu exército era eficiente e possuidor de uma doutrina de guerra consagrada no último conflito. Depois de negociações diplomático-militares, o resultado foi a contratação da Missão Militar Francesa de

⁷¹ São eles: Bertholdo Klinger, Estêvão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino de Carvalho, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Francisco Jorge Pinheiro, José Pompêo Cavalcante de Albuquerque, Euclides Figueiredo, Brálio Taborda, Amaro de Azambuja Vila Nova e Maciel da Costa. Essas informações podem ser verificadas em MALAN, 1988, p. 13 e 17; e no Fac-símile da portada do Nº 1, Ano I – 10 de outubro de 1913 apud A Defesa Nacional (Jan/Mar-93, p. 2).

⁷² Essa revista foi criada em 1913, destinada a servir de veículo para a difusão dos conhecimentos militares adquiridos na Alemanha. Tratava de doutrina de guerra, cultura militar, análise de operações militares nacionais e estrangeiras em algum conflito passado, história militar, tecnologia militar e, também, redigiam editoriais posicionando-se como intelectuais sobre os problemas nacionais, normalmente ligados à educação, ao serviço militar obrigatório e às sociedades de tiro.

⁷³ Destaco, dentre eles, Bertholdo Klinger, natural da cidade de Rio Grande, RS, nascido em 1884 e falecido em 1969, no Rio de Janeiro, e Euclides Figueiredo, nascido no Rio de Janeiro em 1883, e falecido em Campinas, SP, em 1963, pai do General de Exército João Batista de Oliveira Figueiredo, último presidente do regime militar brasileiro, de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985. Essas informações podem ser verificadas na Fundação Getúlio Vargas-Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-CPDOC.

Instrução (MMFI), chegando em 1920 e permanecendo até 1940⁷⁴.

Seu final coincide com o agravamento das condições da Segunda Grande Guerra Mundial, momento também decisivo para o Brasil que, sendo convencido a participar, desembarca com sua Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos campos de batalha na Itália. De um momento para o outro o país é obrigado a substituir seu investimento doutrinário dos últimos vinte anos pelo do americano, exército a que esteve subordinado durante toda a sua campanha.

A cooperação francesa proporcionou inúmeras transformações em todos os recantos da estrutura organizacional, operacional, didático-pedagógica e arquitetônica do nosso Exército. Um dos ambientes afetados por essa onda foi a Escola de Sargentos de Infantaria, situada na Vila Militar do Bairro Deodoro na cidade do Rio de Janeiro. Essa escola já estava em processo de criação e transformação quando da chegada da MMFI e, submetendo-se a essa mudança, foi uma das primeiras instituições a ter seus concludentes, a primeira turma em dezembro de 1920, instruída segundo a nova doutrina⁷⁵.

A Escola de Sargentos de Infantaria (ESI) foi uma importante instituição de ensino militar⁷⁶ e sua história começa a ser escrita em 10 de janeiro de 1920, por força da Lei Nº 4.028⁷⁷, quando o Ministro da Guerra transforma o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos em Escola de Sargentos de Infantaria, cuja finalidade era a de formar sargentos instrutores para atender a demanda das Linhas de Tiro, Tiros de Guerra e E.I.M., visto que o número de oficiais não atendia à demanda.

Nessa escola eram formados sargentos para exercerem algumas funções de comando até então exclusivas dos oficiais. Sua preparação visava à formação do sargento, aproximando-o das condições inerentes à qualificação de um oficial, notadamente um profissional de uma posição social e profissional acima do que seria esperado de um sargento. Entenda-se, com isso, que tais sargentos podiam

⁷⁴ Revista Brasil-Europa. Correspondência Euro-Brasileira 141/2 (2013:1); MALAN, 1988, p. 39-95; Relatório do Ministro das Relações Exteriores de 1916 e 1917, p. u1787/000045, 000083-000095 e 000099; Relatório do Ministro da Guerra de 1917, p. u2254/000138-000139; Relatório do Ministro das Relações Exteriores de 1917 e 1918, u1788/000107, 000122, 000137, 000142.

⁷⁵ Relatório do Ministro da Guerra de 1920, p. u2333/000086-000087.

⁷⁶ Sua herdeira é a atual Escola de Sargentos das Armas (EsSA), localizada na cidade de Três Corações, Minas Gerais.

⁷⁷ Disponível em Câmara dos Deputados: [j<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-4028-10-janeiro-1920-570887-norma-pl.html>](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-4028-10-janeiro-1920-570887-norma-pl.html).

assumir a função de comandante de pelotão, direção e responsabilidades em missões de instrutor/professor que, em muitas oportunidades, os manteriam destacados de seus aquartelamentos, representando sua corporação em condições de exigência comportamental irretocável.

Com esse perfil profissiográfico, o exército idealizava atender – e mesmo assim não conseguiu – as necessidades das diversas organizações que a ele acorreram para a expansão da educação militar. Foi uma tentativa de se mostrar à altura dessa expansão, disponibilizando profissionais capazes, competentes e confiáveis para o mercado educacional.

O primeiro curso de sargentos funcionou em 1920 e teve seu regulamento aprovado pelo Decreto Nº 14.331, de 27 de agosto do mesmo ano⁷⁸. Com duração de 12 meses, sua rotina escolar incluía instruções típicas de um curso de infantaria, como a prática da ginástica, do tiro, dos exercícios de combate e todas as demais instruções que, além de torná-los muito bons profissionais, tinham a preocupação de dar-lhes a compreensão da importância do “aprender para ensinar”, habilitando-os, ainda, a servir em companhias de infantaria e de metralhadoras.

Os sargentos tinham, portanto, o dever de serem instruídos a comportarem-se como instrutores, como comandantes. Posto dessa forma, deveriam ter condições de agir com independência e autonomia, com as mesmas responsabilidades até então dispensadas somente aos oficiais, porque estariam servindo como instrutores e únicos militares, tendo, em muitas oportunidades, que reportarem-se a autoridades locais.

Ao fim do curso, dentre os aprovados seriam promovidos a 2º sargento os alunos com grau 8 ou mais, e promovidos a 3º sargento os demais. Mesmo entre os aprovados, havia, junto à nota final, a indicação de “apto para instrutor” ou “insuficiente para instrutor”. Portanto, os aprovados nas condições de insuficiência poderiam, mais tarde, aprimorando-se, recuperar as condições de aptidão ao cargo de instrutor.

Às sociedades de tiro era facultado submeter à matrícula, nessa Escola de Sargentos de Infantaria (ESI), um sócio seu, objetivando tê-lo, depois de formado, como seu instrutor, proporcionando maior autonomia pedagógica. O mesmo poderia

⁷⁸ BRASIL. Actos do Poder Executivo, 1921, p. 154-171.

ser feito para os graduados das polícias que fossem forças auxiliares do exército. Em ambos os casos, os matriculados estavam sujeitos aos mesmos rigores e exigências seletivas, não obtendo, ao final do curso, nenhum vínculo profissional com o exército⁷⁹.

Com isso, o Ministério da Guerra oportunizava a formação de especialistas de confiança, aprimorando, nesse seguimento, o perfil de seus profissionais e contribuindo para a expansão da presença de sua educação militar, tendo em vista que, para onde fossem esses profissionais, certamente seriam multiplicadores, seriam instrutores para outros alunos, conforme o modelo de sua formação.

Antes da criação da ESI, o Ministério tentou, em 21 de novembro de 1917, por meio do Decreto Nº 12.718, em que criava o quadro de sargentos instrutores, satisfazer a demanda das mesmas instituições de ensino militar por instrutores. No texto dessa lei, havia a possibilidade de ascensão na carreira aos terceiros sargentos, podendo chegar à patente de primeiro sargento em pouquíssimo tempo. Se terceiro sargento, seria promovido a segundo em seis meses e a primeiro, três meses depois. Se segundo sargento, seria promovido, de igual forma, a primeiro três meses depois, sendo esta a última promoção. Para habilitar-se a esse quadro, o sargento deveria já ter frequentado o curso de aperfeiçoamento da instrução de infantaria e ter sido instrutor de alguma instituição, conforme já enumeradas.

Diante desse decreto e da criação da ESI, reconheço-os como esforços aquém das necessidades verificadas, diante da resposta positiva da sociedade civil, em atender à solicitação desafiadora do Ministério da Guerra na construção de uma reserva militar de grandes proporções. Por isso mesmo, em 1921, o Ministério da Guerra autorizou a contratação, para a ESI, de um professor de jogos de defesa corporal aplicados à esgrima de baioneta, como forma de aperfeiçoar a ofensiva no combate corpo a corpo. Mandou construir, ainda, um estádio nos moldes do maior avanço didático/pedagógico, conforme recomendação dos franceses, que ficou pronto no ano seguinte, produzindo um inestimável ganho para a instrução física⁸⁰, passando a educação física/ginástica francesa a ser obrigatória não somente no Exército, como também nos ambientes escolares civis. Isso não quer dizer que a substituição das outras culturas por esta – a sueca foi muito presente – tenha sido

⁷⁹ BRASIL, 1921, p. 154-171.

⁸⁰ Relatório do Ministro da Guerra de 1921, p. u2334/000045.

apoiada por todos os educadores. Muito pelo contrário.

Resultou disso, também, que o novo manual de educação física/ginástica, traduzido do francês e destinado a todas as armas, com o título de “Regulamento de Instrução Physica Militar (1ª parte)”, foi introduzido oficialmente pelo Decreto Nº 14.784, de 27 de abril de 1921⁸¹. A segunda parte foi aprovada pelo Decreto Nº 15.797, de 10 de novembro de 1922⁸².

Se tiver que indicar qual legado foi o mais marcante da passagem da MMFI, destaco a instrução física. Esse é, sem dúvida, o mais perene de todos e sua herança se mantém até os dias atuais. Sua materialização foi iniciada por normativas constantes na Portaria SN do Ministro da Guerra, de 10 de janeiro de 1922, que criou o Centro Militar de Educação Physica (CMEP)⁸³. O Centro era destinado a dirigir, coordenar e difundir o novo método e suas aplicações desportivas, com direção própria e funcionando dentro das instalações da ESI, considerando-se, por isso, a ela anexa. Destinado aos oficiais-instrutores, o curso tinha duração de três meses, assim como o destinado aos sargentos-monitores. Havia, de igual forma, o curso de demonstração para oficiais, com duração de um mês. Inicialmente, os cursos eram dirigidos por um oficial da MMFI, auxiliado por dois oficiais brasileiros conhecedores do novo método.

Desde então, o termo consagrado para a designação de trabalhos de educação corporal passou a ser “Educação Física”, inexistindo a confusão com o outro termo muito presente, a “ginástica”. A condução francesa no CMEP teve a participação de muitos oficiais brasileiros, tanto de arma quanto de médicos. Não foi, portanto, uma ação apartada de nossa presença, de nossa influência.

O Capitão Médico Claro do Prado Jacques foi uma dessas presenças. Ele fez uma palestra na ESI e CMEF – provavelmente entre 1922 e 1924 – sobre noções gerais dos exercícios físicos e sobre uma série de outras circunstâncias e mecanismos correlatos do mesmo tema. Tal palestra foi editada bem mais tarde na revista O Tiro de Guerra Nº II (1927, p. 15). Sobre os benefícios dos exercícios físicos, disse:

⁸¹ BRASIL – Actos do Poder Executivo v. III – 1921, p. 687-719.

⁸² Relatório do Ministro da Guerra de 1922, p. u2335/000127.

⁸³ Relatório do Ministro da Guerra de 1922, p. u2335/000152-000156.

Uma das partes mais interessantes da instrução militar é incontestavelmente a educação physica. Não é preciso realçar aqui a sua importancia e necessidade sob o duplo ponto de vista hygienico e esthetico, pois a experiencia e a observação de longa data já demonstraram cabalmente que a pratica methodica dos exercicios physicos influe favoravelmente sobre a cultura physica, desenvolve harmonicamente todos os systemas e aparelhos, estimula de modo benefico o funcionamento de todos os órgãos, augmenta a resistencia do organismo, permite ao homem manter-se em attitude erecta e elegante e, outrosim, lhe dá iniciativa, decisão, sangue frio e agilidade.

O autor elencava todos os benefícios advindos da prática da atividade física, permitindo ao homem uma composição física harmoniosa, bela, estimulando um funcionamento perfeito do organismo. Afirmava que estimulava a tomada de decisão de modo rápido, racional e no tempo ideal, sendo ressaltada a importância da parceria entre médico e instrutor de educação física, proporcionando a aplicação de atividade com duração e exercícios adequados. Prado Jacques afirmava que a instrução física deveria ser conduzida por profissionais capacitados e ministrada em lições completas, podendo ser em sessões de estudo ou sessões de jogos desportivos. Estabeleceu, igualmente, que fosse composta de sessão preparatória, sessão propriamente dita e volta à calma, interpretação e prática ainda vigentes em nossos dias. Desse modo, já estava em vigor a importância dos professores/instrutores/monitores formados no CMEP.

Outro militar do exército que atuou na formação de instrutores de educação física na ESI/CMEP foi o 1º Tenente Tristão de Alencar Araripe (1892-1969). O militar publicou uma matéria intitulada “Ligeiras sugestões sobre os programmas de instrução militar nas Sociedades de Tiro e Estabelecimentos de Ensino” na revista O Tiro de Guerra Nº III (1926, p. 3-7). Nela, apresenta uma série de considerações metodológicas e pedagógicas a respeito das instruções a esse público específico, os reservistas, baseadas em sua experiência como instrutor daquela organização de ensino.

Dentre suas várias considerações em tom de recomendação, destinadas aos oficiais e sargentos instrutores da mocidade escolar, trabalharei, aqui, somente aquelas que julgo serem oportunas para o desenvolvimento desta temática.

A preocupação principal de Tristão Araripe se assentava em alertar para que se evitasse confundir o ambiente escolar com o ambiente do quartel. Para tanto, era

exigida a escolha de militares com o perfil adequado, isso para não haver desvio de objetivos.

Não se podia perder de vista que era a formação de reservistas de 2ª categoria. Significava que era um cidadão instruído por uma categoria da instância formativa militar que efetivamente não o preparava totalmente para a guerra. Ele recebia as instruções mínimas e fundamentais, principalmente a respeito do tiro, maior importância na formação. Em caso de necessidade real, ele deveria ser submetido ao complemento de sua formação combativa para estar em condições de ser deslocado ao campo de batalha.

Quanto à instrução física, o que mais importava não era a formação de atletas, já que não havia tempo suficiente para isso. O que se desejava era o despertar do interesse pelos exercícios físicos e pelos jogos desportivos, necessitando de orientação durante sua prática, a fim de evitar equívocos.

Tristão Araripe propunha, ainda, que os exercícios de marcha – executados sob a ótica da pedagogia militar – deveriam ser graduais e sucessivos, com seu registro para cada aluno, mencionando, inclusive, o equipamento e desempenho em cada exercício. Sugeriu que deveriam tornar os exercícios de marchas – normalmente de 4km a 24km equipados – como uma tarefa em cujo ponto de chegada houvesse uma forma de recompensa que envolvesse lazer e descontração. Esse objetivo deveria ser do conhecimento prévio, para que despertasse um desejo e uma determinação motivadora para a sua realização. O local de cumprimento da missão, a chegada, deveria ser aprazível como um passeio ou uma excursão.

Outro resultado, fruto da cultura da educação física militar do CMEP, foi a produção intelectual. Na primeira década de existência dessa instituição, havia ao menos dois livros de autores nacionais considerados por Tristão Araripe como relevantes e que estimulavam sua leitura como orientação à prática de atividades físicas: o Manual de Instrução Physica do Capitão João Barbosa Leite e do Tenente Jair Dantas Ribeiro – instrutores da Escola de Sargentos de Infantaria – que, conforme propagandeado em O Tiro de Guerra Nº III (1926, p. 7), e mesmo sendo originalmente destinado à instrução física militar, poderia “ser applicado, de um modo geral, à Educação Physica dos jovens de constituição normal”, e o Guia do Candidato a Reservista, de autoria do Tenente da Reserva Manuel Vieira Halley,

auxiliar de Araripe em sua passagem pela mesma escola.

O Tenente Dantas Ribeiro, instrutor de Educação Física, foi um dos profissionais da área durante muito tempo. A revista *O Tiro de Guerra* disponibilizou inúmeros apontamentos sobre a matéria e estava sempre à disposição de responder a consultas. Sua formação esteve baseada na escola francesa de educação física, adotada como modelo para o Exército brasileiro⁸⁴.

Enquanto os franceses davam os primeiros passos em direção à modernização do Exército brasileiro, o ano de 1920 reservava uma grata surpresa desportiva para o Brasil, de proporções e reconhecimento internacionais. Fernando Soledade, médico da Diretoria Geral dos Tiros de Guerra do Ministério da Guerra, juntamente com o 1º Tenente de Infantaria do Exército, Guilherme Paraense (1884-1968), Afrânio Antônio da Costa (1892-1979) e com os gaúchos Sebastião Wolf (1869-1936) e Dario Barbosa (1882-1965), compuseram a primeira delegação olímpica brasileira, que participou da 6ª Olimpíada da Era Moderna em Antuérpia, Bélgica, de agosto a setembro de 1920.

Na figura 02 reproduzida a seguir, mostra um flagrante da participação brasileira naquele evento. Como motivo principal, a equipe da Suécia, vice-campeã, com 14 atletas na exposição. Ainda que haja menção ao terceiro lugar para o Brasil, deste aparece somente o Tenente Guilherme Paraense, posicionado na extremidade direita, o mais elegante e de traje mais escuro. A elegância a que me refiro é designativa dele trajar um casaco e uma calça com cortes adequados à sua compleição física, estar com um bom chapéu e calçar botas, formando um conjunto de muito boa vestimenta. Os demais vestem uma calça e um casaco com cortes inadequados, parecendo-lhes grandes, amarrotados, com chapéus também amarrotados e calçando sapatos em terreno descampado.

⁸⁴ *O Tiro de Guerra*, 1930, p. 27-30.



Figura 02 – Antwerp 1920-The Swedish team (SWE) 2nd and 3rd. (Antuérpia 1920 – A equipe Sueca (SWE) 2ª colocada e a 3ª colocada. Traduzido pelo autor).

Fonte: Arquivo fotográfico do Comitê Olímpico Internacional.

Nesta Olimpíada em que o Brasil foi convidado a participar, sua delegação possuía 21 atletas nas modalidades de natação, polo aquático, saltos ornamentais, remo e tiro⁸⁵. A equipe de atiradores, única laureada, conquistou três medalhas: a

⁸⁵ O convite foi feito pelo rei da Bélgica, Alberto I, país torpe e cruelmente atingido pelos alemães durante a Primeira Grande Guerra Mundial, entre 1914 e 1918. Foi uma forma cordial de agradecimento por todas as demonstrações de apoio e apreço em razão daqueles duros dias. Diferentemente da neutralidade do governo brasileiro em relação ao conflito antes de ser, também, ofendido pelos alemães, houve algumas iniciativas particulares e estaduais em defesa e apoio àquela nação. Segundo Claro (2014), na cidade do Rio de Janeiro foi constituída, em março de 1915, “A Liga Brasileira pelos Aliados”, uma associação civil com a determinação de reunir protestos e fundos orçamentários em apoio aos atacados pelos alemães, mais especificamente aos belgas. A essa entidade reuniram-se muitos homens ilustres do Rio de Janeiro, angariando quatro contos de réis e enviando-os à rainha belga, Isabel da Baviera. A Liga encerrou suas atividades em julho de 1919, depois de assinado o tratado de paz. O Rio Grande do Sul também teve o concurso de alguns municípios, por solicitação do seu presidente, Borges de Medeiros, no recolhimento de dinheiro em favor da Bélgica, no mesmo propósito de socorrer aquela nação. A cidade de Pelotas foi uma das que acederam ao apelo e seu intendente municipal assim informa: “attendendo a resolução desse Conselho, em officio n. 4 de 22 de outubro, remetti ao sr. dr. secretario da Fazenda, por intermedio do Banco da Provincia do Rio Grande do Sul, a quantia de 2:000\$000, em prol da gloriosa Belgica, ficando assim attendido o appello em tempo dirigido a esta Municipalidade pelo benemerito presidente do Estado, dr. A. A. Borges de Medeiros” (RELATÓRIO de 1919, p. 8). Em retribuição e agradecimento por esses esforços, o Rei Alberto I, através de decreto de 19 de fevereiro de 1919, conferiu a condecoração Grande Codão Ordem de Leopoldo II à Borges de Medeiros (DIÁRIO POPULAR Nº 195, de 27 de agosto de 1919, p. 1).

primeira medalha de ouro olímpica brasileira e Sul-Americana pelas mãos de Paraense e a de prata com Afrânio da Costa; a medalha de bronze, na modalidade por equipe, foi conquistada com a participação de todos⁸⁶. Nessa modalidade, o Brasil conquistou o terceiro lugar geral com apenas cinco atletas, todos premiados, a Suécia o segundo com um total de 23 medalhistas e os Estados Unidos da América, conquistaram o campeonato com 18 atletas medalhistas. Neste caso, a grandiosidade qualitativa do Brasil foi expressiva diante da grandiosidade numérica e também qualitativa dos demais⁸⁷.

Mesmo com o histórico de dificuldades enfrentado pelo tiro, nessa olimpíada o Brasil ficou consagrado como sendo a 3ª melhor equipe de tiro de pistola, com 2.264 pontos, sendo superada somente pelo 2º lugar da equipe sueca, com 2.289 pontos, e pelo 1º lugar da equipe americana, com 2.372 pontos⁸⁸. Foi a única equipe Latino-americana laureada.

Com esse resultado, os esforços para o desenvolvimento do tiro no Brasil foram recompensados, principalmente os do Ministério da Guerra através da Diretoria Geral dos Tiros de Guerra. Isso porque toda a equipe olímpica era de sócios-atiradores das sociedades de tiro, Tiros de Guerra, e tinham um histórico de êxitos em competições nacionais e na Argentina. O Tenente Paraense era sócio do Tiro Brasileiro do Leme, Tiro de Guerra Nº 5⁸⁹, Soledade sócio do Tiro Federal Nº 7⁹⁰, Afrânio Costa sócio do Revólver-Club⁹¹, todos na cidade do Rio de Janeiro, Sebastião Wolf e Dario Barbosa, sócios do Tiro Brasileiro de Porto Alegre, Tiro de Guerra Nº 4⁹².

No entanto, ao que tudo indica, aqui no Brasil esse destaque não teve oportunidade de servir de deleite e nem mesmo foi utilizado como exemplo. Isso porque nosso sucesso olímpico ficou restrito somente à modalidade do tiro. As demais habilidades esportivas e/ou desportivas ainda precisavam ter suas bases

⁸⁶ Disponível no sítio eletrônico do Comitê Olímpico Brasileiro.

⁸⁷ Disponível no sítio eletrônico do Comitê Olímpico Internacional: Olympic. Org - Official Website of the Olympic Movement.

⁸⁸ Ibidem

⁸⁹ O TIRO Nº 66-67, 1914, p. 675.

⁹⁰ O TIRO Nº 5, 1909, p. 169.

⁹¹ O TIRO Nº 69, 1914, p. 831.

⁹² O TIRO Nº 66-67, 1914, p. 645.

lançadas ou, em alguns casos, melhor trabalhadas.

1.3.1 Práticas de Educação Corporal e Preparo para a Guerra: a educação física e a ginástica

Conforme Soares (1994, p. 64-65)⁹³, a Ginástica na forma sistematizada e com características de cientificidade surgiu na Europa com o alvorecer do século XIX, tendo as escolas sueca, alemã, francesa e inglesa como mais afamadas. Essas escolas estavam associadas aos interesses da sociedade industrial e para tanto, preocupavam-se com a ergonomia e com a disciplina, conformando um trabalhador de tipos físico e emocional ideal.

A cientificidade da educação física/ginástica⁹⁴ se dava pela presença da medicina como sua “tutora”, tendo seus profissionais posturas de guardiões da saúde física, permanecendo durante muito tempo como seus maiores responsáveis. Para qualquer uma das escolas de ginástica mencionadas, havia três finalidades em comum: exercer a função de promoção da saúde do corpo, retardando ou evitando doenças, principalmente as fatais; desenvolver, no corpo e na mente, um vigor generalizado, possibilitando melhor qualidade de vida e saúde, essenciais na preparação para a industrialização e para a vida militar; e auxiliar na valorização de aquisição de elementos de moralidade, ao direcionar, principalmente a juventude, aos costumes de uma vida regrada de hábitos salutarres⁹⁵.

⁹³ O livro de Soares, intitulado *Educação Física: raízes européias e Brasil*, relaciona a vocação inicial do corpo do homem com a produtividade, o trabalho. Traça o caminho percorrido até que chegasse ao Brasil, no Século XIX, e os ideais de constituição de um novo homem. Apresenta, dentro dos ideais higienista e eugenistas da época, a vinculação de que o corpo humano populacional sadio significaria o corpo social nacional também sadio. Em seguida, apresenta a educação física escolar no empreendimento da constituição da saúde, evitando, portanto, riscos de doença. História a associação entre ginástica, saúde, disciplina e civismo, exigindo que a sociedade a praticasse. Disserta, ainda, sobre as várias culturas de métodos de educação física, notadamente a alemã, a sueca e a francesa, que vigoraram no Brasil.

⁹⁴ Mais à frente, no decorrer do texto, há explicações para o uso dessa dupla nomenclatura.

⁹⁵ SOARES, 1994, p. 65.

Sobre o surgimento da educação física/ginástica no Brasil, segundo Castellani Filho (1994, p. 34)⁹⁶, o primeiro método a chegar foi a ginástica alemã, em 1860, através do alferes de Estado-Maior Pedro Guilhermino Meyer, alemão, com a função de contramestre de ginástica da Escola Militar. O sistematizador deste método, amplamente caracterizado pedagogicamente por sentimentos nacionalistas e de patriotismo, foi Friedrich Ludwig Jahn que conviveu muito próximo a soldados durante sua infância⁹⁷. Além dessa evidência, há outros autores convencidos de que, desde 1823, houve inúmeras personalidades na área da educação e da política interessados na prática da ginástica, tanto em ambientes educacionais militares quanto nos civis.

No Brasil, outro fato que corrobora com essa assertiva é o Decreto nº 2.006, de 24 de Outubro de 1857, que aprovava o regulamento para os colégios públicos de instrução secundária do Município da Corte. Por este, o Imperial Colégio de Pedro II passava a ter a disciplina de Exercícios Ginásticos em seu currículo sem, no entanto, que esta fosse obrigatória. Conforme o Artigo 10º desse decreto, o aluno poderia ter o seu diploma de bacharel ao término do curso sem frequentar as aulas de Desenho, Música, Dança, Ginástica e Italiano. Composto essas disciplinas, uma categoria de menor importância ou mesmo acessória na formação dos alunos estaria estipulado no Artigo 13 que poderiam acontecer às quintas-feiras – considerado dia não letivo – e nos intervalos destinados ao recreio, desde que fossem consultados os professores.

Essa legislação de fato não incentivava a atividade física, representada pela dança e exercícios ginásticos. Entretanto, era o embrião de uma iniciativa que, embora não tivesse caído em terreno fértil naquele momento, representava uma tentativa pioneira em escola não militar e que seria retomada de forma diferente pouco depois.

⁹⁶ Na obra de Castellani Filho, *Educação Física no Brasil: história que não se conta*, o autor interpreta a educação física e busca reescrever sua história, mostrando suas muitas concepções nos vários períodos históricos. Apresenta a influência exercida pelos militares juntamente com os médicos no início de sua aplicação e mostra as várias estereotipações para o corpo masculino e para o corpo feminino. Mostra a sua deliberada vinculação com uma identidade cívica nacional, voltada para os projetos de segurança nacional e constituição de uma raça forte capaz de defender a pátria em caso de necessidade.

⁹⁷ GONÇALVES, 2006, p. 52-53.

Houve, de igual forma, em algumas cidades do Brasil, notadamente naquelas com algum vínculo com a cultura alemã por influência da imigração, o estabelecimento de clubes e sociedades de ginástica com atuação expressiva, como a Sociedade de Ginástica Porto Alegre (SOGIPA), fundada em 1867 por iniciativa do comerciante Alfred Schütt, tendo inicialmente a designação de Deutscher Turnverein (Sociedade Alemã de Ginástica)⁹⁸.

Das afirmativas sobre o surgimento dessa prática no Brasil, avalio como resultado um misto de influências estrangeiras e iniciativas nacionais postas em uso por cidadãos comuns ou já com alguma iniciação na atividade que, paulatinamente, vieram se instalando tímida e perseverantemente, até atingir o sucesso verificado em exemplos restritos, ou de forma institucional, em várias partes do Brasil. Outra experiência institucional é a que verifico nos arsenais de guerra, tanto no império quanto na república.

Nos arsenais de guerra, desde 1872, havia a instrução de ginástica para os menores aprendizes artífices em idades de 7 a 16 anos, sendo ministrada por um mestre civil de ginástica. Essa instrução se manteve ativa por muito tempo e assim foi até o início do século XX⁹⁹. Pelo fato dos arsenais serem de gestão do governo central, essa instrução era ministrada em todos os demais arsenais da república em igual período.

À medida que a prática da educação física/ginástica ia fazendo parte da nossa paisagem educacional, surgiam entusiastas, intelectuais destacando seus grandes benefícios. Entre tantos arautos dessa concepção pedagógica, tivemos o jurista Ruy Barbosa com atuação significativa, em fins do Império, em defesa da difusão da ginástica nas escolas, respaldado em exemplos europeus de bom progresso, de promoção da saúde física e mental e a isso se somava uma boa condição moral, de amor à pátria.

⁹⁸ Disponível no sítio eletrônico da Sociedade de Ginástica Porto Alegre-SOGIPA: <http://www.sogipa.com.br/portal/historia/>.

⁹⁹ Conforme Relatório do Ministro da Guerra de 1904, p. u2331/000098, em 1904, o Decreto nº 1.163 de 8 de janeiro, autorizava o Ministério da Guerra a pagar 479\$624 (quatrocentos e setenta e nove mil e seiscentos e vinte e quatro réis) como despesa de remuneração ao ex-mestre de ginástica daquela instituição, Sr. Antonio João Nepomuceno, devidos pelo exercício de sua função no ano de 1902. O valor pago, tendo referência a remuneração prevista para os arsenais de província em 1872, era o equivalente à aproximadamente vinte dias. As razões do porquê de tanta demora no pagamento não foi possível averiguar.

Mais tarde, desde 1916, o advogado e educador Fernando de Azevedo, dedicado ao mesmo tema e igualmente de atuação significativa, desenvolveu estudos em defesa da adoção da educação física/ginástica no ambiente educacional, também pensada como coadjuvante na intervenção da realidade educacional e social, e considerada em condições de extrema precariedade, momento já permeado por conceitos sanitaristas ligados à higiene e à eugenia. O papel destinado à educação física/ginástica era o de proporcionar melhoria das condições físicas e de saúde.

As aulas de educação física/ginástica foram quase que exclusivamente tarefa dos militares no concernente ao período privilegiado por esta pesquisa, por terem sido eles os sistematizadores dessa atividade para o ambiente escolar e também, porque foram os precursores na qualificação desse campo do conhecimento no Brasil. Essa prática estava idealizada nos parâmetros higienistas de boa saúde através de exercícios musculares, os quais proporcionavam um corpo físico capaz de suportar tarefas árduas e extenuantes, possibilitando a um reservista estar apto à guerra, um ambiente inóspito.

Essa instrução despontou como uma proposta da preparação para a guerra e surgiu como disciplina escolar com a seguinte justificativa:

No recente movimento patriótico da reorganização das nossas defesas de terra e mar, faz-se mistér, como complemento á obrigatoriedade do serviço militar, o preparo physico individual para que não tenhamos soldados incapazes da grande missão que lhes é confiada, não possuindo energia, calma, plastica, de musculos atrophizados, escolioticos, symphoticos, sempre descontentes, arrastando-se lentamente mesmo nas cargas e accelerados, emfim, necessitando mais de sanatorios do que de casernas. (O TIRO nº 6, 1909, p. 33).

Conforme mencionado, as condições sanitárias do brasileiro não eram das melhores. Por uma série de fatores percebeu-se os benefícios da educação física/ginástica, por vezes igualmente citada como ginástica militar ou ginástica de flexionamento, tanto para a manutenção da saúde corpórea quanto para ganho muscular, possibilitando um aumento da *endurance*¹⁰⁰, capacidade de resistir às durezas da vida.

¹⁰⁰ Termo de origem francesa, herança da Missão Militar Francesa.

Vejo-me na necessidade de destacar que, nos textos do período, há inúmeras referências à educação física e à ginástica, não sendo possível, por vezes, estabelecer diferença entre as duas, situação própria de uma época em que as compreensões e discernimentos sobre esse entendimento nasciam. Ou seja, surgiam uma como complemento ou sinônimo da outra.

Apenas como uma possibilidade de lançar maior clareza, utilizo-me dos significados de hoje para melhor interpretar aqueles tempos. Portanto, segundo Soares (1992, p. 50), “a Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal”.

A Educação Física engloba um conjunto de elementos pedagógicos basilares para todas as modalidades e estilos de práticas corporais. É possível ver que, no recorte temporal desta pesquisa, essas modalidades de expressões corporais estavam em utilização.

Quanto à definição de ginástica, uma derivação ou uma composição da educação física, encontro-a na tese de medicina de Andrada Junior (1855, p. 28) da forma seguinte:

Dá-se hoje com mais especialidade a denominação de *gymnastica* a uma série de movimentos simples e combinados, dispostos em uma certa ordem, e próprios para fazerem desenvolver gradualmente as diferentes peças de que se compõe o nosso organismo. É a Werner que devemos a idéa deste systema de movimentos methodicos e compassados; o coronel Amorós modificou-o com vantagem, e a addição dos canticos, aconselhada pelo infatigavel Hespanhol, servindo ao mesmo tempo para incutir nos animos dos jovens gymnastas o entusiasmo das acções bellas e grandiosas, é mais um garante da superioridade do seu systema sobre todos os mais. A gymnastica de M. Amorós, não obstante as observações em contrario de Delacoux, tem produzido já resultados mais que satisfactorios; em apoio desta nossa asserção temos uma carta de Pariset, transcripta na obra já citada de M. Froissant, e o relatório da comissão da Sociedade de Medicina de Paris encarregada de examina-la, e no qual figurão os nomes de Macquart, Mezért, Roux, Villermay, Esquirol, Gasc e Bailly. Não cabe nos curtos limites de uma these a descripção sucinta dos vários exercicios de que se compõe a gymnastica pelo methodo de M. Amorós; limitamo-nos unicamente a indicar-lhe a proficuidade e aconselhar seu emprego para a educação da mocidade nos collegios.

Para aquela época, a ginástica estava associada de forma intensa aos exercícios de flexibilidade, equilíbrio e alongamento. Andrada Jr. faz alusão a alguns teóricos que estão no seio da sistematização e aperfeiçoamento da ginástica. Quanto à participação do Coronel espanhol Francisco Amorós y Ondeano (1770-1848) nestes estudos, tanto no método em si quanto na adição de cânticos durante a atividade corporal, faz questão de mencionar que sua intervenção contou com o amparo da sociedade de medicina de Paris. Portanto, havia consenso científico aprovando o método. Esses cânticos são, na atualidade, marca registrada em todos os exércitos, principalmente durante as corridas em pelotões, alternando cânticos, contagens e gritos de guerra, promovendo e desenvolvendo um entusiasmo coletivo contagiante.

1.3.2 A Educação Física/Ginástica e a Promoção da Educação Militar

No Brasil, a prática da educação física/ginástica no Brasil se deu nesse ambiente de entusiasmo pela promoção do tiro como habilidade indispensável aos exércitos. Se, para a nação ser respeitada internacionalmente era preciso possuir um exército capaz, de efetivo correspondente às ameaças e se, para possuir um exército poderoso, era necessário que seus efetivos estivessem bem treinados no tiro e, ainda, sendo a guerra um ambiente que exauria o corpo, era, então, preciso que o organismo do soldado estivesse apto e treinado muscularmente.

Dessa forma, o corpo do atirador passou a ter uma importância tão grande quanto a sua habilidade de bom atirador, necessitando ser preparado para as longas jornadas, as adversidades meteorológicas e as diferentes topografias. Isso sem esquecer que, em combate, é impositiva a realização de milhares de disparos, o que exige excelente disposição física. Esse preparo só era possível através de um condicionamento que aprimorasse o potencial corpóreo e, ao mesmo tempo, desenvolvesse um conjunto de motivações que nutrisse de energia a aceitação de se expor aos sacrifícios. Essas motivações foram responsabilidade das instruções sobre moral.

Moral aqui mencionada não deve ser considerada como adjetivo de regras de conduta ou de bom comportamento, embora tivesse um conteúdo de sentimento de justiça. Educação moral era um tema caro ao Exército e estava sempre em qualquer pauta. Uma boa interpretação sobre esse tema está no “Programma para instrução dos candidatos a reservistas de infantaria de 1928”, como se segue:

[...] destinada a elevar as almas e retemperar os caractéres, a qual é dirigida essencialmente pelos officiaes, e deve merecer-lhes o maior cuidado. Será ministrada não só mediante conferencias que procurem desenvolver a idéa de Patria e como tambem, e principalmente, pelo exemplo constante dos commandantes e a pratica de uma estricta disciplina. (O TIRO DE GUERRA Nº V e VI, 1928, p. 16).

Havia uma série de indicações sobre o modo como o instrutor devia tratar o tema para o desenvolvimento desses sentimentos. Mesmo sendo um tema perene, sempre tratado e vivido, no fundo não era tão fácil ensiná-lo. Os oficiais tinham a prerrogativa dessa responsabilidade por serem os que detinham a melhor condição intelectual e serem os que normalmente conduziam seus homens nos momentos mais difíceis em combate. Eram o melhor exemplo de responsabilidade, capacidade profissional e liderança.

Sobre o papel dos oficiais, é possível perceber sua importância através do relatório do Ministro da Guerra de 1925 endereçado ao Presidente da República:

“É nas escolas militares que se ha de fazer o aprendizado do dever militar e d'ahi hão de surgir os chefes que, com dignidade, o possam ser. Os nossos regulamentos, dando corpo a uma verdade indiscutivel, affirmam que o official é, antes de tudo, um educador”¹⁰¹.

Dessa forma, pode-se depreender sobre o tipo de ambiente das escolas militares formadoras de oficiais, qual tipo de obrigação havia nos objetivos dos regulamentos e, principalmente, qual o perfil dos oficiais: eram, a um só tempo educadores e líderes. Motta (2001, p. 17)¹⁰², para melhor exemplificar o que

¹⁰¹ Relatório do Ministro da Guerra de 1925, p. u2259/000011.

¹⁰² O livro de Motta, *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*, traz informações sobre a estrutura pedagógica ministrada nas várias escolas de formação do oficial de carreira do Exército, contando uma história ao mesmo tempo institucional e pedagógica, trazendo algumas considerações do período imperial, mas concentrando sua escrita a partir da criação da Real Academia Militar em 1810.

representava o oficial na carreira das armas, recorre a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra do Reino de Portugal – homem enérgico e autoritário –, às vésperas da vinda da Corte portuguesa para o Brasil, que, a despeito do poder militar, disse que “um exército vale o que valem os seus oficiais, os seus comandantes”. Os oficiais são peças-chave dos exércitos, na paz e na guerra, noção válida em qualquer tempo, tanto naquele passado, quanto no presente ou mesmo no futuro.

Nas “ligeiras sugestões sobre os programmes de instrução militar nas Sociedades de Tiro e Estabelecimentos de Ensino”, de 1926, havia a seguinte recomendação para a instrução de educação moral:

Tem em vista inculcar no espirito do instruendo duas idéas capitaes – o *Dever* e o *Patriotismo*.– Os processos para ministrar-las são muito acessiveis e comportam pequenas praticas sobre o Amor a Patria, a Disciplina, as Virtudes Militares, sempre exemplificadas por factos colhidos em nossa Historia. Não haverá vantagem e, ao contrario, é ridículo pretender que os instruendos repitam as definições das qualidades moraes, definições que muitos delles não comprehendem e que são preparadas para figurar nos interrogatorios dos exames. A Educação Moral, deve ser constantemente fiscalizada pelos inspectores regionaes e seus auxiliares mas não convem que figurem nos pontos de exame, por ser difficil e mesmo impossivel verificar o que os homens della aprenderam. (O TIRO DE GUERRA Nº III, 1926, p. 6).

Conforme sugestão desse programa de instrução, a educação moral, uma exaltação às virtudes morais, previa sessões/aulas específicas sobre o assunto. Entretanto, dada a sua importância e abrangência, quase que como um tema transversal nos dias de hoje, seus elementos constitutivos poderiam ser colocados em discussão ou lembrados como exemplos a serem seguidos em qualquer momento ou situação, independente do tipo de instrução ou durante a realização de qualquer tarefa, sem que fossem passíveis de cobranças em provas.

Nas práticas militares, sobretudo durante as atividades físicas, há momentos em que o corpo não consegue corresponder a alguma exigência, por exaustão ou por uma aparente incapacidade. Nessas oportunidades, o soldado poderá ser obrigado a conseguir realizar o que lhe parece impossível, por algum argumento que lhe venha aos ouvidos ou à memória, tornando-o capaz de vencer a adversidade, resultando em um exercício de superação.

Tendo-se a ciência de que o corpo é movido pelo prazer, pelas vontades, pelas recompensas, pelas necessidades, pelas paixões, pelas obrigações e pelo dever, esse conjunto de motivações, associadas no todo ou em parte, constituem o que se entende por evocadores ou despertadores de virtudes morais. São as influências proporcionadas por alguns desses motivadores – ou mais – que têm o poder de movimentar o ser humano na direção de alguma conquista ou necessidade.

Sob essa ótica, o filósofo Immanuel Kant compõe um pensamento sobre moral que em muito esclarece a perspectiva aqui tratada. Disse ele:

Ora, num mundo inteligível, isto é, moral, em cujo conceito abstraímos de todos os empecilhos à moralidade (inclinações), pode-se também pensar como necessário um tal sistema de uma felicidade proporcional ligada à moralidade, pois a própria liberdade, em parte movida e em parte restringida por leis morais, seria causa da felicidade universal; conduzidos por tais princípios, os próprios entes racionais seriam os autores de seu próprio bem-estar duradouro ao mesmo tempo em que seriam os autores do bem-estar dos outros. Mas este sistema da moralidade que se recompensa a si mesma é só uma idéia cuja realização repousa sobre a condição de que *cada um* faça o que deve, ou seja, que todas as ações dos entes racionais ocorram como se se originassem de uma vontade suprema compreendendo em si, ou sob si, todo o arbítrio privado. (KANT, 1996, p. 480-481).

Nessa citação, Kant fez uma correspondência entre razão, moralidade e felicidade, conduzido pela interpretação de que as pessoas deveriam fazer aquilo que as tornassem dignas de felicidade. O exercício prático da razão, pautado na moralidade, contemplaria tal desejo. Assim sendo, a liberdade, um dos derivados de uma conduta pautada na moral, estaria garantida no princípio de que cada um deve cumprir sua parte. No que diz respeito às práticas do Exército, o que anima esse compromisso – e de acordo com o filósofo, “uma vontade suprema” – poderá ser qualquer uma das motivações já anunciadas, ou mesmo alguma outra que ia ao encontro de seus ideais: o patriotismo.

Para o Exército, as motivações primordiais a serem desenvolvidas em seus efetivos da ativa e da reserva são as obrigações e o dever, normalmente reconhecidos como “o espírito de sacrifício e de cumprimento do dever”. Esses estão no mister militar. Os elementos constitutivos das virtudes morais podem ser treinados, exercitados, e servem tanto para a paz quanto para a guerra. A base

pedagógica dessas virtudes está centrada no poder que cada um carrega dentro de si, mesmo inconscientemente, e em feitos exemplares dos grandes personagens das histórias militar e política, tanto nacional quanto estrangeira.

O objetivo é que sirvam de estímulo para que todos estejam dispostos a qualquer sacrifício pela defesa da pátria.

Segundo consta na Revista O Tiro de Guerra Nº II (1929, p. 6-7), a disciplina de Educação Moral contemplava os Hinos Nacional, da Independência, da Proclamação da República, da Bandeira, além de conteúdos que despertassem o amor à bandeira, o senso de obediência, a disciplina, a subordinação, o respeito, a dedicação à instrução, o dever e a vontade; enunciava os deveres do cidadão para com o Brasil e para como a sociedade; a importância da família; a força ao serviço do direito (noções sobre exército e armada).

Toda essa tratativa referente à educação moral, observada como componente a ser desenvolvido no campo da educação física, é porque a “vontade” é primordial à movimentação do corpo. Não é o corpo que carrega uma obrigação. São as motivações, vontades, deveres ou obrigações que põem o corpo em movimento. Movimentação do corpo é praticamente toda a energia das ações de guerra. Tendo por base essas reflexões, houve em 1928, uma palestra na Escola Superior de Educação Física de Joinville-le-Pont¹⁰³, na França, sobre educação física, cujo encerramento se deu com o seguinte pensamento: “Assim concebida sobre bases científicas e fisiológicas, a educação physica é, póde ser, mais uma *Escola de Vontade* que uma *Escola de Exercícios*”¹⁰⁴.

Quanto ao trato do corpo, como já mencionado anteriormente, os profissionais que foram sendo preparados para a docência estavam em íntima conexão com os médicos. Ambas as categorias profissionais viam na educação física/ginástica, a possibilidade da realização de uma vasta obra de sanidade coletiva de que muito necessitava o Brasil, principalmente pelo interior.

Esse é um dos fatores para se entender o porquê de tantos médicos interessados no tema. Um deles foi Jorge de Moraes, atuante na política como Deputado Federal e Senador pelo Estado do Amazonas. Moraes, preocupado com o

¹⁰³ Essa escola é a matriz do pensamento sobre educação física que chegou ao Brasil pela cultura dos oficiais da Missão Militar Francesa de Instrução ao Exército brasileiro.

¹⁰⁴ O Tiro de Guerra Nº V e VI (1928, p. 9).

assunto, participou das discussões sobre a educação física do brasileiro e propôs à Câmara dos Deputados, através de um Projeto de Lei, o que se segue:

Projecto

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º. Ficam creadas duas escolas de educação physica, sendo uma militar e outra civil.

§ Para a installação da primeira, fica o Governo autorizado a commissioner officiaes de terra e mar, para estudarem na Europa e America do Norte o que existe de melhor na especie.

§ Quanto á escola civil, poderá igualmente commissioner pessoal idoneo ou contratal-o immediatamente.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir terrenos para que a mocidade das escolas superiores possa, em espaços apropriados, dar-se á prática dos jogos ao ar livre.

Art. 3º. O Governo deverá instituir desde já a pratica da gymnastica sueca e jogos ao ar livre nos seguintes estabelecimentos: Gymnasio Nacional, Collegio Militar e Escola de aprendizes Marinheiros.

Sala das sessões, 21 de setembro de 1905.

– Jorge de Moraes. (Diário do Congresso Nacional Nº 117, do dia 22 de setembro de 1905, p. 1214).

No Brasil, como já consagrado, sabe-se que o que a lei preconiza é uma coisa e o que se concretiza pode ser outra muito diferente. Nesse caso, assim foi. A proposta do deputado foi interessante, audaciosa, porém não exequível. Ela somente se somou a uma série de intenções que participaram de uma forma ou de outra para uma discussão profícua e legítima. Acredito que, em estudos futuros, poderá ser possível a coleta de dados comprobatórios de outras iniciativas e, até mesmo, exemplos de práticas de educação física/ginástica Brasil afora.

A proposta de Moraes previa a criação de escolas de educação física civil e militar seguindo a indicação de aplicação imediata da ginástica sueca no Ginásio Nacional, no Colégio Militar e na Escola de Aprendizes Marinheiros. Coerente com sua intenção, a lei contemplava uma instituição civil e as duas forças militares: exército e armada. Desse modo, indicava, como primeiros passos, os alunos na faixa etária que antecede a idade de prestação do serviço militar, como uma preparação a esta. Esse pensamento era o mesmo dos militares. Desejavam receber, nos quartéis, jovens que já estivessem com as condições mínimas de preparo físico. Constatado isso na revista *O Tiro de Guerra* nº III (1929, p. 14) da seguinte forma:

A nós, do exercito, tem cabido a tarefa penosa de preparar longamente o physico dos que acorrem á bandeira para que possam elles supportar os trabalhos e fadigas da vida de soldado, ao passo que si a educação physica da juventude fosse uma realidade desde a infancia, empregariamos melhor nosso tempo em fazer simplesmente homens para a guerra.

Está claro que o melhor era receber jovens aptos fisicamente, bastando aprimorar suas condições à rotina das exigências da caserna, permitindo que não houvesse perda de tempo na sua preparação na destinação de defensores da pátria.

Outro médico protagonista daquela geração de preocupados pensadores, contemporâneo de Moraes, foi Fernando Soledade, igualmente um entusiasta e atleta de tiro, autor da matéria intitulada “O physico no atirador”, editada na revista O Tiro Nº 5 (1909, reimpressão de 1914, p. 149-152), afirmando que:

No nosso meio, raros muito raros, são os que comprehendem o valor da educação physica como meio seguro, unico, de constituir uma raça de fortes e inteligentes, de resistentes soldados, de ardorosos patriotas e principalmente para sustar a marcha progressiva da tuberculose, esse espantelho das raças de typo ainda mal formado e que entre nós já tem bem entricheirado[sic] o seu reducto de resistência.

A medicina depositava a esperança da cura de muitos males na atividade física. Uma das patologias que mais afetavam a saúde do brasileiro naquele período era a tuberculose, uma doença infectocontagiosa, ligada às condições precárias de vida, sobretudo em habitações inadequadas e de extrema simplicidade, um ambiente muito comum principalmente nas zonas rurais. Essa doença era, ainda, potencializada pelo alcoolismo e pouco asseio.

Citei, até aqui, alguns exemplos de iniciativas de uma nova forma de promoção da saúde através de exercícios físicos, as quais eram implementadas por pessoas das mais variadas áreas do conhecimento, tais como educadores, escritores, juristas, médicos, militares, políticos, sociólogos ou simplesmente pensadores.

Pelo que percebo, as ações mais efetivas e bem estruturadas sobre a prática de instruções físicas no Exército ocorreram nas instituições de ensino militares, tanto naquelas que se destinavam à formação dos militares de carreira quanto nas que se destinavam à formação de reservistas nas Linhas de Tiro, Tiros

de Guerra e nas E.I.M. Na tropa, quartéis que não são escolas – mesmo que eu considere todo quartel uma escola –, essa prática concentrava-se nas mãos de iniciativas individuais até o início da década de 1920.

As E.M.I. eram Tiros – ou Tiros de Guerra a partir de novembro de 1917 – que funcionavam anexas às instituições de ensino civis. Constituíam-se como instâncias de formação militar, cujas instruções/disciplinas eram ministradas por oficiais e sargentos do Exército, e subordinadas à direção da instituição.

No relatório do Ministro da Guerra de 1905, verifico que este ministério, através do Decreto 5.698, de 2 de outubro de 1905, aprovou o regulamento para as instituições militares de ensino, tipificando aquelas destinadas ao ensino de oficiais e praças de pret, elencando, ainda, as normas e regras de seu funcionamento, além de relacionar as disciplinas de cada escola em cada etapa de aprendizado. Dentre essas instituições, as que interessam a esta pesquisa são a Escola de Guerra e a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria¹⁰⁵.

Na Escola de Guerra era ministrada a instrução militar preliminar, a ser completada na escola de aplicação de infantaria e cavalaria, habilitando as praças de pret ao exercício das funções do primeiro posto de oficial em qualquer das armas, funcionando na cidade de Porto Alegre, RS¹⁰⁶. No seu segundo ano havia as seguintes disciplinas destinadas à atividade física: equitação e esgrima a cavalo, hipologia, esgrima de espada, de florete e de baioneta, ginástica e natação¹⁰⁷.

Pelo fato de a escola ter atividades equestres, o adestramento era muito presente, principalmente para os oficiais, quer fossem de cavalaria ou não, porque lhes era exigida a habilidade de um bom cavaleiro, bem como habilidade de esgrima, incluindo com baioneta, aplicando-se a oficiais e não oficiais. A ginástica era a de alongamento e a natação, uma novidade curricular, que servia para ensinar os rudimentos para flutuação e o básico do nado que, julgo, ter sido o Crawl, um estilo básico.

Na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria em Rio Pardo, RS, onde se complementavam e aperfeiçoavam as instruções da Escola de Guerra, estavam previstas as instruções de equitação, esgrima a cavalo, hipologia, esgrima de

¹⁰⁵ Relatório do Ministro da Guerra de 1905, p. u2242/000132.

¹⁰⁶ Ibidem, p. u2242/000134.

¹⁰⁷ Ibidem, p. u2242/000135.

espada, de florete e de baioneta¹⁰⁸. Nenhuma diferença curricular para as atividades físicas. Para o ano de 1906, houve alteração na rotina educacional também para os Colégios Militares. Nos Planos de Ensino, havia a previsão, no quadro de disciplinas, a instrução de “Educação Física e Tecnológica”, constando de ginástica, recreio, o qual envolvia jogos ao ar livre, equitação e velocipedia, natação e instrução militar¹⁰⁹.

A ginástica era composta por movimentos simples com cabeça, tronco e membros, exercícios compostos por posições e deslocamentos, além de exercícios com varas, barras, traves de equilíbrio e saltos de até um metro de altura. Esse conjunto de movimentos visava proporcionar desenvoltura em flexionamentos de alongamentos – significando um ganho de amplitude articular e realização da preparação prévia dos grupos musculares para as atividades que se seguissem aos exercícios – e educação corporal em deslocamentos no plano e na aquisição de equilíbrio. Pertencem praticamente aos primórdios da aplicação dos conceitos de ergonomia.

O recreio era composto por exercícios/ginásticas ao ar livre, jogos também ao ar livre – canchas, campos ou quadras – e velocipedia. Esta era simplesmente a prática do ciclismo em bicicletas, também conhecidas como velocípedes, sem nenhum recurso especial, simples bicicletas urbanas. A curiosidade se dá por conta de ser um veículo novo na realidade brasileira. A novidade foi tão bem aceita pelos brasileiros que, entre fins do século XIX e o ano de 1930, formaram-se, em muitas cidades, agremiações de ciclismo, tanto em ambiente escolar quanto em outros espaços sociais.

Uma das cidades em que essa moda vigorou foi Pelotas. Em novembro de 1897, João Simões Lopes Neto foi eleito presidente do Clube de Ciclistas de Pelotas. Segundo Diniz (2003, p. 105-106), como entusiasta do esporte e do meio de transporte, Simões serviu muito bem ao clube pela divulgação que fazia com regularidade nos jornais, sobre os benefícios do novo veículo. Já de acordo com a revista O Tiro Brasileiro Petropolitano-Nº 12, da cidade de Petrópolis, RJ, dentro das instruções para seus oficiais, inferiores, graduados e atiradores, em 1910, possuía, em sua relação de rotinas, a função de “cyclista” a ser desempenhada por um

¹⁰⁸ Ibidem, p. u2242/000137.

¹⁰⁹ Relatório do Ministro da Guerra de 1905, p. u2243/000478.

atirador com conhecimento de telegrafia ótica¹¹⁰.

Na natação, havia os exercícios de adaptação ao meio, flutuação com a cabeça submersa, jogos e competições, entre outros, para facilitar o desempenho. Estes tinham mais a função de entretenimento que de preparação física. Mesmo assim, exerciam um resultado favorável ao rendimento físico.

Quanto à instrução militar, era a ordem unida armada e desarmada, conhecimento e limpeza do armamento, exercícios de pontaria e disparo sem munição. A ordem unida pode ser considerada uma atividade física porque possibilita a realização de trabalhos de desenvolvimento muscular e resistência. Trabalha a força, a respiração e a flexibilidade, além de ser um eficiente instrumento de apoio à disciplina, organização, postura corporal, obediência, reflexos, autocontrole, autoestima e espírito de corpo.

A equitação compreendia a escola dentro e fora do picadeiro, as várias posições e modos de montar, apejar, pegar nas rédeas, flexões de pés, coxas e pernas, movimento da cabeça e braços, firmeza no governo, freios e pressões, voltas parado e em marcha, enfrear, encilhar e desencilhar, e andaduras¹¹¹.

Em 1913, pela primeira vez um conjunto de disciplinas pertencentes à educação corporal aparece em mapa estatístico de rendimento escolar, conforme discriminado a seguir:

Tabela 02 – Mapa estatístico de exames na 1ª época do 5º ano do curso geral do Colégio Militar do Rio de Janeiro

Ano	Aulas	Matrículas	Aprovações			Reprovação	Faltaram	Soma
			Distinção	Plena-mente	Simple-mente			
5º	Infantaria	60	6	16	10	---	28	60
	Equitação	60	3	10	19	---	28	60
	Gymnastica	60	5	27	---	---	28	60
	Tiro ao Alvo	60	5	10	17	---	28	60
	Esgrima	60	4	8	20	---	28	60
	Música	60	1	31	---	---	28	60

Fonte: Relatório do Ministério da Guerra de 1913, p. u2250/000041.

¹¹⁰ O TIRO Nº 15, 1910, p. 285.

¹¹¹ Relatório do Ministro da Guerra, 1906, p. u2243/000478 e u2243/000479.

Essa tabela demonstra um conjunto específico de atividades de educação corporal caracteristicamente militar, segundo o entendimento do período. Estavam matriculados em todas as disciplinas, 60 alunos que também finalizaram o curso. Receberam destaque por terem apresentado rendimento excepcional (nota máxima), 24 indicações. Receberam destaque por rendimento muito bom, 102 indicações. Foram aprovadas, com a nota mínima exigida, 66 indicações. Duas outras informações são importantes: faltaram a todas as disciplinas 28 alunos e não houve reprovação. Utilizo o termo “indicações” e não “alunos” nas análises das aprovações porque certamente há, para qualquer um dos três tipos de aprovação, alguns alunos com o mesmo sucesso em mais de uma disciplina.

Saindo do ambiente exclusivamente escolar e indo para os quartéis, *locus* da aplicação de tudo que se desenvolve nas escolas, portanto, o *locus* do aprimoramento do “saber militar”, ao contrário do que normalmente se esperava, não foram os sucessos alcançados nas atividades de instrução física, organizada em bases doutrinariamente legais naquelas escolas, que tiveram força para a introdução dessas atividades nos quartéis.

Mesmo havendo, desde 1906, no Regulamento para o Serviço Interno dos Corpos do Exército¹¹² – igualmente ao RISG, é uma compilação normativa que descreve todas as rotinas em um quartel e todas as obrigações de todos os militares em suas funções, cargos e/ou encargos –, uma determinação para que os comandantes de Organizações Militares tivessem como incumbências especiais o prescrito no § 4º do Artigo 27, qual seja, “velar muito especialmente pela execução das instruções de tiro, gymnastica, espada, esgrima de bayoneta, emfim por tudo quanto nesse particular augmente a capacidade e o valor intrinseco profissional dos seus subordinados”¹¹³, observo que o início da prática dos exercícios físicos nos quartéis do Exército, no início do século XX, não foi motivado por qualquer lei ou determinação de ordens superiores, mas, sim, através de iniciativas individuais e pontuais.

O regulamento de que trata o parágrafo anterior é apresentado por uma ordem que foi mandada ser executada pelo Aviso do Ministério da Guerra nº 943, de 22 de maio de 1906 e, mesmo assim, não bastou para ser posto em prática todo o

¹¹² Relatório do Ministro da Guerra de 1906, p. u2243/000314-000384.

¹¹³ Ibidem, p. u2243/000319.

exigido quanto às atividades físicas: a ginástica ficou esquecida. Em parte, isso é compreensível dada a raridade de profissionais formados para isso, já que eram formados por força de seus interesses e esforços individuais.

Sobre esse regulamento, na forma em que foi estruturado, até onde foi possível averiguar, foi o primeiro a ser adotado pelo Exército, passando de tempos em tempos por reedições de atualização, sendo mais conhecido por “RISG”, existindo até os dias atuais com as mesmas propostas regradoras¹¹⁴.

Depois do regulamento de 1906, na sua reedição evoluída de 1909, intitulado “Regulamento para instrução e serviço interno dos corpos do Exército”¹¹⁵, há, nos artigos 72 e 73 do capítulo destinado à instrução dos soldados, a previsão da educação física/ginástica em movimentos de flexionamento até a 12ª semana de instrução, com realização, no verão, entre 5h e 8h e, no inverno, entre 6h e 9h¹¹⁶.

Havia a previsão de três horas diárias destinadas à prática da ginástica, esgrima ou exercícios práticos. Significa que poderiam acontecer as três atividades, duas ou mesmo somente uma. Se fosse somente uma, certamente não seria a educação física/ginástica porque, dada a descrição dos exercícios, seria um tempo demasiado. Também não há clareza sobre a frequência. Quanto às esgrimas, mesmo destacadas formalmente da disciplina de educação física/ginástica, já era percebida como partícipe da educação corporal. Entendia-se por exercícios práticos todas as atividades da instrução que poderiam ser ministradas aos soldados como, por exemplo, ordem unida e tiro¹¹⁷.

Em 1910, o 2º Tenente de Infantaria do Exército Ildefonso Escobar (O TIRO Nº 15, 1910, p. 271-272) declarou que, desde 1906, procurou introduzir e difundir a prática da ginástica militar de flexionamento pelas organizações militares onde serviu por julgar que seus resultados eram realmente muito benéficos para o desenvolvimento físico. Em razão disso, ocupando a posição de diretor da revista O

¹¹⁴ Em razão disso, sou obrigado a contrariar Malan (1988, p. 33), por mencionar que “Nesse mesmo ano de 1915, é adotado o Regulamento dos Grandes Comandos e, no ano seguinte, é aprovado o RISG (Regulamento Interno e dos Serviços Gerais) que sistematiza a vida das Unidades militares”. Dessa forma, seu texto dá a entender ter sido inaugurada a sua adoção em 1916, quando, na verdade, foi em 1906, com o título de Regulamento para o Serviço Interno dos Corpos do Exército.

¹¹⁵ Brasil, 1913, p. 35-137.

¹¹⁶ Brasil, 1913, p. 137.

¹¹⁷ Ibidem, p. 47.

Tiro, edita uma série de exercícios ilustrados e bem explicados para servirem de exemplo àqueles que desejassem sua aplicação. Também há na mesma revista, de nº 19 (1910, p. 403-406; 410-412), imagens e, em alguns momentos, explicações sobre os mesmos exercícios ginásticos – que poderiam ser feitos com bastão – com utilização do fuzil Mauser.

Se, em 1910, temos a percepção de que a implantação da educação física/ginástica no Exército ainda está tentando se estabelecer; se, desde 1905, temos a sua efetiva prática nas instituições de ensino militares destinadas à formação de seus oficiais e praças e se, desde 1908, temos sua instituição como disciplina curricular em toda a rede de ensino equiparada ao Externato Nacional Pedro II com sucesso, concluo que o início formal do ensino da Disciplina de Educação Física/Ginástica – antes dos quartéis, tropa – aconteceu nas Escolas de Instrução Militar e foi conduzida por militares do Exército brasileiro.

Com essa afirmação, não desejo lançar dúvida nas experiências de 1902, verificadas com os jovens entre 9 e 15 anos nas Companhias de Aprendizes Artífices dos Arsenais de Guerra. Também não nego os regulamentos do Exército em que ficava clara a ordem de sua aplicação. Apenas, por não ter conseguido comprovar com dados de maior convencimento a sua frequência e a sua efetiva aplicabilidade, obrigo-me a dar mais relevância às práticas e resultados verificados nas E.I.M.

O próprio Tenente Escobar havia sido instrutor nomeado pelo Ministério da Guerra, para o biênio 1908 e 1909, da E.I.M. do Colégio Paula Freitas, que estava à frente da E.I.M. do Colégio Pedro II em todos os quesitos de qualidade e aplicabilidade do que era exigido por aquele ministério. Sendo nessas instituições que se iniciou o ensino da educação física/ginástica escolar no Brasil, suponho que serviram de “laboratório” para experimentação e evolução de sua pedagogia, currículo e aplicação.

Nesse início, dentro da concepção da formação de reservistas, eram consideradas atividades de educação corporal, ou de educação física/ginástica, as seguintes: Esgrima de Baioneta, Marchas, Exercícios de Evoluções Militares no terreno, Ordem Unida, Ciclismo, Canto e Dança. Para todas elas, fazia-se necessário que as condições de saúde e de resistência física estivessem em dia. À exceção de Canto e Dança, quando faço um contraponto desse ambiente escolar

com o do exército – um ambiente da profissão da guerra, onde sempre houve todas essas atividades –, a novidade que se instala e se explica é que estavam presentes um método e muitas sugestões de ordem pedagógica que delineavam as demais disciplinas, considerando-as com a exclusividade da atividade física, amparada em conceitos da moderna concepção científica da sanidade corpórea.

Quanto à aplicação da educação física/ginástica, a determinação de quem poderia ser beneficiado por ela tanto nas aulas de exercícios físicos quanto nas práticas desportivas, até pelo menos 1930, havia um conjunto grande de regramentos, cuidados e preocupações, tendo a considerar a idade e o sexo dos alunos. De 1908, quando foi orientada por lei a prática de ginástica no Ginásio Nacional e nas demais instituições equiparadas, até 1930, reconheço como sendo um período relativo aos primeiros passos na direção da consolidação e institucionalização desse novo campo do conhecimento e, por isso mesmo muitos equívocos foram cometidos em nome de uma ciência baseada na racionalidade.

A racionalidade apregoada exigia que sua prática, no caso exclusivo da educação física/ginástica, levando-se em consideração a idade e o sexo, devesse dar muita atenção aos tipos de exercícios, sua finalidade, sua intensidade e sua duração. As aulas não poderiam exigir mais do que o corpo pudesse suportar e os tipos de exercícios deveriam ser aplicados de forma gradual e crescente, acompanhando a evolução da musculatura, para não incorrer no erro de se exigir de determinado grupo muscular uma carga para a qual ainda não havia sido preparado, podendo provocar lesões.

Tal preocupação é evidenciada pelo 1º Tenente Jair Dantas Ribeiro, instrutor da Escola de Sargentos de Infantaria, especialista em educação física, em relação ao sexo feminino. Diante de uma reportagem de determinado periódico da cidade do Rio de Janeiro em que aparecia a foto de uma equipe feminina de basquetebol de um colégio particular da mesma cidade, o militar comenta o fato da seguinte forma:

[...] deixa-nos bem perceber a photographia, são mocinhas em pleno periodo de desenvolvimento, em cujas faces risonhas deixavam innocentemente transparecer o prazer que lhes proporciona o interessante, é verdade, mas, talvez, o jogo dentre os menos aconselhados para ser praticado pela mulher, sob a fôrma de competição. (REVISTA O TIRO DE GUERRA Nº VI, 1929, p. 7).

O desporto era visto como uma prática nociva às belas, harmoniosas e frágeis formas das mulheres, crianças ou não, colocando em risco a possibilidade de terem seus músculos desenvolvidos, inconcebível à época. Portanto, atividades físicas e, principalmente, os desportos que possibilitassem contato físico ou mesmo gestos de disputa mais acirrados, pareciam muito desaconselháveis às meninas. O mesmo militar, seguindo na sua negativa avaliação daquelas garotas, ainda diz:

Por alguns instantes, parece que me sinto preso de terrível pesadelo; uma quantidade immensuravel de horrendos defeitos organicos e deformações physicas as mais monstruosas, desfilam rapidamente pelo meu cerebro como que supplicando, não mais um correctivo que a teimosia dos 'racionaes' não lhes proporcionará, porém que os poupe afim de que possam ainda por alguns annos attender, embora de modo precario, às funcções que lhes foram destinadas. (REVISTA O TIRO DE GUERRA Nº VI, 1929, p. 7).

Dantas Ribeiro mostra-se estarecido e descreve o que se passa em sua mente: imagens de todas as possíveis deformações no interior de seus corpos e na estética corporal a que estão sujeitas aquelas mocinhas. Desse modo, antevê prejuízo na sua natural destinação de serem mães, tamanha a avaria de tais práticas. Em seu comparativo entre meninos e meninas, o Tenente acrescenta que, na puberdade, os meninos instintivamente se expõem a oportunidades de atividades de maiores esforços, mostrando comportamentos de virilidade, próprios da natureza da fase por que passam.

De outra forma, para as meninas, a mesma fase coloca-as em situação oposta à dos meninos, levando-as a ter comportamentos de mais calma, tornando-as mais reservadas.

A mulher não é constituída para lutar, mas para procrear. Convém que, em se tratando della, os exercicios contribuam para o desenvolvimento normal da bacia'; qualquer exercicio que seja acompanhado de pancadas, choques e golpes é perigoso para o órgão uterino, por isso que poderá motivar a sua esterilisação pelo deslocamento do utero, deslocamento facil quando este órgão se encontra congesto (época catamenial), incapacitando-a para o desempenho da mais elevada das funcções que lhe são attribuidas. A hygiene, a anatomia e a physiologia condemnam a pratica desses exercicios pela mulher.

Nos conceitos de racionalidade, o corpo das meninas exigia cuidados específicos, principalmente no período que compreendia o ciclo menstrual, em que nada se podia exigir de seu corpo em termos de atividade física. Só movimentos suaves e moderados. O entendimento do corpo feminino, em bases científicas, afirmava a sua grande fragilidade. Compreendendo que a mulher tinha como destinação soberana a procriação, o útero era visto como a parte mais importante de seu corpo, assumindo o papel de regulador comportamental, tanto para ela quanto para aqueles que a tinham sob sua responsabilidade educacional.

Mesmo com essa preocupação quanto às mulheres, em 1916, o 2º Tenente Franklin Barbosa Lima enviou correspondência a todos os diretores de colégios civis do Brasil, solicitando uma apreciação sobre a necessidade ou não da implantação das E.I.M. em suas instituições – acredito que não houve maiores preocupações quanto ao sexo porque essa instância educacional destinava-se aos meninos. Um dos temas privilegiados naquela sondagem foi a instrução da educação física/ginástica. Resultou dessa pesquisa um livro editado no ano de 1926. Este oficial era também um dos estudiosos dedicados à defesa da introdução do ensino militar naquelas instituições e, mesmo transcorridos quase dez anos daquela pesquisa sobre a prática de atividades físicas, ainda mantinha a sugestão do acompanhamento de um médico. Barbosa Lima dizia que

[...] a gymnastica em doses racionais, o medico e o instructor, lado a lado; dar-lhes-iamos o manejo das armas; exercital-os-iamos na pratica do tiro de guerra e exercital-os-iamos na pratica dos sports phisicos adequados a constituição e idade d'elles; fôcalisariamos para a nossa historia Patria e militar, os seus espiritos; dos mais treinados e dos mais capazes fariamos nem só os nossos reservistas, como os cabos e sargentos das nossas reservas; emfim, dar-lhes-iamos tal direcção espiritual a este respeito, que, ao ingressarem nos nossos Cursos Superiores, ahi só tivessemos de cuidar do preparo dos nossos futuros officiaes de reserva. O Tiro nº IV (1925, p. 17).

Franklin dizia ser a ginástica racional e intensiva mais importante que os uniformes escolares – cópias de uniformes militares – e que a instrução com armas, sem, contudo, desprezá-los. Via, na atividade física, a possibilidade de inspirar os sentimentos de respeito à ordem e à disciplina e o amor à pátria e à bandeira através da saúde, força e coragem. Isto, por si só, já se constituía em preparo para a

guerra. Se fosse essa a condução desde a infância, quando os alunos estivessem no ensino superior, dado o nível intelectual, bastava dar-lhes o que faltava para que fossem enquadrados na reserva como oficiais, porque todos os elementos de amor ao país já estariam em seu caráter.

1.3.3 Práticas da Educação Física nas Instituições Civis de Ensino e a Influência da Cultura Militar

Em 1928, o Exército, já há mais de vinte anos presente na educação escolar civil da juventude brasileira – mesmo que não fosse de forma geral e irrestrita –, através do Ministro da Guerra, Nestor Sezefredo dos Passos, sentindo-se um dos guardiões da educação nacional, avaliando que a prática da educação física não correspondia às expectativas, envia correspondência aos comandantes de regiões militares solicitando seu apoio para a introdução da disciplina de educação física em todas as instituições, públicas ou particulares, tendo como modelo o método francês.

Foi uma proposta de intervenção vertical e impositiva. O ministro, reconhecendo os entraves docentes para o exercício da disciplina diante do restrito número de profissionais preparados, resolve, em associação com o Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, Fernando de Azevedo, disponibilizar aos professores desta unidade da federação, o curso de educação física na Escola de Sargentos de Infantaria. Apoiando essa intenção, coadjuvava o Dr. Jorge de Moraes, incansável e devotado à educação, principalmente da educação física, desde 1905¹¹⁸.

Através da revista *O Tiro de Guerra* Nº II (1929, p. 24) pode ser constatado que a atuação de Fernando de Azevedo à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, durante a gestão do Prefeito Antonio Prado Junior, (de 15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930, finda com a revolução de 30), foi muito bem avaliada pelos militares. Reconheceram nele um empreendedor de inestimável serviço à educação local e nacional, além de ter sido um grande parceiro do Ministério da Guerra no que tange à educação e à educação física. Ao que parece,

¹¹⁸ *O Tiro de Guerra* Nº V e VI, 1928, p. 2.

em muitos aspectos esses parceiros tinham os mesmos pontos de vista.

Fernando de Azevedo, a julgar pela obra “A Educação e Seus Problemas”, volume VIII, tomos I e II¹¹⁹, comporta-se como filósofo, sociólogo, educador e, acima de tudo, como um apaixonado por seu país. Em sua escrita, utilizando-se inclusive de jargões militares, apresenta uma robusta defesa da educação e da educação física que remete ao pensamento dos militares sobre a educação. Isto porque, em toda a sua tratativa de ressaltar sua importância, sua argumentação apresenta-se como a de um estrategista. Talvez até mesmo por ser esta a forma com que, à época, o tema merecesse ser posto: uma questão de estratégia. O autor trava, em muitos momentos, uma correspondência textual que mistura educação, pátria e unidade nacional como se estivessem compondo uma só necessidade.

Quanto à gestão da educação física, desde 1923 – não percebi escritos anteriores com a mesma proposição – o posicionamento de Fernando de Azevedo era o seguinte:

O exercício, – já se disse e nunca será demais repeti-lo, – é uma espada de dois gumes... Já é, pois, tempo de o Estado chamar a si a direção suprema da educação física escolar ou atlética, subordinando a um aparelhamento de assistência social, 'organismo diretor e coordenador', essas unidades esportivas espalhadas por toda parte e por vezes com intuítos divergentes dessa alta finalidade educativa, que, segundo a fórmula lapidar de Víctor Delfino, é 'a força pela saúde', e não a preço dos altos interesses da cultura. (AZEVEDO, 1958, v. VIII, tomo II, p. 43).

Essa fala ocorreu em 14 de julho de 1923, na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, na abertura das competições atléticas promovidas pela Escola de Cultura Física. Seu ponto de vista, se não influiu, pelo menos pode ser considerado

¹¹⁹ O livro de Azevedo, *Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais*, é um tratado de sociologia aliado aos processos educativos, à sua estrutura, à organização escolar, às doutrinas pedagógicas e à transmissão cultural. Dessa forma, dentre tantos assuntos, aborda a educação como um fenômeno social, falando de coesão social e das tradições, além de abordar sobre a educação nas sociedades primitivas, origens e a evolução da escola, as relações da escola com as classes sociais. Alude, ainda, aos sistemas escolares e aos problemas sociais pedagógicos. Os outros livros de Azevedo, intitulados *A Educação e seus Problemas*, volume VIII tomos I e II, são uma coletânea de temas ligados à educação que foram motivo de palestras, discursos, aulas, conferências em vários lugares do Brasil, desde a década de 1920. Há muitas discussões, avaliações e sugestões, tanto de âmbito nacional quanto local, conforme a sua atuação no momento e no lugar. A educação é motivo de preocupação em todos os níveis e em todos os recantos. Faz sugestões sobre o dever do Estado para com a educação que, segundo ele, é o elemento de agregação e união nacional. Destaca, ainda, a necessidade da educação física na escola e faz uma série de relações entre educação e elementos de civismo, moral e patriotismo.

premonitório porque foi isso mesmo que o Ministro da Guerra intencionou cinco anos depois, ao reivindicar para si os encargos da coordenação da difusão da educação física em âmbito nacional. Ressalto que os livros de Fernando de Azevedo aqui mencionados, independente de suas edições (1952 e 1958), são coletâneas de pronunciamentos e de outras produções que não correspondem, em sua maioria, ao tempo da editoração.

De todo esse conjunto de coincidentes pontos de vista quanto aos problemas nacionais ligados aos temas da educação, cidadania e patriotismo, a importância da educação física, do esporte e da unidade nacional, educação e democracia –, o Ministério da Guerra, através da Autorização contida no Aviso Ministerial da Guerra nº 756, de 13 de novembro de 1928, determinou o seguinte¹²⁰:

O Sr. Ministro declara que o Commandante da Escola de Sargentos de Infantaria foi autorizado a entrar em entendimento com o Director da Instrucção Publica do Districto Federal para que sejam acceitos naquella Escola afim de frequentar o curso de educação physica, de accôrdo com o regulamento vigente no Exercito, professores municipaes no numero que fôr combinado entre o Director e o Commandante mencionados.

Os referidos professores, considerados estagiarios, ficam sujeitos ao regime escolar não só no que respeita á ordem didactica, mas ainda quanto á frequencia, julgamento e obediencia ás prescripções reguladoras do ensino, sem, que, entretanto, se lhes exijam obrigações militares.

O curso terá a duração de seis mezes, e até o dia 5 de cada mez, o Commandante da Escola de Sargentos de Infantaria enviará ao Director da Instrucção Publica notas relativas aos estagiarios, referindo a situação destes, principalmente no que concerne á assiduidade e aproveitamento.

O julgamento final será dado por notas declarando cada um dos estagiarios – Habilitado ou Inhabilitado – para ministrar instrucção. (Aviso nº 756, de 13/11/928). Transcripto do Boletim Interno do D. G., nº 265, de 16/11/928.

(Do Boletim Interno da D. G. T. G., nº 94, de 17/11/928).

O primeiro curso para esses professores iniciou-se no ano seguinte. É importante destacar que, até então, os militares eram recebidos pela sociedade escolar civil. A partir daí, uma instituição de ensino militar abriu suas portas para receber profissionais da educação na condição de estagiários para aprimoramento de suas habilitações. Naquele momento, a educação física no Brasil possuía três especificações: educação física escolar, educação física esportiva e educação física militar. A formação desses professores encontrava-se focada na primeira categoria,

¹²⁰ O Tiro de Guerra Nº V e VI, 1928, p. 32.

a mesma destinada às instituições de ensino civis¹²¹.

Diante da sequência de iniciativas do Ministro da Guerra, este toma para si a responsabilidade sobre a educação física nacional e, em junho de 1929, reúne, em seu gabinete, algumas personalidades interessadas no tema, as quais deliberam sobre uma série de sugestões de aplicação e uniformização da educação física desde o primário até o serviço militar. O Dr. Jorge Figueira Machado foi encarregado de levar o documento à Associação Brasileira de Educação, instituição que tinha em sua estrutura uma seção responsável pela temática da educação física e higiene¹²².

Concomitante a esses eventos, a reforma proposta por Fernando de Azevedo, em consonância com o Ministério da Guerra, já havia cumprido sua parte conforme reconhecimento em artigo de Figueira Machado:

As escolas da Municipalidade da Capital da República com a reforma Fernando Azevedo, verdadeiro monumento de clareza, rectidão, harmonia e sabedoria, que tanto honra a nossa cultura pedagógica, já estão dotadas de orientação científica adequada, em materia de educação physica. (O TIRO DE GUERRA Nº II, 1929, p. 24).

Cumprе ressaltar que essa reforma não tratou somente da educação física. Foi ampla na tentativa de escolarizar todas as crianças em idade escolar e em dar a verdadeira importância a todas as modalidades e etapas de ensino, em todos os ambientes e não somente nos grandes centros urbanos. Na II Conferência Nacional da Associação Brasileira de Educação, realizada em Belo Horizonte de 4 a 11 de novembro de 1928, José Getúlio da Frota Pessoa, representando o Distrito Federal, pronunciou um discurso sobre a reforma do ensino primário naquela localidade, por obra de Fernando de Azevedo, do qual destaco o seguinte:

A Reforma quebra o molde clássico da educação infantil, em disposições lapidares, que constituem a sua cúpula. A escola será de tipo único. Será uniforme. Respeitará no indivíduo as suas características humanas e o vinculará, por uma educação apropriada, aos interesses nacionais. Adaptar-se-á à realidade social, fará corpo com ela, será uma forma amplificada e sistemática dos estatutos empíricos que antes dela educavam os indivíduos em formação. Sua composição não pode ser diferente da do meio social nem seus processos diversos dos processos naturais de educação. A não ser assim, ela não educa para a sociedade. Pelo contrário, desadapta o

¹²¹ O Tiro de Guerra Nº II, 1929, p. 24.

¹²² O Tiro de Guerra Nº IV, 1929, p. 4.

educando e o desenraíza. Ao mesmo tempo ela deve ser depurada (pois que é um esquema de vida, adrede preparado para um objetivo determinado), deve ser apurada dos atritos inúteis das superfícies que constituem o ritmo elucidativo pré-escolar. Assim seu rendimento será maior e haverá pouco tempo perdido.

E tão rigorosa deve ser sua concordância com o meio que é indispensável que ela respeite as diferenciações regionais, modificando a sua estrutura conforme o ambiente local, os hábitos e a necessidade da população a que serve.

Este fundamento, destituído de metafísica, lúcido, por seu próprio enunciado, é suficiente para orientar a nova pedagogia, independente da complexa filosofia dos seus grandes doutrinadores. (SILVA, 2004, p. 94).

Frota Pessoa era um advogado e exercia a função de Subdiretor da Instrução Pública do Distrito Federal. Era o braço direito de Fernando Azevedo. Essa citação apresenta alguns elementos que fundam a filosofia da reforma e, segundo avaliação da própria conferência, compreende um relato dos sucessos verificados e ainda em curso naquela gestão¹²³.

Em 1930, o Centro Militar de Educação Física troca de sede e se transfere para a área pertencente à Fortaleza de São João, Bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro, entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, sítio arqueológico e histórico, marco fundador da cidade¹²⁴. Conforme despacho ministerial de 11 de janeiro do mesmo ano, as atividades formativas na nova sede têm início em fevereiro, sendo a 1ª turma de alunos composta por 20 sargentos instrutores dos tiros de guerra e das E.I.M. da 1ª Região Militar (Distrito Federal e Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo)¹²⁵.

Exclusivamente no que tange a esses sargentos-alunos, há algo de especial a ser comentado. Normalmente, a tradição de qualquer curso no Exército manda (ou recomenda) que existam matrículas de voluntários. Aquele caso fugiu a essa regra porque houve, em abril de 1929, uma determinação ministerial para que todos os sargentos instrutores de Tiros de Guerra e E.I.M. da capital, independente de seu grau de instrução, frequentassem, no primeiro semestre do ano seguinte, o curso de educação física da ESI com duração de seis meses¹²⁶. A razão dessa determinação deve ter sido a baixa adesão dos sargentos que estavam naquelas funções e,

¹²³ VIEIRA, 2010, p. 19.

¹²⁴ Há historiadores que discordam dessa referência fundacional.

¹²⁵ BRASIL - Diário Oficial da União Nº 14, de 17 de janeiro de 1930, p. 1.299.

¹²⁶ O Tiro de Guerra Nº II, 1929, p. 31.

evidentemente, os poucos recursos humanos habilitados.

Outro fator importante foi a designação do local como sendo Escola de Sargentos de Infantaria e não Centro Militar de Educação Física – mudança de grafia do “F” correspondente à “física”. Da criação do centro em 1922 até sua remodelação e transferência para a Urca, mesmo que a proposta inicial fosse de dois comandos, um para a ESI e outro para o CMEF anexo àquela, com o tempo as duas instituições passaram a ter um comandante único. Portanto, a referência ficou localizada somente como ESI que tinha como uma das habilitações o Curso de Educação Física. Como exemplo desse fato, em 1930 comandava a ESI o Major Antonio Pyrineus de Souza, tendo como seu ajudante o Capitão João Izidro Caldas e, como Médico, o 1º Tenente Dr. Virgílio Alves Bastos. Não há, na relação de organizações militares, referência alguma ao CMEF nem a seu comandante¹²⁷.

Através do Aviso Nº 30, de 14 de janeiro de 1930¹²⁸, o Ministro da Guerra autoriza o funcionamento de Centros Regionais de Educação Física nas sedes das Regiões Militares, com oficiais e sargentos já formados, destinados a receber sargentos e cabos com o curso de comandante de pelotão e também civis, com a finalidade de formar monitores. A intenção do Exército era a de proporcionar a formação desses profissionais em todas as capitais a um só tempo e não somente na Urca. Isso denota um esforço em proveito nacional para aprimorar a formação da juventude estudantil.

Em 19 de outubro de 1933, através do Decreto 23.252¹²⁹, o Presidente Getúlio Vargas, por solicitação de Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra, cria a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), sucessora do Centro Militar de Educação Física, passando, a EsEFEx, a subordinar-se ao Estado Maior do Exército. Desse decreto, destaco os elementos mais expressivos para esta pesquisa:

[...] Art. 2º. A Escola terá como objetivos: a) proporcionar o ensino do método de Educação Física regulamentar; b) orientar e difundir a aplicação do método.

Parágrafo único. Para este fim: a) formará instrutores e monitores de educação física, mestres de armas e monitores de esgrima; b)

¹²⁷ Biblioteca Nacional Digital Brasil - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro – 1891 a 1940 - PR_SOR 00165_ 313394.

¹²⁸ O Tiro de Guerra Nº II, 1929, p. 31.

¹²⁹ BRASIL - Diários Oficiais da União Nº 245 de 23 de outubro de 1933, p. 20.337 e Nº 252 de 31 de outubro de 1933, p. 20.759-20.760; O TIRO DE GUERRA Nº IV, 1933, p. 32-33.

proporcionará aos médicos especialização em educação física; c) formará massagistas desportivos; d) fornecerá aos oficiais, em geral, os conhecimentos indispensáveis à direção da educação física e da esgrima [esgrima]; e) formará, eventualmente, para fins não militares, instrutores e monitores de educação física, recrutados no meio civil; f) incrementará a prática da educação física e dos desportos; g) estudará as adaptações a serem introduzidas no método, submetendo-as à apreciação do Estado-Maior do Exército; h) manterá correspondência com os institutos congêneres nacionais e estrangeiros.

Art. 3º. A Escola ficará diretamente subordinada ao Estado-Maior do Exército.

Art. 4º. A Escola terá a organização decorrente das finalidades previstas nesta lei.

[...]

Art. 6º. Fica criado o certificado de Educação Física.

[...]

Art. 10. O certificado de Educação Física exigido nos artigos anteriores, poderá ser obtido nos Corpos de Tropa, nas Escolas e Colégios Militares, nas Escolas de Armas e Serviços, nas Escolas de Instrução Militar, nos Tiros de Guerra, nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e nas Escolas de Instrução pre-militar.

Parágrafo único. O diploma [sic] de monitor da Educação Física substitue o certificado para os efeitos do presente decreto.

Art. 11. O ensino da Educação Física nos Tiros de Guerra e nas Escolas de Instrução Militar será iniciado para os efeitos do presente decreto, desde que os respectivos instrutores tenham o curso de Educação Física desde 1933.

Art. 12. Os instrutores dos Tiros de Guerra e das Escolas de Instrução Militar deverão ficar habilitados com o Curso de Educação Física, no prazo de quatro anos, a contar da publicação do presente decreto, tornando-se obrigatória a matrícula dos mesmos na Escola de Educação Física desde 1934.

[...]

Art. 13. Na Escola de Educação Física do Exército será permitida a matrícula de civis, para os fins do art. 2º, parágrafo único, letra e, mediante uma contribuição mensal, desde que se sujeitem integralmente aos regulamentos em vigor.

Por esse documento, a história da Educação Física no Brasil através da EsEFEx, se consolida como um campo do conhecimento de importância da alta administração do Exército, sendo que nela foi depositada a responsabilidade de ser o parâmetro do método no Brasil. A escola amplia seus cursos de formação e mantém sua vocação de permitir a formação de profissionais civis. Ao instituir uma certificação aos seus concludentes, estabelece um prazo de carência para que, aqueles que estivessem no exercício da função de professor sem uma formação reconhecida, pudessem tomar suas providências. A mesma recomendação valia para as instituições que tivessem ou pretendessem ter, a disciplina de educação física em seus currículos.

O decreto também tem outro significado muito importante: encerra uma etapa importantíssima na Escola de Sargentos de Infantaria. Criada para ser um centro de referência na formação de sargentos instrutores, por esta razão foi sendo aparelhada na medida de suas necessidades com o que havia de melhor. Todos esses elementos favoreceram a criação, em seus domínios, do Centro Militar de Educação Física, já com todas as influências francesas para a formação e difusão de profissionais dessa nova área do conhecimento. Em razão desses motivos, assinalo que a ESI e a CMEF são as instituições de ensino militar consideradas o berço da formação do professor de Educação Física do Brasil. Nelas foram formados os nossos primeiros profissionais da área com certificação institucional.

Mesmo chegando a essa conclusão, não posso deixar de reconhecer, também, que o Estado de São Paulo, ao contratar uma Missão Militar Francesa de Instrução, de 1906 a 1914¹³⁰, foi responsável pela reformulação da instrução e treinamento da sua Força Pública – atual Polícia Militar. Dentre tantas influências, resultou dessa cooperação a criação do Curso de Esgrima e Ginástica, embrião da atual Escola de Educação Física da Polícia Militar, em 03 de março de 1910, por determinação do Aviso nº 185, da Secretaria da Justiça Estadual. Ressalto que essa cidade, como outras, também registra atividades de ginástica e esgrima desde 1895, sendo um dos primeiros praticantes um oficial dessa corporação, atleta e instrutor de esgrima¹³¹.

Fernando de Azevedo (1958, p. 31) reconheceu essa primazia paulista afirmando que “foram êles [Força pública de São Paulo], de fato, que fundaram em São Paulo a primeira Sociedade Eugênica da América Latina”. Azevedo disse isso na conferência proferida na inauguração das competições atléticas da Escola de Cultura Física de Ribeirão Preto, em 14 de julho de 1923.

Sobre o Curso de Esgrima e Ginástica (CEG) de 1906, da Força Pública de São Paulo e o Centro Militar de Educação Física (CMEF) de 1922, do Exército, faço os seguintes comentários: o CEG ficou circunscrito à Força Pública; o CMEF preocupou-se em normatizar a educação física para todo o Exército e para todo o Brasil, permitindo que professores civis também fossem formados para atender às

¹³⁰ MALAN, 1988, p. 15-16.

¹³¹ Disponível no sítio eletrônico da Polícia Militar do Estado de São Paulo: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/eef/historico.html>>.

escolas, além de fornecer certificação de conclusão.

Por esses elementos, discordo do que afirma Fernando de Azevedo. Embora o Governo de São Paulo tenha desenvolvido uma escola com atividades físicas 16 anos antes da iniciativa do Exército, este pensou e agiu no mesmo propósito, entretanto, com amplitude nacional.

Também é necessário que se reconheça e se estranhe o silêncio do Ministério da Guerra quanto à experiência da Força Pública de São Paulo, uma vez que esse ministério estava muito atento a tudo o que acontecia em termos de educação física e ginástica em todo o país. Isso sem falar em outros temas. Portanto, penso que essa quase “negação” aos paulistas se deve a uma deliberada recusa em reconhecer algo importante de uma esfera governamental “inferior” e uma instância militar que se desenvolveu autônoma e independente em relação ao ministério.

Existe uma relação direta entre a institucionalização da Escola de Educação Física do Exército, formadora dos primeiros profissionais, tanto civis quanto militares, diplomados como instrutores, e as atividades desportivas ligadas ao tiro ao alvo, desporto praticado igualmente por civis e militares. Desse modo, abordo, no capítulo que segue, essa temática que considero responsável, também, pela campanha a favor do serviço militar obrigatório no Brasil.

2 DOS TIROS DESPORTIVOS AO TIRO DE GUERRA DO RIO GRANDE: UMA ESCOLA DE PATRIOTISMO E CIVISMO

Durante o século XIX, o território brasileiro passou por muitas transformações políticas, sociais e econômicas. Houve a fase Colonial, Reino Unido a Portugal e Algarves, Império brasileiro e República dos Estados Unidos do Brasil. Nesse período, o exército esteve em intensa atividade, porém com inúmeras dificuldades que iam desde o reduzido efetivo até aquelas ligadas a sua capacidade combativa, por vezes reforçada por mercenários ou mesmo por outras forças auxiliares. Experimentou, ainda, enfrentar inimigos internos e externos, chegando a combater de pequenas escaramuças a grandes campanhas, como a Guerra da Tríplice Aliança.

Entretanto, mesmo depois de tanta experiência em conflitos, não era, ainda, um exército profissional na real significação do termo. Foi somente no início do século XX, por iniciativa de civis – e não de militares –, que suas maiores dificuldades relacionadas à qualidade dos efetivos, e a forma de convocá-los, encontrou solução adequada. O farmacêutico Antonio Carlos Lopes, na cidade de Rio Grande, RS, em 1902, promoveu a criação da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro que, assim como as inúmeras sociedades de cultura alemã que praticavam o esporte de tiro, também veio com essa proposta, destinando tal aprendizado à defesa nacional. A partir desse evento, o exército adquiriu novas propostas e novas possibilidades, como as que poderão ser observadas a seguir.

2.1 A Prática do Tiro Desportivo nas Instituições Cívicas e Militares

A prática do tiro desportivo/recreativo no Rio Grande do Sul foi trazida pelos imigrantes alemães e tornada efetiva por eles e seus descendentes na forma de associações, a partir da segunda metade do século XIX. As competições de tiro, segundo Assmann e Mazo (2012), juntamente com a dança e a música, compunham parte do repertório das manifestações culturais dos vários grupos étnicos oriundos das regiões componentes da Alemanha antes da unificação. Ainda segundo as mesmas autoras, em 1863 esses imigrantes fundaram, na colônia alemã de Santa Cruz do Sul (atual cidade de Santa Cruz do Sul), a primeira associação de atiradores do Rio Grande do Sul, denominada *Schützengilde* (corporação de atiradores) e, até a década de 1920, já existiam outras sociedades criadas na mesma localidade.

Conforme Kilpp, Mazo e Lyra (2008), na Linha Clara, Teutônia, em 1874, foi fundada a *Kriegerverein* (Sociedade de Guerreiros), por mercenários alemães a serviço do Império brasileiro durante os conflitos na região platina e que, findos os combates, permaneceram na região. Renomeada, em 1910, para *Schutzenverein* de Linha Clara (Sociedade dos Atiradores), essa associação manteve-se destinada à prática do tiro ao alvo.

Segundo pesquisas sobre essa temática, é possível verificar que, entre os imigrantes alemães e seus descendentes havia um gosto pelo tiro desportivo. Era uma tradição herdada de seus antepassados em função de uma vivência ligada à caça para o sustento da família e à história de inúmeros conflitos armados que sempre assolaram o “Velho Mundo”. Assim, pode-se deduzir que o tiro esportivo entre esses imigrantes era muito popular.

No território brasileiro, desde o século XVI, muitas foram as ações relacionadas à conquista territorial ou à manutenção de sua integridade, conformando-se como um dos espaços mais belicosos o território que hoje conforma integra o Estado do Rio Grande do Sul, tanto para conflitos internos como externos.

Essas terras faziam parte do Contencioso Meridional do Novo Mundo, disputado pelas Metrópoles Ibéricas, consagrando-as como a região da campanha – designativa de local de guerras – e que, quer por terra, quer pelas vias navegáveis, ofereceram refúgio para a construção de fortificações, ou mesmo eram favoráveis às

logísticas de guerra, além de servirem como palco de muitas lutas sangrentas. Era, portanto, local de “desfile” de mercenários e de tropas com atuação em episódios provocados, principalmente, entre o estabelecimento da Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai, ocorrida de 1865 a 1870. Depois destes, houve outras ocorrências conflituosas no território brasileiro, sobre as quais mencionarei somente até 1930.

Dos inúmeros conflitos selecionados, concentrei-os da forma seguinte¹³²:

a) de 1680 a 1777 - conflitos que se estabeleceram em decorrência da fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento em 1680, por D. Manoel Lobo, Governador do Rio de Janeiro, até o tratado de fronteira de Santo Ildefonso em 1777;

b) Guerra Guaranítica (de 1753 a 1756) – conflito também decorrente das demarcações de fronteiras, em que houve a junção dos exércitos coloniais de Portugal e Espanha contra os índios Guaranis das Reduções Jesuíticas, sendo que o episódio mais significativo foi a morte, em combate, de Sepé Tiaraju na batalha de Caiboaté;

c) conquista das terras que hoje pertencem ao Uruguai (de 1811 a 1825) e os conflitos decorrentes de configurações políticas do Uruguai em prejuízo do Império brasileiro, de 1825 a 1828 e de 1864 a 1865;

d) Revolução Farroupilha de 1835 a 1845;

e) conflitos de intervenção do Império brasileiro, em conjunto com forças de parte da Argentina e do Paraguai na Região Platina, contra Oribe e Rosas entre 1849 e 1852;

f) Revolução Federalista (de 1893 a 1895);

¹³² Esses conflitos podem ser melhor entendidos em: AXT, 2008, p. 26 a 376; BECKER, 1956, p. 151-282 e 307-337; DONATO, 2001, p. 154-155.

g) Revolta de 1923 entre Borges de Medeiros e Assis Brasil;

h) parte do movimento insurrecional da Coluna Miguel Lemos/Prestes (de 1924 a 1927);

i) Revolução de 1930 - embora as principais cenas não tenham ocorrido em solo do Rio Grande do Sul, daqui partiram tropas em apoio a Getúlio Vargas, além dele próprio e seu Estado-Maior Revolucionário.

Em um recorte cronológico menor e mais contemporâneo, levando-se em consideração somente o século XIX, é possível ao Exército brasileiro contabilizar conflitos internos e externos que lhe valeram – ou deveriam ter valido – vasta experiência. Ao contrário disso, mesmo depois de intensa vivência combativa, não se mostrou eficiente, sobretudo na execução de tiros. Neste aspecto, não desejo aqui confundir ineficiência com derrota. Mesmo em episódios de vitória houve ineficiência. João Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra em 1919, no relatório de sua pasta entregue ao presidente da república, entre vastos assuntos, referiu-se àquele último conflito em tom desaprovador, da forma seguinte: “Finda a Guerra do Paraguay, onde, pezar todos os erros, numerosos aliás, devidos ao despreparo do Exercito, este havia nobremente pelejado[...]”¹³³. Pensamentos como esse eram muito comuns entre civis e militares também.

Com a intenção de pôr fim a esse despreparo, foi criada, em 1885¹³⁴, a Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo¹³⁵ que só começou a funcionar em 25 de maio de 1888, dando por encerradas suas atividades em 1891. Ela funcionou nas instalações cedidas pela Irmandade de Caridade do Senhor Bom Jesus dos Passos de Rio Pardo, um prédio inicialmente destinado a ser hospital.

¹³³ Relatório do Ministro da Guerra de 1919, p. u2256/000018.

¹³⁴ Criada pelo Decreto nº 9.429, de 30 de maio de 1885. Estava na coordenação dos trabalhos preparatórios para a implantação desta escola e, previsto para ser seu primeiro comandante, o Tenente-Coronel de Estado-Maior de 1ª classe Antônio de Sena Madureira. Em razão dos desentendimentos relacionados à quebra de disciplina e ligados à Questão Militar, resultou ao Tenente-Coronel Sena Madureira, seu afastamento daquela comissão ligada à futura escola de Rio Pardo e consequente punição disciplinar. Por essa razão, foi seu primeiro comandante o Tenente-Coronel do corpo de Estado-Maior de 1ª classe José Pereira da Graça Junior.

¹³⁵ LUZ (2007, p. 48) e Decreto Nº 9.259, de 9 de agosto de 1884.

Dadas as condições precárias iniciais quanto à doutrina, regulamentos e estruturas pedagógica e administrativa, suas atividades regrediram-se provisoriamente nos moldes da Escola Geral de Tiro do Campo Grande¹³⁶, no Município Neutro¹³⁷. Ambas tiveram o ano letivo ocorrendo de 1º de março a 16 de outubro e o período compreendido entre 17 de outubro e o final de novembro destinava-se aos exames e visitas a arsenais de guerra, laboratórios pirotécnicos e outras organizações militares de interesse à formação escolar.

Essa instituição – escola de Rio Pardo – possuía duas linhas de tiro. Uma nas proximidades da escola, com 500m de extensão, destinada ao tiro das armas portáteis a pequena e média distância, e a outra linha de tiro que, distando 6 km da escola, possuía 3.000m de extensão destinada aos tiros de artilharia e também tiros longos das armas portáteis¹³⁸. A instituição preparava, anualmente, instrutores de tiro para as organizações militares do Exército sediadas no Rio Grande do Sul, podendo, ainda, receber contingentes para adestramento de tiro.

O ensino de tiro compunha-se daquele realizado com armas individuais e coletivas da Infantaria, da Cavalaria e da Artilharia. Armas individuais são aquelas transportadas e utilizadas por uma pessoa em defesa própria, tais como revólveres, pistolas, espingardas, clavinhas, mosquetões e carabinas. Armas coletivas são aquelas utilizadas por uma pessoa em proveito de uma coletividade e aquelas que exigem o manuseio e utilização por mais de uma pessoa, em função do seu grande peso e/ou complexidade de muitas partes. Exemplos da época: metralhadoras, canhões, obuses e foguetes.

Sobre as armas individuais, a estrutura de ensino era a mesma ministrada nas sociedades de tiro. Quanto ao ensino relativo às armas coletivas, obedecia ao emprego consoante à doutrina vigente da Infantaria, Cavalaria e Artilharia e coordenada pelo Estado-Maior do Exército, órgão de assessoria composto por especialistas em vários assuntos, capazes de reunir informações suficientes e precisas para que um comandante pudesse adotar decisões adequadas e oportunas.

¹³⁶ A escola teve seu regulamento provisoriamente aprovado pelo Decreto Nº 2.422, de 18 de maio de 1859, e sua criação se deu pelo § 5º do Art. 6º da Lei Nº 1.114, de 27 de setembro de 1859.

¹³⁷ Durante o Império, o Município Neutro era a cidade do Rio de Janeiro, capital do Império. Na República, passou a denominar-se Distrito Federal.

¹³⁸ Relatório do Ministro da Guerra de 1888, p. u2230/000022.

Usando de linguagem mais profissional e no contexto daquele período, temos como definição de estado-maior o texto do Capítulo I “do Estado-Maior e seus fins”, do Decreto Nº 7.389, de 29 de abril de 1909, com a seguinte definição:

O Estado-Maior do Exército é o órgão essencial do alto commando. Durante a paz a sua missão é a preparação do exército para a guerra, cabendo-lhe estudar o emprego das tropas em campanha e preparar os elementos da sua mobilização, transporte e concentração nos diversos theatros de operações. Em tempo de guerra a sua acção começa com a realização nessas operações, incumbindo-lhe em seguida o trabalho contínuo de reunir os dados necessarios ao commando em chefe para a concepção da manobra e de dar as providências para a realização da mesma. (REGULAMENTO DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO)¹³⁹.

A Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo preparava oficiais e sargentos que terminavam seus cursos de formação e permitia que o Exército os aperfeiçoasse sem o dispendioso sacrifício de enviá-los ao Rio de Janeiro para o mesmo fim. Resultava em economia de recursos, além da não necessidade de cada aluno ter de se afastar por longa distância de seus lares. Nessa escola, houve muito investimento mas, dadas as circunstâncias da época, o tempo não lhe permitiu muita vitalidade. Manteve-se apenas por quatro anos.

Outra tentativa para ter-se um exército bem treinado e eficiente na execução do tiro em combate foi a construção da Linha de Tiro do Palacete Guanabara, também conhecida por Linha de Tiro de Laranjeiras¹⁴⁰, com quatro linhas de tiro reduzido¹⁴¹. Diferentemente das escolas de Rio Pardo e do Campo Grande, não tinha a finalidade de formação de oficiais e sargentos. Destinava-se a servir como meio de aprimoramento e ensino do tiro para os corpos do Município Neutro e, por estar em região central, era de fácil acesso. Sua utilização parcial iniciou-se mesmo em meio às obras, desde 1897, e com o tempo também se tornou vã a sua função.

O Estado-Maior do Exército, ambicionando, ainda, sanar o baixo nível dos resultados de tiro, ampliou as condições de oferta do ensino e prática ao criar o Tiro

¹³⁹ BRASIL, 1912, p. 439.

¹⁴⁰ Os recursos destinados à sua construção deram-se através do Art. 5º da Lei Nº 429, de 10 de dezembro de 1896, e teve como seu primeiro diretor o Major Francisco de Paula Borges Fortes.

¹⁴¹ O tiro reduzido era feito com carga/quantidade de pólvora reduzida no cartucho e a distâncias de 15m a 20m. Destinava-se aos primeiros exercícios de tiro de guerra. A previsão orçamentária para sua construção consta da Lei Nº 429, § 5º, item Nº 4, de 10 de dezembro de 1896.

Nacional¹⁴². Estava subordinado diretamente ao comando do 4º Distrito Militar¹⁴³, sediado na cidade do Rio de Janeiro, e tinha por finalidade o ensino da prática do tiro, realizado com armas portáteis, aos oficiais e praças do Exército brasileiro, aos oficiais e praças das demais organizações armadas federais e aos civis previamente matriculados¹⁴⁴. Um de seus fundadores foi o Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida¹⁴⁵.

O Tiro Nacional, em seu primeiro ano de atividade, foi melhor aproveitado pelos civis do que pelos militares. Aqueles iniciaram sua instrução em 13 de maio, tendo como primeiros alunos 60 médicos, engenheiros, advogados, negociantes e industriais¹⁴⁶. Quanto aos militares, por uma série de dificuldades ligadas à rotina dos quartéis, não houve frequência expressiva, o que motivou a desativação das linhas de tiro ociosas, permanecendo somente uma¹⁴⁷.

De 1899 até 1904, a frequência de militares do Exército foi desanimadora. Continuavam com grandes dificuldades, motivadas pelos encargos com o serviço de segurança aos próprios nacionais – normalmente chamado de serviço de guarnição. Seu efetivo era mínimo e, portanto, impedia, dessa forma, o aprimoramento das condições de preparo profissional. Os oficiais e praças da Armada e da Brigada Policial da cidade do Rio de Janeiro tiveram uma frequência razoável e os civis, muito boa frequência, principalmente com o ingresso dos alunos das instituições de ensino superior de direito, engenharia e principalmente medicina, cujos acadêmicos eram os mais entusiasmados, formando excelentes atiradores e perfazendo um total

¹⁴² Seu regulamento foi aprovado pelo Decreto Nº 3.224, de 10 de março de 1899, e teve como primeiro comandante o Major de Engenheiros Francisco de Paula Borges Fortes.

¹⁴³ Divisão administrativa do Exército relativa à determinada área geográfica.

¹⁴⁴ Relatório do Ministro da Guerra de 1898, p. u2239/000035.

¹⁴⁵ Bacharel em Letras pelo Colégio D. Pedro II e médico pela Faculdade de Medicina da Corte em 1869. Durante o curso de medicina, serviu como voluntário do Exército na Guerra da Tríplice Aliança, exercendo a função de cirurgião. Foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro de 1895 a 1897, e deputado constituinte da primeira constituição republicana de 1891. Promotor e grande incentivador do tiro desportivo, fundou, em parceria com Affonso Celso de Assis Figueiredo, Barão de Ouro Preto (1836-1912), em 1888, uma das primeiras sociedades de tiro do Brasil, denominada Sociedade de Esgrima e Tiro. Também era exímio atirador e destacou-se em inúmeras competições no Brasil, Europa e Buenos Aires. Sua paixão pelo tiro despertou na antiga Linha de Tiro Fluminense – considerada a mais antiga sociedade de tiro particular do Brasil –, rebatizada como Tiro Brasileiro de Nictheroy, sociedade Nº 15 da Confederação desde 1º de julho de 1909, situada no Bairro Fonseca, em Niterói-RJ. Essas informações podem ser confirmadas através de O Tiro nº 1 de 1909, p. 11-12 e O Tiro nº 2 de 1909, p. 45-50.

¹⁴⁶ Relatório do Ministro da Guerra de 1899, p. u2240/000044.

¹⁴⁷ Relatório do Ministro da Guerra de 1900, p. u2241/000078.

de 450 sócios em 1904¹⁴⁸. Em 1905, houve boa frequência de todos os segmentos, sendo que, dentre os civis, até diplomatas estrangeiros matricularam-se. Em 1906, o Tiro vivia grande fase¹⁴⁹.

Para a participação dos civis havia mais exigências burocráticas. Devidamente autorizados pelo diretor do tiro a realizarem a matrícula, tinham assentados em livro específico a sua naturalidade, idade, profissão e residência. Recebiam um cartão de ingresso válido para o ano de matrícula, utilizando as linhas de tiro somente em determinados dias da semana – normalmente aos domingos. Tão logo aprendiam as técnicas de tiro, eram considerados “promptos”, recebendo o atestado das mãos do diretor que o assinava juntamente com o comandante do distrito militar, sendo em seguida, excluídos. Isso significava que sua permanência ocorria somente para o aprendizado, podendo lá retornar somente em ocasião de competições. Nestas havia uma modalidade unicamente para militares, outra para civis e militares, momento em que o torneio era franqueado¹⁵⁰.

No Tiro Nacional, pelo menos até 1900 não era cobrada mensalidade e esta instituição prestava o serviço tão somente de ensino das técnicas de tiro. No caso dos civis, era permitido atirar com arma e munição própria, indenizando, unicamente, o valor de uma taxa pelos disparos realizados. Se preferissem utilizar armamento e munição do Exército, indenizariam o valor de cada disparo com custo reduzido ao mínimo, como uma forma de incentivar o uso da arma de guerra¹⁵¹.

Se o desejo do Exército era o de preparação para a guerra, nada mais coerente que o aprendizado das técnicas de tiro ser realizado com o seu armamento de guerra, mesmo que, para isso, fosse aventada a possibilidade de haver uma mensalidade muito pequena, a qual pagasse os gastos com a manutenção do armamento e das instalações.

¹⁴⁸ Relatório do Ministro da Guerra de 1904, p. u2332/000040-000041.

¹⁴⁹ Relatório do Ministro da Guerra de 1904, p. u2332/000040, e de 1906, p. u2243/000033 e u2243/000034.

¹⁵⁰ Conforme regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.224, de 10 de março de 1899.

¹⁵¹ Relatório do Ministro da Guerra de 1900, p. u2241/000080.

2.2 A Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro (S.P.T.B.) de Rio Grande-Tiro de Guerra Nº 1

Quando analiso o repentino aumento na frequência de atiradores civis a partir do ano de 1904, no Tiro Nacional, e o aumento da frequência de militares no ano seguinte, mesmo havendo, desde meados do século XIX, pelo Brasil, inúmeras sociedades recreativas com a prática do tiro ao alvo e Organizações Militares com o mesmo fim – principalmente no Estado do Rio Grande do Sul –, sou levado a relacionar esses acontecimentos à repercussão do sucesso alcançado pela Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro (S.P.T.B.) de Rio Grande, RS. Ela foi idealizada pelo farmacêutico Rio-grandino Antônio Carlos Lopes e fundada por ele e outros 299 homens, civis e militares, domiciliados naquela cidade em 7 de setembro de 1902.

Tratava-se de uma associação civil para a prática do tiro ao alvo, com uma linha de tiro para adestramento e prática de tiros com emprego de revólveres e espingardas. Este entretenimento, que já gozava de alguma popularidade, a partir dessa sociedade multiplicou-se às centenas em muitas localidades do Brasil.

A Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro teve seu Primeiro Conselho Administrativo aclamado e empossado na data de fundação, assim constituído:

Presidente honorario militar, Commandante do 6º Districto, General Francisco Antonio Rodrigues de Salles.
 Presidente honorario civil, Intendente do Municipio Dr. Conrado Miller de Campos.
 Presidente, Coronel Emygdio Dantas Barreto.
 Vice-presidente, Capitão-tenente Adolpho Joaquim Penna.
 Director de tiro, Antonio Carlos Lopes.
 Thesoureiro, Major João Climaco de Mello.
 Secretário, Capitão Carlos Peckolt.
 Conselheiros: Alfredo J. Rheingantz, 1º tenente Joaquim Ribeiro Sobrinho, 2º tenente Tertuliano Antonio Pereira Barreto, Capitão Emilio Maurell e José Theodoro Nogueira. (ATA DO PRIMEIRO CONSELHO ADMINISTRATIVO, 1902, p. 1)¹⁵².

¹⁵² BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE - Documento anexo ao livro da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro – Originaes de Propostas de Socios - Tiro de Guerra Nº 1 (11 novembro 1902 – 31 outubro 1906). Esse livro contém solicitações de ingresso naquela sociedade na forma de “abaixo-assinados”, em que cada uma dessas solicitações possui, ao menos, duas assinaturas.

A S.P.T.B. contava, em seu quadro de associados, desde a fundação até o dia 31 de outubro de 1906, com 777 homens. Destes, todos os militares eram oficiais da Armada ou do Exército brasileiros, desde o posto de alferes – atualmente correspondente, no Exército, ao posto de aspirante a oficial – até os postos de oficiais-generais. Consta no rodapé da primeira página da ata daquele momento solene, em negrito, a informação de que **“N. B. - A Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro com séde na cidade do Rio Grande do Sul, fornece, a quem lhe pedir, informações sobre installação de linhas de tiro e exercicios do mesmo”**¹⁵³.

Essa sociedade objetivava realçar a importância do tiro ao alvo como atividade de promoção da defesa militar do país e acreditava ser esta, portanto, abundante em benefícios patrióticos. O jornal Diário de Rio Grande, de 7 de setembro de 1902, declarava seu apoio a essa iniciativa, divulgando o seguinte:

Tiro Brasileiro

Os que abaixo assignamos, reunidos com o intuito de promovermos a fundação n'esta cidade de uma instituição de *Tiro ao alvo* de fins especialmente militares, mas de constituição mixta civil e militar, sob a denominação de—«Sociedade de propaganda do Tiro Brasileiro» o fazemos com a mais completa independencia de ligação de nenhuma especie com quaesquer sentimentos alheios á legitima causa da Patria, debaixo do ponto de vista de sua defeza militar.

N'este terreno neutro pódem encontrar-se para agir, os elementos que têm por dever, velar directa ou indirectamente pela segurança e consequente bem estar do territorio onde nascemos ou que adoptamos, prestando com isso aos poderes publicos todo o auxilio que elles têm direito a exigir dos brasileiros.

Em todos os momentos da Historia se tem visto que só as nações fortes se impõem ao respeito universal, traduzindo-se essa qualidade de *fortes* pelos poderosos recursos de defeza que offereça a sua organização militar.

Além dessas organizações militares, cuja iniciativa compete exclusivamente ao governo, concorrerá effizamente para consecução de tal *desideratum*, a que tem direito de aspirar a nossa Patria, a formação de instituições que, nascidas directamente do seio do Povo o preparem no conhecimento das armas que a Patria no momento de perigo lhe confiará para a sua defeza.

Entre essas instituições figura em primeiro plano o *Tiro ao alvo* cuja utilidade na moderna arte da guerra, se computa de enorme valor.

Desejando facilitar aos nossos patricios o trabalho dessa organização, apresentamos a elles o «Projecto de Estatutos» nesta occasião profusamente publicado e que, assignado por nomes respeitaveis, cuja competencia na materia é largamente conhecida, se fôr adoptado constituirá

¹⁵³ BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE - Documento anexo ao livro da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro – Originaes de Propostas de Socios - Tiro de Guerra Nº 1 (11 novembro 1902 – 31 outubro 1906). Esse livro contém solicitações de ingresso naquela sociedade na forma de “abaixo-assinados”, em que cada uma dessas solicitações possui, ao menos, duas assinaturas.

segura garantia de successo para a instituição.

Assim convidamos a todos os nossos compatriotas, sem distincção de nenhuma especie, e que sympathisem com a nossa iniciativa, a se reunirem, amanhã 7 de Setembro, às 3 horas da tarde nos salões do Club Caixeiral, gentilmente cedidos para este fim.

Rio Grande, 6 de Setembro de 1902.

Antonio Carlos Lopes.

Capitão Affonso de Carvalho.

1º tenente Jorge Marques Coelho.

João Climaco de Mello.

Emilio Maurell

Alfredo Rheingantz.

A idéa da instituição da *Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro*, pelo que tem de altamente patriótica, é das que chamam a si as sympathias de todos os bons brasileiros.

Debaixo do mesmo ponto de vista em que se colloca o incipiente gremio, o *Diario* não vacilla em prestar-lhe o seu fraco mas sincero apoio, e aqui o manifesta ao lado dos louvores a que têm pleno direito os promotores da grande idéa. (JORNAL DIÁRIO DE RIO GRANDE Nº 140.722, p. 2 de 7 de setembro de 1902).¹⁵⁴

A criação dessa sociedade ocorre em momento emblematicamente muito significativo: 7 de setembro, aniversário da independência do Brasil. O peso da proposta da associação, assinada e enviada ao jornal no dia anterior à solenidade inaugural, não está na desportividade; está na sua destinação ao preparo dos homens para a defesa do Brasil através da prática do tiro ao alvo. A participação de inúmeros e expressivos militares em face de seus cargos na municipalidade, e de Antonio Carlos Lopes, idealizador da entidade, é praticamente uma composição paramilitar que aceita brasileiros natos ou naturalizados.

O convite à participação na entidade, enviado ao jornal em 6 de setembro, direciona-se àqueles que exercem atividades ligadas ou não à segurança territorial, mas que, motivados por sentimentos de patriotismo e abnegação, sejam capazes de auxiliar as instituições preexistentes com tal destinação a construir uma nação com feições de robustez.

Outra característica singular da agremiação é sua condição de nascimento sob os argumentos de um estatuto, ainda que precário, resultante de algum tempo de idealização e criteriosa estruturação, até que ganhasse vida pública reconhecida e apoiada pela sociedade local com reflexos auspiciosos em todo o Brasil. Portanto, mesmo sem saber quando e como se deu a preparação da sua constituição, foi o

¹⁵⁴ Jornal Diário de Rio Grande, de 7 de setembro de 1902, p. 2.

resultado de um planejamento bem amadurecido, com um projeto de resultados no mínimo audaciosamente muito consciente e certo de sua importância no cenário nacional. A segunda parte do editorial transmite a ênfase do jornal àquela iniciativa, reconhecendo seu valor com os tradicionais desejos de sucesso.

A S.P.T.B. surge nesse cenário de forma a mostrar-se revolucionária e pioneira em todos os aspectos e, por isso mesmo, serviu de modelo às que se seguiram a ela. É inaugurada com uma composição societária constituída de nomes expressivos do lugar tais como o chefe do executivo municipal, os chefes militares da Armada e do Exército e inúmeros outros cidadãos civis e militares que, em face de sua quantidade – 300 sócios-alunos fundadores – e qualificação individual e coletiva, representavam muito bem aquela cidade.

A sociedade iniciou suas atividades sem patrimônio imobiliário. Somente a partir da iniciativa do Vice-Intendente Municipal em exercício, interino no cargo de Intendente, Major Carlos Augusto Ferreira Assumpção, também seu sócio-fundador de número 299¹⁵⁵, que a sociedade pôde investir em instalações próprias, conforme divulgado no jornal Diário de Rio Grande (28 de novembro de 1902, p. 1), abaixo reproduzido:

Tiro Brasileiro

Por acto de hontem, o Sr. major vice-intendente em exercicio, usando das atribuições que a lei lhe confere, concedeu por doação á Sociedade de Propaganda de Tiro Brasileiro diversos terrenos devolutos, afim de que a mesma associação os troque por outros, particulares, onde se instalará. Justifica o digno chefe municipal o seu acto, considerando que «a alevantada iniciativa do Tiro Brasileiro será para este municipio, em particular, e para todo o Brazil, de grandes e reaes vantagens, tanto moraes, como materiaes.»

A S.P.T.B. começou, dessa forma, a estabelecer-se patrimonialmente, com uma grande ajuda de um de seus integrantes, o qual vivia um momento determinante na municipalidade. Como já mencionado, estava sob a guarda de sócios notáveis e, ao longo do tempo, parte dos que tinham ação política, atuaram ou atuariam na intendência ou vice-intendência do município. Assim conformada, a sociedade exerceu grande influência, atingiu invulgar projeção e foi alvo de especial

¹⁵⁵ BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE – Originaes de Propostas de Socios – Tiro de Guerra Nº 1 (11 novembro 1902 – 31 outubro 1906), conforme lista dos sócios fundadores constante da S.P.T.B.

atenção, como narrado anteriormente.

Antonio Carlos Lopes, ao propor a criação daquela sociedade, estava inspirado no modelo suíço que conheceu quando lá esteve para cursar uma especialização farmacêutica e, certamente, conhecia o que pelo Brasil vigorava. O modelo suíço visto por Carlos Lopes é o que se segue:

A Suíssa não entretém exercito permanente. Possui apenas um exercito de milicias, tal exercito (á excepção dos instructores permanentes) não comportando nenhum militar profissional.

Elle é formado unicamente de *cidadãos suissos*, desde o simples soldado até o chefe mais graduado.

O exercito suíço não tem, pois, effectivo de paz. Quando a Confederação precisa de tropas, ella convoca o numero de unidades necessarias.

[...]Todo cidadão suíço valido está sujeito ao serviço militar; só são isentos os funcionarios indispensaveis da Confederação e dos Cantões e os inaptos para o serviço, sendo que estes, em compensação, são obrigados a pagar um imposto especial á Confederação.

Os trabalhos de recrutamento começam no anno em que o jovem completa 20 annos; o serviço militar começa no anno em que o soldado completa 21 annos de idade.

O contingente annual é aproximadamente de 23.000 homens.¹⁵⁶

Esse modelo contemplava toda a população masculina. Sem entrar no detalhamento das convocações ou mesmo da disponibilidade de recrutamento, o exército suíço da década de 1920 – representava muito bem o da época em que Carlos Lopes esteve naquela nação – tinha três faixas etárias como parâmetro de convocação: 1ª) a chamada *Elite*, dos 20 aos 32 anos de idade; 2ª) a chamada *Landwerh*, de 33 a 40 anos de idade e 3ª) a chamada *Landsturm*, de 41 a 48 anos de idade. Diante de intensa necessidade, como no caso da 1ª Grande Guerra Mundial (1914-1918), em quatro dias o exército tinha capacidade de ser reunido em condições de combater, com cerca de 180.000 homens¹⁵⁷.

Apenas para efeito de comparação, em 1916, o Exército brasileiro dispunha de um efetivo de 25.000 homens¹⁵⁸; o de hoje, dispõe de 223.000 homens e mulheres, além de uma reserva de 280.000 homens e mulheres. Outro dado interessante referente a 1914: a Argentina – nação reconhecida internacionalmente pelos avançados e eficientes métodos de preparação militar – tinha 700 mil

¹⁵⁶ A Defesa Nacional de maio e junho de 1925, p. 117-118.

¹⁵⁷ A Defesa Nacional, p. 118-119.

¹⁵⁸ Relatório do Ministro da Guerra de 1915, p. u2252/000011.

reservistas com experiência mínima de um ano de serviço militar obrigatório no exército e mais de 20 mil reservistas com pelo menos dois anos de serviço militar obrigatório na marinha de guerra (O TIRO Nº 66-67, 1914, p. 591).

Com o advento das sociedades de tiro nesse novo conceito, o exército percebeu uma oportunidade singular: poderia implementar a difusão de sua educação militar a grande número de jovens com reduzido dispêndio. Em virtude disso, incorporou as sociedades de tiro ao seu projeto de defesa territorial e, associando-se a elas, incentivou, junto aos órgãos governamentais, uma campanha para a sua multiplicação com o propósito de fundar em cada cidade, uma Linha de Tiro em parceria com a sociedade local. Esta contribuía com a construção e aparelhamento da sede e, aquele, com a entrega de armamento, munição e a designação de oficiais e sargentos para a educação militar dos alunos-sócios. Estava em curso seu projeto de educação nacional.

Instituindo-se dessa forma, a tarefa das sociedades era a de ensinar os seus sócios-alunos a atirar perfeitamente, com a intenção de constituírem exército de reservistas aptos à guerra e, concomitante a esse aprendizado de proveito militar, incutir toda a sua propaganda patriótica para ter a garantia de que serviriam de forte e proveitoso elo com a sociedade civil. As sociedades que aderissem a esse projeto receberiam jovens maiores de 16 anos de idade e, através de oficiais e sargentos do Exército, aplicariam, neles, a educação militar em meia jornada diária ou bem menos ainda¹⁵⁹.

Durante todo o funcionamento da S.P.T.B., desde a fundação até o encerramento das suas atividades, a inscrição dos atiradores como simples praticantes da modalidade ou o alistamento quando para o serviço militar – ambos destinados à formação de uma reserva de cidadãos aptos ao combate – era franqueada por intermédio da cobrança de mensalidade com o título de sócios-alunos.

Aceitavam-se associados dos 21 aos 60 anos de idade, em dia com suas obrigações civis e políticas, desde que soubessem ler e escrever. Também eram aceitos os que tivessem idade entre 15 e 21 anos incompletos, sob autorização dos seus responsáveis. Depois de aceitos, gozavam do direito de usar, na lapela do

¹⁵⁹ O Tiro de Guerra nº II, de 1926, p. 4-6, e nº IV de 1926, p. 1-3.

casaco ou da farda, o distintivo da sociedade, normalmente a designação numérica.

O alistamento e sua consequente incorporação normalmente ocorriam com idades entre 18 e 20 anos, havendo os que servissem com 17 anos. Depois de servir nela, tendo cumprido o tempo da prestação do serviço militar, o cidadão poderia continuar sócio e manter a sua habilidade de atirar em exercícios até quando quisesse.

Tudo era cobrado. O que não fosse coberto pelas mensalidades era ressarcido em tempo oportuno. Faziam parte dessas despesas especiais o custo da alimentação durante os acampamentos e o uniforme completo, constituído de fardamento de inverno e de verão, equipamento e correame¹⁶⁰.

Para associar-se a essa instituição era necessário ter recursos financeiros, classificando seu contingente como pertencente às classes mais favorecidas economicamente, sem contar com as exceções, que sempre há, para alguns menos abastados. De 1902 a 1906, foi cobrada uma mensalidade de 5\$000 (cinco mil réis) e, no ato da adesão, ainda que não houvesse uma rigidez do valor, o mínimo praticado era de 20\$000 (vinte mil réis), havendo quem se dispusesse a contribuir com valores superiores. Para os anos seguintes, os valores e condições tiveram variação¹⁶¹.

Na cidade de Rio Grande também havia ao menos uma sociedade desportiva de tiro contemporânea à constituição da S.P.T.B., a *Deutscher Schützenverein* (Sociedade Alemã de Tiro), mais conhecida como *Tiro Alemão*, fundada em 5 de junho de 1898¹⁶². Consoante o estatuto, essa sociedade objetivava

proporcionar a pessoas que fallem alemão ocasião para se exercitarem no tiro ao alvo regulamentado e reuni-las socialmente.
A sociedade é filiada à 'Liga Alemã de tiro ao Alvo no Brasil', com sede em Porto Alegre, reconhecendo seus estatutos formulados em 1896.

Portanto, ela estava dentro da tradição das sociedades desportivas de cultura alemã, conforme mencionado no início deste capítulo, e pertencia a uma

¹⁶⁰ Conforme o Artigo 55º dos Estatutos do Tiro Brasileiro do Rio Grande.

¹⁶¹ Conforme consta no livro *Tiro de Guerra* Nº 1 – Tesouraria – Relação de Sócios – 7 setembro 1902 – 31 outubro 1906 – N.ºs 1 a 777, disponível na biblioteca Rio-Grandense.

¹⁶² Cartório Borghetti. Estatutos da Sociedade Alemã de Tiro - Rio Grande – Fundada em 5 de Junho de 1898 – Revisão dos Estatutos – Março de 1908 (cópia): Livro A, nº 1, Folha 35, nº 193448.

entidade reguladora das atividades de suas congregadas no âmbito de todo o território nacional¹⁶³.

Na semana seguinte à constituição oficial da S.P.T.B., a sociedade Tiro Allemão divulgou, através do periódico Diário do Rio Grande, no domingo, 14 de setembro de 1902, a programação alusiva à inauguração de sua nova linha de tiro:

O programma das festas commemorativas da inauguração da nova linha de tiro da Deutscher Schützenverein é este:

Hoje, das 9 ás 11 horas da manhã, tiro livre ao alvo de 165 metros; á 1 da tarde, inauguração da nova linha de 300 metros; ás 6, distribuição de premios e em seguida sarao dansante.

Domingo próximo, 21, continuação dos tiros livres e a premio.

Em ambos os dias haverá tiros de revolver, a 30 metros de distancia¹⁶⁴.

Esse anúncio, em seu 4º ano de existência, indica possuir uma estrutura muito bem aparelhada para a prática do tiro ao alvo. Tendo em vista as dificuldades apresentadas pela maioria das sociedades de tiro, à época, esta demonstrava um vigor precoce porque inaugurava mais uma linha de tiro, e com medidas expressivas. Portanto, sua prática desportiva também era notável e evoluída. Além disso, como na tradição dos descendentes de alemães, as provas de tiro eram acompanhadas de intensa programação cultural, contemplando, inclusive, dança e música.

O fato da S.P.T.B. ser constituída no mesmo ambiente da sociedade Tiro Allemão, sem sua participação, pode significar que este, por alguma razão, não pôde ou não quis enquadrar-se no projeto dos fundadores da S.P.T.B. Provavelmente porque a natureza da destinação militar desta, seu maior projeto, tenha ido de encontro à marca das manifestações culturais com desportividade e festividade em meio à descontração e à alegria, típicos das sociedades com inspiração alemã.

¹⁶³ O Tiro Allemão teve como sócios-fundadores os seguintes senhores: Fritz Luchsinger, Paul Landgraf, Otto Werner, J. H. Bangemann, R. Dietiker, Fritz Asmus, G. Werner, Chr. Nygaardt, A. Lorentzen, Ant. Klinger, Rich. Müller, August Fraeb, Rud. Emil, R. J. de Boer, L. Gäde, C. Pfarrius, Georg Wachtel, R. Strauch, Fritz Landgraf, Albert Walty, L. Wintzingerode, Fritz Buchholz, F. Martensen, A. Waydelin, Th. Stübiger, C. Fink., Otto Hecktheuer, Alexander Buchholz, H. Meissner, J. da Cunha Guimarães, Fraz Moll, Ludwig Fricke, Charles Fraeb, A. Schulz, Th. Klemme, Heinrich Landgraf, Paul Luchsinger e F. Weibert.

¹⁶⁴ Jornal Diário de Rio Grande, de 14 de setembro de 1902.

Com tamanha motivação, em razão de resultados concretos a partir da Sociedade de Rio Grande, o Exército brasileiro participa da fundação do Club de Tiro Federal na cidade do Rio de Janeiro, empregando fuzis de guerra, e cria, também, a Confederação do Tiro Brasileiro, reunindo significativa parcela das sociedades desportivas de tiro. A confederação era um órgão subordinado ao Ministério da Guerra e tinha, como principal atribuição, o controle de todas as atividades relacionadas aos Tiros de Guerra, que eram as associações e linhas de tiro que, ao se submeterem à Confederação, apresentavam nova vida estatutária e funcional, subordinando-se ao Ministério da Guerra.

O Club de Tiro Federal, associação fundada em 13 de maio de 1906 pelo Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida e Olavo Bilac, dentre outros, teve seus estatutos aprovados em assembleia geral no dia 20 de janeiro de 1907¹⁶⁵. Seu quadro social era composto por civis e militares e destinava-se à propaganda e ao desenvolvimento do tiro com armas portáteis utilizadas pelo Exército brasileiro. Possuía linha de tiro e participava de competições nacionais e internacionais, além de, como as demais, seus estatutos, regulamentos, organização, instruções e projetos arquitetônicos estarem subordinados à aprovação e fiscalização do Estado-Maior do Exército.

A primeira sociedade de tiro incorporada à Confederação foi a de Rio Grande, em 28 de julho de 1907, com 560 sócios. Essa sociedade passou por algumas designações, como Tiro Brasileiro do Rio Grande, Sociedade Nº 1 da Confederação do Tiro Brasileiro, Tiro Brasileiro do Rio Grande-Nº 1, até receber a denominação de Tiro de Guerra-Nº 1 (TG Nº1) ou, simplesmente, Tiro Nº 1¹⁶⁶. Assim acontecendo, tornou-se o primeiro tiro de guerra do Brasil.

Para entendimento e compreensão da numeração inaugural dos tiros de guerra a partir de Rio Grande, apresento outras duas evidências que me parecem convincentes. A primeira encontra-se no trabalho do senhor Álvaro Tavares de Souza, médico de Rio Grande que, ao exercer a vice-presidência do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, em março de 1977, escreveu o texto intitulado *Antônio Carlos Lopes Criador do Tiro de Guerra Brasileiro*. Nele é possível perceber o valor do homenageado na instituição dos Tiros, permitindo-me verificar sua

¹⁶⁵ BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE – Sala da Diretoria – Estatutos do Club de Tiro Federal.

¹⁶⁶ O Tiro Nº 10, de 1909, p. 152.

importância em nível nacional, principalmente por ter sido agraciado com o título de Coronel Honorário do Exército, uma honraria em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados. O título hierárquico significava ter direito às honras de coronel e, por não ser militar, seguia a designação de honorário.

O artigo, entre muitos assuntos, apresenta informações em estilo biográfico sobre Carlos Lopes, mencionando a origem de sua inspiração patriótica voltada à defesa territorial, além de enumerar algumas de suas produções textuais e bibliográficas sobre o serviço militar, emprego e preparação de reservistas e, ainda, esclarecer sobre sua formação acadêmica. Evidencia-se, de igual forma, a ilustração de seus conhecimentos militares e o grau de excelência que a Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro de Rio Grande passou a ter.

Sobre sua atuação junto àquela Sociedade e o papel que Carlos Lopes desempenhou, Souza (1977) esclarece que,

Desde logo, desenvolveu ele intensa propaganda da novel sociedade, usando variados recursos, entre os quais, talvez, o de maior valia, contribuindo praticamente para rápida disseminação dessas entidades em todo o país, terá sido o livro que escreveu, aprovado e mandado adotar pelo Estado Maior do Exército, quando ministro da Guerra o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, com o título 'Tiro Brasileiro', fartamente ilustrado com mais de duzentas gravuras, contendo instruções para instalação de Linhas de Tiro, ensinamentos sobre nomenclatura e manejo de armas de tiro portáteis regulamentares e normas de funcionamento desses campos de ensino militar.¹⁶⁷

Em muito pouco tempo, Carlos Lopes tornou-se referência em assuntos ligados ao adestramento de tiro, civismo e divulgação dessa modalidade desportiva relacionada aos interesses de defesa da pátria.

A seguir, a figura 3 mostra a fotografia do monumento em homenagem a Antonio Carlos Lopes, que lhe prestou sua cidade natal. O monumento está localizado na Praça Loja Maçônica União Constante, em frente à Praça Barão de São José do Norte, no centro de Rio Grande.

¹⁶⁷ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ-Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz - Código de Referência: BR RJCOC TS-PI-01-04 - Título: Antônio Carlos Lopes - Texto biográfico sobre o criador do tiro de guerra brasileiro – produzido em março de 1977 - Boletim da Ligade Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Boletim nº 114, 1º trimestre, 1979.



Figura 03 – Fotografia do conjunto de estátua e busto no topo do monumento em homenagem a Antonio Carlos Lopes, com uma placa de bronze em seu pedestal onde se lê: “Ao Coronel Antonio Carlos Lopes Benemerito Fundador do Tiro Brasileiro – a sua cidade em memoria dedica e consagra por iniciativa do Tiro de Guerra Nº 1 – 19-2-1937”.

Fonte: Acervo fotográfico do pesquisador, 2014.

Na fotografia é possível notar que a ação depredadora, uma atividade exercida por pessoas posicionadas na contramão da natureza humana, tirou a réplica do fuzil Mauzer que ficava ao lado, seguro pela mão direita da estátua. Do conjunto, é também notável a tentativa de perpetuar dois tempos cronológicos de Lopes: a estátua guarda a sua imagem em plena juventude e o busto, localizado no topo, guarda sua imagem já na velhice, bem próximo da morte.

A diretoria do Tiro de Guerra Nº 1 de 1930, eleita e empossada em 18 de janeiro, teve a seguinte composição:

Presidentes de Honra

Dr. Antonio Rocha de Meirelles Leite
 Coronel Antonio Carlos Lopes
 Dr. Joaquim Americo Carneiro Pereira

Conselho Deliberativo

Presidente	Dr. Roque Aita Jr. (Re-eleito)
Vice-presidente	Capitão Guilherme Heidtmann
Secretario	Heminio de Moraes Re-eleito)
Thezoureiro	Bolivar N. Frazão (Re-eleito)
Director de Instrução	1º Tenente Octacilio A. Da Silva

Conselho Consultivo

Octacilio Paiva da Fonseca (Re-eleito)
 Major João Pinheiro da Cunha (Re-eleito)
 João Gontan Llopart

Suplentes

Ernesto Vello, Pedro Carlos Peixoto e Major Izidio Corrêa da Fonseca¹⁶⁸.

O que se há para ilustrar na diretoria, dentre os presidentes de honra, uma distinção que o tiro lhes dava, nada significando de efetivamente funcional na vida da instituição, é a participação de Antonio Carlos Lopes com a patente de coronel com a qual seria perpetuado. A segunda evidência está no fato de o Exército, por intermédio do atual Regulamento para os Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar (R138), documento que norteia todos os procedimentos de um tiro de guerra, mencionar em seu Artigo Nº 1, sobre sua missão e subordinação, que

Os Tiros-de-Guerra são uma experiência brasileira vigente desde 7 de setembro de 1902, quando Antônio Carlos Lopes fundou, na cidade de Rio Grande-RS, uma sociedade de tiro ao alvo com finalidades militares e, depois de 1916, foram impulsionados pela pregação patriótica de Olavo Bilac - Patrono do Serviço Militar -, sendo consequência, sobretudo, de um esforço comunitário municipal.

Com essa descrição em tom de reconhecimento, o Exército perpetua como homenagem a Antônio Carlos Lopes, seu nome inscrito nesse regulamento que remonta aos ensinamentos do início do século XX e cujos fundamentos ainda servem de base educacional, militar e de patriotismo para as gerações de agora e do futuro.

¹⁶⁸ TIRO DE GUERRA Nº 1 – Rio Grande-RS. **Circular Nº 1 - Comunicando a Eleição e Posse da Directoria**, de 18 de janeiro de 1930.

Os Tiros tinham em seu quadro diretivo o cargo de presidente, exercido pelo governante municipal. Para o caso do Tiro Nº 1, também concorria a sua presidência o prefeito da cidade vizinha, São José do Norte, fato que constatei nos documentos analisados¹⁶⁹. Em 1929, o Sr. Agostinho Barcellos, Intendente Municipal daquela cidade, era seu presidente. A turma daquele mesmo ano testemunhou e atuou nos eventos de outubro de 1930, quando irrompeu um forte movimento contrário a Júlio Prestes suceder Washington Luís na presidência da república. Com o sucesso dessa inconformação política, instituiu-se um governo provisório – junta governativa provisória durante nove dias –, exercido pelos Generais de Divisão Augusto Tarso Fragoso e João de Deus Menna Barreto, além do Almirante José Isaias de Noronha que, por fim, culminou na transmissão do poder a Getúlio Dornelles Vargas.

Essa turma de 1929 era composta por 76 reservistas. Destes, 73 foram incorporados no Batalhão de Caçadores organizado em 5 de outubro, para “tomar parte na revolução nacional, em prol da regeneração da República”¹⁷⁰, cuja missão ficou restrita ao patrulhamento da cidade de Rio Grande. Não foi verificado nenhum tipo de incidente, sendo todos, ao final da missão, elogiados por sua disciplina e dedicação.

Dos 73 reservistas, cabe destacar a participação especial de alguns em função de suas promoções. São eles:

a) o sócio nº 92, Althair de Mattos Bandeira, promovido ao posto de 2º Sargento. O sócio nº 53, José Jorge Guardeola Velloso e o de nº 55, Willy Krüger foram promovidos ao posto de 3º Sargento¹⁷¹;

b) o sócio nº 13, Belizario Silveira de Azevedo, destacado para servir na guarda cívica de São José do Norte, sua cidade natal, tendo sido, para tal, promovido a 2º Sargento. O sócio nº 44, Decio Vignoli das Neves, em 5 de outubro, ao invés de incorporar no Batalhão de Caçadores como o fizeram

¹⁶⁹ TIRO DE GUERRA Nº 1 – Offício Nº 56 – Faz uma apresentação, de 12 de abril de 1929. Neste documento, o Sr. Agostinho Barcellos assina como presidente do tiro.

¹⁷⁰ Conforme consta na página 00192, Matrícula e Assentamentos do sócio nº 82, Fernando Hartmann em 5 de outubro de 1930, no Livro de Matrícula nº 4 do Tiro de Guerra Nº 1 de 1928 a 1933.

¹⁷¹ Ibidem, p. 00202, 00165 e 00163.

71 de seus colegas, informou que estava “servindo no Batalhão patriótico 'Dr. João Pessôa' sob o comando do Sr. Tenente-Coronel reformado Arthur Bittencourt Gonçalves, tendo sido, para isso, promovido ao posto de 2º Tenente”¹⁷².

Portanto, o que existe de especial relacionado a esses cinco reservistas, são as promoções que receberam antes mesmo de sua formação completa e, ainda, precedendo ao juramento à bandeira em ato solene e público. Em condições normais, depois deste último ato solene, lhes seriam entregues os Certificados de Reservistas de 2ª Categoria, inserindo-os na condição hierárquica de “Soldados”. Para o caso de uma chamada por necessidade nacional, por uma guerra ou conflito interno, como a que aconteceu em outubro de 1930, poderiam ter participado dela na maneira em que ocorreu, ou seja, sem apelo a premiações por merecimento ou outra motivação que lhes alçassem em promoções na forma como se verifica.

Por conta do momento de grandes incertezas e relativo perigo, somados à possível falta de sargentos e até mesmo de oficiais, concluo que, por isso, afortunadamente tiveram eles essas promoções de forma inusitada, sobretudo o sócio nº 44, com muito mais excepcionalidade ainda, por ter sido promovido ao posto de 2º tenente. Talvez para este, uma promoção tão grandiosa estivesse à altura de sacrifícios muito maiores do que os que seriam enfrentados pelos demais.

A figura 4 apresenta uma das fotos consideradas simbólicas para ilustrar o movimento político vitorioso com a chegada de Getúlio Vargas à presidência. Destaque para o grupo de gaúchos no plano mais ao fundo – junto ao obelisco da Avenida Rio Branco, centro da cidade do Rio de Janeiro –, trajando um misto de farda e de pilcha, tendo, a sua frente, aparecendo por inteiro, um cavalo de cor clara com arreios no estilo gaúcho. Este foi o momento em que os cavalos foram atados ao monumento em um “ritual de conquista”. Também há, na cena, pelo menos três pessoas uniformizadas à direita, reservistas de tiro de guerra. São assim detectados pelo uniforme daquele que está em primeiro plano à direita, seguido por dois que usam quepes – chapéus característicos de militares – no mesmo lado, em plano

¹⁷² Conforme consta na página 00192, Matrícula e Assentamentos do sócio nº 82, Fernando Hartmann, em 5 de outubro de 1930, no Livro de Matrícula nº 4 do Tiro de Guerra Nº 1 de 1928 a 1933, p. 00293 e 00154.

intermediário. Provavelmente este fosse um contingente que, partindo do Sul, constituiu-se dentre os garantidores da posse do novo presidente.

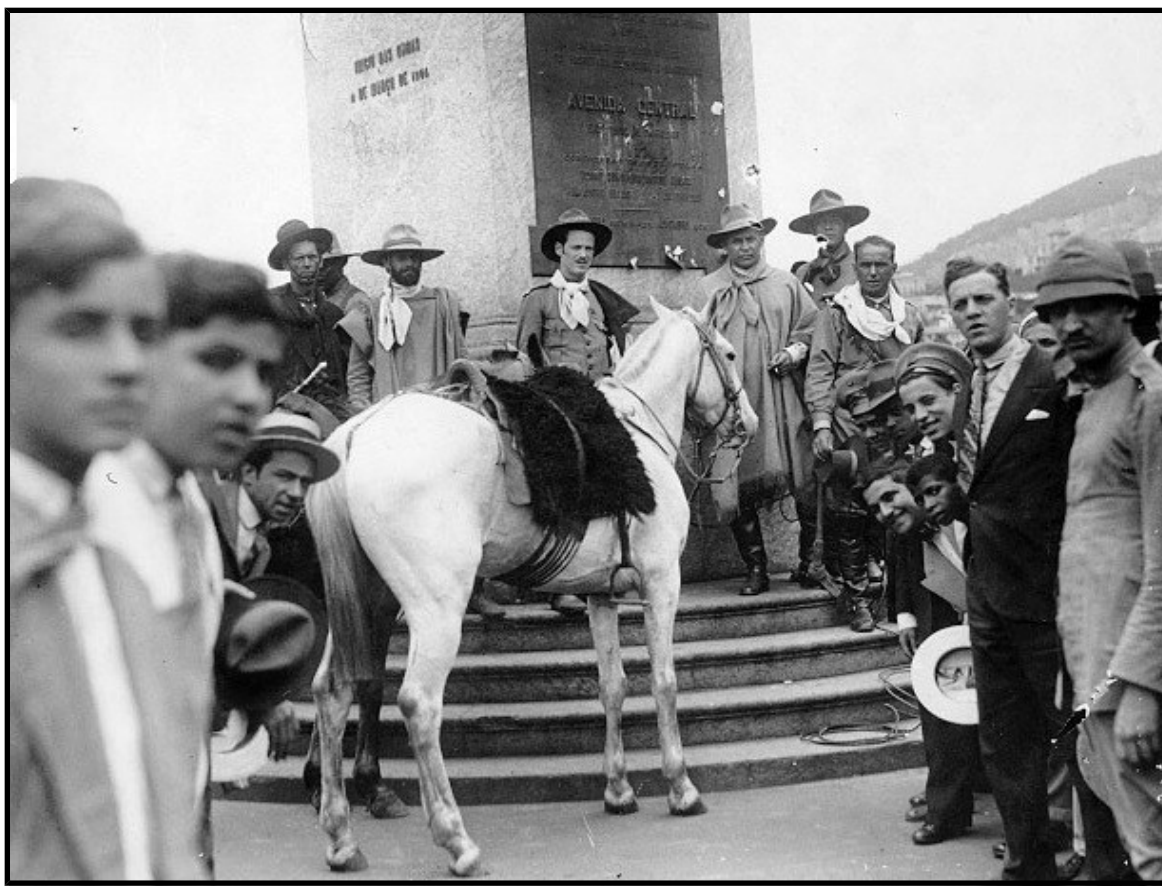


Figura 04 – Fotografia de gaúchos no obelisco da Avenida Rio Branco, centro do Rio de Janeiro, 1930.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/CDA Oswaldo Aranha).

Como meio de autenticar as informações sobre os uniformes dos atiradores de tiro de guerra da figura anterior, a figura 05 reproduz uma fotografia do Sr. José Gautério Figueiredo, Reservista do Tiro de Guerra Nº 1, de Rio Grande, pertencente à turma de 1941, tirada durante um acampamento em que os atiradores, em uniforme de campanha, estão confeccionando, improvisadamente, um piso com taquaras para o local destinado aos sanitários e área de banho. Entretanto, o que mais chama a atenção é a semelhança entre os uniformes, principalmente a cobertura – chapéu –, que variavam em modelos de um tiro para o outro. Mesmo sendo de épocas diferentes, acredito ser uma comparação válida.



Figura 05 – Fotografia do acampamento do Tiro de Guerra Nº 1 de Rio Grande, em 1941. O Reservista Gautério é o 5º à direita, assinalado por uma seta.

Fonte: Gentileza do Sr. José Gautério Figueiredo, em 2013.

Ao que parece, o Tiro Nº 1 funcionou até o ano de 1943, tendo formado 30 turmas com efetivos variando de 30 a 100 atiradores reservistas de segunda categoria e algumas turmas de oficiais e sargentos da Reserva. O início da formação do oficial e sargento temporários foi nos tiros de guerra. Somente em 22 de abril de 1927¹⁷³ é que foi instituído, para os oficiais, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) da cidade do Rio de Janeiro, o primeiro do Brasil, tendo seu funcionamento iniciado no ano seguinte, enquanto que os sargentos temporários passaram a ser formados nos corpos de tropa. Entretanto, durante algum tempo a formação do oficial temporário ocorreu concomitantemente nos tiros de guerra.

O calendário do serviço militar no Tiro Nº 1 – a exemplo dos demais – passou por algumas variações durante sua existência. A turma de 1928 incorporou¹⁷⁴ em 30 de abril e desincorporou em setembro de 1929, totalizando 72 semanas. A turma de 1929 incorporou em 31 de março – alguns em 30 de abril – e desincorporou em junho de 1931, representando 117 semanas de incorporação. Já a turma de 1941 incorporou em 1º de fevereiro e desincorporou em 15 de novembro

¹⁷³ Diário Oficial da União Nº 96, 1927, p. 9.354.

¹⁷⁴ Incorporar é o ato oficial da admissão de um cidadão em algum órgão militar.

do mesmo ano, perfazendo um total de 41 semanas¹⁷⁵.

Quanto à rotina do Tiro de Rio Grande, apenas como ilustração, as atividades da turma de 1941 realizavam-se durante a noite, normalmente entre 20h e 22h, de segunda-feira a sexta-feira. Nos dias em que as instruções/aulas exigissem, seu horário era estendido, não havendo, em princípio, hora determinada para encerramento. Nesses dias eram ministradas instruções/aulas de marchas, escola de infantaria, conhecimento do armamento, ordem unida, educação moral e cívica, história do Brasil e corografia, entre outras. Durante as manhãs de sábado, normalmente havia a prática de educação física e, aos domingos, aconteciam os exercícios de tiro. Também ocorria ao menos um acampamento por incorporação com duração de uma semana¹⁷⁶.

Essas informações de 1941 foram fornecidas pelo Sr. José Gautério Figueiredo, nascido na cidade de Rio Grande, em 8 de outubro de 1923, integrante daquela turma, sendo identificado como o Atirador Nº 44. Este recorda que teve como Presidente do TG-Nº 1 o Sr. Edson Miller Barlen, como comandante o Capitão de Infantaria do Exército Flávio Cavalcante Araújo e como instrutores os Sargentos José Cerqueira Mano Júnior e José M. Mendonça Filho¹⁷⁷. Relembra, ainda, que o acampamento de sua turma ocorreu no Arroio Martins, tendo durado seis dias, comprovando com fotos, cuja memória do evento encontra-se escrita no verso de cada uma.

O serviço militar prestado neste tiro – vale para os demais de sua época – era considerado uma honraria e uma distinção, cercado de momentos solenes e tendo como ato final o Juramento à Bandeira, momento em que os reservistas prometiam dedicar-se à defesa da pátria mesmo com o sacrifício da própria vida. Em algumas turmas havia o descerramento do quadro de formatura com as fotos dos atiradores formados, do paraninfo e do presidente do Tiro de Guerra, do vice-presidente, do tesoureiro, do secretário e, por vezes, do auxiliar de secretaria, dos militares comandantes e instrutores. Além disso, depois da morte de Antonio Carlos Lopes, em 27 de outubro de 1931, em algumas turmas também figurava sua foto

¹⁷⁵ Arquivo Histórico do Exército – Livro de Matrícula nº 4 do Tiro de Guerra Nº 1 de 1928 a 1933

¹⁷⁶ Informações obtidas em entrevista do senhor José Gautério Figueiredo.

¹⁷⁷ Essas informações são comprovadas pelos quadros de formatura existentes no depósito superior da Bibliotheca Rio-Grandense.

como homenageado, o que pode ser comprovado com os quadros de formatura das turmas 24^a de 1937, 25^a de 1938, 26^a de 1939 e 27^a de 1939, todas depositadas no acervo da Bibliotheca Rio-Grandense.

O Tiro de Guerra Nº 1 tinha um bom trânsito na cidade e em sua zona de influência. Seus associados atuavam no comércio, na Armada, no Exército, nas estâncias, nos órgãos públicos, nos jornais, nos meios de transportes, nas indústrias e nas profissões liberais, principalmente. Suas atividades profissionais, culturais, solenes e festivas eram testemunhadas, portanto, pelas autoridades e personalidades importantes da mesma região e pela população, de modo geral. Em 20 de setembro de 1921, como parte dos eventos comemorativos ao 19º aniversário da instituição, foi levada a público uma peça teatral intitulada “A Caserna: episodio dramático – em um acto”, de autoria de José de Aguiar, cujo enredo, por coerência ao título, descrevia uma cena da vida militar com lições de civismo, patriotismo, amor ao Brasil, aos amigos e à família. Foi um ato público a serviço da boa campanha de incentivo e promoção do serviço militar¹⁷⁸.

2.3 A Confederação do Tiro Brasileiro

A Confederação do Tiro Brasileiro, criada pelo Decreto Legislativo Nº 1.503, de 5 de setembro de 1906¹⁷⁹, por determinação do Sr. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Ministro da Guerra, teve seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 7.350, de 11 de março de 1909¹⁸⁰. Era a reunião de grande parte das associações desportivas de tiro que tinham por objetivo ensinar aos seus associados os fundamentos do exercício de atirar com armas de guerra portáteis fornecidas pelo Exército, além das lições elementares de evoluções de infantaria¹⁸¹ até o nível companhia. Antônio Carlos Lopes foi seu primeiro diretor, sendo exonerado, a seu

¹⁷⁸ AGUIAR, 1921.

¹⁷⁹ Decreto disponível no sítio eletrônico da Câmara de Deputados em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6464-29-abril-1907-522569-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2013.

¹⁸⁰ BRASIL, 1912, p. 162-218.

¹⁸¹ Infantaria é a tropa que combate a pé mas que pode utilizar vários meios de transporte. Suas missões são: conquistar e manter o terreno; cerrar (ir na direção) sobre o inimigo pelo fogo, movimento e ação de choque, com a intenção de destruí-lo, capturá-lo ou neutralizar sua ação.

pedido, por meio de um decreto presidencial de 26 de agosto de 1909, em face de se sentir na necessidade de continuar a atividade de divulgação cívica, patriótica e de assessoria também aos empreendimentos de tiro pelo Rio Grande do Sul, antecedendo, em alguns anos, a pregação de Olavo Bilac.

Um dos mais importantes objetivos durante a criação da Confederação foi o de tentar reunir todas as sociedades de tiro do Brasil sob o controle e doutrina do Exército. Entretanto, isso não aconteceu, possivelmente devido a fatores ligados às exigências da própria Confederação, inibindo muitas destas. Mesmo no Rio Grande do Sul, região onde a quantidade de sociedades mantidas por descendentes de alemães era considerada expressiva, o convite da confederação não foi bem sucedido.

No ato da sua adesão à confederação, as associações passavam a ter outra designação. Usando como exemplo a sociedade de Rio Grande, em 27 de setembro de 1907, por ter sido a primeira a aderir à Confederação do Tiro Brasileiro e, em função dessa subordinação, ter adotado novo estatuto, passou a ser referida por Tiro Brasileiro do Rio Grande – Sociedade Nº 1 da Confederação do Tiro Brasileiro. O abandono da sigla que a qualificava como propagandista do tiro ocorreu em função de que esse encargo permaneceu como uma das preocupações da recém-fundada confederação.

Houve, ainda, aquelas que, ao invés de fazerem referência ao lugar, tinham somente o nome de seu patrono, caso do Tiro Brasileiro Duque de Caxias – Sociedade Nº 27 da Confederação do Tiro Brasileiro, domiciliado na cidade de Barra do Parahy¹⁸² – Estado do Rio de Janeiro¹⁸³.

Cumprindo a determinação do Art. 7º do Regulamento da Confederação do Tiro Brasileiro, que anunciava a publicação dos assuntos de interesse das sociedades confederadas em uma revista própria, ficou instituído, em 1909, que a revista *O Tiro*, antes destinada a publicações de assuntos de interesse da Sociedade do Tiro Brasileiro Federal Nº 7, do Distrito Federal, passava a ser o órgão oficial de comunicação da Confederação do Tiro Brasileiro¹⁸⁴. Em cada localidade havia um correspondente oficial daquele periódico, responsável por reunir todas as

¹⁸² Grafia da época. Hoje se escreve Barra do Piraí.

¹⁸³ O Tiro nº 8, de 1909, p. 68).

¹⁸⁴ Jornal O Estado de São Paulo, de 6 de outubro de 1909, apud O TIRO (outubro de 1909, p. 80).

notícias dos tiros de sua localidade e enviá-las à revista. Em Rio Grande e Pelotas, esse encargo cabia à empresa Meira & Companhia, também sócia dos dois tiros, o Nº 1 e o Nº 31, respectivamente¹⁸⁵.

O projeto de sede provisória da diretoria da Confederação sugeria a cidade de Rio Grande, isso porque, no Estado do Rio Grande do Sul já existiam três sociedades confederadas – Tiro Brasileiro do Rio Grande, Nº 1, incorporado à Confederação em 28 de setembro de 1907, com 560 sócios; Tiro Brasileiro de Porto Alegre, Nº 4, incorporado à Confederação em 25 de maio de 1908, com 560 sócios; e o Tiro Brasileiro de Uruguayana, Nº 9, incorporado à Confederação em 8 de fevereiro de 1909, com 678 sócios. Contudo, a sede acabou por ser fixada na Capital Federal. Houve até a impressão, em 1907, pelas Oficinas da Livraria Americana – Pintos & C. de Rio Grande, do modelo de estatutos para as sociedades confederadas, anunciando em sua capa a cidade de Rio Grande como sede da confederação. O modelo foi distribuído aos órgãos interessados¹⁸⁶.

Para pertencer à confederação, as sociedades inicialmente deveriam ter o mínimo de 500¹⁸⁷ sócios-contribuintes, estar diretamente subordinadas às diretrizes do Estado-Maior do Exército e manter os cursos teóricos e práticos de tiro e evoluções militares até o nível de seção¹⁸⁸. Dentre tantas outras obrigações, deveriam, ainda e sempre que necessário, permitir que as organizações militares do Exército e da Armada utilizassem a linha de tiro, além de contribuir mensalmente com uma cota para custeio da propaganda.

Em outubro de 1909, em face das dificuldades que muitas associações informaram possuir para alcançar a quantidade de sócios exigidos, esse número foi reduzido para um mínimo de 50 sócios-contribuintes natos ou naturalizados¹⁸⁹. As sociedades foram classificadas como de 1ª, 2ª ou de 3ª Categoria, a saber: a de 1ª categoria tinha mais de 300 sócios, linha de tiro própria e mantinha cursos de tiro de

¹⁸⁵ O Tiro Nº 15, de 1910, p. 259.

¹⁸⁶ Há um exemplar no acervo da Bibliotheca Rio-Grandense, em Rio Grande-RS.

¹⁸⁷ Conforme o item “a” do Art. 14, condições para incorporação à confederação, do Decreto nº 6.464, de 29 de abril de 1907, aprova, provisoriamente, o regulamento para a Confederação do Tiro Brasileiro.

¹⁸⁸ Mais tarde passou para o nível de Companhia. O efetivo de seção e de companhia eram, respectivamente, de nove e de 54 homens.

¹⁸⁹ O Tiro nº 8, de 1909, p. 80.

guerra e de evoluções militares; a de 2ª categoria tinha entre 50 e 300 sócios, linha de tiro própria e mantinha curso de tiro de guerra e de evoluções militares; e a de 3ª categoria tinha um mínimo de 50 sócios¹⁹⁰.

Podiam associar-se às sociedades de tiro, brasileiros de 15 até 60 anos – em 1908, a idade mínima passou para 16 anos –que soubessem ler e escrever, sendo que os menores de 21 anos eram aceitos como sócios somente com autorização dos pais ou tutores¹⁹¹. Todos os requerimentos deveriam ser endossados por dois sócios, cuja veracidade das informações era por eles atestada. Atenderam a esse chamado cidadãos casados, solteiros e viúvos, inclusive os já estabelecidos profissionalmente como, por exemplo, funcionários públicos municipais, estaduais e federais, comerciantes, estancieiros, industrialistas e muitos outros¹⁹².

Compunha a diretoria das sociedades por tempo superior a um ano, o conselho diretor formado pelo chefe do governo municipal, o comandante de uma das organizações militares do Exército ou da Armada e, na ausência deste, pelo comandante de uma força estadual. Tinham mandato de um ano o presidente, o vice-presidente, o diretor de tiro, o tesoureiro e cinco vogais.

Mesmo com toda essa estrutura bem hierarquizada, todos os afazeres administrativos emitidos pelas sociedades eram de responsabilidade de seu presidente e endereçados diretamente ao Estado-Maior do Exército, à Confederação do Tiro Brasileiro e outros.

Competia ao diretor incentivar, junto aos chefes de governos estaduais e municipais, a criação de mais sociedades de tiro, bem como prestar todas as informações a quem quer que fosse para a fundação dessas instituições.

A Confederação tinha por objetivo expresso que cada cidadão soubesse manejar com habilidade o fuzil de guerra – fuzil Mauser – e, em continuação ao sucesso já conseguido,

¹⁹⁰ O Tiro nº 8, de 1909, p. 80.

¹⁹¹ Relatório do Ministro da Guerra de 1907, p. u2244/000138.

¹⁹² Informação disponível no Livro de Registro de Sócios de nº 1 a nº 777 e também no Livro de Registro das propostas de Sócios do Tiro Brasileiro do Rio Grande, onde, além das informações pessoais, certifica a “aprovação” do sócio. Documentos pertencentes ao acervo Bibliotheca Rio-Grandense em Rio Grande-RS.

(...) estimular o patriotico coração brasileiro, concorrendo para a instalação de uma linha de tiro em cada municipio do paiz, onde todo o cidadão possa tornar-se um bom soldado, nos julgaremos immensamente felizes, por isso que o nosso fim será inteiramente atingido.

A nossa recompensa estará em ver que, em cada cidadão, o Brazil poderá contar com um atirador apto a defender a honra e integridade de seu vasto e riquíssimo territorio.¹⁹³

A Confederação não conseguiu que fosse instalada uma linha de tiro – ou tiro – em cada município, mas muitos acolheram essa ideia e, em alguns, houve mais de uma sociedade instituída, caso do Distrito Federal, especificamente no ano de 1910, possuindo o Tiro Nº 5 – Tiro Brasileiro do Leme, o Tiro Nº 6 – Tiro Brasileiro União dos Atiradores, o Tiro Nº 7 – Tiro Brasileiro Federal e o Tiro Nº 77 – Tiro Brasileiro de Bangu¹⁹⁴. Mesmo assim, era inegável o sucesso. Durante as três primeiras décadas do século XX, houve sociedades que surgiram, outras que tiveram suas atividades encerradas e também houve aquelas que, depois de algum tempo, se reabilitaram e voltaram a funcionar com a mesma designação de antes.

Parte dos insucessos temporários deveu-se a dificuldades financeiras de seu quadro societário, influenciando, portanto, na instituição. Na tentativa da confederação em prestar auxílio à instituição, o valor da munição não foi mais cobrado dos sócios. Atirava-se de graça, com a cota de 200 cartuchos por atirador e por ano, com ônus para a fazenda nacional. Em alguns casos, o Ministério da Guerra abriu crédito especial por empréstimo ou doação em favor das sociedades em maiores dificuldades. Esse esforço federal era para a manutenção dos ideais do exército.

Intencionando realizar propaganda em favor dos tiros que fosse de alcance nacional, a confederação planejou, para o desfile de 15 de novembro de 1909, em comemoração aos 20 anos da Proclamação da República, a reunião de um exército de atiradores que superasse o efetivo de 1.200 homens uniformizados. Para esse fim promoveu intensa campanha direcionada ao Ministério da Guerra e aos tiros mais próximos da cidade do Rio de Janeiro, enviando correspondências inclusive ao comércio, às indústrias e às instituições de ensino para que todos dispensassem seus atiradores¹⁹⁵. Reuniram-se, também, a esses alguns tiros de Minas Gerais e de

¹⁹³ Jornal O Estado de São Paulo, de 6 de outubro de 1909 apud O TIRO nº 6, de 1909, p. 33).

¹⁹⁴ O Tiro nº 24, de 1910, p. 620-621.

¹⁹⁵ O Tiro nº 6, de 1909, p. 79.

São Paulo¹⁹⁶.

Devido ao sucesso dessa festa cívica, foi providenciado, de forma ampliada, para o desfile de 7 de setembro do ano seguinte, a reunião de atiradores de todo o Brasil. Participaram as sociedades da Capital Federal, do Estado do Rio de Janeiro, do Estado de São Paulo, de Minas Gerais, do Espírito Santo e, do Rio Grande do Sul, foi autorizada somente a participação do Tiro Brasileiro de Porto Alegre, o Nº 4 da Confederação. O desfile contou com a participação de mais de 4.000 atiradores. Esse foi o ano de grande desempenho da confederação, seguindo-se um período de baixo entusiasmo pelo tiro¹⁹⁷.

A visão positiva proporcionada por acontecimentos que favoreceram as atividades ligadas à prática do tiro, bem como a expressiva importância que lhe dedicava o Ministério da Guerra, não significou que no primeiro escalão do governo federal todos estivessem voltados para o mesmo fim. Em vários ministérios houve chefes de alguns setores que demonstraram resistência a esse intento, sendo que as reclamações chegaram à direção da Confederação do Tiro Brasileiro, conforme vemos a seguir:

A DEFESA DA PATRIA – O Sr. Ministro da Guerra dirigiu o seguinte aviso-circular aos seus colegas de Ministério:

'Tendo-me participado o director da Confederação de Tiro Brasileiro em officio n. 216, de 29 do mez findo [setembro de 1909], que os chefes das repartições demittem e ameaçam demittir os funcçionarios que tomam parte em assumptos que interessam á defesa da Patria e assim concorrem para a desorganização dos serviços de instrucção militar, em desaccordo com o art. 9º das instrucções approvadas pelo decreto n. 6.850, de 20 de fevereiro de 1908, rogo que vos digneis providenciar na parte que diz respeito ao Ministerio ao vosso cargo, de modo a cessar esta coacção, não se demittindo funcçionarios publicos membros das sociedades de tiro'.¹⁹⁸

O Ministro da Guerra foi em socorro da confederação e procurou assegurar justiça aos seus associados que revelaram estar sofrendo perseguição por causa de seus ideais de defesa da pátria. Portanto, essas convicções não eram consenso e havia quem atuasse contra.

¹⁹⁶ O Tiro nº 10, de 1909, p. 141-148.

¹⁹⁷ O Tiro nº 23, de 1910, p. 589-590, também disponível no Relatório do Ministro da Guerra de 1821 – 1960, p. u2249/000043.

¹⁹⁸ O Tiro nº 8 1909, p. 81.

Tendo a confederação sido criada por obra do Ministério da Guerra, estes dois sempre se mantiveram em harmonia principalmente quanto à defesa da manutenção dos tiros, ideal gênese dessa parceria. No relatório de 1914 – como nos de alguns outros anos anteriores –, o Ministro da Guerra enfatiza a validade dos tiros da seguinte forma:

São as sociedades de tiro aggremações que têm por fim o preparo da mocidade patricia no manejo das armas, de tal modo que seus associados, depois de prévio exame, são transformados em reservistas do exercito activo.

Só isto basta para dizer da capital importancia destas sociedades sob o ponto de vista da defesa nacional. Dahi a necessidade que julgo existir de deverem ellas ficar sob a immediata direcção do Grande Estado Maior do Exercito, ao qual cabe pela natureza de suas funcções a organização do exercito e de suas reservas.¹⁹⁹

Em função dessa perspectiva, o ministro propôs que as sociedades ficassem subordinadas a um órgão do Estado-Maior de mais importância, acompanhando a mudança de competência a que os órgãos formadores de reservistas estavam ligados.

Para estímulo à fundação de novas linhas de tiro, encontra-se, na revista *O Tiro de Guerra* (Nº IV, de Outubro a Dezembro de 1925, p. 18), o editorial *Como se funda um Tiro de Guerra e se organiza a instrucção militar nos estabelecimentos de ensino ou associação de qualquer outra natureza?*, que esclarece sobre a importância da prática do tiro: “sobre se cultivar nessas associações a technica do tiro, são ellas tambem verdadeiras escolas de educação civica, onde o patriotismo se exalta sob a mais bella de suas modalidades – a defesa militar do paiz.”

Desse editorial depreende-se que a atividade de defesa territorial era considerada uma virtude das mais representativas quando o assunto era o amor à pátria. Em 1916, o governo federal, com o apoio dos municípios, transformou as sociedades de tiro confederadas em tiros de guerra por verificar que a atividade desportiva de tiro ao alvo favorecia a preparação de atiradores militares para o combate. Mesmo com essa transformação das sociedades e linhas em tiros de guerra, concomitantemente continuaram a existir muitas associações civis sendo reconhecidas tão somente por linhas de tiro.

¹⁹⁹ Relatório do Ministro da Guerra de 1912, p. u2249/000016.

Cabe aqui um esclarecimento sobre o termo “tiro de guerra”. Os tiros de guerra não são uma experiência vigente desde a fundação da sociedade de Rio Grande. A última etapa na formação de atiradores, naquela época, era o tiro de guerra, ou seja, disparos realizados com arma empregada pelo Exército – fuzil Mauser – e munição de guerra em terreno cujos alvos poderiam estar a grandes distâncias – 100m, 200m e 300m. Portanto, eram tiros realizados em condições as mais próximas de uma situação de guerra. Nessas sociedades, as finalidades eram a formação de atiradores e a formação de reservistas. Estes eram os cidadãos que, terminando os treinamentos militares, encontravam-se aptos à convocação para uma guerra em caso de necessidade e, enquanto isso não ocorresse, permaneciam na reserva, no gozo de suas atividades civis.

Os disparos realizados nas condições descritas anteriormente, com armamento e munição utilizados pelo Exército, ocorreram somente depois da regulamentação da Confederação do Tiro Brasileiro em 1909, sete anos depois da criação da sociedade de Rio Grande. O Tiro de Guerra como designação institucional ficou consagrado somente a partir de 1916, mas, mesmo assim, não lhe conferia a mesma concepção dos dias atuais.

A rotina nas sociedades era muito regrada nos moldes do que acontecia em um aquartelamento, tendo muitas obrigações e também algumas liberdades, tudo em favor da boa educação e formação exemplar de seus frequentadores. Dentre muitas proibitivas, havia a que negava terminantemente nas sociedades, quaisquer manifestações de caráter político ou religioso. Como também tinham alguma autonomia pedagógica, havia a possibilidade de criar cursos de corografia do Brasil e das zonas de fronteiras de seus países limítrofes e de assistência aos feridos no campo de batalha.

Nem só de obrigações viviam as sociedades confederadas: recebiam o armamento por empréstimo do Exército; a munição era indenizada pelo preço de custo – depois se tornou gratuita; recebiam, anualmente, do tesouro nacional, como subsídio, 10:000\$000 (dez contos de réis), além de facilidades para aquisição de terrenos para a construção das linhas de tiro²⁰⁰. As sociedades de tiro não

²⁰⁰ Conforme Decreto Nº 1.503, de 5 de setembro de 1906, que instituiu o subsídio de 10:000\$000 (dez contos de réis) a cada uma das sociedades que pertencessem à Confederação do Tiro Brasileiro.

confederadas não podiam ter armas de guerra, somente as carabinas de *stand*, estando permanentemente sujeitas à fiscalização e inspeção pelos órgãos do Exército e policiais²⁰¹.

Os exercícios militares ensinados aos civis nas sociedades eram²⁰²: a) os de habilitação de atiradores livres, b) cursos de tiro e c) de evoluções militares até a escola de companhia. Descrevo, a seguir, os assuntos estudados em cada fase²⁰³:

a) na habilitação de atiradores livres, os civis eram instruídos sobre nomenclatura do fuzil, funcionamento do mecanismo e da alça de mira, além de noções indispensáveis sobre o tiro e exercícios preparatórios de tiro – o livro adotado para essa fase foi o “Tiro Brasileiro”, de Antonio Carlos Lopes. Depois de comprovadas suas habilidades, recebiam, do diretor de tiro, um certificado de atiradores livres, habilitando-os a atirar nas linhas de tiro de qualquer sociedade da confederação;

b) no curso de tiro – fuzil Mauser –, eram instruídos sobre nomenclatura, seus acessórios e munições; limpeza e conservação; funcionamento geral do mecanismo; funcionamento da alça de mira; regras de pontaria e posições de atirador; carregar e atuar sobre o gatilho; tiro com cartucho de manobra; tiro ao alvo com carga reduzida; tiro ao alvo nas linhas de tiro com cartuchos de guerra; avaliação de distâncias e emprego da alça de mira; iniciação dos alunos nos exercícios de pontaria por detrás de muros, árvores ou outros quaisquer abrigos e contra alvos móveis em combinação com as instruções sobre avaliação de distâncias e empregos da alça;

c) no curso de evoluções militares até a escola de companhia, os mesmos civis eram instruídos sobre instrução individual sem arma; instrução individual com arma; instrução da esquadra em ordem unida e extensa; exercícios de flexibilidade da esquadra; instrução de combate da esquadra;

²⁰¹ Conforme prescrição do Art. 54 do Regulamento da Confederação do Tiro Brasileiro, apud O TIRO Nº 6 de 1909, p. 32.

²⁰² Estão aqui compreendidas as Linhas de Tiro, os Tiros e as Escolas de Instrução Militar.

²⁰³ O Tiro Nº 6 de 1909, p. 30.

divisão e subdivisão da companhia e lugares dos graduados nas diversas formações; instrução de pelotão em ordem unida e dispersa e esgrima de baioneta.

O conjunto dessas três etapas das instruções dava direito à caderneta do reservista, destinada ao atirador que pretendesse dela se beneficiar quando da prestação do serviço militar obrigatório, conforme anúncio do decreto Nº 1.503, de 5 de setembro de 1906, que, em seu artigo 3º, dizia:

Creado o serviço militar obrigatorio, os socios civis da confederação que houverem prestado perante uma commissão nomeada pelo Estado Maior do Exercito exames relativos ao conhecimento e manejo das armas portateis, á escola do soldado e á de secção ficarão obrigados apenas á metade do tempo de serviço no exercito activo. (DOU Nº 203, 7 de setembro de 1906, p. 4.709)²⁰⁴.

Era uma ferramenta destinada a incentivar a frequência nessas instituições e, ao mesmo tempo, incentivar o serviço militar. O que realmente aconteceu é que, mesmo na vigência do serviço militar obrigatório, o tempo de frequência naquelas instituições formadoras de reservistas de 2ª categoria bastou como serviço militar, não necessitando de complementação.

2.4 Apontamentos Sobre o Serviço Militar Obrigatório, as Linhas de Tiro e os Ideais de Patriotismo e Integração Nacional

A lei de obrigatoriedade do serviço militar já estava em tramitação no legislativo e, por esse motivo, percebo que a oferta de redução do tempo de serviço anunciada anteriormente objetivava incentivar a frequência nas instruções/aulas de atirador e de evoluções militares das linhas de tiro, para a formação de reservistas. Mesmo com a lei do serviço militar obrigatório o Estado-Maior do Exército sabia que não conseguiria receber em serviço tantos jovens quanto desejava. Portanto, o serviço prestado nas linhas de tiro permaneceria indispensável porque seria mantido

²⁰⁴ Diário Oficial da União Nº 208, de 7 de setembro de 1906.

o desejo da presença do Exército em todo o território nacional.

Cabe salientar que, no Brasil, assim como em algumas outras nações, a história do recrutamento militar é repleta de acontecimentos traumáticos – próprios de sua época – e de consequências nem sempre felizes nas localidades afetadas por essas obrigações. Concentrando-me somente nos três primeiros quartéis do século XIX brasileiro, o sistema de recrutamento que imperou foi o “forçado” que, de uma forma ou de outra, atendia aos interesses das elites, sendo abolido somente em 1875.

Em 26 de Setembro de 1874, por meio da Lei nº 2.556, o Império estabeleceu o modo e as condições do recrutamento para o Exército e para a Armada, inaugurando uma metodologia diferente em nossas terras para designação dos homens a serem recrutados: sorteio entre os cidadãos alistados com 19 anos até os de 30 anos incompletos. Contudo, somente no ano seguinte é que as condições para a sua prática foram estabelecidas. Percebeu-se, ainda, que em seus primeiros atos de seleção, generalizadamente não foi aceita, sendo motivo de descontentamento geral.

Até então, o recrutamento ocorreu sempre sob condições de grande cota de sacrifício individual e familiar. A lei de 1874, ciente disso, mantinha a exigência de um tempo de serviço com pelo menos seis anos – um tempo ainda expressivo. Findo esse prazo, mantinha-se a obrigação da apresentação para o serviço na ocorrência de conflitos internos ou externos, pelos próximos três anos. Era, portanto, um compromisso que durava nove anos. Em situação de conflito, o dispositivo legal estabelecia que os voluntários servissem por dois anos ou pelo tempo de duração do mesmo e, para aqueles que fugissem ao alistamento, a lei previa que seriam forçados ao serviço de seis anos, mesmo que o conflito durasse menos tempo.

O principal conjunto de “vantagens” aos voluntários e aos convocados estava nos parágrafos do Art. 9º da lei, estipulando que:

O cidadão brasileiro, que houver servido no exercito ou armada, com bom procedimento, o tempo, a que por Lei era obrigado, ou obtiver escusa do serviço militar por se haver nelle invalidado, terá preferencia na admissão a qualquer emprego, para que tenha a necessaria idoneidade.

O tempo de serviço militar será contado para a aposentadoria no emprego civil até dez annos, e pelo dobro si fôr de campanha.

§ 2º As praças de pret voluntarias, substitutas e designadas não refractarias,

que obtiverem baixa, serão empregadas com preferencia a outros individuos nas obras e officinas publicas, e nas estradas de ferro.

Neste intuito o Governo estabelecerá as necessarias clausulas nos futuros contractos, ou novação dos actuaes.

§ 3º Depois que se fizer effectivo o primeiro contingente, de que trata o 7º do art. 3º da presente Lei, fica abolido o systema actual de recrutamento forçado, e desde então não se admittirá individuo algum no exercito com praça de cadete.

O serviço por longo tempo também era estimulado conforme se vê no Art 10 a seguir:

Os cidadãos que, independentemente de sorteio, se offerecerem para o serviço do exercito, bem como os designados que comparecerem em devido tempo, têm direito; no fim de vinte annos de praça, a uma remuneração de 1:000\$000 e á reforma com o respectivo soldo por inteiro.

É notório que uma oferta dessa natureza era fruto da dificuldade que se tinha em manter um efetivo mínimo de militares profissionais. O salário superior a um conto de réis para a praça não era considerado baixo; muito ao contrário.

Também para os estrangeiros essa lei oferecia “estímulos”, conforme expresso no Inciso 1º do Art 4º:

Admittir-se-ha como voluntario o estrangeiro que estiver nas condições marcadas no regulamento, sem que todavia possa o seu numero exceder á quinta parte das praças de pret do corpo ou companhia, em que fôr servir. O estrangeiro, que servir por um anno com bom procedimento, poderá ser naturalizado, dispensados os mais requisitos da legislação vigente, e sem despesa alguma.

Esse estímulo parecia muito vantajoso, principalmente quando comparado ao oferecido aos brasileiros natos. Para estes, o serviço inicial obrigatório de seis anos constituía em *conditiosine qua non*²⁰⁵ para serem considerados cidadãos em plenitude, enquanto que, para o estrangeiro gozar da mesma condição, lhe era exigido somente um ano.

Outro ponto muito importante de amplo alcance por essa lei é que, em seu Artigo 8º, deixava explícita a abolição dos castigos físicos, sendo substituídos por um sistema de vigilância a crimes e transgressões ligados aos direitos e deveres

²⁰⁵ Condição sem a qual não se faz tratado algum.

tutelados por regulamentos, normas e leis específicas. Mesmo que toda forma de castigo/punição atingisse – serve para o tempo presente, também – o corpo, essa alteração procurava distanciar-se do modelo punitivo de natureza infamante que, além de marcar a consciência, marcava o corpo físico em situação de humilhação, tal qual o exercido na escravidão.

As dificuldades de efetivo não eram novidade e o conjunto destes, as obrigações legais e os apelos patrióticos vigentes nos primeiros anos do século XX o comprovam. Tanto no Rio de Janeiro quanto em Rio Grande essa preocupação era veiculada pela imprensa, conforme se vê no editorial “Exercito Sem Gente”, do Diário Rio-Grandense de 22 de outubro de 1902, aqui reproduzido:

Não de hoje, mas de tres annos, pouco mais ou menos, os nossos batalhões e regimentos se mostram necessitados de praças, que lhes preencham o effectivo de outras eras: quatrocentos homens.

Isto diz a *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro, tratando dos grandes claros existentes nas fileiras do nosso exercito.

Reduzido aquelle algarismo a pouco mais da metade, nem assim é possível deparar muitos corpos, que o apresentem completo.

Quem já se deu á tarefa de lhes contar as filas, quando se exhibem nas paradas, nos dias solemnes, teve oportunidade de verificar o caso surprehendente de cento e poucos homens, em alguns delles.

E nessas occasiões, tomam parte na formatura todas as praças disponiveis, sem faltar uma das que se conservam nos varios empregos de secretaria, etc.

Nem por isso, entretanto, conseguirão os Srs. commandantes reunir o pessoal que, outr'ora, mal chegaria para completar o effectivo de duas companhias.

Positivamente, não é muito animador o estado presente das forças, que a nossa Constituição incumbiu da defeza externa.

Á escassez do numero associa-se o excesso de trabalhos em muitas guarnições. E a consequencia de tudo isso é a exiguidade do tempo, de que a instrucção militar necessita para ser convenientemente ministrada.

A tudo se accrescentem a falta de uma reserva, a inefficacia das leis que deviam presidir ao sorteio, e se achará bem nitida e contristadora a physionomia do exercito em nosso tempo. Considerem-se taes defeitos, ponderem-se mais os de nossa indole, avesso á profissão das armas, e lograr-se-á uma idéa dos riscos a que nos expomos. Reflexionemos sobre a directriz da politica das nações fortes, pesemos com todo o escrupulo as consequencias do capitalismo que tyrannisa o mundo, e sentiremos a necessidade, resumida, quanto ao exercito, em dotal-o de pessoal capaz de constituir um nucleo de resistencia, uma escola de aprendizagem.

As lacunas que se observam, a penuria de gente que profligamos, têm sua origem mais visinha da nossa negligencia do que no apoucamento das rendas nacionaes.

.....

Batalhões de cento e tantos homens poderíamos conservar, confiantes, despreocupados, si, ao primeiro grito de alarma, as legiões surgissem de carabina ao hombro, aprestadas em todos os sentidos para o embargo dos

passos invasores de um inimigo qualquer. Carecendo dellas, como é notorio e triste de proclamar, afigura-se-nos uma imprudencia deixar entregues ao seu conhedidissimo desfalque os vários corpos do nosso exercito.

Ou se educa o povo, apparelhando-o, como em outros paizes, e não ha perigo de conserval-os no estado em que se apresentam; ou descuramos ainda de tão patriotica prevenção, e ha mister de emendarmos o primeiro erro. Não ha fugir desse dilemma.

Cumpre escolher, enquanto não se torna extemporaneo. Para isso, o poder está nas mãos dos que elaboram leis e organisam a força publica, mediante o disposto na Constituição Federal.²⁰⁶

Comportando-se dessa maneira, a imprensa participava das preocupações aparentemente próprias dos militares. Preocupações justificadas porque, conforme o editorial informa, as participações das tropas militares em atividades festivas permitiram, com o passar dos anos, que o definhamento dos efetivos fosse visível a todos os espectadores.

O fato de o Diário de Rio Grande referir-se à Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro demonstra uma sintonia muito próxima em termos de preocupações nacionais ligadas à defesa territorial – apesar da distância geográfica –, permitindo-me concluir que esse quadro estava no contexto das preocupações de estratégia da S.P.T.B. De forma singular, a primazia de sua iniciativa sensível aos anseios e necessidades nacionais aconteceu com a intenção de amenizar ou mesmo reverter tal situação. Posso, até mesmo, relacionar essa “sensibilidade” por conta do conteúdo histórico incrustado naquele solo desde nossas origens, perpassando pelos séculos XVIII, XIX e início do XX.

A história se constrói nas terras, pelas gentes que nelas habitam ou nelas passaram e encontra-se prisioneira de uma cronologia. Estando contemplada pelo tempo e marcada nas histórias das famílias, é muito provável que também esteja na memória das terras por onde suores, sangues e corpos se deterioraram e foram terra adentro repousando. Repousar não é deitar eternamente ou mesmo ficar inerte para sempre. Repousar pode ser, muitas vezes, estar à espera de tempos e ideais oportunos para reflorescer, renascer e reviver em outro estilo.

Ainda sobre o editorial, chama a atenção a ausência de uma força de reserva capaz de resistir adequadamente a um inimigo qualquer, sinalizando que, em outras nações, esse problema há muito tinha sido resolvido e, como forma de estratégia, deveria ser dispensada à população uma educação voltada para o

²⁰⁶ Disponível no acervo de jornais da Bibliotheca Rio-Grandense, na Estante 72 e Prateleira 6.

patriotismo. Outro fator apontado como entrave à defesa nacional era a ineficiência das leis destinadas a gerir o sorteio para o alistamento militar.

A Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908, que regulava o alistamento, sorteio militar e reorganizava o Exército, obrigava ao serviço militar, no Exército e na Armada, os brasileiros de 21 anos até os 44 anos incompletos, devendo servir até dois anos e permanecer na reserva por sete anos. Essa lei veio em substituição a de 1874, mantendo o sorteio como forma de seleção dos recrutáveis. Em muitos aspectos difere de sua antecessora, dentre essas a faixa de idade com amplitude diferente, merecendo destaque para a idade mínima que passou a ser de 21 anos – podendo ser recrutados jovens voluntários desde os 17 anos – em concordância com o código civil da época que reconhecia a maioridade penal somente aos 21 anos de idade, ou seja, só era julgado adulto em plenitude o homem maior de 21 anos de idade.

Outro aspecto inovador encontrava-se na manutenção dos conhecimentos militares mínimos para uma possível futura convocação, conforme mencionado a seguir:

Art. 17. Enquanto não forem chamados ao serviço activo são elles obrigados:

- a) ao comparecimento nos pontos que lhes forem designados para receberem a necessaria instrucção militar;
- b) a presença, uma vez por mez, na linha de tiro da localidade onde residirem, exigindo do respectivo encarregado ou director attestado de frequencia, notada em suas cadernetas de reservistas.

Esta lei mostrou-se arrojada e bem intencionada. Se posta em prática, estaríamos no caminho do exemplo suíço daqueles dias sem, entretanto, a mesma abrangência quantitativa. Para os militares, lamentavelmente, ela só foi exequível em 1º de dezembro de 1916, sendo o primeiro sorteio realizado no dia 10 do mesmo mês, quase nove anos depois de promulgada. Mesmo assim, em plena década de 1920, não havia sido definido sequer o tempo mínimo do serviço militar. Entre as várias propostas, escolheu-se a de dezoito meses com o “cavalgamento de classes”.

A incorporação ocorria no início do ano e durante o terceiro semestre do serviço coexistiam, no mesmo aquartelamento, a incorporação nova e a anterior. Ao final do semestre – o primeiro do ano seguinte –, os novos já estavam em condições

de assumir todas as tarefas castrenses e somente, então, a incorporação anterior era dispensada. Toda incorporação ocorria no início do ano e toda baixa, no meio dele. No primeiro semestre de cada ano é que se tinha o cavalgamento de classes²⁰⁷.

Em junho de 1920, João Pandiá Calogeras, Ministro da Guerra, apresentou ao Presidente da República o relatório de sua pasta em tom enaltecedor dos significados do Exército para a nação, principalmente motivado por reconhecer seu papel mantenedor dos sentimentos de pátria diante dos conflitos com o Paraguai. Lembrava, ainda, que estando às vésperas dos cem anos da Independência, esse tempo só havia sido possível porque o Exército esteve atuante e vigilante na garantia de um Estado livre e promissor.

Depois de tecer uma longa defesa sobre o papel das forças armadas e reconhecer falhas na lei de sorteio de 1908, apresentou razões para continuar acreditando na sua validade e necessidade:

Dimana, portanto, da lição historica que o sorteio, passo preliminar do serviço generalizado, é a solução do problema político maximo da integração das forças armadas na Nação. É o desaparecimento do militarismo, no sentido pejorativo e injusto do termo, como elemento extranho no evoluir do paiz. É a escola de disciplina, de hygiene, de patriotismo e de solidariedade humana para todos os brasileiros.²⁰⁸

Calógeras tinha em mãos informações que atestavam, a partir do sorteio de 1916, um crescente – ainda que tímido naquele ano – e promissor sucesso que lhe dava crença de ser uma metodologia de recrutamento adequada. Tinha um discurso muito parecido com o estilo de Olavo Bilac e já anunciava que, no futuro, o serviço militar obrigatório evoluiria para uma forma mais universalizadora e capaz de tocar toda a sociedade através de sua cultura e de seus princípios.

Como forma de justificar o declínio nas atividades das linhas de tiro, relatou que isso se dava porque a juventude não tinha mais pelo Exército a mesma visão pejorativa e pouco afeita de antes. Naquele momento, o sucesso do alistamento por meio do sorteio estava fazendo habitar os quartéis jovens de todos os segmentos e de todas as classes sociais. . O quartel deixara de ser lugar de pessoas de baixo

²⁰⁷ Relatório do Ministro da Guerra de 1919, p. u2256/000039.

²⁰⁸ Relatório do Ministro da Guerra de 1919, p. u2256/000025.

valor social, de insignificância econômica, para tornar-se um lugar de convívio frutífero e muito procurado. Assim sendo, as linhas de tiro, deixando de representar uma alternativa única de cumprimento do serviço militar em ambiente mais sadio, perderam sua primazia.

Ao que tudo indica, os argumentos utilizados politicamente de forma avessa às realidades conjunturais fecharam os olhos a outro maior e mais grave problema brasileiro que afetava todos os segmentos da vida econômica e social, principalmente. As dificuldades enfrentadas pelo Exército e pela Armada no recrutamento estavam em íntima conexão com a baixíssima qualidade de vida e condições sanitárias precárias que grassavam por alguns interiores do Brasil. Nosso país era uma nação doente, tanto que o médico sanitarista Miguel da Silva Pereira (1871-1918), professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, através de um discurso realizado em outubro de 1916 na mesma instituição, cunhou a expressão “o Brasil é um imenso hospital”²⁰⁹.

Essa evidência de que o aspecto sanitário coletivo influía no recrutamento não foi considerada, mesmo depois de veiculadas pela imprensa as análises do sanitarista. Continuando, os militares, na mesma linha de argumentação, o outro artifício utilizado de modo coercitivo para levar os jovens ao serviço militar nas linhas de tiro, nas Escolas de Instrução Militar, nos quartéis do Exército ou da Armada foi a exigência, desde 1918, da “caderneta de reservista, ou, pelo menos, a certidão de alistamento para o exercício de qualquer cargo público ou função remunerada pelos cofres federaes”²¹⁰. Artíficos parecidos já estavam na lei de 1874, entretanto, sem conotações de coerção e sim de dar preferência aos que tivessem servido nos quartéis do Exército ou da Armada.

Legislações como esta de 1918, período em que o serviço público tinha uma abrangência importante e um status considerável, levam-me a concluir que a procura pela formação militar teve mais que uma aceitação pura e simples fomentada pela evolução do convívio dos vários segmentos da sociedade com os militares. A procura avançou em muito por causa do interesse no serviço público.

²⁰⁹ SÁ, 2009.

²¹⁰ Relatório do Ministro da Guerra de 1919, p. u2256/000033.

Durante as três primeiras décadas do século XX, o Exército, influenciado principalmente pela Alemanha, Argentina, França, Itália e Suíça²¹¹ – países com um desenvolvido estado de preparação militar de sua juventude –, acreditava que a “educação militar” deveria ser disseminada por toda a nossa juventude para poder elevar o Brasil à categoria de nação moderna, uma nação em permanente estado de preparação para a guerra.

Os militares acreditavam que o sucesso e o desenvolvimento alcançados por aqueles países aconteciam porque investiram em um programa de manutenção de defesa territorial através de um permanente estado de treinamento militar, e isso poderia garantir-lhes todos os demais avanços. Assim, nossos militares associaram, de imediato, modernidade e progresso à educação militar da juventude.

Diante dessa perspectiva, a lei do serviço militar de 1874, mesmo mostrando-se inadequada e obsoleta, mantinha o serviço militar, ainda que precário. Sua substituta, a lei de 1908/1916²¹², avançou e parecia carregar um pouco do entusiasmo da república dos primeiros dias, quando se somaram às forças do Exército os inúmeros batalhões formados por voluntários de vários segmentos da sociedade civil. Nessa sequência, as linhas de tiro, funcionando com motivações de estratégia territorial desde 1902, adicionaram elementos de civismo e patriotismo que culminaram na promoção de um ambiente menos árido para a aceitação dessa lei.

Entretanto, as campanhas que o Exército empreendeu para a promoção de associados nas linhas de tiro tinham como maior argumento a promessa que o tempo de participação nessas instituições – para aqueles que fizessem o curso de evoluções militares e recebessem a caderneta de reservista – proporcionaria a redução pela metade do tempo do serviço militar obrigatório nos quartéis aos sorteados, quando da aplicação da última lei. Pelo fato de ela ter demorado a entrar em vigor, os ânimos foram arrefecendo, a juventude foi desacreditando na sua efetivação e, portanto, seguiu-se um período de decadência na frequência dos tiros, principalmente a partir do ano de 1911²¹³.

²¹¹ A Itália é considerada a pioneira desde Aosta em 1427 e Suíça desde 1450, apud O Tiro de Guerra N^{os} I e II de 1926, p. 13.

²¹² Datação dupla porque a promulgação ocorreu em 1908 e a aplicação somente em dezembro de 1916.

²¹³ Relatório do Ministro da Guerra de 1912, p. u2249/000043.

A demora na execução da lei do sorteio militar foi apontada não como a única e, sim, a mais perturbadora causa daquele período de decadência das linhas de tiro. As demais que se somam são as seguintes: as sociedades passavam por dificuldades econômicas com tantos encargos cobrados; falta de instrutores militares para os exercícios; e falta de armamento de guerra.

Para a falta de instrutores e de armamento a solução não foi difícil. Para as dificuldades financeiras da sociedade, vemos, a seguir, um relato de suas despesas e uma sugestão de solução:

Em todas ellas o estado financeiro é o mais precario possível, devido ás grandes despesas para sua manutenção, taes como: pagamento de aluguel dos terrenos onde estão construidas suas linhas de tiro e das casas para suas sédes; pagamento do pessoal para conservação e diversos trabalhos; compra de fardamento para os atiradores, etc.

O alvitre de um auxilio pecuniario por parte da União ás sociedades de tiro para facilitar-lhes o custeio das despesas, não é uma innovação, pois que todas as Nações assim procedem, notadamente a Suissa, a Belgica, a Italia, a França e a Republica Argentina²¹⁴.

Com o lema “Tudo pela Defesa Nacional”, e buscando respaldo político para sanear o orçamento das sociedades, o diretor da revista *O Tiro*, em correspondência ao Ministério da Guerra, apresentava um caminho já trilhado por nações que experimentaram as mesmas dificuldades em circunstâncias semelhantes. O resultado foi favorável às sociedades que tiveram destinados, sempre que necessário, recursos da união para a manutenção da prática do tiro e da formação militar.

Havia sido investido muito sacrifício e muito tempo e isso não poderia falir de forma tão abrupta. Era um projeto de abrangência nacional, constituído de 211 sociedades confederadas até o ano de 1912, sem contar com as demais que poderiam elevar o número a 800, com uma relação custo-benefício muito favorável ao Exército e à Armada²¹⁵. O Estado do Rio Grande do Sul sempre apresentou números expressivos da participação de sua mocidade nos empreendimentos militares.

²¹⁴ O TIRO Nº 48, de 1913, p. 103-105.

²¹⁵ Ibidem, p. 106.

Em relatório do Ministério da Guerra ao presidente do Brasil, em 1920, Calógeras, reportando ao período imperial, em tom de reconhecimento, escreveu que “Era corrente, em todas as provincias, menos no Rio Grande do Sul, mais guerreiro, e nas do Norte, fornecedoras de voluntarios, o descaso, quasi o desdem pela farda”²¹⁶. Esse sucesso nas coisas militares parecia pertencente à própria natureza da gente desta terra, uma sociedade que se congregava harmonicamente com os militares.

Parece-me importante destacar que a prática do tiro ao alvo era considerada um fator de aprimoramento profissional ligada, principalmente, aos órgãos afetos à segurança. Pertence a esse grupo, no caso do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar que, harmonicamente a essa ideia, comportou-se bem, conforme se verifica na mensagem de 20 de setembro de 1911, enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul por seu Presidente, o Sr. Carlos Barbosa Gonçalves, com o seguinte texto:

Com o fim de aperfeiçoar o soldado no tiro de guerra, o commando da Brigada fez construir na Chacara das Bananeiras, proprio do Estado, uma linha de tiro, na qual foram preenchidos os requisitos exigidos para estabelecimentos dessa ordem.

Alli exercitam-se diariamente officiaes e praças, sob a direcção do instructor, no tiro ao alvo de revolver, na distancia de 25 e 50 metros, e no de clavina e carabina, nos alvos de 150, 250, 350 e 500 metros.

Os abrigos subterraneos, offerecem segurança absoluta, e pelo telefone se communicam com o *stand*, construcção elegante, simples e solida.

A linha tem sido visitada por profissionaes competentes, conhecedores alguns delles dos estabelecimentos nacionaes congeneres, e que não hesitam em classificar-a – primeira – das actualmente existentes no Brasil. Sua inauguração official festiva deu-se a 20 de novembro do anno próximo findo [1910].

Para realce no merito da Brigada, cumpre-me declarar-vos que tão importante estabelecimento foi construido sem onus algum para o Estado, pois os quarenta contos, mais ou menos, que custou, saíram das economias justas e razoaveis realizadas nas differentes unidades componentes de nossa força.²¹⁷

A Brigada Militar – à época também referida como milícia estadual –, nesse contexto de aprimoramento e manutenção da boa condição profissional, procurou, com recursos próprios, aplicar o que no Exército já era sucesso e, ao que tudo

²¹⁶ Relatório do Ministro da Guerra de 1919, p. u2256/000019.

²¹⁷ Relatórios do Presidente de Província de 1911, p. u791/000010.

indica, o fez em excelentes condições. Nessa experiência, o tiro de guerra deve ser visto distante do clamor que incentivou o Exército: instruir e armar a nação para a defesa contra inimigos de toda a natureza, principalmente os externos. Seu objetivo estava ligado à eficiência profissional.

A Brigada estava estrategicamente muito próxima do Exército, principalmente porque todos os seus comandantes, de 1892 a 1915, foram oficiais do Exército e todos os seus instrutores/professores, no mesmo período e um pouco além, também o eram. Portanto, o processo de modernização doutrinária vivido por este influenciou na sua estrutura operacional²¹⁸. A instituição das linhas de tiro, baseada no modelo militar, é uma dessas evidências. Outro vínculo forte era a natureza das instruções/aulas à sua tropa, que eram, basicamente, de assuntos ministrados no Exército, longe, portanto, de sua necessidade e natureza policiais. Em 24 de maio de 1917, foi celebrado um convênio entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo que a brigada receberia a incumbência de se manter como força estadual e seria uma força auxiliar do Exército.

Em 1915, primeiro ano da campanha cívica nacional em defesa do serviço militar obrigatório e segundo ano da Primeira Grande Guerra Mundial, as sociedades de tiro passaram por um revigoramento em razão desses dois eventos, especialmente porque em relação ao primeiro, a lei de sorteio para o serviço militar obrigatório já despontava como iminente. Quanto à guerra, servia de ilustração ao argumento mais utilizado pelos militares, qual seja: uma nação deve estar o tempo todo preparada para reagir contra os perigos que a cercam²¹⁹.

Entusiasmado com as ideias de integração nacional, patriotismo e civismo, Olavo Bilac percebeu que somente através da educação poderia o Brasil um dia ser um grande país. Mas só conseguia ver essa possibilidade através de um sistema impregnado de disciplina e de uma rigidez suficientemente fortes para contaminar todo o país. Para ele, o Exército brasileiro era o modelo de educação e o melhor

²¹⁸ Como sinônimo de “operacional” pode-se usar funcional.

²¹⁹ Sobre a campanha do alistamento militar compulsório, seu maior propagandista foi Olavo Bilac, um poeta – filho do médico Brás Martins dos Guimarães Bilac, ex-combatente da Guerra da Tríplice Aliança –, autor da letra do Hino à Bandeira, ex-aluno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, jornalista, autor de livros voltados para os estudantes das séries iniciais e também professor, com dedicada obra voltada para a boa difusão da língua portuguesa. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras em 1896, inspetor escolar e percorreu uma boa parte do Brasil com a intenção de divulgar suas ideias patrióticas.

instrumento para isso. Dizia ele:

A caserna é uma escola. Sendo soldados, sereis cidadãos. Não podemos, nesta terrível fase da humanidade, admitir que um cidadão deixe de ser soldado. Quando se trata de defender a família e a Pátria, a fraqueza é um crime e o descuido é uma desonra.

Quero e sempre quis a instrução e a defesa do país pelos livros e pelas armas. Quero a escola dentro do quartel, e o quartel dentro da escola. A segurança das pátrias depende da inteligência e da força: o estudo defendendo a civilização, e a disciplina defendendo o estudo. (BILAC, 1917, p. 100).

Falando aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, em 9 de outubro de 1915, pregando sua defesa no favorecimento do serviço militar obrigatório, Olavo Bilac disse:

[...] Que é o serviço militar generalizado? É o triumpho completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade propria e do patriotismo. É a instrução primaria obrigatoria; é a educação civica obrigatoria; é o asseio obrigatorio, a hygiene obrigatoria, a regeneração muscular e physica obrigatoria. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de 'abc' e do banho, — animaes brutos, que de homens têm apenas a apparencia e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação. A caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: d'ella saíam conscientes, dignos, Brasileiros, esses infelizes sem consciencia, sem dignidade, sem patria, que constituem a massa amorpha e triste da nossa multidão. (BILAC, 1924, p. 120).

É uma defesa apaixonada e coerente com seus princípios, tendo o exército como promotor e melhor regulador da sociedade. Para ele e para quem tinha a mesma perspectiva, o termo “obrigatório” soava mais como doação, dívida ou necessidade do que como sacrifício ou coerção.

Seus discursos em favor da militarização da juventude eram uma sequência de sua pedagogia, a qual procurava difundir por meio das emoções das crianças no início da sua vida escolar, através de livros como o de “Contos Pátrios”, rico em declarações de amor ao Brasil, que se pode observar também nesse trecho do conto “O Recruta”:

E, então, alli, a idéa sagrada de Patria se apresentou, nitida e bella, diante da alma de Anselmo. E elle, comprehendendo emfim que a sua vida valia menos que a honra da sua nação, pediu a Deus, com os olhos cheios de lágrimas, que o fizesse um dia morrer gloriosamente, abraçado ás dobras d'aquella formosa bandeira, toda verde e dourada, verde como os campos, dourada com[o] as madrugadas da sua terra. (BILAC; NETTO,1923, p. 94-95).

Olavo Bilac foi, sem dúvida, um poeta comprometido com a causa patriótica. Mostrou-se um propagandista republicano e nacionalista de primeira página, investindo em muitas obras destinadas às crianças, para as quais, segundo ele, deveria haver intenso investimento para o bem do futuro do Brasil.

Na perspectiva do processo de modernização do Exército, em 9 de novembro de 1917, em um mesmo ato foi extinta a Confederação do Tiro Brasileiro, criadas a Diretoria Geral do Tiro de Guerra, sucessora da confederação, e a Revista “O Tiro de Guerra”, sucessora de “O Tiro”, como órgão oficial da nova instituição, sendo esta responsável pela propaganda e divulgação de assuntos militares, não só aqueles referentes aos tiros de guerra²²⁰.

Na prática, as atribuições e estrutura administrativa ficaram como na forma anterior, porém, com maior presença dos militares. Entretanto, é a partir desse decreto que as sociedades, antes confederadas, passam a denominarem-se Tiros de Guerra. Portanto, o Tiro Brasileiro do Rio Grande Nº 1 passou a ser designado por Tiro de Guerra Nº 1 ou TG Nº 1 e assim os demais da mesma forma.

Houve algumas modificações substanciais na relação com o serviço militar obrigatório e quanto aos tipos de formação dos atiradores. A primeira modificação estava no Art. 26 item “a”, que dispensava, da incorporação no Exército, aqueles sorteados portadores da caderneta de reservista. No texto da lei anterior, teriam a redução pela metade do tempo de serviço obrigatório e não isenção. Permaneceu somente a obrigação de atenderem aos chamados em ocasiões de manobras, momento em que serviriam por cerca de três meses. A segunda modificação constava do Art. 28, em seu § 2º, sobre as instruções/aulas nas sociedades de tiro incorporadas, sendo instituído que os exercícios militares compreendiam as escolas dos quadros formadoras de cabos, sargentos e oficiais, todos para serem

²²⁰ Decreto nº 12.708, de 9 de Novembro de 1917; DOU Nº 262, de 11 de novembro de 1917, p. 11.792-11.797.

reservistas. O programa dos quadros estava assim definido:

Art. 31. A instrução nas sociedades incorporadas será dada de accôrdo com os regulamentos do Exercito, exceptuando a parte relativa ao curso para officiaes reservistas, cujo programma será organizado triennialmente pelo Estado-Maior e publicado no Boletim do Exercito.

Art. 32. A duração do curso na escola de soldados será de 20 semanas; na de cabos e sargentos, 10 semanas; na de officiaes reservistas, o numero de semanas que o Estado-Maior do Exercito determinar.

Para aqueles que desejassem o curso de oficial, era pré-requisito ter sido aprovado no curso de sargento. Todos os atiradores em ocasiões de formatura, nas linhas de tiro ou quando fardados, estavam sob os efeitos dos regulamentos disciplinares do exército, devendo ter boa postura e agir conforme os preceitos da honra exigidos a todos os militares.

A Primeira Grande Guerra Mundial começou a afetar o Brasil no campo das relações internacionais e também no da beligerância em maio de 1916, quando um submarino alemão torpedeou o vapor Rio Branco no Mar do Norte. Seguindo-se a esse ataque, em 9 de dezembro outro submarino da mesma nacionalidade torpedeou o vapor Rio Pardo no mesmo mar²²¹. Esses ataques injustos – porque o Brasil estava internacionalmente reconhecido como nação neutra e também porque as embarcações não transportavam carga suspeita – não foram suficientes para que o Brasil rompesse relações com a Alemanha, isso porque havia interesses comerciais até então muito importantes.

Nossa política frente à Alemanha só foi alterada depois que no dia 3 de abril de 1917, às 23h30min, o Vapor Paraná – cargueiro brasileiro –, que estava a 10 milhas de Barfleur, na Baixa-Normandia, foi torpedeado, acanhoneado e afundado por um submarino alemão, provocando a morte de três tripulantes. Esse evento, o terceiro em 11 meses, motivou o Brasil a romper relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha em 11 de abril. Depois de vários outros incidentes com o mesmo padrão criminoso – no dia 20 de maio, o vapor Tijuca; no dia 22, o vapor Lapa e em outubro, os vapores Macau, Acary e Guahyba –, ocorridos desde o mês de julho do mesmo ano, no dia 26 de outubro o Brasil declarou guerra àquela potência²²².

²²¹ Relatório do Ministro das Relações Exteriores de 1916 e 1917, p. u1787/000045.

²²² Relatório do Ministro das Relações Exteriores de 1916 e 1917, p. u1787/000083-000095 e 000099; Relatório do Ministro das Relações Exteriores de 1917 e 1918, u1788/000107, 000122, 000137, 000142; Relatório do Ministro da Guerra de 1917, p. u2254/000138-000139.

O abatimento na política brasileira diante desses episódios foi profundo porque as relações entre ambos os países, até então, tinham uma trajetória de sucessos comercial e militar. O comercial estava calcado nas exportações de produtos primários, principalmente café, e o militar contemplava importações de armas – notadamente da marca Krupp – e de intercâmbio cultural/profissional.

Aqueles atos de beligerância não afetaram somente as relações entre os dois países, mas, também, lamentavelmente, as colônias de imigração alemãs em território brasileiro que, pela primeira vez, sofreram retaliações dolorosas sob todos os aspectos das relações humanas, inclusive cultural/educacional, conforme trecho do Relatório do Presidente de Província referenciado a seguir:

Declarado o estado de guerra entre o Brasil e a Allemanha e promulgada a chamada lei de guerra, impunha-se como uma das providencias naturaes e necessarias, nella implicitamente contidas, a de prohibir-se o funcionamento de escolas allemãs, como taes qualificadas aquellas em que a instrucção era ministrada exclusivamente em allemão e com sujeição aos programmas e methodos do ensino allemão.

Nessa conformidade não só foram cassadas as subvenções officiaes a collegios e aulas naquellas condições, como ainda expediram-se instrucções relativas á nacionalisação de escolas, especialmente allemãs, prohibindo o funcionamento daquellas onde a linguagem usual, para ministrar o ensino, não seja a portugueza, e bem assim quando não forem escriptos em vernaculo os livros didacticos de historia, geographia, arithmetica, leitura, etc., mas tudo isso sem prejuizo do ensino accessorio de qualquer língua estrangeira, inclusive a allemã.

Em virtude dessa medida prohibitiva foram fechadas 83 escolas allemãs particulares.

Por decreto n. 13.014 de 4 de maio deste anno[1918], resolveu o Governo Federal auxiliar os Estados na manutenção de escolas, nas zonas habitadas por colonos europeus e seus descendentes, para o fim especial de ministrar-lhes o ensino da língua nacional bem como o da geographia e historia do Brasil.²²³

Aquelas agressões em mar ecoaram em terra firme brasileira onde, até então, os governos federal, estadual e municipal não detiveram tanta preocupação como doravante passariam a ter. As atitudes, desconsiderando aquelas do nível das ofensas, agressões físicas e patrimoniais para as quais não se tem controle adequado, foram próximas do cerceamento total das liberdades ligadas à língua e à cultura escolar alemãs. Todas as esferas governamentais adotaram medidas para a inserção de nossa cultura e língua nacionais nas escolas incrustadas naquelas

²²³ Relatórios do Presidente de Província de 1918, p. u798/000021.

comunidades de descendência alemã, conforme destacado na sequência:

Já estão providas 159 das escolas em numero de 167, subvencionadas pela União, á razão de 1:800\$000 annuaes por escola, de conformidade com o decreto n. 13.014, de 4 de maio de 1918, e as creadas em zonas habitadas por colonos estrangeiros e seus descendentes, a fim de facilitar-lhes o ensino do idioma portuguez e o de geographia e historia brasileiras.

Essas escolas estão assim distribuidas:

Santa Cruz, 23; Montenegro, 20; São Sebastião do Cahy, 20; Lageado, 18; Cachoeira, 17; Estrella, 13; Venancio Ayres, 12; Taquara, 12; São Lourenço, 10; São Leopoldo, 10; Rio Pardo, 6; Santo Antonio da Patrulha, 2; Passo Fundo, Palmeira, Ijuhy e Erechim, 1 cada um.

A distribuição está em relação com a área ocupada pelas populações de origem germanica, com a densidade destas e tambem com o numero das escolas suspensas por occasião da declaração de guerra entre o Brasil e a allemanha.²²⁴

Coincidentemente no tempo e espaço, todos esses episódios foram ao encontro de alguns dos ideais de brasilidade, patriotismo, integração e união nacionais defendidos pelos militares que já há algum tempo os tinham diagnosticado como problemas relacionados à educação neste vasto território. Para que houvesse uma integração nacional, acreditavam que a língua deveria ter mais atenção e mais difusão. Na defesa desse objetivo, a Revista O Tiro de Guerra de outubro a dezembro de 1925, no editorial *A Instituição do Tiro: complemento do Exercito em suas grandes funções sociaes*, afirmava que as Linhas de Tiro estavam

Educando a parte da classe dos alistados para o serviço militar, que o Exército por suas exiguas proporções não a póde enquadrar e, assim, nacionalizar aquelles brasileiros, que embora, nascessem e vivam no Brasil não fallam sua língua e portanto, não estão ainda integrados na communhão brasileira. (O TIRO DE GUERRA, 1925, p. 3-4).

Essa fragilidade tinha sido detectada na área da 5ª Região Militar – órgão coordenador das atividades administrativas e de logística nos Estados do Paraná e Santa Catarina – com os descendentes de imigrantes europeus. Esse fato está declarado na mesma revista e editorial anunciados anteriormente, da seguinte forma:

²²⁴ Relatórios do Presidente de Província de 1919, p. u799/000017.

É notório, o facto bastante deprimente para nossa nacionalidade de 50% dos conscriptos da 5ª R. M.²²⁵ de origem germanica, polonia(sic) e italiana não fallarem a língua potugueza e com a aggravante de muitos dentre elles já terem seus paes nascidos no Brazil. (O TIRO DE GUERRA, 1925, p. 3).

Sendo a língua nacional considerada o instrumento mais eficaz no projeto de integração territorial e social, estava claro ser também esta mais uma incumbência das Linhas de Tiro naquelas localidades, proporcionando alívio, conforme se nota no mesmo editorial, ainda:

Finalmente, a aprendizagem da língua patria facilitando seu acesso a um meio superior em que viviam; pois, é fóra de duvida que elles são producto de um meio acanhado e extranho ao nosso, insulado no corpo da Nação – verdadeiros kystos sociaes – cuja existencia deve, tão somente, ao nosso criminoso indifferentismo, por questões, que entre outros povos, melhor aparelhados, despertam o mais vivo interesse. (O TIRO DE GUERRA, 1925, p. 4).

A evidência de estilos de vida atrelados demasiadamente a outras culturas e, reconhecidamente por responsabilidade da distância nacional em que foram deixados era um grande inconveniente. Para contribuir com essa avaliação, e compor melhor as interpretações sobre convívios e participações culturais, dentro do concerto mais plural desta pesquisa, a educação, trago a contribuição de um educador que, a partir da perspectiva da sociologia da educação, diante de algumas dificuldades em trazer os descendentes de imigrantes do interior de suas colônias para uma cidadania da nação em que viviam, pensava na escola como uma possibilidade de exercer um papel de unificação/compartilhamento cultural, com a seguinte convicção:

Mas se o sentimento de uma comunidade nacional que é um alargamento da família, da tribo, da província, se revela hoje tão forte como nunca foi e continua a ser uma das maiores forças da História êle implica, pela sua própria natureza, a adesão refletida dos indivíduos e não se opõe necessariamente a uma consciência universal e à idéia de unidade do espírito humano. A força do sentimento de nação que constitui o principal apoio do poder do Estado, resulta não só de dois temores, o da anarquia no interior e o de agressão exterior, mas da fusão progressiva de suas populações e da consciência de origens, de um passado, de fins e de interesses comuns a um grupo determinado. É certo que, como escreveu B. Russell, 'quase todos os indivíduos consideram essencial à sua própria

²²⁵ 5ª Região Militar.

felicidade sentirem-se membros de um grupo, animados por simpatias e aversões comuns e unidos para a defesa e para o ataque'. Mas, por um lado, essa consciência moral e coletiva que se chama uma nação, é tanto mais forte e mais sólida quanto mais consciente e refletida; e, se é essencial à nação um esforço civilizador constante para integrar todos os elementos (grupos e regiões) na comunidade nacional, êsse esforço é tanto mais eficaz quanto mais se basear no respeito prático à personalidade humana e às particularidades e diversidades legítimas compatíveis com a vida e a unidade essencial da nação. (AZEVEDO, 1951, p. 303-304)

Através dessas reflexões, o educador deixa transparecer um grau de compreensão grande quanto aos aspectos referentes ao traço comum dessas comunidades, sem que isso possa significar possibilidade de afastamento ou rompimento com suas origens estrangeiras. Tenta, ainda, convencer que essas diferenças podem ser trazidas para o território da unificação através da escola, lugar comum às duas culturas, onde o passado pode encontrar um traço comum, além de ser um lugar onde os sentimentos de pertencimento comunal podem ser bem vividos.

Continuando no mesmo editorial, sobre o importante papel das Linhas de Tiro, estas se destinavam à formação patriótica da juventude em ambiente escolar com instruções/aulas, dando ênfase ao programa de disciplinas e conferindo-lhe uma possibilidade de formação integral capaz de reintroduzir o jovem na dinâmica produtiva e reintegrá-lo à vida nacional. Está nele mencionado que

Essa instituição tem a força precisa para realização dessa finalidade, que se resumindo n'uma questão de educação tem, assim, seu programma delineado adequadamente: o ensino da Chorographia e da Historia que os põe no conhecimento do paiz e do homem de sua Patria; a Educação physica que desenvolve integral e harmonicamente os órgãos de seu corpo, suas respectivas faculdades physicas e ainda estimula as mentaes, no que melhorará sua apparencia e tornal-os-ha mais vigorosos, intelligentes e equilibrados.

Mais: os exercicios militares ensinando-lhes o ataque e a defeza individuaes e em conjuncto dão-lhes a confiança em si próprio e na collectividade; os desportos estimulando a iniciativa e as virtudes viris; a Educação civica avigorando o character e o patriotismo e as noções de Hygiene preservando e conservando a saude. (O TIRO DE GUERRA, 1925, p. 4).

Para o Exército, a educação militar, compreendendo genericamente a educação moral, educação física e instrução militar, possuía estrutura pedagógica adequada para instruir/ensinar a juventude e proporcionar-lhe um caminho de

sucesso individual e coletivo em favor da pátria. Tinha a convicção de que, para uma boa execução do tiro, as condições físicas do atirador assumiam importância determinante e, por isso, defendia uma preparação física adequada à juventude e à altura das exigências da guerra.

O médico Fernando Soledade, da Diretoria Geral dos tiros de Guerra, preocupado – e até certo ponto, obstinado – com essa performance, descrevia e ilustrava, de forma genérica, o tipo físico que, em princípio, chegava aos quartéis:

No recente movimento patriótico da reorganização das nossas defesas de terra e mar, faz-se mister, como complemento à obrigatoriedade do serviço militar, o preparo physico individual para que não tenhamos soldados incapazes da grande missão que lhes é confiada, não possuindo energia, calma, plastica, de musculos atrophizados, escolioticos, symphoticos, sempre descontentes, arrastando-se lentamente mesmo nas cargas e acelerados, emfim, necessitando mais de sanatorios do que de sasernas [casernas].²²⁶

O preparo físico estava intimamente ligado à sanidade mental e moral. Uma mente sadia, de bons costumes e vigor moral, devia estar associada a um corpo capaz de sustentar um princípio, uma razão e uma nação. Devia-se ter vontade, motivação e ser capaz de lutar por elas obstinadamente.

Apesar dos militares, em muitos momentos, afirmarem que nos quartéis – inclusas as linhas de tiro – havia um ambiente propício para que todo jovem neles entrasse de uma forma pouco aprimorada e de lá saísse um defensor da pátria cheio de virtudes e capacidades, com efeito, não queriam qualquer pessoa. Desejavam que viesse uma juventude a mais escolarizada e esclarecida possível. É o que se nota pelo seguinte texto:

O Exercito tem um duplo trabalho, porque a sociedade lhe entrega em grande parte indivíduos completamente bisonhos, aos quaes é preciso ensinar os primeiros rudimentos de tudo, inclusive, além das primeiras letras, a própria lingua nacional. O Exercito, em logar de preparar o soldado para o exercicio de sua funcção, é obrigado a desviar-se de sua funcção e converter-se em escola de primeiras letras, porque lhe entregam indivíduos completamente incultos, aos quaes é mister tudo ensinar, para depois inicia-os nos deveres e funcções militares. (O TIRO DE GUERRA Nº 4 de 1920, p. 1)

²²⁶ O Tiro Nº 6, 1909, p. 33.

Incorporar uma juventude nas condições acima descritas realmente exigia mais trabalho. Diante desse quadro, ficava evidente, em primeira abordagem, um exército com muitas limitações operacionais, retratando um dos grandes entraves nacionais, o analfabetismo. Mesmo assim, a transformação do cidadão em soldado – primeira tarefa das instituições militares – e a transformação do cidadão que detinha algumas ausências intelectuais em cidadão com mais habilidades, exigia um trabalho mais amplo e profundo. Dever-se-ia prepará-lo para a guerra e, ao mesmo tempo, para o exercício diário de mais capacidades intelectuais e de discernimento.

Para todas essas tarefas de natureza militar e civil, era necessário encontrar, na caserna, uma estrutura pedagógica adequada. Estimulando os oficiais para essa necessidade, o Major Miguel S. Gallardo divulga e esclarece o que para ele significava a *Pedagogia Militar*:

Pedagogia, em geral, é a arte de ensinar; pedagogia militar é a arte de ensinar, instruir, mandar e governar o soldado. [...] é a base sobre a qual repousa a instrução de todo o pessoal do Exército. Para ser um bom instructor, um bom official ou um bom chefe, é necessario que possua uma completa instrucción pedagógica [...] Antes de tudo devemos conhecer a quem vamos commandar; isto exige um estudo detalhado de cada um dos homens ás nossas ordens; cada um tem sua intelligencia, sua vontade, seu temperamento e sobretudo, sua preparação para iniciar-se na vida militar; cada uma destas qualidades deve ser aproveitada em sua justa medida e convindo estimulal-as quando são boas e corrigil-as ou oriental-as de outra forma quando não sirvam ou sejam equivocadas, sem forçar bruscamente, senão desvial-as suavemente por meio da convicção e do raciocínio. Para conhecer a quem vamos commandar é preciso também saber dar-se-lhes a conhecer, afim de estimular a confiança e a fé que todo inferior²²⁷ deve ter em seus superiores, para que reinem a harmonia e a verdadeira disciplina que devem existir no Exército. O pessoal de instructores²²⁸ deve impor uma orientação tal em todos os seus actos, que sirva de exemplo, de ensino e de estímulo a todos os soldados. [...] para ensinar é mister saber rasoavelmente o que se ensina, de fôrma tal que as falhas da instrucción não tenham como causa as faltas de aptidão para instruir, corrigir ou insistir, nem se tenha a necessidade de recorrer a desculpa pela falta de atenção ou de intelligencia dos recrutas. [...] a paciencia nas explicações e sobretudo, nas correções e para insistir com os que não conseguem comprehender, são os únicos meios para conseguir ser comprehendido e por conseguinte, para inculcar o que se quer inculcar. [...] que se dê conta do motivo de todas as obrigações de sua nova vida [daqueles que ingressam no Exército], que todos os seus superiores estão para ensinar-lhes, nada mais que para lhes ensinar, que não é outra a razão de suas exigencias, que em cada um delles deve encontrar um conselheiro amigo, um mestre paciente e severo que o guiará durante toda sua vida militar, para que elle com seu próprio esforço pessoal possa chegar a ser um

²²⁷ Subordinado.

²²⁸ Equivalente a professores.

elemento util ao paiz em caso necesario e também á sociedade, ao haver adquirido novos habitos de ordem moral, de instrucção geral e sobretudo, o haver aprendido a bastar-se a si próprio. [...] Nesse conjunto de reflexões, methods e normas de conducta para com os subalternos consiste no que se poderia chamar *pedagogia militar*; [...] o cadete, o official, o inferior, devem receber um vasto ensino theorico-pratico de pedagogia militar, afim de que se economise tempo, seja mais perfeito o ensino militar e se fortaleça mais a verdadeira disciplina e subordinação. [...] A educação moral do soldado é o fundamento da sua instrucção, por conseguinte a primeira tarefa do instructor e de todo superior²²⁹ é a de tratar de formar este cimento com solido material, de maneira que ainda quando o edificio construido sobre elle soffra damnos com o tempo ou tenha que ser modernizado por novas exigencias, sempre se possa contar com a forte consistencia delle e reconstruil-o com a segurança necessaria. (O TIRO DE GUERRA N^{os} I e II de 1926, p. 3-5).

Esta estrutura pedagógica estava presente em toda e qualquer atividade de inspiração militar. Portanto, embora a destinação fosse hierárquica – militar –, servia para qualquer atividade de ensino, incluindo os com alunos civis, porque, em termos de autoridade, nas relações instrutor/instruendo e professor/aluno, também havia essa postura superior/subordinado.

O conjunto de todas as atividades pedagógicas ligadas ao ensino de assuntos/disciplinas militares e a comportamentos regrados de educação moral e cívica e de patriotismo, destinadas aos jovens candidatos ou não ao serviço militar, me permite perceber que o território dessa memória educacional está ligado, de igual forma, à história da constituição de um modelo de nação e de cidadão pela ótica daquela instituição, o que, em alguma medida, obriga-me a percorrer a história de suas ideias pedagógicas e suas representações. Segundo Chartier (2002)²³⁰,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 17)

²²⁹ Superior hierarquicamente.

²³⁰ O livro de Chartier, intitulado *A História Cultural: entre práticas e representações*, é uma composição de ensaios motivados por sua insatisfação em determinada época, sobre a história cultural francesa das décadas de 1960 e 1970, pelo enfoque de história das mentalidades, serial e quantitativa. Analisa a história cultural a partir de como, em diferentes lugares e em diferentes momentos, determinada realidade social é construída e reconhecida. As representações de mundo derivadas do conjunto de classificações, divisões, delimitação e outras variáveis dessa realidade, permitem a constituição de configurações intelectuais, possibilitando a criação de sentido e compreensão inteligente na vida.

O modelo de cidadão seria alcançado pela educação durante o serviço militar. O jovem guardaria respeito às boas condutas morais, cultivaria valores cívicos e seria treinado para, no caso de necessidade extrema, estar disposto e em condições de sacrificar-se pela pátria. Esse cidadão, em síntese, seria a personificação das instâncias militares, ou seja, o jovem, assim condicionado, onde quer que estivesse, seria visto com comportamentos específicos dos militares. Seria, portanto, um militar, mesmo que não estivesse mais prestando o serviço militar. Esse modelo de comportamento é muito bem entendido por Chartier (2002) da seguinte forma:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Através dessas concepções o Exército conseguiu, durante pelo menos as três primeiras décadas do século XX, participar da educação de boa parte da sociedade brasileira em ambientes militarizados e não-militarizados, através de sua influência e de seus exemplos adotados como adequados.

3 MANIFESTAÇÕES DA CULTURA MILITAR: DOS CAMPOS DE BATALHA ÀS ESCOLAS

No Brasil da Primeira República o exército tinha muita importância, mas nem tanta força. Embora nunca tivesse sofrido derrota, mesmo com estratégias desastrosas em alguns casos, algumas campanhas mais produziram arrependimento do que outro sentimento, como a desenvolvida contra o Messianismo de Antonio Conselheiro, em Canudos, uma guerra desproporcional e sem glória.

Depois que o exército descortinou novas possibilidades a partir do que aprendeu com Antonio Carlos Lopes e sua Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro, os sucessivos Ministros da Guerra dedicaram-se, com ênfase, à educação da juventude escolar, seu novo *front*, seu novo objetivo nacional. Através de medidas legais e outras com um misto de persuasão e política, conseguiram com que parte do sistema educacional brasileiro aceitasse as Escolas de instrução Militar em suas instituições, proporcionando, aos seus alunos, além de um currículo da tradição escolar, um outro, o da cultura militar, voltado para o preparo dessa juventude à guerra, fornecendo-lhes instruções típicas de combatentes, formando-os como reservistas de 2ª categoria do exército, ao fim de cada ano.

O Estado do Rio Grande do Sul recebeu bem essa proposta. A sociedade de Pelotas também apoiou a solicitação do Ministério da Guerra, assim como ocorreu com o escotismo que encontrou solo fértil para suas investidas. Ambas as atividades estavam a serviço do patriotismo e do civismo, promovendo a formação de um cidadão apto à defesa de sua pátria na guerra e fora dela, um cidadão completo. Todas essas perspectivas poderão ser contempladas a seguir.

3.1 A Constituição e Preparo do Efetivo Militar nas Instituições Educacionais

A partir da Guerra da Tríplice Aliança, num cenário de esforço nacional de grande exigência, a Armada e o Exército Imperiais, vivenciaram dificuldades de toda ordem. Dessas, duas permaneceram na ordem do dia: os entraves para um recrutamento emergencial e, para as mesmas circunstâncias, a dificuldade em dispor de um efetivo compatível com o esforço imaginado em condições ideais de preparo profissional.

Naquele momento da guerra, o efetivo nacional do Exército ativo – militares disponíveis nos quartéis – não superava a marca de 18.000 homens e, em fins do século XIX, por alguns instantes, seu maior efetivo projetado aproximou-se dos 30.000 homens²³¹. Tendo como experiência o recém-terminado conflito em que o efetivo de todo o período, na contagem somente das forças imperiais, atingiu a casa da centena de milhar, a avaliação era clara: houve um esforço desmedido para aquele empreendimento, executado de forma inadequada em tempo inapropriado, para o qual não havia “mão de obra” qualificada e, portanto, sem a preparação mínima desejada.

Durante esse conflito, houve necessidade da evolução da doutrina de guerra envolvendo desde armamento até o conceito de táticas de combate, aprimorados no calor das batalhas a duras penas, isso sem falar em um dos grandes problemas do mesmo Exército em relação à numerosa presença de negros que, sendo uma solução para o tema do efetivo, era um problema no tema da convivência baseada no trâmite cultural, reflexo de uma nação mal-vivida.

Quanto à evolução da doutrina, essa guerra deu a partida para a modernização militar que, desde então, foi passando por inúmeras etapas evolutivas e nunca mais abandonou as pranchetas dos estrategistas, perdurando até hoje. Um exército em eterna modernização, fruto das exigências dos tempos. Fora a doutrina, o Exército ainda continuava com dois outros problemas: aqueles ligados ao efetivo e o despreparo profissional. Ambos exigiram grande e demorado esforço para uma solução.

²³¹ Conforme a fixação do efetivo das forças de terra (Exército) para 1896, através da Lei nº 284, de 30 de julho de 1895. Essa projeção e todas as demais anunciadas anualmente, nem sempre puderam ser cumpridas. Eram projeções para dotação orçamentária e não, necessariamente, uma obrigação exequível.

É referente a esse aspecto que, desde então, o Exército veio travando uma luta sem trégua com inúmeras propostas, todas de difícil execução. Com o advento da república, e no seu embalo, foi mantida a mesma pauta. Desse modo, no século XX aporta um tempo que prometia não ser menos árido que o anterior, com uma possibilidade inusitada: a criação em 1902, da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro – como já referida nesta pesquisa – fundada em Rio Grande, RS, pelo farmacêutico Antonio Carlos Lopes, entidade que classifico como o ponto de inflexão para o novo conceito de serviço militar, de cidadão e de Exército.

Daquele momento em diante e aos poucos, entretanto, promissoramente, essas necessidades – efetivo e preparação militar – foram abraçadas, também, por inúmeras personalidades (sendo o poeta Olavo Bilac o mais conhecido) e entidades de todas as esferas de governo, militares e civis, sendo que, para todas, o alcance foi nacional. O Exército, atento a todos esses coadjuvantes de peso, participou ativamente do processo, principalmente no fomento de leis que pudessem amparar seu interesse e visão de futuro com todos os seus conceitos e propostas de educação, pátria e defesa nacional, entre outros. Através da Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908, cuja intenção primordial era regular o alistamento, sorteio militar e reorganizar o Exercito, insere nela um artifício que atingiu o segmento da população que lhe era estrategicamente mais caro: a juventude estudantil. Em seu Artigo 98, dizia:

É obrigatória a instrução do tiro de guerra e evoluções militares, até á escola da companhia, aos alumnos maiores de 16 annos que cursarem as escolas superiores e estabelecimentos de instrucção secundaria mantidos pela União, pelos Estados ou municipios, inclusive o Districto Federal, bem como aos que cursarem estabelecimentos particulares que estiverem no goso da equiparação.

No regulamento que expedir para a execução desta lei, o Governo providenciará no sentido de ser cumprida, cabalmente, a obrigação imposta pelo presente artigo, indicando, ao mesmo tempo, a fórmula segundo a qual a medida será posta em pratica nos estabelecimentos de ensino supra enumerados.

Embora tivesse a “majestade” de uma lei, necessitou de outros incentivos para a sua implementação e, mesmo sendo obrigatória a sua oferta nas instituições e níveis de ensino preconizados e permitida a absorção dos menores de 16 anos,

não havia efetivamente o exercício da obrigatoriedade para que todo esse universo de jovens frequentassem o ensino militar. Na prática, a “obrigatoriedade” foi convertida em “necessidade moral e patriótica”, fomentada pelo “bombardeio” da propaganda de seus idealistas e pela promessa legal de alguns benefícios na vida profissional civil. Entretanto, dado o ambiente e momento ideais, a “lei pegou” – de forma restrita, pouco abrangente – e foi aceita de imediato com uma repercussão tão positiva que perduraria até a metade do século, sendo que seus reflexos foram sentidos por um tempo ainda mais longo.

Seu objetivo era proporcionar à juventude uma educação militar com efeitos de preparação para a guerra através de lições básicas, organizando, desse modo, uma reserva numerosa e inteligente. Ao instruir essa juventude em tenra idade, o Exército desejava influir, igualmente, no aprimoramento do caráter, recebendo a nação um cidadão responsável e compromissado com as obrigações de defesa e amor ao país. O Ginásio Nacional – Colégio Dom Pedro II –, modelo de educação por longo período, inaugurou a aplicação dessa lei, sendo a formação militar registrada nas instituições civis como Escolas de Instrução Militar (E.I.M.).

Outro aspecto importante que envolve este dispositivo legal de 4 de janeiro de 1908 é que, em uma lei sobre alistamento militar, “no meio dos seus 138 artigos” há um dedicado, quase que como um “ardil”, à educação. Por este enfoque, posso dizer que o episódio enseja a geração do primeiro elemento legal de gestão educacional de alcance nacional. Nesse ano, era Ministro da Guerra o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca – que seria o presidente do Brasil de 1910 a 1914 – e Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, em cujo ministério estava alocada a Diretoria do Interior, órgão responsável pela gestão educacional, além da Diretoria de Contabilidade e a Diretoria da Justiça.

Cabia à Diretoria da Justiça a gestão sobre a ordem pública e sobre todas as forças policiais compostas, inclusive, pela Guarda Nacional – também chamada de milícia²³² –, força auxiliar do Exército, em que parte de seus comandantes eram oficiais do Exército na inatividade, com um efetivo apreciável. Considerando os Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba, Amazonas, Mato Grosso e Pará, entre 1908 e 1910, o efetivo das forças militares, sem contar com o Exército nem com a

²³² Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1907 e 1908-1, p. u1901/000179.

Armada, era de 5.263 homens²³³. Portanto, compartilhava com a pasta da Guerra além de algumas afinidades de farda²³⁴, as responsabilidades da segurança nacional, havendo, também, compartilhamento e intercâmbio em muitas tarefas como, por exemplo, a prisão de oficiais da Guarda Nacional em instalações do Exército²³⁵.

Enfocando, agora, nos termos da Lei nº 1.860, teve aprovado o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar através do Decreto Nº 6.947, de 8 de maio de 1908²³⁶. A parte em que invoca as atribuições do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um programa pedagógico de instrução militar, está no título “Da instrução militar obrigatória nos institutos de ensino superior e secundário”, trazendo as seguintes incumbências:

Art. 170. É obrigatória a instrução do tiro de guerra e evoluções militares, até a escola de companhia, aos alumnos maiores de 16 annos que cursarem as escolas superiores e estabelecimentos de instrução secundaria mantidos pela União, pelos Estados, ou municipios, inclusive o Districto Federal, bem como aos que cursarem estabelecimentos particulares que estiverem no goso da equiparação.

Art. 171. Ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores compete expedir as necessarias instrucções para serem introduzidos nos programmas de ensino das academias, escolas e collegios referidos no artigo anterior, o ensino do tiro de guerra e de evoluções militares para os alumnos maiores de 16 annos. (Brasil. Actos do Poder Executivo, p. 552)

A lei de sorteio foi promulgada em janeiro e seu regulamento foi concretizado em maio. No entanto, somente em 22 de julho do mesmo ano, através do Aviso Nº 25²³⁷, o Ministro Augusto Lyra manda pôr em execução o previsto em janeiro. Portanto, quem ensinou e preparou a normativa e o conjunto de condições para sua execução foi o Ministério da Guerra. A impressão é que o Ministro da Guerra desejou a lei, planejou e entregou-a pronta ao seu colega da Justiça e Negócios Interiores,

²³³ Relatórios de Presidentes de Províncias (Estados): Rio Grande do Sul, 1908, p. u788/000011; Paraíba, 1909, p. u542/000008; Amazonas, 1908, p. u1643/000035-000036; Matto-Grosso, u460/000035 e Pará, 1908, p. u2442/000086.

²³⁴ Chamo de afinidades de farda o conjunto de ideias comuns que, mesmo entre pessoas de forças distintas, referente a um assunto sobre segurança, armas e projetos de defesa, todas têm a mesma perspectiva e posicionamentos complementares.

²³⁵ Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1908, p. u1901/000184.

²³⁶ Actos do Poder Executivo de 1908, p. 525-556.

²³⁷ Decisões do Ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1908, p. 44-47.

em uma condição de subordinação política – posso até aceitar como cooperação política –, necessitando somente deste o gesto final de sanção.

Ainda sob o efeito da discussão do alcance do Artigo 98 da Lei 1.860, como uma forma de melhor comparação e disposição, trago a tentativa de implantação de uma lei de ensino de gestão nacional, como segue:

Em 18 de dezembro de 1909, deu entrada na Câmara o projeto de 'autorização legislativa', pelo qual o Presidente da República ficava autorizado a reformar a instrução superior e secundária mantida pela União. Um dos principais objetivos do Ministro Rivadavia Correa era a criação do Conselho Nacional de Educação, a partir do qual o governo da União pretendia incentivar o processo de padronização do ensino em todo o país. Na sessão de 13 de dezembro do ano seguinte, incorporou-se ao projeto a emenda dos srs. João Simplício, Carlos Cavalcanti e Carlos Garcia, que limitava o poder da União nos estabelecimentos de ensino, protegendo, de certa forma, sua autonomia perante o Poder Central. (TAMBARA, 1991, p. 230).

O que Tambara descreve é uma tentativa do executivo, pelas mãos de Rivadavia, de implantar um dispositivo legal com força de equalizador e de obediência central sobre os destinos educacionais. Em 1910, ainda por esse caminho, o Legislativo barrou essa possibilidade. Entretanto, à revelia de todas essas trajetórias, o Ministério da Guerra, não só nesse momento mas, até 1930, pelo menos, fez valer a sua perspectiva de educação nacional sem problemas com nenhum outro poder. Quanto ao desfecho desse episódio envolvendo as tentativas de Rivadavia, é possível verificar maiores informações em Tambara.

Em complemento ao já mencionado, as Escolas de Instrução Militar tinham, como objetivo final, a transformação dos alunos-sócios em reservistas do Exército. Além das instruções tipicamente militares, a moda dos uniformes dos alunos era a aparência muito semelhante aos dos militares, da cabeça aos pés, tornando-se quase uma cópia, diferindo somente na cor, sendo a “Kaki” a mais utilizada.

A estética desses alunos-sócios era como a de militares. Entretanto, considero um equívoco pensar nessas instituições como sendo tipos de “quartéis” e, muito menos, pensar em seus alunos como sendo militares. Apesar de possuírem as instruções militares como complemento à sua formação escolar, apesar de possuírem Sala d'Armas²³⁸ em suas dependências e apesar de possuírem um código

²³⁸ Reserva/depósito de armamento.

disciplinar que se assemelhava ao dos militares, tais elementos não são suficientes para indicar que as instituições de ensino civis aparelhadas com E.I.M., eram aquartelamentos. Elas destinavam-se, isso sim, somente ao ensino dos fundamentos mais elementares para transformar a juventude em cidadãos aptos a uma convocação.

Um quartel, dentre tantas características para identificá-lo, pode ser compreendido como um conjunto de instalações destinadas ao exercício do preparo para a guerra. Possui, fundamentalmente, sentinelas para as seguranças patrimonial e pessoal, reservas de armamento, depósitos de explosivos e munições, viaturas e os meios para a sua utilização, funcionamento e manutenção, além de comportar todo o seu efetivo a qualquer tempo, dia e noite, sempre que necessário.

Outro fator importante quanto às E.I.M. é que lhes pertenciam não somente o ensino militar dentro das instituições de ensino civis, mas, também, toda a primeira geração de Linhas de Tiros, Tiros e Tiros de Guerra que possuíam instrução militar. Chamo de primeira geração esse movimento civil/militar que intencionou transformar todos os cidadãos, adolescentes e adultos do sexo masculino em Reservistas de 2ª Categoria, uma cidadania mobilizável até a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em outubro de 1930. A partir daquele momento, essa mentalidade foi aos poucos tomando novos rumos com novas formas de gestão política.

Essas escolas recebiam numeração em ordem cronológica crescente de seu surgimento na Confederação do Tiro Brasileiro – ou Diretoria Geral dos Tiros de Guerra depois de novembro de 1917 – e eram organizadas por Região Militar. O critério era o mesmo dispensado aos tiros de guerra que, sob o controle da Diretoria Geral dos Tiros de Guerra, de igual forma recebiam numeração conforme a cronologia de sua criação. Deviam, ainda, ter um mínimo de 50 alunos ou sócios maiores de 16 anos²³⁹. No entanto, essa exigência não foi levada a efeito, havendo casos de número muito reduzido.

O conteúdo programático e sua fiscalização eram de responsabilidade do Ministério da Guerra através da Diretoria Geral dos Tiros de Guerra. A formação completa era aplicada no ano escolar e seus alunos recebiam, ao final, a Caderneta de Reservista contendo a comprovação de seu aproveitamento militar, sendo

²³⁹ O Tiro de Guerra nº 1, de 1929, p. 33.

declarados Reservistas do Exército ou da Armada. Ressalto que houve pouquíssimo proveito para a Armada, sendo o Exército muito mais beneficiado.

Durante todo o período que corresponde ao marco cronológico desta pesquisa, esse ritual de formação de reservistas era em atos solenes, apadrinhados por personalidades ilustres e testemunhados por autoridades com o concurso da sociedade de cada localidade. Era uma festa cívica.

No Colégio Pedro II, verifico, através de seu regulamento instituído pelo Decreto 8.660, de 5 de abril de 1911²⁴⁰, no concernente à instrução militar, um conjunto de normativas que afluíram a esta instituição desde 1908. Como consequência, a partir desse mesmo ano foi igualmente adotada essa mesma composição legal pelas demais instituições seguidoras desse modelo de educação. O decreto estava consoante à capacidade e objetivos nacionais dessa instituição pedagogicamente reposicionada e, em seu Artigo 1º, já anunciava a dimensão desse contexto da seguinte forma:

O Collegio Pedro II tem por fim proporcionar uma cultura geral de caracter essencialmente pratico, applicavel a todas as exigencias da vida, e diffundir o ensino das sciencias e das letras, libertando-o da preocupação subalterna de curso preparatorio.

Sua finalidade era proporcionar ao aluno, de forma prática, uma preparação “completa”, uma educação integral capaz de fazer frente a todas as exigências da vida, com ingresso garantido no ensino superior.

Quanto aos programas de ensino, surgiam duas disciplinas, anunciadas no Art. 7º da seguinte forma:

Os programmas deverão attender ás seguintes linhas geraes:
 i) A instrucção civica deve preparar os jovens para desempenharem, com razão e moralidade, a sua tarefa social. Os principios de direito exigidos versarão sobre os direitos do cidadão, os seus deveres e prerogativas e sobre os actos juridicos mais usuaes;
 (...)
 k) as aulas de gymnastica terão por fim robustecer os organismos, devendo o mestre adestrar os alumnos nos exercicios que constituem a educação physica.

²⁴⁰ Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil, 1911, p. 512-526, assinado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Rivadavia da Cunha Corrêa.

O uso do termo instrução, equivalente à aula ou disciplina, significa que era ministrada por militares. Isso não quer dizer que aquelas designadas somente como disciplinas, por não terem características militares, não pudessem ter sido incumbência dos mesmos. Efetivamente, em muitas oportunidades foram desempenhadas por militares. A Instrução Cívica, precursora da Educação Moral e Cívica, objetivava ensinar os alunos a terem comportamentos de boa educação no trato social, estando sempre atentos a suas obrigações e a seus direitos como cidadãos atuantes.

Também para as instruções concernentes às atividades militares, a tarefa era exclusiva destes, notadamente oficiais, cedidos pelo Ministro da Guerra por meio de solicitação da direção da instituição, conforme previa o Artigo 46, informando também o número de alunos maiores de 16 anos.

A Instrução Militar nessas instituições estava regulada pelo Decreto nº 6.947, de 8 de maio de 1908, do Ministério da Guerra, no Título VIII – da Instrução Militar Obrigatória nos Institutos de Ensino Superior e Secundário –, merecendo destaque o seguinte:

Art. 170. E' obrigatoria a instrucção do tiro de guerra e evoluções militares, até a escola de companhia, aos alumnos maiores de 16 annos que cursarem as escolas superiores e estabelecimentos de instrucção secundaria mantidos pela União, pelos Estados, ou municipios, inclusive o Districto Federal, bem como aos que cursarem estabelecimentos particulares que estiverem no gozo da equiparação.

Art. 171. Ao ministerio da Justiça e Negocios Interiores compete expedir as necessarias instrucções para serem introduzidos nos programmas de ensino da academias, escolas e collegios referidos no artigo anterior, o ensino do tiro de guerra e de evoluções militares para os alumnos maiores de 16 annos.

Art. 172. Nessas instrucções se marcará o numero de faltas, nas aulas, que serão abonadas aos alumnos que servirem como voluntarios de manobras annuaes.

Art. 173. A instrucção militar obrigatoria nos institutos de ensino comprehenderá:

Fuzil Mauser

- a) nomenclatura, seus accessorios e munições;
- b) limpeza e conservação;
- c) funcionamento geral do mecanismo;
- d) funcionamento da alça de mira.

Instrucção pratica do atirador

- e) regras de pontaria e posições de atirador;
- f) carregar e actuar sobre o gatilho;
- g) tiro com cartuxo de manobra;
- h) tiro ao alvo com carga reduzida;
- i) tiro ao alvo, nas linhas de tiro, com cartucho de guerra;

- j) avaliação de distancia e emprego da alça de mira;
- k) iniciação dos alumnos nos exercicios de pontarias por detraz de muros, arvores e quaesquer outros abrigos, e contra alvos moveis em combinação com as instrucções sobre apreciação de distancias e emprego de alça.

Evoluções militares

- l) intrucção individual sem arma;
 - m) idem com arma;
 - n) intrucção da esquadra em ordem unida e extensa;
 - o) exercicios de flexibilidade da esquadra;
 - p) intrucção de combate da esquadra;
 - q) divisão e subdivisão da companhia e logares dos graduados nas diversas formações;
 - r) intrucção de pelotão em ordem unida e dispersa.
- Esgrima de bayoneta.

Apreendidas todas essas informações, os alunos adquiriam conhecimento suficiente para atender ao chamado da pátria em caso de urgência, conhecimentos estes considerados os mais básicos, tendo merecido maior importância os exercícios de tiro ao alvo. Na história de todas as guerras a partir da invenção das armas de fogo, a maior atividade estava na realização dos disparos e onde, também, se verificava o maior desperdício. A imprecisão no tiro ainda hoje é relevante.

A lei demonstrou preocupação quanto às incumbências pertinentes ao oficial responsável pela formação dos alunos, precisamente no Artigo 175, que diz:

§ 1º Dar a intrucção militar nos dias e horas designados no programma do instituto de ensino.

§ 2º Seguir uma progressão racional e methodica nos exercicios das diversas categorias de alumnos que frequentarem as aulas de tiro e evoluções e que, a seu criterio, melhor convenha para o exito final do conjunto.

§ 3º Encarregar-se da linha de tiro existente na localidade, quando ella não tenha encarregado proprio.

§ 4º Registrar depois de cada exercicio em um livro rubricado pelo director do estabelecimento de intrucção as occurrencias havidas e os nomes dos alumnos que faltaram.

§ 5º Requisitar do commandante da força do exercito activo na localidade, ou na mais proxima, a munição necessaria par os exercicios de tiro.

§ 6º Requisitar do mesmo commandante uma praça para cuidar do armamento a cargo do estabelecimento de intrucção e artigos precisos para a limpeza e conservação.

§ 7º Requisitar do inspector permanente um aspirante a official para auxilial-o quando o numero de alumnos obrigados ao ensino militar for superior a 30.

§ 8º Communicar ao registro militar da região de alistamento os nomes dos alumnos que concluíram os respectivos cursos e receberam cardenetas, declarando, em relação a cada um, o nome, filiação, anno de nascimento, naturalidade e municipio em que residir.

Art. 176. O armamento necessario á intrucção militar dos alumnos será fornecido por emprestimo ao estabelecimento de ensino, não sendo porém

o numero de fuzis superior ao sufficiente para armar um pelotão.

Art. 177. O alumno que tiver recebido o instrucção militar e frequentado, com aproveitamento, pelo menos 60 exercicios de evoluções militares e 24 de tiro ao alvo com cartucho de guerra, receberá, quando concluir o curso do estabelecimento, a caderneta correspondente á sua classe.

A instrucção militar terminará por dois exercicios, um de tiro de guerra e outro de evoluções, a que assistirá o inspector permanente ou um seu representante.

Art. 178. O alumno de Escola Superior que antes tiver cursado estabelecimento onde a instrucção militar seja obrigatoria, e possua a caderneta correspondente á classe a que pertença ou deva pertencer, ficará obrigado sómente a fazer mensalmente um exercicio de tiro ao alvo, será attestado na respectiva caderneta instructor.

Para esse oficial instrutor, havia três instâncias administrativas a que deveria se reportar: a Diretoria Geral dos Tiros de Guerra, fonte de aplicação militar e destino de todos os controles de formação dos reservistas; a Organização Militar mais próxima, fonte da logística com armamento, munições, alvos, pessoal auxiliar e estande de tiro; e a direção da instituição de ensino.

Com a oficialização da instrução militar no ambiente educacional civil, percebo a presença da educação militar com uma sistemática pedagógica de alcance amplo, capaz de promover o enriquecimento da cultura escolar até então vigente e constituindo-se, em última análise, na inserção da cultura militar. O enriquecimento a que me refiro está nas instruções de educação física, de educação moral e cívica como aprimoramento dos comportamentos individual e coletivo e naquelas destinadas às condutas em guerra que, mesmo visando à formação de um soldado reservista, resultavam em ensinamentos úteis no dia a dia, como, por exemplo, as lições de primeiros socorros.

Outro elemento dessa associação cultural entre as duas instâncias eram os uniformes. Conforme a revista O Tiro de Guerra Nº IV (1927, p. 1), essa era mais uma referência comum:

[...] são os Tiros de Guerra e as Escolas de Instrucção Militar annexas aos estabelecimentos de ensino, que, sobre virem sendo a fonte principal de reservistas, têm seu programma de instrucção militar, armamento e equipamento iguaes aos do Exercito e cujo uniforme é tambem semelhante ao seu, differindo apenas nos distinctivos e em ser adquirido á custa do associado ou do collegial.

Com uma estrutura pedagógica dessa magnitude em que, na estética socioeducacional, as instituições educacionais civis refletiam as militares em escalas diferenciadas, portanto, eram quartéis de meninos, todos os interesses dos militares estavam em plena execução, incluindo a prática da ginástica – embrião da Educação Física e suas correlatas –, até certo ponto pouco difundida na caserna que, a partir de então, ganharia admiradores e defensores, principalmente na área da saúde. Entretanto, no que concerne ao físico e à saúde do atirador, havia um alerta:

Além da calma, do perfeito equilíbrio nervoso, do bom funcionamento de todos os órgãos que traz a gymnastica, o atirador necessita de optima vista, sendo de imprescindível e urgente necessidade que desde já, nas escolas primarias, nos collegios onde o ensino militar é obrigatorio, cuide-se de não tornar-a pathologica com exageradas leituras e má compreensão da hygiene escolar. (O TIRO nº 6, 1909, p. 34).

Por algum equívoco próprio da época, percebo, aqui, a preocupação e zelo pela saúde ótica, recomendando-se fosse evitado o exagero em leituras. A acuidade visual tinha o mesmo grau de importância que a saúde do corpo porque, além de um corpo fisicamente saudável, exigia-se, do soldado, a capacidade de realizar os disparos com as armas de fogo, fazendo uma boa pontaria. O alerta era para trabalhar o corpo e poupar as vistas para não prejudicar a precisão do tiro.

Vencidas as dificuldades iniciais, no segundo ano de vigência das Escolas de Instrução Militar já havia frutos e, no Ginásio Nacional – Colégio D. Pedro II –, esses eram os resultados:

Instrução Militar no Brazil – Internato Gymnasio Nacional

A instrução militar n'este estabelecimento de ensino secundario, entregue á habil e energica direcção do competente Tenente de artilharia Eduardo Sá, attingiu á perfeição.

Tem o Gymnasio um batalhão de infantaria, com banda de corneteiros e tambores, uma companhia de sapadores, uma escola admiravel de esgrima de bayoneta e uma excellente linha de tiro para o tiro reduzido e real, até 100 metros. (O TIRO Nº 1, 1909, p. 25).

Embora fosse dada ênfase ao internato, a instrução militar era destinada, também, ao externato. A formação de reservistas dava-se anualmente e atingia

grupos menores. O Ginásio estava todo organizado nos diversos grupamentos caracteristicamente militares, isso porque a instrução de Ordem Unida²⁴¹ referia-se ao aprendizado geral e à aplicação permanente, praticadas, em muitas oportunidades, diariamente. O regozijo na matéria veiculada permite pensar que realmente era admirável a rotina educacional na instituição, sobretudo porque até mesmo linha de tiro própria possuía. Isso era efetivamente muito soberbo.

Os alunos que haviam cumprido a instrução militar recebiam, honorificamente, os símbolos dos postos e graduações militares. Alguns eram oficiais e outros sargentos, cabos e soldados. Quando as diversas frações – batalhão, companhia e banda de corneteiros – entravam em forma, isso acontecia com toda a organização de um exército real.

Como já anunciado, o exemplo do Ginásio Nacional – Colégio Pedro II – foi seguido Brasil afora. Na cidade do Rio de Janeiro, o Colégio Paula Freitas, além de seguir o colégio padrão, dada a sua eficiência e demais predicados de ocasião, era igualmente visto como outro colégio modelo na aplicação da instrução militar, inclusive. Pode-se apreciar essa consideração pelo que dele foi escrito na mesma revista citada anteriormente:

Collegio Paula Freitas²⁴²

A instrução militar neste estabelecimento de ensino, iniciada em Julho do anno passado [1908], tres mezes após, só poderia ser comparada a do Collegio Militar ou a do Internato do Gymnasio Nacional.

Dispõe o Collegio de excellente banda de corneteiros e tambores, um batalhão de caçadores com tres companhias de infantaria e sapadores, armados com mosquetões comblains e um pelotão de cyclistas. No proprio estabelecimento existe uma linha de tiro para exercicio dos alumnos com as armas regulamentares no exercito. A instrução militar dada nesse instituto consiste na infantaria, esgrima, gymnastica militar de flexionamento, tiro theorico e pratico e noções de tactica e fortificação.

É instrutor d'esse Collegio o Tenente de infantaria Ildefonso Escobar. (O TIRO nº 1, 1909, p. 25).

O colégio, pela descrição, apresentava uma Escola de Instrução Militar com desempenho superior ao da escola do Ginásio Nacional, instruindo com noções de

²⁴¹ Nela se aprende a executar movimentos a pé firme – parado – e em deslocamento. A pé firme: mover-se para a direita, esquerda e meia-volta. Em movimento: a marchar e adotar formações em formaturas e desfiles.

²⁴² Existe uma considerável gama de informações com muita precisão sobre essa instituição disponível em: <<http://www.relembancas.com>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

tática e fortificação, exorbitando o que a legislação previa. Dois fatores podem justificar essa excelência: primeiro porque o instrutor militar era o Tenente Ildefonso Escobar, oficial muito respeitado e elogiado nesse período por sua inteligência e dedicação, sendo, por isso, indicado como responsável técnico pela redação da Revista “O Tiro” nos anos de 1909 e 1910²⁴³; segundo porque o proprietário do colégio era o Engenheiro Alfredo de Paula Freitas, formado na Escola Central – depois Escola Politécnica –, entre 1871 e 1878, tendo, mais tarde, exercido a docência nesta instituição²⁴⁴, o que certamente conferiu um grau de exigência maior para com sua escola.

3.2 Instituições Educacionais com Formação de Reservistas no Rio Grande do Sul e Pelotas

O exemplo e modelo da integração de instruções militares nas instituições educacionais civis, tendo como parâmetro o que acontecia no Ginásio Nacional, foram seguidos por algumas instituições em vários estados. Apenas para exemplificar, no Rio Grande do Sul teve o seguinte alcance:

Dos estabelecimentos de ensino da região, 11 estão providos de instructores que ministraram a um total de 720 alumnos a respectiva instrucção militar, sendo 621 dentre elles maiores de 16 annos e 99 menores desta idade.

A grande maioria dos alumnos recebeu, sem constrangimento, a instrucção militar; alguns, porém, mostraram-se refractarios a essa indispensavel aprendizagem, notadamente os da Faculdade de Direito. A solução para o caso depende da autoridade competente, a cujo critério foi ella submettida. (RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA DE 1909, p. u2246/000098-99.).

As informações constantes desse relatório são melhor compreendidas na tabela a seguir, onde há a relação das instituições educacionais do Rio Grande do Sul com atuação dos instrutores designados para as suas Escolas de Instrução

²⁴³ Segundo O Tiro Nº 15 (1910, p. 285), Escobar, em 1910, também acumulava a função de instrutor de tiro do Tiro Brasileiro Petropolitano-Nº 12 e era representante do Inspetor da 8ª Região Militar (Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais).

²⁴⁴ Pode ser verificado na Ata nº 4, sessão nº 10, de 23 de novembro de 1889, da Congregação da Escola Polytechnica.

Militar²⁴⁵, além de conter, ainda, algumas informações sobre frequência e formação:

Tabela 03 – Academias – Collegios equiparados ao Gymnasio Pedro II

Estabelecimentos de Ensino	Nº de instruídos maiores de 16 anos	Exercícios de evoluções	Exercícios de tiro de carga reduzida	Exercícios de tiro de cartuchos de guerra	Instrução de nomenclatura	Esgima de bayoneta
Gymnasio Santa Maria (Santa Maria)	61	76	6	12	7	12
Gymnasio Nossa Senhora da Conceição (São Leopoldo)	73	39	3		5	
Instituto de Engenharia (Porto Alegre)	47	42	1		2	6
Faculdade de Medicina e Pharmacia (Porto Alegre)	117	48	3	6	5	6
Gymnasio Julio de Castilhos (Porto Alegre)	67	38	8	12	9	8
Gymnasio Anchieta (Porto Alegre)	62	38	12	9	5	8
Gymnasio Gonzaga (Pelotas)	40	38	2		10	6
Gymnasio Pelotense (Pelotas)	49	46	3	1	4	4
Gymnasio Lemos Junior (Rio Grande)	32		4	6		
Collegio Espirito Santo (Jaguarão)	52	67		25		
Collegio Nossa Senhora Auxiliadora (Bagé)	21	62				
Total	621	494	42	71	47	50

Fonte: Relatório do Ministro da Guerra de 1909, p. u2246/000098-99.

A tabela 03 mostra somente aquelas instituições de ensino com formação de reservistas que possuíam instrutor designado, embora houvesse mais delas neste Estado. Ainda que na estatística não tenham sido considerados 99 meninos menores de 16 anos, mesmo assim é possível verificar a boa condução da proposta de oficialização do ensino militar em instituições educacionais, mesmo existindo alguns descontentamentos. No Brasil, nesse ano de 1909, 2.675 alunos de colégios

²⁴⁵ O programa completo de instruções militares está relacionado no anexo.

receberam instrução militar. Confrontando com a tabela 03, pouco mais de 23% estavam no Rio Grande do Sul²⁴⁶.

Outra informação importante é quanto à Escola Marista, Gymnasio Santa Maria – o primeiro da relação supracitada –, na cidade de Santa Maria da Bocca do Monte, atual Santa Maria. Essa instituição, ainda pertencente à Organização Religiosa dos Irmãos Maristas, foi a primeira da rede a possuir E.I.M. – todas as suas escolas solicitaram instrução militar –, iniciando, em 16 de março de 1909, com uma Companhia de Caçadores contando com 101 alunos matriculados. Destes, no mesmo ano, prestaram exame de reservistas somente 64, sendo aprovados 61²⁴⁷.

Apenas como ratificação da importância dessa instituição, na sua cidade ela foi a primeira a formar reservistas de 2ª categoria. O Tiro Brasileiro Santa-Mariense nº 36, na mesma cidade, foi incorporado à Confederação do Tiro Brasileiro somente em 22 de dezembro de 1909²⁴⁸.

A seguir, apresento algumas fotografias pertencentes ao acervo histórico da Biblioteca Irmão Daniel dessa instituição. A primeira, reproduzida na figura 06, mostra que, do primeiro ao último plano, a Companhia está formada em posição de Sentido, dispondo de uma banda de sete tambores, um comandante da Companhia que pode ser um aluno do colégio ou um oficial do Exército, três alunos do colégio na função de comandantes de Pelotões e três Pelotões, cada um com quatro colunas, perfazendo um total de 79 homens nos três pelotões, todos armados de fuzil.

²⁴⁶ O TIRO Nº 23, 1910, p. 569.

²⁴⁷ TREVISAN, 2009, p. 63-67.

²⁴⁸ O Tiro Brasileiro Santa-Mariense foi incorporado à Confederação com 149 sócios, sendo enquadrado como de 3ª categoria. Sua primeira diretoria teve a seguinte composição: João Cancio de Miranda, presidente; Jonathas dos Santos Magalhães, vice-presidente; Capitão Sudario Pedro dos Reis, diretor de tiro; Eugenio D. Mergener, tesoureiro; Cicero Jacintho Barreto, secretário; Alcides Valle Machado, Roque Callagy, Matheus de Calazans e Valdamisio Ridg Schilling como vogais. Essas informações podem ser verificadas em O TIRO nº 13, de 1910, p. 229 e no Relatório do Ministro da Guerra de 1909, p. u2246/000022.

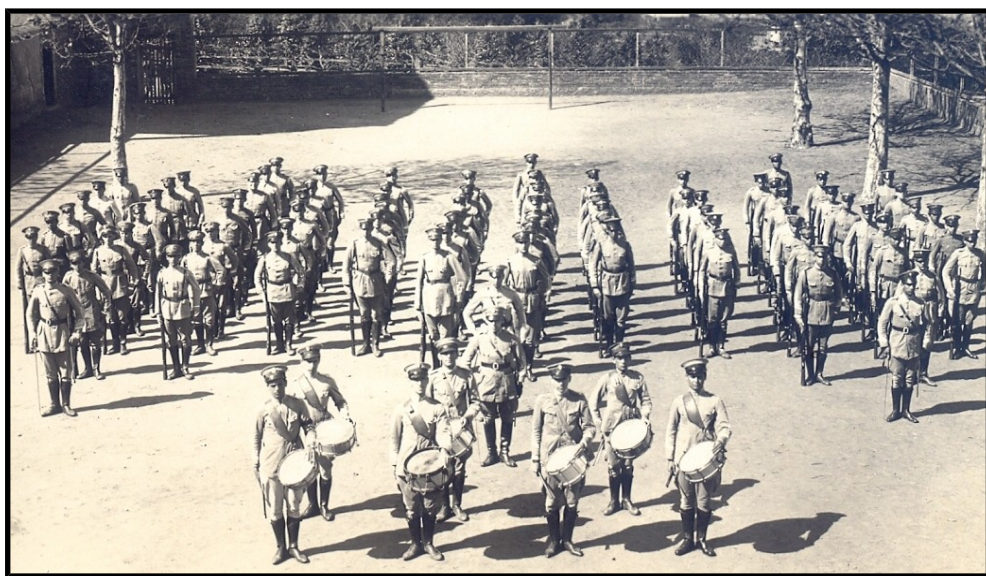


Figura 06 – Uma das Companhias do Batalhão Gymnasial em forma no pátio do colégio, em 1922.

Fonte: Colégio Marista de Santa Maria - Biblioteca Irmão Daniel.

Na figura 07 podemos observar que há duas fileiras, uma de pé e outra sentada. Isso demonstra que, na observação de fotos militares, o padrão de análise deve seguir do centro para as extremidades, alternando direita e esquerda, e da frente para a retaguarda. Isso reflete as mesmas características de disposição em formaturas e desfiles. Esse é o posicionamento regulamentar, dos mais graduados para os menos graduados, refletidos em fotografias, modo que também atingiu o “jeito” de fotografar entre civis. São exposições harmonizadas, equilibradas, simétricas e hierarquizadas. Também há, quase sempre, a formalidade da padronização de posicionamentos de braços e pernas. Nesta fotografia, ao centro há um oficial de infantaria do Exército, possivelmente um capitão, a sua direita outro oficial de Infantaria do Exército, possivelmente um tenente – ambos com uma braçadeira preta no braço esquerdo em sinal de luto, provavelmente porque houve alguma morte na Organização Militar a que pertenciam – e 20 alunos. Na época, a postura mais comum para quem ficasse sentado, era a perna direita cruzada por sobre a outra.



Figura 07 – Integrantes da 2ª Companhia do Batalhão Gymnasial, no jardim do colégio, em 1927.

Fonte: Colégio Marista de Santa Maria - Biblioteca Irmão Daniel

Mesmo sendo datada de período além do recorte cronológico da pesquisa, a figura 08 torna-se relevante porque exibe o pórtico – um aparelho para exercícios físicos – que foi construído nos fundos do pátio interno do colégio, em época que seu nome era Ginásio Estadual Santa Maria. No pórtico, destinado à prática de exercícios físicos – muito comum nos quartéis, mesmo nos dias de hoje –, eram treinados os vários meios de subida em obstáculos e domínio de equilíbrio nas alturas, atravessando de uma extremidade à outra. A frase reproduzida nele reflete um profundo significado e enche de importância cívica e patriótica o modo de “respirar” os compromissos com a pátria a partir da educação e do serviço militar. Era uma paisagem de simbolismo tanto para os alunos da E.I.M. quanto para os demais, porque todos eles utilizavam aquele aparelho. É importante relatar que os dois primeiros obstáculos a serem vencidos tratavam-se da capacidade de executar todos os exercícios e de vencer o medo de altura.

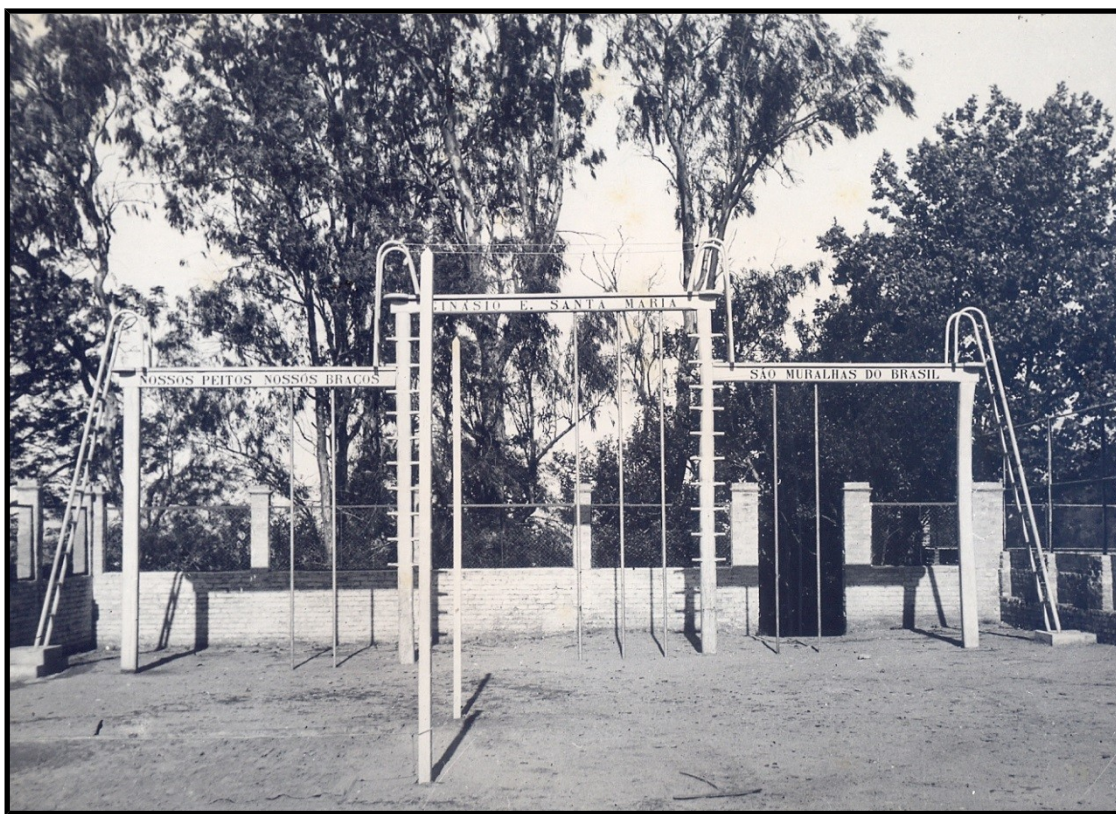


Figura 08 – Pórtico para exercícios físicos no fundo do pátio do colégio, em 1932, com os dizeres: “GINÁSIO E. SANTA MARIA - NOSSOS PEITOS NOSSOS BRAÇOS SÃO MURALHAS DO BRASIL.”

Fonte: Colégio Marista de Santa Maria - Biblioteca Irmão Daniel.

A implantação dessa instância de educação militar proporcionou na opinião pública uma propaganda positiva para essa modalidade de cumprimento do serviço militar, inspirando o surgimento de outras entidades com objetivos semelhantes, conforme informação da Confederação do Tiro Brasileiro relatada a seguir:

Introduzida a instrução militar nos estabelecimentos de ensino equiparados ao Gymnasio Pedro II, fundaram-se simultaneamente sociedades, para educar militarmente a juventude brasileira e congregar nas respectivas linhas de tiro voluntaria e espontaneamente todos os homens aptos para o serviço militar, missão esta sabiamente entregue à Confederação do Tiro Brasileiro.

Sob a direcção do Dr. Elizio de Araujo, nomeado por decreto de 26 de outubro, está essa instituição patriótica prestando relevantes serviços á instrução militar do Paiz. (Relatório do Ministro da Guerra de 1909, p. u2246/000020).

Exemplos do que está mencionado na citação ocorreram nas cidades de Jaguarão e Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Em Jaguarão, o Gymnasio Espírito

Santo – autorizado a assim chamar-se desde 26 de agosto de 1908, através do Aviso Nº 27 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores²⁴⁹ – iniciou sua instrução militar em 1909, tendo recebido, do Ministério da Guerra, cinco fuzis Mauser, 30 carabinas Mannlicher, 138 cartuchos de carga reduzida e 322 cartuchos de guerra para o fuzil Mauser²⁵⁰. Esse colégio, por ter iniciado a formação de reservistas em março, antecedeu em alguns meses a iniciativa do Tiro Brasileiro de Jaguarão, Tiro nº 30, que iniciou sua organização provavelmente em meados de 1909, portanto, depois da iniciativa bem sucedida do Ginásio, sendo incorporado à Confederação do Tiro Brasileiro em 29 de outubro, com 200 sócios²⁵¹.

A figura 09 reproduz o Gymnasio Espirito Santo da cidade de Jaguarão, em pose de 1909, com uma dedicatória. Estão nela 116 alunos da instituição, de várias séries, com alguns situados no centro e acima, segurando um quadro-negro identificando a instituição e o ano. O local é provavelmente o pátio interno, ficando visível o sino – usado para soar os sinais de início e fim de atividades – no canto junto à janela, à direita. A julgar pelos rostos de alguns, possivelmente no grupo também há 21 reservistas do Tiro Brasileiro de Jaguarão-Nº 30, pois possuem bigode e/ou uma medalha na altura do peito, sendo que, destes, ao menos dois são oficiais porque mostram suas espadas. Esta fotografia foi tirada em fim de ano porque o Tiro iniciou suas atividades em outubro.

²⁴⁹ Decisões do Ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1908, p. 47.

²⁵⁰ Revista O Tiro Nº 3, 1909, p. 89.

²⁵¹ Revista O Tiro Nº 8, 1909, p. 78 e nº 9, 1909, p. 122.



Figura 09 – Fotografia de alunos do Gymnasio Espirito Santo, de Jaguarão, e do contingente do Tiro Brasileiro de Jaguarão, em 1909, com uma dedicatória.

Fonte: Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Jaguarão (gentileza de Anna Beatriz Ereias Ensslin).

A razão dos componentes das duas instituições estarem juntos, além de possuírem o mesmo uniforme com inspiração no dos militares, talvez seja em função das duas instituições formarem reservistas, além de ter sido esta fotografia tirada em um momento de encerramento do ano letivo. A dedicatória indica que possivelmente esta fotografia tenha pertencido a um dos fotografados que a ofereceu como prova de apreço e amizade a algum amigo.

3.3 As Escolas de Instrução Militar (E.I.M.) e Suas Práticas

A criação das E.I.M. constituem um marco importante e, até certo ponto, um sucesso, entretanto limitado. A ambição do Ministério da Guerra era de estar presente em muito mais, se não em todas as instituições. Em 1910, havia no Brasil

somente 80 colégios com um total de 1.695 fuzis²⁵². Sobre essa conjuntura, o Ministério faz uma avaliação global reconhecendo as implicações da natureza das percepções do brasileiro e conclui:

O nosso povo necessita visceralmente da educação cívica. Entre nós, a alma popular só vibra nas consagrações individuais e a opinião pública só se agita a favor de causas que directa ou indirectamente se correlacionem com a liberdade material... Os nossos educadores têm, portanto, uma grande obra a empreender.

[...]

Como fructo dessa orientação os alumnos do Gymnasio Nacional (internato e externato) e do Gymnasio Pio Americano, desde algum tempo recebem instrucções de tiro ao alvo, gymnastica, evoluções militares, etc.

Em contraste com essa attitude, que folgamos em registrar, é desolador o descaso que se nota por parte da maioria dos dirigentes de estabelecimentos de ensino sobre o que diz respeito a esse assumpto. Em geral, os directores dos nossos gymnasios visam apenas a instrucção e descuram por completo a educação. É preciso, portanto, que a imprensa que se preocupa com assumptos serios, lance as suas vistas para este problema e procure convencer-os de que estão em erro.

Um gymnasio tanto é uma casa de instrucção como de educação e educar não significa apenas ensinar regras de civilidade, mas sim desenvolver no espirito do educando sentimentos de solidariedade social, e dentre todos esses sentimentos, avulta justamente o patriotismo, que se exteriorisa na maior preocupação pela defeza nacional. (O TIRO nº 76 de 1915, p. 393-394).

Existe, de fato, uma frustração pela limitação do alcance do projeto das E.I.M., reconhecendo e denunciando uma indiferença e egoísmo próprios da índole popular para assuntos julgados de necessidade educacional. Exaltando os exemplos de duas instituições de ensino-modelo quanto ao que deseja, tenta o Ministério da Guerra, através da revista, um pedido de socorro à imprensa e disserta sobre as diferenças entre instrução e educação.

Em primeiro lugar, cabe aqui, a exemplo do que foi mencionado anteriormente, enfatizar que, quando um militar fala de instrução ou quando nas relações ente instâncias educacionais civis e militares é mencionado o termo instrução, significa que é sobre a apropriação de todas as atividades docentes/educacionais relacionadas às aulas da cultura militar. Portanto, são disciplinas que só estão na pauta da instituição educacional porque existem oficiais e sargentos, instrutores e monitores para ministrá-las.

²⁵² O TIRO Nº 23, 1910, p. 569.

O que a matéria da revista referida trata de condenar é a apropriação pedagógica da instituição em divulgar conhecimentos através de suas disciplinas de forma compartimentada individualmente, sem uma perspectiva de associação, correlação e mesmo aplicação na vida em sociedade. Portanto, para o Ministério, educação era, além da apreensão do conhecimento escolar, o desenvolvimento das habilidades que interferiam na vida social de forma geral, promovendo um estado de boa disposição no convívio e na promoção de sentimentos cívicos, patriotismo e defesa nacional. Esses elementos teriam as condições de, em associação com as disciplinas, proporcionar uma receita adequada para a formação do cidadão ideal.

Contribui para entender a percepção pedagógica do Exército e deixá-lo apreensivo o que se segue:

Entre os problemas postos pela formação de grupos profissionais especializados, na educação, um dos mais graves é o que decorre da própria especialização a todo o transe e que consiste não só no predomínio da 'instrução' sobre a 'educação', como na perda da unidade de espírito e de uma visão de conjunto (sentido social e filosófico). Em primeiro lugar, a ciência domina de tal modo a vida moderna que a educação se vê relegada a um segundo plano pela instrução que, sendo um meio para um fim (a educação), é tratada como um fim em si mesmo, acentuando a dissociação entre uma e outra, como coisas profundamente distintas e, mais do que distintas, separadas. Mas, se educar não é certamente sinônimo de instruir; se a educação se apodera de toda a vida; [...]; compreende-se o grave conflito interno que estabeleceu, na educação atual, esse predomínio senão o domínio quase exclusivo, nas escolas dos diversos graus, da instrução sobre a educação. Em segundo lugar, a diversificação de grupos profissionais e a complicação, em consequência, do sistema educacional, para atender às novas exigências das sociedades modernas, multiplicam, no ensino, os quadros dos professores cada vez mais especializados que, ainda quando chegam a possuir a fundo as partes, perdem de vista as relações espirituais e, com elas, essa 'unidade orgânica', a consciência da obra total de educação de que não vêm senão os aspectos mais ligados às especialidades. (AZEVEDO, 1951, p. 126).

Fernando de Azevedo inferiu sobre esse ponto de vista análogo ao do Exército a partir da preocupação produzida com a presença, cada vez maior, naquela época, de professores e professoras especialistas somente em determinado campo do conhecimento. Via nisso um perigo, provocado por uma concepção pedagógica equivocada, culpando as exigências da vida moderna com o predomínio da instrução sobre a educação, proporcionando uma perda ao deixar de compreender a obra educacional como sendo um conjunto maior e mais importante.

Sendo assim, educação comportava, ou deveria comportar, um conjunto maior e complementar em qualquer sistema educacional, indo além das disciplinas tradicionalmente elencadas. Essas disciplinas da tradição, segundo a matéria citada, tinham o simples efeito de transmissão do conhecimento por si só, sem as devidas correlações com o meio social. A relação das instruções/disciplinas ministradas pelos militares nas E.I.M., conforme o Programma para instrucção dos candidatos a reservistas de infantaria, consta do Anexo A.

Depois de oito anos da implantação das E.I.M., o Ministério da Guerra continuava em campanha para aumentar a sua participação. Atento a isso, o 2º Tenente José Lessa Bastos, redator da revista “O Tiro” em 1916, publica um apelo dirigido ao presidente do Estado de São Paulo com a intenção de convencê-lo a participar desse modelo de educação. Dentre os vários argumentos utilizados, o militar discorre sobre o que pensa ser um verdadeiro cidadão, e assim escreve:

Mas educar não é formar doutores, decretar bachareis... Educar é formar cidadãos. É desenvolver nos individuos os sentimentos da responsabilidade como base do respeito á lei.

Essa é a grande cruzada a que nos devemos entregar. A nação brasileira só tomará rumo deffinitivo para o Progresso quando a maioria de seus filhos tiver a noção da Patria e conhecer o código de seus deveres para com ella. Só então teremos o regimen republicano na sua verdadeira amplitude.

A ideia de Patria será o fetiche nacional. Todos amal-a-hão e procurarão engrandecel-a pelo respeito ás instituições.

Nessa época, que eu desejo bem próxima, haverá inteiro accordo e equilibrio entre dirigentes e dirigidos, pela compenetrção reciproca de seus direitos e deveres. Os governos não abusarão do poder nem o povo perturbará a acção dos governos.

E tudo isso será apenas um effeito da educação publica, da disciplina social. Serão esses os fructos da instrucção militar systematizada nos gymnasios e nas escolas civicas que são as sociedades de tiro. (O TIRO nº 87, 1916, p. 224).

Lessa Bastos produz um discurso em defesa da constituição de um cidadão que, antes de qualquer adjetivo, devesse ser um defensor da pátria e de sua nacionalidade. Assim se comportando, seria um fomentador da harmonia entre estado e sua população, um trabalhador no pleno exercício do progresso, da felicidade, da lei e amante do saber.

No período da I Grande Guerra Mundial, a campanha de militarização através da formação de reservistas adotou um discurso mais inflamado. Os militares viam acontecer no Velho Mundo um conflito provocado por um dos tipos de inimigos

que mais os preocupavam e que para isso tanto advertiram desde o início da república, como devendo ser uma preocupação nacional. Para eles, esse perigo se dissiparia com a adoção do serviço militar obrigatório. Diante do posicionamento da sociedade, contrária a esse ideal, os militares buscaram alternativas e alcançaram êxito através das E.I.M. Entretanto, era necessário continuar sua expansão.

Em 1915, o relativo sucesso alcançado por essas medidas foi continuado. Na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, as instruções militares só puderam ser iniciadas em outubro, tendo seu instrutor, o 1º Tenente Arthur Baptista de Oliveira, diante dos alunos que voluntariamente compareciam, se esforçado para atingir bom proveito ao menos nas instruções de conhecimento do fuzil e de tiro²⁵³.

Em 1916, destacava-se na mesma cidade o Ginásio Pio Americano, estabelecimento de ensino secundário, com sua E.I.M. funcionando normalmente há alguns anos, inicialmente com 90 alunos matriculados, sendo concluintes somente 14. Seu proprietário era o Sr. Araujo Lima, destacado defensor do tiro e, por isso mesmo, seus alunos receberam a caderneta de reservista das mãos do General de Divisão Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt, responsável pelos órgãos de controle dessa atividade no Ministério da Guerra²⁵⁴.

Segundo a revista O Tiro de Guerra nº IV (outubro-dezembro de 1925, p. 13-17), em pesquisa realizada pelo 2º Tenente de Infantaria Franklin Barbosa Lima, em 1916²⁵⁵ havia, no Brasil, 131 instituições de ensino superior, secundário e colégios. O Ministério da Guerra enviou-lhes questionários desejando a opinião de cada diretor sobre as vantagens e desvantagens da instrução militar em suas instituições, possuindo ou não E.I.M. Destas, responderam 80, unanimemente positivas, sugerindo a aprovação de sua institucionalização, preferencialmente desde os primeiros anos escolares.

Uma pesquisa dessa natureza, no nono ano de existência das E.I.M., demonstra o grau de preocupação na avaliação do projeto, com a vantagem de servir de respaldo para sua continuação e possível aperfeiçoamento. O ensino militar aqui em pauta abrangia desde o manejo de armas, tiro, exercícios no terreno e ginástica. Tudo pensado para a concepção de reservista, o cidadão componente

²⁵³ O TIRO Nº 87, 1916, p. 261.

²⁵⁴ O TIRO Nº 87, 1916, p. 262-264.

²⁵⁵ Na data da publicação da revista, estava no posto de capitão.

de um exército de reserva que, naquele momento, era o seguinte:

A reserva do exercito activo é constituída tanto pelos cidadãos, até 30 annos de idade, que completam o tempo de serviço nas unidades activas, como pelos reservistas instruidos nas sociedades de tiro e estabelecimentos civis de instrucção²⁵⁶.

O alcance dessa campanha foi considerado satisfatório porque construiu uma reserva com cidadãos na faixa etária dos 16 aos 30 anos de idade. Mesmo que para uma mobilização em caso de guerra fosse exigida a idade mínima de 18 anos, esse cidadão menor de idade teria no mínimo dois anos para a manutenção e aperfeiçoamento de seu aprendizado militar.

Em 1917, como reflexo do conflito europeu, o exército, que desde a Guerra da Tríplice Aliança teve um efetivo variando entre 18.000 e pouco mais de 25.000 homens, passou ao assombroso efetivo de 52.000 homens²⁵⁷. A guerra europeia por si só constituía um alerta e se apresentava como um ensinamento apreciável. Em virtude disso, a avaliação geral pelo Ministério da Guerra era afirmativa, conforme segue:

Além das sociedades de tiro, mais de 150 estabelecimentos ou associações civis de educação recebem instrucção militar, elevando-se os seus alumnos a 11.582. No numero daquelles estabelecimentos estão incluidos academias, collegios, associações sportivas ou de classes, bem como instituições federaes de outros ministerios, como aprendizados agricolas, etc.; alguns estão organizados em companhia de caçadores, tendo a escola polytechnica um magnifico *stand* de tiro²⁵⁸.

Referente a este ano, à Diretoria Geral dos Tiros de Guerra existiam incorporadas 430 sociedades destinadas ao ensino do tiro em todo o país, além das outras instituições anteriormente citadas. Só não foi maior essa relação porque o Ministério da Guerra não teve condições de fornecer instrutores para tamanha demanda²⁵⁹. O sucesso estava além da capacidade daquela diretoria. Um dos ministérios que atuava em parceria com o da Guerra, desde 1908, era o da Justiça e

²⁵⁶ Relatório do Ministro da Guerra de 1917, p. u2254/000017.

²⁵⁷ Relatório do Ministro da Guerra de 1917, p. u2254/000012.

²⁵⁸ Ibidem, p. u2254/000015.

²⁵⁹ Ibidem, p. u2254/000047-48.

Negócios Interiores, responsável, entre outras tarefas, pelo provimento de recursos destinados à educação.

A vida em quartel está intimamente associada às atividades de campo, exercícios no campo, acampamentos. E para a enorme tropa brasileira de reservistas, alunos-sócios das Linhas de Tiro, Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar, isso não poderia ser diferente. O Ministério da Guerra, através da Diretoria Geral dos Tiros de Guerra, tendo essa preocupação diante de uma necessidade estratégica, organizou uma forma de apresentar uma justificativa para a implementação dessa atividade e, conforme se vê na revista O Tiro de Guerra Nº IV (1927, p. 2), assim se expressa:

E isso está tão actualizado, que para constatar-o não precisamos de compulsar as revistas da America do Norte (paiz de clima aliás menos convidativo que o nosso para a vida de acampamento e onde este é, entretanto, o limiar de west-Point desde 1801 e dos collegios civis a datar de 1862, quando a vida do alumno passou a iniciar-se por uma aprendizagem não só de preceitos de hygiene corporal como até da preparação de sua própria alimentação, etc), pois, mesmo nas nossas praias e campos, somos, muitas vezes, surpreendidos com acampamentos de escoteiros, entre os quaes vemos que até os menores – os lobinhos – não se eximen de sua tarefa, tal o ardor com que cuidam de sua ração, de seus objectos. Assim, estamos certos de que a juventude dos Tiros de Guerra e das Escolas de Instrucção Militar, inspirada no exemplo edificante dos nossos *lobinhos*, acolherá até com satisfação a condição de só receber a caderneta de reservista, depois de um estagio de algumas semanas no campo, incorporada ou não a uma unidade do Exercito.

Esses exercícios no campo já existiam desde a implantação das E.I.M., só que com jornada de no máximo um fim de semana incompleto. Com o amadurecimento e consolidação dessas instâncias de educação militar, houve o momento de incrementar essa atividade. Na melhor das hipóteses, associado a uma organização militar, a riqueza de propósitos seria engrandecedora.

Para que a argumentação não sofresse restrições, aquela diretoria fez algumas comparações com a cultura norte-americana na mesma relação, ou seja, o contato dos alunos de instituições civis com a Academia Militar de West-Point – sendo que o maior destaque foi a dureza do clima e a manutenção dos exercícios no campo, enfatizando que o nosso clima seria muito mais favorável – poderia tornar o projeto inquestionável.

Ademais, em analogia com os nossos escoteiros e sua cultura de vida ao ar livre, além de muitas jornadas educativas vivenciadas no campo, tinham em mais essa exemplificação a certeza que tal projeto vingaria. Por isso, então, estariam relacionando a obrigatoriedade de pelo menos uma jornada de uma semana no campo como condição indispensável na aquisição da caderneta de reservista.

Apesar de ter apresentado, até aqui, informações que permitem um entendimento panorâmico da relação dos militares com o sistema educacional nacional, para alcançar meu objetivo principal, qual seja, evidenciar as manifestações da cultura militar nas instituições educacionais de Pelotas, parece-me mais adequado, antes, percorrer, a partir de uma sistematização mais pedagógica, os caminhos por onde os poderes políticos tinham, ordinariamente, um costume e uma forma já consagrados, desde pelo menos a instalação da Corte portuguesa no Brasil.

Portanto, farei algumas referências sobre as condições em que se encontravam essas manifestações culturais no Distrito Federal, no Estado do Rio Grande do Sul e, finalmente, na cidade de Pelotas. Apenas como exemplo, escolho o ano de 1925 por ser o último em que tenho documentos oficiais pesquisáveis e, corroborando, 23 anos depois do surgimento da sociedade de Rio Grande, é um bom tempo para a verificação das trajetórias e resultados de seu impacto educacional.

As instituições de ensino a que me refiro são as Escolas de Instrução Militar, num total de 240²⁶⁰, os Tiros de Guerra, com um total de 677²⁶¹, e as Linhas de Tiro, sem possibilidade de mensurar. As E.I.M., como já mencionado, comportavam parte da população escolar de cada uma das instituições de ensino civil que aceitaram a formação militar em suas dependências. Os Tiros de Guerra eram associações de cidadãos civis para aprendizado do tiro e outras instruções militares, no mesmo molde que nas E.I.M. Ambos tinham como finalidade a preparação de reservistas. As Linhas, com a mesma finalidade e mesmo molde, eram as associações de atiradores civis destinadas mais ao ensino somente do tiro. Em todas essas escolas, o ensino era ministrado por oficiais e sargentos do Exército.

²⁶⁰ Relatório do Ministro da Guerra de 1925, p. u2259/000292.

²⁶¹ Ibidem, p. u2259/000287.

O Distrito Federal, capital da República com centralização geográfica na cidade do Rio de Janeiro – status adotado desde a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e mantido com a promulgação da carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, assim permanecendo até a mudança de sede para Brasília, no ano de 1960²⁶² –, é o lugar-político²⁶³ por excelência, o centro das atenções e decisões políticas, *locus* da centralidade administrativa federal.

Dada toda essa conjuntura espacial e de autoridades – independente de sua reduzida área territorial –, foi onde teve início todas as iniciativas do Ministério da Guerra para tornar o sistema educacional brasileiro permeável à sua presença, com a intenção de transformar a juventude em cidadãos aptos à guerra. Devido à grande concentração de quartéis – possuía 30.²⁶⁴ Organizações Militares do Exército e, hoje, 107²⁶⁵ – compondo a paisagem arquitetônica e social, essa intensa e concentrada presença de seus recursos humanos tornava a cidade o melhor palco para a introdução daquela cultura.

O Distrito Federal contava com 36 instituições de ensino civil, do secundário ao superior, com E.I.M. – duas aguardavam o número mínimo de alunos para funcionar²⁶⁶ –, e apenas cinco Tiros de Guerra, de um total anteriormente de 22²⁶⁷. É expressivo o número de colégios contemplados em contraposição aos de tiros. Estes, com o tempo, passaram a ter muitas dificuldades, sobretudo para a manutenção de um estande de tiro. Além de que, segundo minha ótica, à essa época seria mais vital manter o recrutamento para “abastecimento” dos efetivos dos quartéis em grande número. Quanto às instituições de ensino contempladas com E.I.M., em parte se justifica pela presença de muitos apoiadores e simpatizantes dos militares e, de outra parte, porque havia a presença de militares da ativa e da reserva compondo seus corpos diretivos. Atualmente, há, no Estado do Rio de Janeiro, dez Tiros de Guerra.

²⁶² Mudança de sede já prevista desde esta carta constitucional.

²⁶³ Lugar geográfico e/ou ambiente institucional onde se concentram as instâncias centrais políticas para deliberação e implantação de leis.

²⁶⁴ Relatório do Ministro da Guerra de 1925, p. u2259/000090-000092.

²⁶⁵ Informações disponíveis no sítio eletrônico do Comando do Exército.

²⁶⁶ Relatório do Ministro da Guerra de 1925, p. u2259/000288, 000291-000292.

²⁶⁷ Ibidem, p. u2259/000275-000284.

O Estado do Rio Grande do Sul, um lugar historicamente bem aquartelado – possuía 57²⁶⁸ Organizações Militares do Exército na maior parte das três primeiras décadas do século XX²⁶⁹ –, dadas as circunstâncias de expansão territorial verificadas até o século XX, trouxe para si, desde cedo, o pesado encargo da responsabilidade como guardião das fronteiras meridionais, consagrado *locus* da atividade militar, o lugar das campanhas. Dessa forma, por ele transitaram militares e congêneres, sobretudo durante a revolta dos farrapos. Por sua localização, durante a campanha contra o Paraguai, o Império impôs ao Rio Grande do Sul, sacrifício maior que às demais províncias. Além de estar nele concentrada grande parte da logística para aquele conflito, também, lhe foi exigida a maior participação em alistamentos e outras formas de adesão ao combate. Esse era e é o “currículo” da terra dos gaúchos brasileiros²⁷⁰.

O Rio Grande do Sul contava com 24 Instituições de ensino civil, do secundário ao superior, com E.I.M. – uma aguardava o número mínimo de alunos para funcionar²⁷¹ –, e 62 Tiros de Guerra ativos, de um total anterior de 112, sem contar as linhas de tiro. As cidades contempladas com os tiros ativos, segundo relação do Ministério da Guerra eram:

Rio Grande, Porto Alegre, Uruguayana, Santo Ângelo, Jaguarão, Pelotas, Santa Maria, São Luiz Gonzaga, São João de Montenegro, Cruz Alta, Campo Novo, Itaqui, Caxias, Taquary, Sant'Anna do Livramento, Bom Retiro de Taquary, Guaporé, Taquara, Alfredo Chaves, Guaporé, Passo Fundo, Estrella, General Osório, Rio Pardo, Villa de Gravatahy, Lageado, São Lourenço, Arroio do Meio, Santa Clara, São Leopoldo (Hoje Lomba Grande, no mesmo Estado), São Gabriel, Caxias, Nova Hamburgo, Cachoeira, São Sebastião do Cahy, Bagé, São Borja, Alegrete, Sant'Anna do Livramento, Encruzilhada, Venancio Ayres, Pinheiro Machado, Rosario, São Pedro, Dom Pedrito, Santo Antonio da Patrulha, Santa Cruz, Corvo, Rocca Salles, Piratiny, Nova Berlim, Entrepellados, Santo Antonio da Patrulha, Villa de Garibaldi, Santo Antônio da Patrulha, Glória, Monteveneto, São Sebastião do Cahy, São Francisco de Cima da Serra, Ijuhy, Arroio Grande, Villa do Viamão, Antonio Prado, Lageado, Bento Gonçalves, Santa Cruz, Bom Jesus, Encantado, Lagôa Vermelha, Candelaria, Carlos Barbosa, Julio de Castilhos, Barra do Ribeiro, Quarahy, Vaccaria, São José do Campo Bom,

²⁶⁸ Relatório do Ministro da Guerra de 1925, p. u2259/000096.

²⁶⁹ Conforme informações disponíveis no sítio eletrônico do Comando do Exército, hoje possui 141 Organizações Militares, somente do Exército.

²⁷⁰ É, atualmente, a região do país com a maior concentração de tropas e o maior poder de fogo. Portanto, concentra o Exército mais poderoso do Brasil. O que se pode ler diante dessas constatações é que continua o Rio Grande do Sul sendo a terra da garantia patriota.

²⁷¹ Relatório do Ministro da Guerra de 1925, p. u2259/000289, 000291-000262.

São Jeronymo, Formigueiro, São Marcos, Rio da Ilha, Varzea-Santo Antonio da Patrulha, São Leopoldo (Séde Dois Irmãos, no mesmo Estado), São Francisco de Paula, São Sebastião do Cahy, Tupanceretan, Nova Petropolis, Santo Amaro, Colonia do Alto Jacuhy, São Sepé, Municipio de Estrella, Dores de Camaquam, Pedras Brancas-Porto Alegre, Villa Bella-Porto Alegre, Palmeira, Caçapava, Barro (8º districto de Passo Fundo), Villa Nova (5º districto de Porto Alegre), São Luiz das Missões, Cangussú, Colonia de Jaguary, Carázinho, Mont'Alverne, Boa Vista, Mundo Novo, Nova Vicenza, Picada Therezinha, Erechim, Arroio do Meio, Colonia Dona Francisca (Cachoeira) e São Feliciano. (RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA DE 1925, p. u2259/000275-000287, grifo nosso).

A ordem de apresentação dessas cidades está conforme a cronologia crescente da instalação de seus Tiros, contando com aqueles que foram suspensos ou desencorporados. Assim, a cidade do Rio Grande desponta por ter sido nela criado, em 7 de setembro de 1902, a S.P.T.B.; depois, ter sido incorporada à Confederação do Tiro Brasileiro em 28 de setembro de 1907, como Tiro Brasileiro do Rio Grande-Nº 1 e, em 1917, ter sido designado por Tiro de Guerra Nº 1. A numeração, tanto das E.I.M. quanto dos Tiros – ou Tiros de Guerra – era administrada pela Confederação do Tiro Brasileiro e, mais tarde, pela Diretoria Geral dos Tiros de Guerra, um dos órgãos do Ministério da Guerra. O último Tiro de Guerra dessa relação, na cidade de São Feliciano, levava o número 672.

Ao longo desses trinta anos – 1901 a 1930 –, enquanto alguns tiros mantiveram-se ativos o tempo todo, muitos surgiam, desapareciam e ressurgiam novamente. Conforme as condições, tanto da cidade quanto do Ministério da Guerra, essa situação repetiu-se em muitos lugares. O número dessas sociedades só não foi maior porque o Ministério da Guerra não pôde atender a todas as solicitações, quer por não possuir instrutores e/ou armamento suficientes, quer por motivos de ordem financeira.

A relação dos estabelecimentos de ensino que recebiam instrução militar e tinham registros com a denominação de E.I.M. estava assim organizada: dois em Pelotas²⁷², um em Rio Grande, um em Passo Fundo, três em Santa Maria, um em Garibaldi, dois em São Leopoldo, sete em Porto Alegre, um em Bagé, um em Canoas, um em Bom Princípio, um em Santana do Livramento, um em Lajeado e um em Uruguaiana. Esta última tinha a numeração de 220²⁷³.

²⁷² Uma terceira escola, neste momento, estava desativada.

²⁷³ Relatório do Ministro da Guerra de 1925, p. u2259/000289; 000291-000292.

Em comparação com o Distrito Federal, o Rio Grande do Sul participava do projeto educacional do Ministério da Guerra com uma estatística apreciável, mesmo salvaguardadas as devidas proporções territoriais. Quanto ao número de instituições de ensino civil com E.I.M., aquele tinha maior expressão. No entanto, sobre os Tiros de Guerra do Rio Grande do Sul, além deste ter “gerado”, em Rio Grande, o Nº 1, a primeira Escola de Instrução Militar do Brasil, promotora da mudança de concepção estratégica mais revolucionária do Exército brasileiro no século XX – por intermédio das salas de aula –, esse Estado apresentava melhor desempenho. Atualmente, não possui Tiros de Guerra.

Quanto à cidade de Pelotas, possuía significativa expressão econômica, cultural e educacional, rivalizando-se em alguns aspectos com a própria capital do estado. Nela, também, se pensava o Brasil com o mesmo poder e energia que na cidade do Rio de Janeiro. Possuía cidadãos que viajavam pelo mundo internacional e pelas entranhas do nosso Brasil, liam, estudavam e escreviam. Muitos desses intelectuais desenvolveram propostas que, embora tivessem destino local, em toda medida seriam plenamente compatíveis com as necessidades e anseios de qualquer outra cidade. O melhor exemplo desse contexto está no escritor João Simões Lopes Neto – considerado o mais importante nome da literatura sul-rio-grandense – que, de dezembro de 1905 a janeiro de 1906, comportando-se como educador, esteve em viagens por algumas cidades do Rio Grande do Sul em campanha cívica, fazendo palestras sobre o tema “Educação Cívica”, ensinando como amar o Brasil, antecedendo, em alguns anos, a mesma tarefa em âmbito nacional do poeta Olavo Bilac²⁷⁴.

Pelotas, uma cidade muito bonita e aprazível por sua localização privilegiada e de topografia plana, despertava bons olhares. Conforme consta do Almanaque Garnier (1981, p. 152)²⁷⁵, ao referir-se a Pelotas, esta era descrita por “elegante cidade à margem do rio São Gonçalo, séde das grandes xarqueadas”. Segundo Reis (1878, p. 105), no ano da publicação, no Rio Grande do Sul, somente a capital, Porto Alegre, e Pelotas possuíam iluminação pública a gás, sendo que esse serviço encontrava-se disponível em algumas capitais de províncias e raríssimas outras

²⁷⁴ OSORIO, 1922, p. 143-144.

²⁷⁵ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914) e Gazeta Litteraria (1883-1884).

idades. Parte dessa beleza era reforçada pelo conjunto arquitetônico remanescente de épocas anteriores e por aqueles construídos nas primeiras décadas do século XX.

Como exemplos dessa arquitetura, havia – parte ainda está preservada – o conjunto de prédios situado no entorno da Praça da República – atual Praça Coronel Pedro Osório – e a Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1847, ainda em funcionamento. Essa instituição foi considerada, por muito tempo, como uma referência regional, dada a capacidade de suas instalações e de seus profissionais e por estar em socorro de todos os segmentos da sociedade, inclusive escravos²⁷⁶.

Essas características são herdeiras de uma cultura também favorecida pela fortuna advinda dos grandes recursos financeiros do comércio de charque – uma riqueza fomentada ao preço do corpo escravo –, que proporcionaram, para parte da população, um estilo de vida bem regrado de utilidade, bom gosto e refinamento. Foi nesse cenário que surgiu o Banco Pelotense, fundado em 5 de fevereiro de 1906²⁷⁷, em atividade até 4 de janeiro de 1931 – a portas fechadas, requereu sua liquidação no dia 5²⁷⁸–. Durante esse período, possuiu agências em inúmeras cidades do Brasil.

Diante de todas essas características que comportam uma rica história, a educação escolar também participou, em condições excepcionais, como um dos pilares de bases mais profundas, tendo contribuído, ainda, com o projeto de expansão da cultura militar para a formação de homens saudáveis, inteligentes, patriotas e úteis à sociedade através das E.I.M., entre 1909 e 1930, com as seguintes instituições:

- Gymnasio de São Luiz Gonzaga, com a E.I.M. nº 99 instituída em 1909;
- Gymnasio Pelotense, com a E.I.M. nº 84 instituída em 1909;
- Tiro Brasileiro de Pelotas-Nº 31²⁷⁹ (Tiro de Guerra Nº 31 a partir de novembro de 1917), com a 1ª turma de Reservistas formada em 1913.

²⁷⁶ SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PELOTAS. Livros de Registros de Enfermos.

²⁷⁷ OSÓRIO, 1922, p. 246-247.

²⁷⁸ Diário Popular Nº 4, de 6 de janeiro de 1931, p. 1.

²⁷⁹ Relatório do Ministro da Guerra de 1925, p. u2259/000275.

Houve, do mesmo modo, as instituições educacionais que, embora não tivessem E.I.M., adotaram seus fundamentos da formação educacional militar, através da pedagogia e filosofia escoteiras – constituindo-se como escoteiros ou não –, sem que houvesse formação de reservistas. As diferenças daquelas para estas é que, nas E.I.M., frequentavam jovens a partir dos 16 anos de idade, recebendo instruções militares, inclusive sobre armamento, realizando tiros de guerra e, como ápice da formação, ao final do curso eram avaliados por comissão nomeada pelo Ministério da Guerra. Nas demais instituições, frequentavam os meninos com idade dos 9 anos, sendo-lhes ministradas disciplinas militares, menos as de evoluções, armamento e realização do tiro. Foram elas:

- Escola de Escoteiros de Pelotas, anexa ao Tiro 31, criada em 5 de novembro de 1916²⁸⁰;
- Patronato Agrícola Visconde da Graça, inaugurado em 12 de outubro de 1923;
- Atividades Pedagógicas escoteiras nas escolas municipais na administração do Intendente Augusto Simões Lopes, entre 1924 e 1928.

Abordarei essas instituições em dois grupos: no primeiro, aquelas com características militares que não possuíam Escolas de Instrução Militar e, no segundo, as que possuíam.

3.4 O Escotismo Como Prática de Coesão Nacional

Parece-me oportuno, antes de tecer alguns comentários sobre as instituições que tiveram essa sistemática, trazer à tona alguns aspectos do escotismo, particularmente no que compete ao ambiente pelotense.

O escotismo, tradução adaptada do termo inglês *scouting*, foi criado na Inglaterra pelo Tenente-General e Lord Robert Stephenson Smyth Baden-Powell

²⁸⁰ Relatório do Ministro da Guerra de 1925, p. u2259/000289.

(1857-1941). Conforme Baden-Powell (1975, p. 13)²⁸¹, seu início aconteceu no verão de 1907, quando o próprio criador reuniu-se com 20 rapazes, em um primeiro acampamento escoteiro na Ilha inglesa de Brownsea, no Canal da Mancha.

Essa atividade, filosofia de vida direcionada inicialmente aos jovens do sexo masculino, possuía e promovia, de maneira exemplar, um grande aporte de sentimentos patrióticos e de valorização das condutas de educação moral e de educação cívica, haja vista que um de seus lemas era, e é, “Minha pátria antes de mim”.

Sua introdução no Brasil se deu da forma narrada no jornal Folha da Tarde nº 109 (9 de setembro de 1954, p. 10), abaixo citada:

Em 1907, Baden Powell criou o escotismo na Inglaterra, não supondo que em apenas dois anos essa escola de caráter e civismo transpusesse as fronteiras do Velho Mundo. Em 1909, vários oficiais do Encouraçado Minas Gerais traziam para o Brasil os primeiros ensinamentos adquiridos no escotismo inglês, fundando o primeiro grupo de escoteiros no Brasil. Esse admirável sistema educacional espalhou-se rapidamente pela maioria dos Estados, sendo que o Rio Grande do Sul foi um dos pioneiros, pois já em 1913 o professor George Black, reunindo jovens de origem germânica, organizava o grupo de escoteiros do Turner-Bund (hoje Sogipa), que, integrando-se na comunidade brasileira, até hoje não sofreu solução de continuidade. Em diversas cidades do interior, como Pelotas, Jaguarão, Bagé e Santa Maria surgiram outros grupos que, se não continuaram, foram celeiros de novos grupos, verdadeiras escolas de chefes, como Olavo Bilac, Rubens Weyne, Luiz Osorio e Alfredo Mariante. Em 1914, o então Tenente Tancredo Gomes Ribeiro organizava um grupo escoteiro no Colégio Júlio de Castilhos, cuja fotografia publicamos. [...].

Essa foi uma matéria em homenagem aos pioneiros gaúchos de 1914, portanto, quarenta anos depois. O encouraçado Minas Gerais foi uma aquisição da Marinha de Guerra brasileira de um estaleiro inglês e os oficiais que lá estavam integrariam a tripulação da embarcação. Passavam por um período de aprendizado do seu funcionamento quando tiveram contato com o escotismo. O texto faz uma análise dos efeitos e propostas benéficas do escotismo e, ainda, descreve parte de

²⁸¹ O livro de Baden-Powell, intitulado *Escotismo para Rapazes*, foi editado originalmente em inglês sob a tutela da Boy Scouts Association da Inglaterra e traduzido para o português. É uma coletânea de informações sobre a história da criação e difusão do Escotismo. É também um manual com o cerne da pedagogia escoteira, juntando lições que remontam à Idade Média, passando por ensinamentos úteis aos vários ambientes do exercício do escotismo, até os ensinamentos de ordem prática para o dia a dia e, principalmente, para o exercício da cidadania com noções de civismo, comportamento, patriotismo, altruísmo e lições compromissadas em fazer o bem ao próximo.

sua trajetória de sucesso no Rio Grande do Sul, mostrado origem e repercussão. A fotografia a que se refere o jornal encontra-se reproduzida a seguir.



Figura 10 – Escoteiros de Porto Alegre, em 1914 – De pé, da esquerda para a direita: Coni Albuquerque, Izidoro Borges, Edmundo Edel, Antonio Barreto Viana, José Viana e Fridel Tschoepke; sentados: Tirten Viana, Luciano Saldanha, tenente (em 1954 era coronel) Tancredo Gomes Ribeiro, Adel Casses e Domingos Mascarenhas; abaixo: Miguel Barreto Viana e Luiz Prates.

Fonte: Acervo do Jornal Correio do Povo, em Porto Alegre. Jornal Folha da Tarde, de 9 de setembro de 1954. (Gentileza de Antônio Boulanger Uchoa, vice-presidente do CCME).

O escotismo tem como base pedagógica para transmissão de ensinamentos, a educação pela lição de coisas. Em 1886, Ruy Barbosa de Oliveira (1849-1923) traduziu para o português o livro “Primeiras Lições de Coisas”, do pedagogo norte-americano Norman Alisson Calkins, idealizador de uma nova pedagogia aperfeiçoadora do método intuitivo, que consistia em ensinar a partir dos sentidos do aluno:

'Não pela descrição oral, mas pela inspecção real dos objectos, ha de começar o ensino. Por essa inspecção é que se adquire o conhecimento certo das coisas. O que effectivamente se vê, mais depressa se imprime na memoria, do que verbalmente expendido ou enumerado cem vezes.' São verdades que escreveu João Amos Comenius, o celebre pedagogo exilado de Austria em meados do seculo dezesete, á introdução de cujos livros deve, em boa parte, a Allemanha o grande progresso que durante esse seculo principiou a florescer nas suas escolas. Outrossim, disse, ao cerrar do seculo dezoito, o grande educador suisso

Pestalozzi: 'A observação é absolutamente a base de todo o conhecimento. O que antes de tudo, pois, se deve ter em mira, na educação, é habituar o menino a observar exacta, e depois a exprimir correctamente o resultado do que observar.' (CALKINS, 1886, p. XVII).

Esse método prosperou durante algum tempo no Brasil. A citação anterior dá uma pequena ideia de seus princípios, anunciados pelos dois teóricos mencionados que proporcionaram a base desse processo educacional, mesmo que no desenvolvimento experimentado por Calkins esteja presente uma condição evoluída, principalmente, pelas diversificadas interpretações vivenciadas até então.

O escotismo encontrou solo fértil no Brasil e, prova disso, foi a participação de uma delegação brasileira de escoteiros chefiada pelo Professor Ignacio Manoel Azevedo do Amaral (1889-1950)²⁸², no 3º Jamboree Mundial – acampamento de escoteiros –, ocorrido nos arredores de Liverpool, em Birkenhead, no Arrowe Park, Oeste da Inglaterra, de 31 de julho a 13 de agosto de 1929. O Príncipe de Gales, Edward Albert Christian George Andrew Patrick David – Eduardo VIII (1894-1972) – pessoalmente recepcionou o Professor Amaral²⁸³. Esse evento reuniu 50.600 pessoas, maioria rapazes, provenientes de 42 países, e teve, ainda, como motivação, a comemoração do 21º aniversário de criação do escotismo. Amaral era matemático e foi professor de balística e artilharia da Escola Naval, professor da Escola Normal do Distrito Federal e da Escola Politécnica, onde era o titular da cadeira de cálculo infinitesimal. Também foi presidente da Academia Brasileira de Ciências, de 1939 a 1941, e reitor da Universidade do Brasil de 1945 a 1948²⁸⁴.

A seguir, apresento algumas fotografias, todas tiradas no local do evento por autores desconhecidos, retratando flagrantes de algumas personalidades e de atividades desenvolvidas, com destaque maior para a delegação brasileira. Todas foram cedidas gentilmente pelo Museu da Escola Politécnica (MEP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ.

²⁸² Segundo o Engenheiro Antonio Boulanger Uchoa Ribeiro, Vice-Presidente do Centro Cultural do Movimento Escoteiro na Cidade do Rio de Janeiro, o Professor Amaral foi o 2º presidente da União dos Escoteiros do Brasil de 1930 a 1934.

²⁸³ Existem fotografias no Museu da Escola Politécnica da UFRJ com flagrantes daquele evento.

²⁸⁴ Antiga designação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 1937 a 1965. Informações disponíveis em <http://www.ufrj.br>. Acessada em: 08 mar. 2012.



Figura 11 – Príncipe de Gales em visita ao Prof. I. M. A. Amaral, no acampamento brasileiro, em Arrowe Park-Birkenhead. Londres, 1929.

Fonte: Museu da Escola Politécnica (MEP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Figura 12 – Baden-Powell em companhia do Prof. Amaral.

Fonte: Museu da Escola Politécnica (MEP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Figura 13 – Desfile da tropa de escoteiros do Brasil, chefiada pelo Prof. I. M. A. Amaral, no 5º Congresso Internacional de Escotismo, em Arrowe Park-Birkenhead – Londres, em 1929.

Fonte: Museu da Escola Politécnica (MEP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Figura 14 – Escoteiros brasileiros em momento de descontração.

Fonte: Museu da Escola Politécnica (MEP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo Nascimento (2008)²⁸⁵, os sucessos e características de utilização do escotismo a serviço do estado brasileiro não foi um caso isolado. Afirma que,

Como em outros países, a militarização da infância por meio do Escotismo escolar foi o caminho adotado por aqueles que pretenderam, no Brasil, transformar o movimento fundado por Baden-Powell em política de Estado. As principais lideranças políticas do país e intelectuais com responsabilidades como dirigentes da Educação viam o Escotismo como um modelo pedagógico que poderia complementar o trabalho das escolas, oferecendo ao Escotismo importância, legitimidade e reconhecimento oficial. (NASCIMENTO, 2008, p. 272)

Nascimento enfatiza, ainda, que a exemplo de outros países, as lideranças brasileiras viram na pedagogia escoteira, uma ferramenta auxiliar na rotina escolar. Enfatiza, de igual forma, que, embora tenha sido criado por um militar, não é possível confundir o movimento escoteiro como uma instituição moldada para dar suporte a qualquer governo. Sua finalidade é, isso sim, dar suporte à alma de qualquer nação porque nele estão incrustados os melhores instrumentos de formação do cidadão.

Entretanto, ressalto que o fato de ter havido uma aceitação volumosa do escotismo, não significa que houve uma militarização da infância. O que houve foi, na realidade, tanto no escotismo quanto na instrução militar, uma cultura centrada nos seus pressupostos pedagógicos de subordinação, obediência e confiança no instrutor/guia/professor²⁸⁶. Essas ideias estão “impressas” na pedagogia da moralidade. Isso não é militarização. Equívoco semelhante seria pensar que a cultura escolar vivida pelas pessoas dos cinco aos 25 anos, permitisse ou

²⁸⁵ Nascimento, no livro *A Escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*, faz uma abordagem acadêmica do tema, apresentando a hierarquia escoteira e suas modalidades no ar e no mar. Enfatiza como o aspecto mais privilegiado por ele, uma pedagogia ativa do movimento e sua apropriação pelas instâncias governamentais de muitos países, inclusive no Brasil, com um escotismo de Estado.

²⁸⁶ Equívoco de interpretação semelhante, observo na obra de Santos, intitulada *O Quartel Infantil: representações dos grupos escolares sergipanos*, ambientada nos grupos escolares de Aracaju, nas primeiras décadas do século XX. Percebe-se que o pesquisador verificou uma série de influências permeadas pelas ideias de nacionalismo e patriotismo, perpetradas pelos quartéis do Exército brasileiro nessas escolas, que reproduziram os mesmos ensinamentos vividos nos quartéis no que se refere ao amor que se deveria ter pelo Brasil. Os alunos deveriam ser vistos como soldados em potencial, estando em condições de defender a pátria em futuro próximo, se assim fosse imperativo. O pesquisador descreve um processo de militarização da infância e também outras relações entre as duas instituições: o exército e a escola.

propiciasse uma “professorização”²⁸⁷, significando que a maciça maioria dos que vivessem essa experiência, depois de 20 anos de escola, se tornasse professora/professor.

Pelotas recebeu o escotismo muito bem e, em pouco tempo, essa atividade dominava as melhores recomendações. Segundo Carriconde (1922), na matéria intitulada “Escotismo: a ideia lançada no Rio Grande”, assinada por Fernando Osório, vemos todos os valores atribuídos ao escotismo:

Tendo cabido, por benevola ventura, ao Tiro 31, de Pelotas, ser o iniciador do escotismo no Rio Grande do Sul, podemos, por isto, afirmar a efficacia e a nobreza dessa encantadora instituição da força, da destreza, do patriotismo e da honra, armada da *virtude*, para a *justiça* e para a *bondade*, em suas fórmulas amáveis... Os *escoteiros* estão fadados como células primárias da defesa nacional para a grande missão de resguardar a integridade da Patria e serão elles nossos substitutos no desempenho do sagrado dever, si pelo *escotismo* velarmos com carinho e, si na dedicação desse affecto, não consentirmos que, de alguma fórmula, se desvirtuem os seus elevados preceitos. É que reúne o *escotismo* todo um systema educativo que prepara o adolescente, n'um adextramento completo, tornando-o apto para a vida physica, intellectual, moral e civica. No escotismo forma-se o homem e o cidadão capaz de viver por si próprio, independente e altivo, zeloso de sua dignidade e da dignidade alheia, cioso da honra da Patria, honesto e bom, obediente e jovial, sempre prompto (como diz a sua divisa) a enriquecer o coração, a subir moralmente, a realizar a existencia como realisa a arvore a nossa Natureza, ao trazer para o ar livre a seiva da terra brasileira... bella flôr, util no fructo... É um tabalho de fé, o ensino do *escotismo*, absorvendo as energias de um verdadeiro apostolado civico, mantida com inteireza e elevação da complexidade de seu programma. [...]. (CARRICONDE, 1922, p. sem Numeração)²⁸⁸

Essa é uma apologia quase que religiosa ao escotismo, devotando a ele muita responsabilidade e, com algum grau de exagero, declarando, equivocadamente, que o Tiro 31 foi iniciador do escotismo no Rio Grande do Sul. Era realmente muito vívida a crença em uma transformação total da juventude, se submetida a essa filosofia de vida enraizada nos conceitos de patriotismo, humanidade, civismo, bondade e um desfile de boa educação por seus adeptos. Tanto é verdade que se tornou, em pouco tempo, uma prática em muitos países, arrancando simpatias de príncipes a plebeus, de professores a alunos. Conforme

²⁸⁷ Chamo de professorização a possibilidade de o professor inspirar, em seus alunos, o desejo de serem também professores – em número expressivo –, por causa da intensa e extensa vivência em salas de aula.

²⁸⁸ Biblioteca Pública Pelotense, Centro de Documentação de Obras Valiosas.

impressões de Nascimento (2008, p. 9), participar do movimento escoteiro era,

Assim, participar do universo de uma nova cultura, uma cultura que oferecia uma visão de mundo articulada em torno de uma proposta de auto-formação, que produzia forte impacto nas emoções, nas paixões, na paisagem natural, na paisagem urbana, nos processos de aprendizagem da vida, nas experiências de contato com a natureza, na produção de uma identidade cidadã.

Foi, portanto, um novo estilo de vida proporcionado por uma nova e “mundial” cultura de remodelados contornos, envolvendo interação com a natureza e com a vida social. Segundo o que se primava, dispensando ao jovem a melhor e mais completa formação, seu destino, quando adulto, estaria indissociável dos sentimentos de adoração e de proteção à pátria, à lei, à ordem e aos poderes constituídos. E isso, no Brasil dos primeiros 30 anos do século XX, era uma preciosidade em íntima ligação com os ideais do Ministério da Guerra. Para este e para a Liga da Defesa Nacional, planejar servir-se da juventude escolar, do escotismo e do serviço militar obrigatório era ter um projeto de manutenção de nação nas melhores condições. Era a fonte de maior energia, renovável, a serviço da coesão nacional e do amor ao Brasil.

A constituição do movimento escoteiro de Pelotas obedecia aos princípios fundacionais do escotismo, acrescido/adaptado de algumas características próprias deste domicílio. São os seguintes princípios:

GRATUITA – Mantem-se com o auxílio moral ou material de sócios protectores contribuindo com uma quota mensal ou annual, na esphera de sua generosidade.

POPULAR – Sem character particular, sectario ou politico visa a confraternisação de todas as classes.

PRACTICA – Ministra a educação pela lição de cousas.

DE ALTA POESIA – Radicada na tradição medieval da Cavallaria Andante, desenvolve o gosto próprio, no seio da natureza, na alegria da vida desportiva.

FUNDADA NA SCIENCIA – Abrange todos os pontos da moderna pedagogia: a instrucção physica, a moral e a intellectual.

1º - **a instrucção physica:**

- pela hygiene e pela medicina: a conservação ou o restabelecimento da saude.

- pela gymnastica e pelos jogos escolares: o desenvolvimento normal e progressivo de todas as funcções do corpo.

2º - **a instrucção intellectual:**

amestramento dos cinco sentidos, percepção externa e interna, cognição,

experiencia, consciência, personalidade e liberdade, faculdades de elaboração, - a atenção, a abstração, (generalisação, juízo, raciocínio e imaginação).

3º - a instrução moral:

sensibilidade e sua cultura, amor próprio, amor e respeito da propriedade, do livre arbitrio, da independencia, da emulação, altruismo, benevolencia, beneficencia, amizade, docilidade, amor da Patria, do bello e do bem, brio, coragem, disciplina, cultura da vontade, formação do character.

- A idéa da *honra* no escotismo defini-se: é a honra do indivíduo e a honra do cidadão.

- No escotismo, o interesse e a magnanimidade são além de gestos formosos, acções justas para a perfeição humana e uteis para a grandeza da Patria.

- Uma das cellulas primarias do organismo da educação civica e da defeza nacional.

- Destina-se entre nós, à educação dos meninos de 9 a 16 annos, visto e regulamento do Tiro Brasileiro só admitir sócios a partir da idade de 16 annos. (TIRO 31, 1917, p. 2)

Toda essa matriz bem estruturada do escotismo faz jus ao seu desapego ou mesmo desprendimento de qualquer vínculo governamental. É a “fórmula” para a boa edificação de todo e qualquer jovem útil em todo tempo ou lugar. Naturalmente que isso não prova o seu total desligamento daquela instância. Sua natureza assim demonstra, contudo, estando seu direcionamento nas mãos de determinada personalidade, os rumos que a instituição poderia tender, como em alguns momentos foi, ao apoiar governos em suas ambições notadamente cívicas e morais a serviço da propaganda patriótica.

A Escola de Escoteiros de Pelotas foi inaugurada em ato solene, abrilhantado pela presença de Olavo Bilac, no estande de tiro do Tiro Brasileiro Nº 31²⁸⁹, tendo como fundador e 1º diretor, o Dr. Fernando Luis Osorio, juntamente com o Professor Rubens de Freitas Weyne²⁹⁰. A instituição não possuía E.I.M., entretanto, sua rotina contemplava o seguinte:

Inaugurada a Escola de Escoteiros de Pelotas, sua instrução começou a ser ministrada com a maior regularidade. Pela manhã, tres vezes por semana, gymnastica sueca, ao ar livre; aos domingos, instrução militar e prelecções de hygiene e moral [sic]. Às tardes, diariamente, aulas de orientação, topographia, signalisação, telegraphia, meteorologia, historia natural e do Brazil, com projecções luminosas.

²⁸⁹ Almanach de Pelotas, 1918, p. 185.

²⁹⁰ TIRO 31, 1917, p. 2 e 6.

Todos os mezes effectua-se um bivaque²⁹¹, em que tomam parte todos os escoteiros e durante os quaes realizam-se trabalhos e jogos de escotismo, de accordo com as regras de seu creador, o grande general Baden Powell. Os ensinns civico e moral tem sido um dos pontos que hão merecido o maior carinho de parte dos respectivos instructores. (ALMANACH DE PELOTAS, 1918, p. 186)

Sua primeira turma de “aspirantes” iniciou as atividades em 12 de dezembro de 1916, com 70 meninos²⁹² e, pela rotina descrita, descortina uma vida diária intensa e completa, sendo suas salas de aula localizadas nas dependências da sociedade de tiro. Tudo indica que seus alunos assistiam às aulas da educação escolar tradicional pelas manhãs, sobrando-lhes, somente, como repouso semanal o dia de sábado.

As atividades físicas encontravam-se coerentes com a cultura do momento em que a escola sueca predominava, embora concorresse com as demais, sendo praticada ao ar livre, conforme recomendações médico-sanitárias. Portanto, embora essa escola não tenha sido enquadrada como Escola de Instrução Militar, sua rotina era tal qual, excetuando-se somente as instruções sobre armamento e tiro.

Em 1917, o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, declarou seu apoio à Escola de Escoteiros de Pelotas por intermédio do ofício de 21 de junho, declarando “bem avaliar a salutar virtude do escotismo, como meio de educação moral, intellectual e physica e applaudir os nobres intuitos que determinaram a fundação dessa Escola, bem como o louvavel objectivo que se propõe a mesma a propugnar”²⁹³.

A manifestação oficial do Presidente do Estado dá o tom da importância dessa iniciativa, ressaltando, no texto, a essência do conteúdo curricular. Embora essa escola tenha merecido todas as honras e reconhecimentos, não pude verificar a mesma iniciativa do executivo estadual para saudação da ampliação da rede de escolas municipais na mesma cidade de Pelotas.

²⁹¹ Existem três formas de estacionamento (parada para repouso): acampamento, acantonamento e bivaque. Para acampamento se utiliza barracas para repouso. Para acantonamento, utilizam-se prédios e similares para repouso. Para o bivaque, cada integrante utiliza seus próprios recursos – ponchos, sacos de dormir, mantas e agasalhos – e repousa ao relento, aproveitando árvores e assemelhados.

²⁹² Almanach de Pelotas de 1918, p. 185.

²⁹³ Almanach de Pelotas de 1918, p. 171.

A Escola de Escoteiros participava de todas as solenidades que seu anfitrião, o Tiro 31, igualmente participava. Em 14 de julho de 1917, este organizou uma grande formatura no Prado Pelotense, em homenagem à Revolução Francesa, sendo reunidos 1.000 homens e, dentre eles, os escoteiros. Como ato apoteótico, na oportunidade foi realizada a formatura da 1ª turma de escoteiros de Pelotas, diante de uma assistência de 10 mil pessoas²⁹⁴.

Com essa metodologia educacional *suis generis*, por ter matriz filosófica e pedagógica militar – estão nas bases do escotismo mundial –, ter suas instalações anexas ao Tiro 31, participar, junto deste, em momentos solenes com homenagens, formaturas, desfiles cívicos, e por ter como seu presidente o mesmo daquele Tiro, considero a Escola de Escoteiros de Pelotas um complemento propagandístico de moral e civismo do Tiro 31. Por isso mesmo, uma instituição de ensino com uma estrutura pedagógica baseada na cultura militar.

O Patronato Agrícola Visconde da Graça (P.A.V.G.)²⁹⁵, instituição criada através do Decreto do Governo Federal Nº 15.102, de 9 de novembro de 1921²⁹⁶, quando era Presidente da República Epitácio Pessoa e Ministro da Agricultura o pelotense Ildefonso Simões Lopes, teve sua pedra fundamental “plantada” em setembro de 1920²⁹⁷ – portanto, antes do dispositivo legal prever sua existência –, sendo inaugurado em 12 de outubro de 1923.

Essa instituição, tanto quanto a Escola de Escoteiros, não tinha Escola de Instrução Militar, mas estava no contexto da intervenção federal na paisagem urbana e rural, do higienismo e da eugenia, intervindo na sociedade com a finalidade pedagógica de torná-la a mais sadia possível. Portanto, muitos elementos pedagógicos da cultura militar – fazia parte desta, a disciplina de Instruções Militares – serviam sobremaneira, tornando aquele espaço escolar relevante, porque efetivamente era uma instituição de reeducação, disciplinadora, austera e, acima de tudo, de educação. Sobre isso há a seguinte defesa:

²⁹⁴ Almanach de Pelotas de 1918, p. 176-177; OSORIO, 1922, p. 173.

²⁹⁵ Sobre essa instituição, verificar informações importantes em VICENTE, 2010.

²⁹⁶ Diário Oficial da União Nº 294, de 17 de dezembro de 1921, p. 22.822; VICENTE, 2010, p. 31.

²⁹⁷ Almanach de Pelotas de 1928, p. 132.

Mas a educação, sendo um veículo que realiza a transmissão da experiência social, é o processo que garante à sociedade a sua existência contínua, assegura a 'continuidade social', isto é, a permanência da unidade social no tempo. Graças a ela, 'é possível a assimilação pelo homem das aquisições anteriores da sociedade, a 'transmissão dos conhecimentos acumulados, que é obra da solidariedade no tempo, segundo a justa expressão de Duprat²⁹⁸'; e, embora pelo seu caráter tradicionalista, decorrente de sua própria natureza, a educação seja antes um instrumento de adaptação, não é apenas, do ponto de vista da evolução social, 'um elemento passivo na medida em que reflete o progresso social, mas um *fator ativo* na medida em que pode servir de instrumento para auxiliar as transformações coletivas'. (AZEVEDO, 1951, p. 73).

A educação nesses dizeres, segundo Azevedo, é o elemento garantidor da herança cultural para as gerações futuras, com uma ação pedagógica intervencionista do presente. Ela está, portanto, no centro da trajetória cultural e para isso deve ser usada, como elemento de ação vertical, o “fiel da balança”, no intercâmbio entre os responsáveis pela governabilidade e a sociedade.

A ação do governo municipal pode ser vista como uma tendência nacional, mesmo que, na melhor das intenções, a realidade local já pudesse ser emergente. Segundo Passetti (2009, p. 350), “a partir dos anos 20, a caridade misericordiosa e privada praticada prioritariamente por instituições religiosas tanto nas capitais como nas pequenas cidades cede lugar às ações governamentais como políticas sociais”. Aos olhos de hoje, parece-me mais que uma ação educacional.

Embora não possa tratar, aqui, da realidade pelotense em pormenores e tentar fazer julgamentos justos, sendo uma cidade em que a filantropia agia há algum tempo e em que as instituições destinadas à caridade se mantivessem ativas, parece-me que, por algum motivo maior, sem a substituição dos cuidadores já existentes, se houve a necessidade da criação do P.A.V.G. é porque a capacidade de absorção desse novo universo de menores pelo sistema até então em operação estava no limite.

O balanço nacional que se tem sobre esse período que se aproximava de 1920 é o seguinte:

²⁹⁸ Azevedo faz algumas referências à obra “La Solidarité Sociale. Paris, 1907”, de Guillaume-Léonce Duprat (1872-1956), filósofo francês, professor de sociologia e economia social com muitos escritos sobre filosofia, moral, educação, sociologia, neurologia, psiquiatria e psicologia, entre outros temas.

Fechavam-se os trinta primeiros anos da República com um investimento na criança pobre vista como criança potencialmente abandonada e perigosa, a ser atendida pelo Estado. Integrá-la ao mercado de trabalho significava tirá-la da vida delinqüencial, ainda associada aos efeitos da politização anarquista e educá-la com o intuito de inculcá-lhe a obediência. Pretendendo domesticar as individualidades e garantindo com isso os preceitos de uma prevenção geral, os governos passaram a investir em educação, sob o controle do Estado, para criar cidadãos a reivindicar disciplinadamente segundo as expectativas de uma direção política cada vez mais centralizadora. Para tal, escola e internato passam a ser fundamentais. (PASSETTI, 2009, P. 355)

Essa preocupação esteve na pauta do Ministério da Guerra durante muito tempo. E com a relativa vitória dessa ação por muitos organismos, além da onda da pedagogia da educação militar do quartel e do escotismo, o confinamento desse universo de menores desassistidos recebeu, como elementos disciplinadores, a rotina, as ações impositivas e o exílio terapêutico em nome de um bem-estar individual e de um bem-estar nacional. O que para uns foi um mal, para outros, nem tanto.

Na obra de Vicente (2010, p. 93, 96 e 98), através de algumas fotografias dos alunos do P.A.V.G., evidencia-se que o padrão estético, comportamental e filosófico está centrado no escotismo, sem, contudo, classificar essa escola como uma associação escoteira. Dessa forma, fica estampada, na primeira impressão, a certeza dessa filosofia. Isto porque o uniforme carrega essa identificação e significado: um atestado de comportamento e um registro de estilo de vida duradouro.

Diante dos fatos, verifico que em parte das três primeiras décadas do século XX, houve, na República brasileira, curiosamente, pelo menos três ministérios com incumbências educacionais relevantes: o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Ministério da Guerra e o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Durante a administração do Intendente Municipal de Pelotas, Dr. Augusto Simões Lopes, entre 1924 e 1928, que, segundo o Almanach de Pelotas (1929, p. 68), caracterizou-se por “uma administração fecunda e benemérita”, foi empreendida uma dinâmica diferenciada na área da educação. Essa publicação comprova seus méritos ao apresentar algumas estatísticas, onde se lê, também, que,

[...] destaca-se em remarcado relevo o interesse e o carinho que desde logo manifestou pela instrução publica municipal, na administração do Dr. Augusto Simões Lopes convencido que estava, como todo bom patriota, que o analfabetismo é o maior mal que afflige o Brasil e lhe entrava o progresso latente e pujante. (ALMANACH DE PELOTAS, 1929, p. 69).

Augusto Simões, exercendo seu papel de administrador, criou muitas escolas, ampliando o ensino e o combate ao analfabetismo. Dentre tantas iniciativas, uma chama especial atenção: a instituição de atividades escoteiras nas escolas municipais. No Relatório do intendente (1928, p. 101), há a seguinte informação:

Foi criado o escotismo escolar, ao que se filiam, voluntariamente, os alumnos de idade superior a 9 annos. Foi esta uma iniciativa que se póde reputar victoriosa, pois congrega, actualmente, quasi todos os collegia1s. Em 15 de novembro ultimo teve lugar o juramento das primeiras patrulhas de escoteiros municipais urbanos, sendo paranypho o illustrado conterraneo dr. Fernando Luis Osorio, que offereceu, gentilmente, a seus afilhados linda bandeira com a flor de lyz em campo verde.

Parece-me que não houve a filiação voluntária e, sim, a obrigatória. Se o intendente determina a introdução dessa pedagogia na sua rede municipal de ensino e ainda subsidia os uniformes, principalmente naquela época, não acredito que as criancinhas e seus pobres pais tivessem essa liberdade. O fato é que era uma “moda pedagógica” e com ritual de iniciação completo, formalizado em data muito expressiva, com apadrinhamento ilustre e oferta de bandeira-símbolo do escotismo mundial.

Além disso, a gestão promoveu outras ações, como se lê a seguir:

Realisação de elevado alcance moral foi a criação da Caixa Escolar Beneficente, em que se amealham as dadivas das creanças mais babejadas para supprir de roupa e calçado aquellas que privações materiaes affastam das escolas, conservando-as nas trevas da ignorancia e, também, a instituição do escotismo, generalisada a todos os cursos e como medida complementar da educação physica e cívica. (ALMANACH DE PELOTAS, 1929, p. 70)

A Caixa Escolar era um recurso destinado ao amparo dos alunos menos afortunados economicamente, com vistas a combater a evasão e exclusão

escolares²⁹⁹ ao proporcionar o mínimo de conforto e melhores condições de igualdade escolar diante da oferta de uniformes. Esse evento proporcionou uma alteração significativa na educação municipal, principalmente porque o subsídio, diante da implantação do escotismo, também servia para “fardar” os meninos como escoteiros, sendo, portanto, esse o uniforme escolar desse segmento. Os resultados foram louváveis, ampliando a paisagem uniformizada do município, juntando-se, dessa forma, o escotismo à Escola de Escoteiros, ao P.A.V.G., ao Ginásio Gonzaga, ao Ginásio Pelotense, à Escola do Sagrado Coração de Jesus, ao Tiro 31, ao 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Pelotas e ao 27º Batalhão de Infantaria do Exército.

A atividade escoteira dentro da escola exigia carga horária maior, acarretando a permanência dos alunos por mais tempo em atividades educacionais. Mais tempo na escola, menos oportunidades de desvios comportamentais. Foi por essa fórmula que Florentino Paradedá, editor do Almanach de Pelotas, defendeu as iniciativas de Augusto Simões, escrevendo que

Na época de civilização a que atingimos, compete aos poderes publicos tomar a seu cargo a educação de tão valiosos elementos, defendendo-os das suggestões nocivas do meio, desenvolvendo a sua cultura, esclarecendo o seu espirito, educando o seu cerebro, fortalecendo o seu caracter e levantando a sua moral, para aproveitá-los em misteres uteis á sociedade, afastando-os dos males que os levam á perversão, á mendicancia e ao crime. (ALMANACH DE PELOTAS DE 1928, p. 130-131)

Esse era o pensamento de ordem da época: proteger a juventude de todos os componentes nocivos do corpo e da alma, primando pela utilidade e moralidade. Com esse rigor de propósitos capitaneados pela educação, muitos se lançaram nessa cruzada, produzindo exemplos empolgantes. Nas ações de Augusto Simões, merece consideração no seu perfil, além do que já se sabe por conta da origem familiar fidalga, a sua formação em Direito e a destacada atuação na Política em todas as esferas.

Entretanto, como já mencionado, essa iniciativa do escotismo não foi uma criação dele – já estava em vigor no Brasil em várias outras cidades. Foi tão ruidosa

²⁹⁹ Terminologias atuais para entraves de toda ordem que impedem ou dificultam a permanência e o acesso à escola.

a implantação da pedagogia escoteira no sistema educacional brasileiro que a II Conferência Nacional de Educação

reconhece que o escotismo é excelente meio de formação do sentimento social a ser incentivado pelo Estado e que o exemplo do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal, oficializando o escotismo nas escolas primárias, seja adotado pelos demais Estados da República. (SILVA, 2004, p. 45.).

Esse parecer da conferência serviu, também, como um endosso, uma aprovação. Não há nenhum demérito na atuação do intendente; muito pelo contrário, pioneiro ou não, ele seguiu a corrente pedagógica que já estava certificada em outras localidades. Ademais, Pelotas já contava com sua Escola de Escoteiros com larga experiência positiva.

As figuras 15 e 16 reproduzem duas fotografias no Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção, em que as poses foram realizadas na escadaria da porta de acesso ao pátio localizado nos fundos da escola. Na primeira, em seguida, aparecem os meninos uniformizados de escoteiros e as meninas com seus uniformes característicos, um flagrante da distribuição de merenda – uma caneca de leite –, além de uma senhora com postura de professora, à direita, outra senhora que sugere ser a responsável pela merenda, 22 meninas e 15 meninos.



Figura 15 – Assistência Municipal nos collegios. Distribuição de leite no Grupo Escolar Joaquim de Assumpção.

Fonte: Bibliotheca Pública de Pelotas-Almanach de Pelotas de 1929, p. 50.

A segunda fotografia (Figura 16) mostra o que parece ser uma reunião de 96 alunos de várias escolas da rede municipal, uniformizados de escoteiros, com seus instrumentos de percussão utilizados nas instruções de Ordem Unida e em desfiles.



Figura 16 – Ensino Municipal em Pelotas. Grupo de Escoteiros Municipais.

Fonte: Bibliotheca Pública de Pelotas-Almanach de Pelotas de 1929, p. 82.

Esse Grupo Escolar foi criado pelo Ato nº 1.581, de 30 de abril de 1927, e inaugurado em 31 de julho do mesmo ano, tendo, portanto, iniciado o ano letivo no 2º semestre, com 133 alunos matriculados, sendo 98 na 1ª série e 35 na 2ª³⁰⁰. Foi uma das escolas criadas por Augusto Simões, quando era seu Diretor da Instrução Pública o Dr. Brum de Azevedo, sendo a primeira direção exercida pela Senhora Maria dos Anjos Ruiz Ferreira.

A escola foi construída em terreno doado por Dona Maria Francisca de Mendonça, viúva do Dr. Joaquim Assumpção, que doou, também, uma quantia em dinheiro para a Caixa Escolar e outra quantia para servir de premiação aos melhores alunos. Na inauguração, contava com duas professoras e 56 alunos, passando a 151 antes de findo o ano, obrigando ao acréscimo de mais uma professora e um professor de Educação Física³⁰¹. Atualmente, a instituição denomina-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Joaquim Assumpção.

Quanto às Escolas de Instrução Militar de Pelotas, elas proporcionaram o primeiro contato da cidade com a cultura militar. A primeira Organização Militar Federal a se estabelecer na cidade foi o 27º Batalhão de Infantaria-27º BI, em janeiro de 1918, destacado do 9º Regimento de Infantaria-9º RI, sediado em Rio Grande. Atualmente, existe em Pelotas o 9º Batalhão de Infantaria Motorizado-9º BIMtz, herdeiro das tradições do 9º RI e do 27º BI³⁰². Entre 1919 e 1949, esse batalhão teve outra nomenclatura, qual seja: 9º Batalhão de Caçadores-9º BC.

Para a melhor contribuição aos interesses e objetivos desta pesquisa, me detive no Gymnasio Pelotense, Gymnasio de São Luiz Gonzaga e no Tiro Brasileiro de Pelotas, sobre os quais disserto nas subseções que seguem.

³⁰⁰ Relatório do intendente de 1927, p. 224.

³⁰¹ Informações contidas no Histórico do colégio em poder da direção.

³⁰² Relatórios do Ministro da Guerra de 1918, p. u2255/000164.

3.5 Gymnasio de São Luiz Gonzaga³⁰³

HYMNO “GONZAGUEANO”³⁰⁴

Letra de Walter Spalding³⁰⁵

Com a Música do “Liberté” (de Henri Defives)

ESTRIBILHO

Gonzagas, avante com fé
no futuro que nos sorri!
Eia! por Deus e pela Patria,
Eia! por Deus e pela Patria,
Gonzagas, co'ardor e com fé
para a frente marchae, segui!

Côro

I

Unindo nosso amor á Patria
ao que ao Gymnasio nos prendeu,
com fé e ardor nós luctaremos
na sociedade pelo céu.
E ao mundo inteiro nós diremos
que toda a sciencia e educação
que nos illustra o coração
neste Gymnasio recebemos.

Gonzagas, avante com fé, etc.

II

Vamos avante, mocidade,
não nos deixemos dominar.
Com toda a sciencia que aprendemos,
quer seja a instrucção militar,
quer esse curso que aqui temos,
Esse bom curso Commercial,
mais o da sã sciencia moral,
por Deus no mundo venceremos.

Gonzagas, avante com fé, et.

III

De tudo aqui nos orgulhamos:
desde os bons mestres á instrucção,
que nos ministram carinhosos;
desde o garboso batalhão,
aos nossos quadros valorosos
de fute-bool, mostram-nos bem
que nossa Patria nós também
honrar podemos, sendo briosos.

Gonzagas, avante com fé, etc.

³⁰³ Sobre as atividades artísticas e culturais dessa instituição, bem como sua pedagogia religiosa e consequentes práticas por seus alunos, há informações abundantes em Amaral (2003).

³⁰⁴ Lembrança do Gymnasio Gonzaga, 1930, p. 86.

³⁰⁵ Natural de São Jerônimo, RS, nasceu em 28 de outubro de 1901 e faleceu em Porto Alegre em 5 de junho de 1976. Foi historiador, ensaísta, professor, poeta, folclorista, escritor de inúmeras obras sobre a história do Rio Grande do Sul e do Brasil e membro da Academia Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Foi, também, diretor do Arquivo e Biblioteca Pública de Porto Alegre. Colaborou com jornais e revistas do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro e, ainda, de alguns países. Em 1978, foi homenageado como patrono da Feira do Livro de Porto Alegre (VILLAS-BÓAS, 1991, p. 235-237).

É um hino louvor e devoção a Deus, à pátria, ao Ginásio, à ciência, à cultura escolar, à energia da juventude, à instrução militar, aos ensinamentos do curso comercial, à ciência moral, aos professores, ao batalhão escolar, aos desportistas do futebol e ao poder que possuíam através de todo o aprendizado adquirido e que os habilitou a um futuro promissor.

Alguns versos e algumas estrofes já não estão mais presentes na composição atual por imposição da dinâmica do tempo que tudo transforma. Os versos desta primeira versão são enérgicos e indubitáveis, adequados à juventude que “tudo pode e tudo promete, de bom”. Era um Ginásio que formava integralmente o aluno³⁰⁶. A seguir, reproduzo a versão atual do hino, para melhor comparação, conforme disponibilizado no sítio eletrônico da instituição³⁰⁷:

Estrilho Gonzagas, avante com fé No futuro que nos sorri. Eia por Deus e pela Pátria, Eia por Deus e pela Pátria, Gonzagas, avante com fé Pra frente! Marchai! Segui!	1 Unindo o nosso amor à Pátria Ao que o Colégio nos prendeu Com fé e ardor nós lutaremos Na sociedade e pelo céu E ao mundo nós diremos Que toda a ciência e educação Que nos ilustra o coração Neste Colégio receberemos.
2 De tudo aqui nos orgulhamos Desde os bons mestres à instrução Que nos ministram carinhosos, Nos preparando para a ação. Em nossa Escola pretendemos O seu passado festejar Para o futuro alcançar, A nossa história buscaremos.	

O estrilho mantém-se quase intacto. A primeira estrofe desapareceu e, das demais, ainda restam alguns versos no formato atual. São guardados de outrora alguns elementos muito marcantes e que por isso mesmo parecem destinados adurar ainda mais, dentre os quais: fé, pátria, amor à pátria, bons mestres e instrução.

³⁰⁶ Entendo por formação integral do aluno os conhecimentos obtidos através dos currículos escolares, da formação religiosa – católica –, destinada a despertar ações de bondade e de solidariedade ao próximo e, também, da preparação física, moral e cívica.

³⁰⁷ Disponível em: <<http://www.colegiogonzaga.com.br/Pagina/204>>.

Batizada com o nome de seu padroeiro, essa instituição educacional teve sua fundação determinada em reunião presidida pelo Vigário de Pelotas, Dr. Marcolino de Maia Firme, e secundado pelo Padre Jesuíta José Anselmo de Souza, mentor do projeto, em 10 de setembro de 1894. A responsabilidade dos encargos coube à Companhia de Jesus, ficando a administração por conta de sua mantenedora jurídica (proprietária), a Sociedade Litteraria Padre Antonio Vieira. A partir de 4 de março de 1895, início de suas atividades educacionais, com apenas 15 alunos matriculados, ofereceu formação ministrada pelos Jesuítas Professores Padre Anselmo de Souza, Padre Schüller e pelo Irmão Böhler. Ao fim desse ano, já contava com 69 alunos.

Esta instituição fazia parte dos planos evangelizadores do Padre Anselmo que decidiu pela educação dos menores como meio de penetração na então sociedade pelotense pouco cristã³⁰⁸. Sua estratégia de inserção da cultura cristã foi inteligente, exigindo de si e dos que o sucederam perseverança, trabalho e humildade. À medida que os anos passavam, o sucesso da instituição aumentava e se solidificava, fato perceptível através do crescente número de alunos provindos não só da cidade, mas, igualmente, dos arredores do Estado e, inclusive, da República Oriental do Uruguai³⁰⁹. A presença da vida católica no ambiente escolar possibilitava, automaticamente, a sua influência nos lares dos seus alunos que passaram a ser acompanhados por seus familiares nos cultos dominicais e em ocasiões especiais dos calendários católico, jesuítico – mais tarde marista e lassalista – e também cívico.

A despeito de todo esse conjunto de fatores julgados favoráveis e adequados à disseminação do catolicismo na cidade, ainda em 15 de maio de 1922, o segundo Bispo de Pelotas, Dom Joaquim Ferreira de Mello, em correspondência destinada à Província Lassalista de Porto Alegre³¹⁰, com o propósito de solicitar a vinda de três Irmãos para trabalharem na direção de um Asilo para Menores Desvalidos que seria, em breve, inaugurado, relata a condição religiosa da cidade da seguinte forma:

³⁰⁸ PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 28.

³⁰⁹ LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA, 1920, p. 45-46; 1921, p. 50-51; 1923, p. 107-108; 1924, p. 87-88 1925, p. 86-87.

³¹⁰ Instância administrativa da Congregação dos Irmãos das Escolas Cristãs, fundada por São João Batista de La Salle.

Em Pelotas, o grande meio de estabelecer nas almas o reino de Deus é a instrução das crianças. Os adultos só nos podem dar, neste sentido, os meios de irmos ter com as crianças. O povo pelotense, além de outras ótimas qualidades, tem um verdadeiro entusiasmo pelas obras de caridade e beneficência. A prática da religião é pouca, mas Deus lhes perdoará muito, porque a generosidade dos pelotenses é muita. (PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 63).

Vinte e oito anos depois da observação do Padre Anselmo e 27 anos depois do funcionamento de uma instituição educacional dedicada, inicialmente, à infância e à juventude, a cidade permanecia na mesma condição religiosa, uma sociedade um pouco refratária ao catolicismo. O Bispo, apesar de reconhecer o potencial de caridade social dos cidadãos, em função da permanência dos mesmos óbices já mencionados, mantém a mesma estratégia do Padre Anselmo: inculcar nas crianças os ideais católicos.

O Ginásio Gonzaga, ao longo de seus 120 anos ininterruptos de ensino, passou por várias fases administrativas. A primeira vai de sua criação, em fins de 1894, até 1925, sob a direção dos jesuítas e, a partir de 1910, com a participação de alguns padres-professores maristas, nos Cursos Primários. A segunda fase de, 1926 a 2003, sob a direção da Congregação La Salle e, finalmente, de 2004 até a atualidade, sob a direção da iniciativa privada, através do Instituto Educacional Luiz de Camões, de propriedade do Sr. Carlos Manuel Rino Santo. Durante todo esse tempo, suas instalações permaneceram no mesmo endereço.

Sob o ponto de vista educacional, didático e pedagógico, participou e atuou do crescimento intelectual e material da sociedade regional, principalmente de Pelotas, cidade referência nesse grande espaço Meridional. Começando com estrutura acanhada, essa instituição viu passar, por suas salas de aula, inúmeros alunos que, ao longo do tempo, tornaram-se pessoas de importância em todas as áreas do conhecimento e da vida produtiva social.

A arquitetura escolar associada à frequência humana, principalmente docente e discente, produzem monumentos de valor material e imaterial que transformam as suas localizações em símbolos do conhecimento e da evolução da sociedade que os mantém.

As escolas promovem as pessoas no mundo do conhecimento e têm como retorno o reconhecimento social como sendo lugares de reverência. Isso acontece

quando as pessoas que alcançam sucesso compartilham essa importância ou fazem questão de dividi-la com as instituições que frequentaram. Também existe a possibilidade de se emprestar essa importância à determinada escola, mesmo sem o reconhecimento oficial dos personagens, quase que como uma ação natural. Um dos casos em que posso associar esse tipo de acontecimento envolvendo o Gonzaga, teve início em 1899, quando frequentou o terceiro ano do Curso Secundário, o aluno Leopoldo Gotuzzo³¹¹. Recebeu o prêmio de terceiro lugar em comportamento, segundo lugar em aplicação, menção honrosa em Português e Aritmética, distinção em Francês, Geografia e no primeiro Curso de Desenho.

O Curso de Desenho era uma das três disciplinas facultativas e, portanto, foi de sua livre escolha matricular-se nesta. Estava com 12 anos de idade e, certamente, tinha consciência de suas habilidades, matéria-prima para a profissão que o faria imortal nas artes plásticas de Pelotas.

No ano seguinte, Gotuzzo apresenta melhores resultados no seu desenvolvimento escolar, mantendo a distinção no Curso de Desenho, adicionando o mesmo destaque às disciplinas de Francês e Aritmética, segundo prêmio em Comportamento, primeiro prêmio em Aplicação e Aproveitamento e menção honrosa em Português³¹². Em 1901, manteve-se com distinção em Desenho, menção honrosa em Comportamento, Aproveitamento, Português, Francês e Matemática³¹³. Portanto, o que desejo dizer, neste caso, é que a fama e a importância de Leopoldo Gotuzzo estão associadas à escola que lhe acolheu e serviu de promoção ao seu talento³¹⁴.

³¹¹ Collegio Gonzaga, 1899, p. 17-19 e 24.

³¹² Lembrança para os Alumnos do Gymnasio São Luiz Gonzaga, 1900, p. 18-22 e 24.

³¹³ Ibidem, 1901, p. 12, 13 e 15.

³¹⁴ Houve outro aluno de que muito deve se orgulhar o Gonzaga: Francisco Mariano da Rocha. Ele, que já havia apresentado desempenho escolar primoroso desde 1900, superou-se ainda mais e, em 1903, mereceu um destaque singular: recebeu o primeiro lugar em 10 disciplinas e segundo lugar em mais uma, todas no 5º Ano Ginásial. Era seu colega, no Terceiro Curso Preliminar, seu irmão Ruben Mariano da Rocha que também mereceu destaque especial, recebendo o prêmio de excelência. Francisco está ligado a acontecimentos importantes na cidade de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul. Depois de formar-se em medicina, em 1º de outubro de 1931 fundou a primeira instituição de ensino superior naquela cidade, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, sendo o seu primeiro diretor. Para muitos, este foi o embrião da Universidade Federal de Santa Maria-RS, cuja atual tradição reconhece, como seu fundador, José Mariano da Rocha Filho, sobrinho de Francisco e com quem dividiu os mesmos espaços de docência. Essas informações podem ser comprovadas nas Lembranças para os Alumnos do Gymnasio São Luiz Gonzaga, 1900, p. 22-24; 1901, p. 12-15; 1902, p. 6; 1903, p. 23; em PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 13 e 31; em BEBER, 1998, p. 23-24.

A escola evoluiu e, em 1902, recebe uma autorização prévia de equiparação com o Colégio Pedro II, passando a denominar-se Gymnasio São Luiz Gonzaga e, dois anos depois, é equiparado em definitivo ao Colégio Pedro II³¹⁵. Com essa tendência progressista, foi acrescentando cursos, disciplinas e número de turmas ao longo do tempo, conforme o avanço das necessidades e das técnicas de melhor ensino.

Em 1905, a instituição vive seu primeiro grande momento solene: forma seus primeiros bacharéis³¹⁶ e passa a ser designado Gymnasio Gonzaga. A cerimônia cercada de pompa realizou-se na Biblioteca Pública Pelotense e, dentre tantas autoridades, contou com a presença do Vice-Presidente do Estado para formatura de cinco concluintes. Era realmente um momento de muita glória para o Ginásio e para a cidade³¹⁷.

A partir de 1909, o Ginásio passa a oferecer instrução militar. Para esse fim, fica instituída a E.I.M. nº 99, recebendo matrícula de 40 alunos maiores de 16 anos. Destes, foram instruídos nos Exercícios de Evoluções 38 alunos, executaram tiros de carga reduzida dois alunos, tiveram instrução de Nomenclatura do Armamento 10 alunos e praticaram a Esgrima de Baioneta seis alunos³¹⁸. A Escola de Instrução Militar, mesmo tendo essa expressiva matrícula em sua primeira versão, não teve sucesso no conjunto das instruções, principalmente no tiro reduzido – primeiro ensaio que antecede o tiro de guerra – e na esgrima de baioneta que, hoje, é chamada de combate à baioneta.

Em 26 de outubro daquele ano ocorre, pela primeira vez, o Juramento à Bandeira pelos alunos concluintes do primeiro Curso de Formação de Reservistas³¹⁹. Esse acontecimento é muito significativo porque o Tiro Nº 31 de Pelotas, que havia sido inaugurado no ano anterior, só conseguiria formar a sua primeira turma de reservistas em 1913. Sob esse ponto de vista, o Gonzaga, juntamente com o Gymnasio Pelotense, foi pioneiro na formação de reservistas de 2ª categoria em Pelotas.

³¹⁵ PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 31 e 32.

³¹⁶ Concluintes do Curso Ginásial, curso que, em comparação com a atualidade, continha disciplinas do Ensino Médio.

³¹⁷ PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 32.

³¹⁸ Relatório do Ministro da Guerra de 1909, p. u2246/000099.

³¹⁹ PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 41.

Essa primazia antecipava a legislação de âmbito educacional fomentada pelo Ministério da Guerra que exigiria das instituições de ensino equiparadas ao Colégio D. Pedro II, a oferta dessa formação. Mesmo sendo um ato obrigatório, a oferta, a matrícula e a frequência do curso eram de livre escolha dos alunos.

Segundo consta do relatório do Ministro da Guerra sobre o ano de 1910³²⁰, no Estado do Rio Grande do Sul, “as *Academias e collegios equiparados ao gymnasio Pedro II* - Dos estabelecimentos de ensino da região, onze estão providos de instructores que ministraram a um total de 730 alumnos a respectiva instrucção militar”.

No mapa, entre tantas instituições de ensino, consta que o Gonzaga ministrou as instruções militares gerais a 38 candidatos a reservistas maiores de 16 anos. Diferentemente do ano anterior, por algum motivo a formação dos alunos ficou restrita à parte teórica, não havendo as instruções com utilização do armamento, nem os exercícios de evoluções. Em algumas ocasiões, principalmente no início, houve carência de instrutores para atender à nova demanda. Acredito que, possivelmente tenha sido o caso desse ano.

Em 1911, contando com 382 alunos e amparado pela Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental da República empreendida pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadavia da Cunha Corrêa, o Gonzaga alcança sua autonomia.

O ano de 1916 foi significativo para o Gonzaga e para a cidade. No dia 1º de abril começaram os exercícios militares sob a orientação do Instrutor, Tenente Waldemar Schneider – ex-aluno do Gonzaga de 1899 a 1903 –³²¹, especialmente destacado para a formação dos reservistas – Schneider era também instrutor do Tiro 31, exercendo, concomitantemente, as mesmas atividades nas duas instituições – e, em razão disso, houve algumas transformações significativas. No desfile cívico de 7 de setembro formam, no efetivo militar organizado e encabeçado pelo Tiro 31, o batalhão ginásial do Gonzaga³²² e o Ginásio Pelotense. O Tiro 31 estava sob o Comando do Capitão-Atirador Otto Hechteuer, o Gonzaga pelo aluno Luiz Lessa e o

³²⁰ Relatório do Ministro da Guerra de 1910, p. u2247/000082.

³²¹ Anuário do Gonzaga de 1899, p. 31, e Lembrança para os Alumnos do Gymnasio São Luiz Gonzaga 1900, p. 28; 1901, p. 18; 1902, p. 4 e 1903, p. 4.

³²² Lembrança para os Alumnos do Gymnasio São Luiz Gonzaga, 1916, p. 2-3.

Pelotense pelo aluno Paulo Guilayn³²³. Isso indica que o Gonzaga e o Pelotense estavam à altura do garbo e do nível de Ordem Unida do efetivo militar. A partir desse episódio, em várias oportunidades é verificado o uso do linguajar caracteristicamente militar (jargão militar). Para as variadas formações ou agrupamentos de alunos é sempre usado o termo batalhão – coletivo de aglomeração de alunos em solenidades internas ou externas.

No dia 1º de novembro do mesmo ano, chega à cidade o poeta e nacionalista Olavo Bilac, propagandista da Liga da Defesa Nacional e do serviço militar obrigatório³²⁴. Dois dias depois, mesmo tendo a cumprir uma extensa agenda cívica, o poeta e sua comitiva, depois de visitarem o Ginásio Pelotense e a Escola de Agronomia e Veterinária, chegam ao Gonzaga, sendo festivamente saudados e recebidos conforme consta na reportagem do Diário Popular (nº 252, de 4 de novembro de 1916, p. 1-2):

(...) Da Escola de Agronomia foram todos, em automoveis, ao «Gymnasio Gonzaga», sendo recebidos pelo illustrado reitor padre Agostinho Scholl. Olavo Bilac fez demorada visita ao antigo e importante estabellecimento. No salão principal, onde esta installado o palco, achavam-se approximadamente 400 alumnos, que saudaram o insigne poeta com prolongada salva de palmas. Um grupo de sete alumnos entoou canticos, acompanhados ao piano pelo jovem Francisco Mendonça. Olavo Bilac foi saudado pelos alumnos Luiz Lessa e Jose Alsina Lemos, que recitaram lindas quadras, improvisadas no momento. O illustre visitante agradeceu, pronunciando curto e brilhante discurso, qualificando o «Gymnasio Gonzaga» de «admiravel instituto de ensino». Disse, perorando e dirigindo-se aos alumnos, que as suas esperanças e as da Liga da Defesa Nacional e do Brasil residiam em todos elles, para que se faça um Brasil humanitario e cheio de misericordia. Terminou com um viva ao Brasil. O dr. Fernando Osório executou ao piano o Hymno Nacional.

A nota do jornal refere-se ao Gonzaga como uma instituição antiga. Embora estivesse com apenas 21 anos de existência, a referência com tom de mais tempo parece-me ser de praxe em condições semelhantes. Seguindo os textos dos jornais locais, de todas as instituições de ensino visitadas nesse dia, impressionou-lhe diferentemente o Gonzaga, local de maior demora da comitiva. Diante da mocidade vibrante, o poeta destacou a responsabilidade da plateia para com o Brasil. Depois

³²³ Jornal Diário Popular Nº 207, de 8 de setembro de 1916.

³²⁴ Jornal Diário Popular Nº 250 de 1º de novembro de 1916.

de Bilac solicitar que fosse o restante do dia feriado escolar, sendo sinalizado de forma afirmativa, o patriotismo não resistiu e vibrou muito com a recompensa.

Uma cidade é composta por inúmeras instituições e organismos que, sob o ponto de vista do tempo de existência, quanto mais longevos são, mais representativos e significativos se tornam. Em algumas situações, não necessita longevidade no local para ter esse reconhecimento, como é o caso de organizações militares. Posto dessa forma, e motivados por legislações e outros interesses, ocorreu, entre militares e instituições de ensino, uma interação e uma cooperação muito salutar em Pelotas no período correspondente ao recorte cronológico desta pesquisa.

Uma dessas evidências foi que, em 14 de julho de 1917, o Tiro 31 organizou uma grande formatura no Prado Pelotense em homenagem à Revolução Francesa, sendo reunidos 1.000 homens, sendo que, dentre estes, estava uma representação do Gymnasio Gonzaga³²⁵. Normalmente, também este ginásio participava de todas as datas cívicas com uma representação de seus alunos organizados em companhia ou em batalhão, conforme o efetivo.

O Gonzaga realizava, desde 1903, em âmbito interno escolar, uma formatura alusiva ao Descobrimento do Brasil, comemorado no dia 3 de maio. A partir de 1916, quando o Tiro 31 entrou na cena política, cívica e social na cidade, tanto o 3 de maio quanto o 14 de julho, em comemoração à Revolução Francesa, datas cívicas do Calendário Positivista, foram comemoradas em formaturas grandiosas até pelo menos 1922, com a participação de multidões na assistência.

Segundo Leal (2006), o calendário Positivista instituído pela República brasileira em 14 de janeiro de 1890, continha as seguintes datas significativas:

- 1º de janeiro, comemoração da fraternidade universal;
- 21 de abril, comemoração dos precursores da Independência brasileira, resumidos em Tiradentes;
- 03 de maio, comemoração da descoberta do Brasil;
- 13 de maio, comemoração da fraternidade dos brasileiros;
- 14 de julho, comemoração da República, da liberdade e da independência dos povos americanos;
- 07 de setembro, comemoração da independência do Brasil;
- 12 de outubro, comemoração da descoberta da América;
- 02 de novembro, comemoração geral dos mortos;
- 15 de novembro, comemoração da Pátria brasileira.

³²⁵ Almanach de Pelotas, 1918, p. 176-177; OSORIO, 1922, p. 173.

A aplicação desse calendário era nacional e, em função da natureza política de Pelotas, era mais uma oportunidade de se viver um momento de exaltação às virtudes cívicas. Nos dias de hoje, dá a aparência de uma agradável perplexidade ser o treze de maio – dia da Lei Áurea – considerado o dia da fraternidade dos brasileiros. Oxalá pudesse ser! Outra data também com consideração interessante, é o 14 de julho – a partir da Revolução Francesa –, tendo em “prisma” as festas da república, da liberdade e da independência dos povos americanos. No mesmo período, também nas correspondências oficiais, em todas as esferas administrativas, havia sinais da presença positivista como, por exemplo, no desfecho dos textos legais e correspondências, com a saudação “saude e fraternidade”.

Parmagnani e Ruedell (1995, p. 43) mencionam que durante alguns meses de 1918, funcionou um curso para soldados do 27º Batalhão – em seu primeiro ano em Pelotas –, um dos batalhões componentes do 9º Regimento de Infantaria. Pela carência de mais informações, concluo que possa ter havido a oferta de curso específico a soldados dessa organização militar como meio de aprimoramento escolar, resultado do tipo sadio de convivência próprio da cidade³²⁶.

³²⁶ A história da chegada dessa Organização Militar em Pelotas é interessante. Em janeiro de 1918, o 9º Regimento de Infantaria-9º RI, sediado em Rio Grande, teve um de seus batalhões, o 27º Batalhão de Infantaria-27º BI, organizado e deslocado para a sua nova sede em Pelotas – este desmembramento em duas sedes já estava previsto desde 1917 –, ocupando as acanhadas instalações cedidas pela Intendência Municipal. O 9º RI, juntamente com o 10º Regimento de Infantaria-10º RI e com a 4ª Companhia de Metralhadoras-4ª Cia Mtr, ambos sediados em Porto Alegre, pertenciam à 10ª Brigada de Infantaria-10ª Bda Inf, também sediada em Porto Alegre, que depois passou a ser designada por 6ª Brigada de Infantaria- 6ª Bda Inf.

O 27º BI embarcou em Porto Alegre em 6 de janeiro de 1918 – acredito que parte dele porque sua sede era Rio Grande – e o 2º Tenente Waldemar Schneider, que exercia as funções de instrutor de tiro do Tiro 31 e antes pertencia ao 11º Regimento de Infantaria, foi transferido para o 27º BI. O desembarque no Porto de Pelotas aconteceu no dia 7, com um efetivo de 100 homens, constituindo sua oficialidade dos seguintes: comandante Major Francellino Cesar de Vasconcellos, Capitão Manoel Marinho de Almeida, 1º Tenente Osvaldo Stemburg, 2º Tenente Jose Ricardo de Veiga Abreu, 2º Tenente Jose Luiz Goldophim e 2º Tenente Omar Azambuja, todos recebidos pelo 2º Tenente Schneider, mais novo integrante.

A intendência de Pelotas, que havia cedido as instalações e a propriedade do antigo 3º Posto da Polícia Administrativa, oficializou essa cessão pelo Acto nº 923, de 25 de novembro de 1920, promulgada pela Lei nº 126, de 1920, autorizada pelo Conselho Municipal, tendo como beneficiário do Governo Federal para uso exclusivo do Exército brasileiro, por tempo indeterminado. Os eventos podem ser comprovados através dos seguintes documentos: Relatório do Ministro da Guerra de 1917, p. u2254/000038; de 1918, p. u2255/000023 e 000164; Diário Popular nº 1 de 1º de janeiro de 1918, p. 5; Diário Popular nº 6 de 8 de janeiro de 1918 e Relatório do Intendente de 1920, p. 15.

Durante algum tempo, o 9º RI – com efetivo de 1.220 homens³²⁷ – teve duas sedes: parte em Rio Grande e parte em Pelotas. O 27º BI foi, portanto, a primeira Unidade Militar Federal a tomar sede em Pelotas, sendo atualmente o 9º Batalhão de Infantaria Motorizado-9º BIMtz, sediado no Bairro Fragata em Pelotas, herdeiro das tradições tanto do 9º RI quanto do 27º BI.

Na data de 3 de abril de 1921, aberta inscrição para os exercícios militares, apresentam-se 22 candidatos, prestando, 13 dias depois, compromisso como candidatos a reservistas do Exército brasileiro. Em 19 de novembro, dia da Bandeira, regrada pelo protocolo militar, houve a regulamentar solenidade ao meio-dia, diante dos alunos-formandos perfilados, executando-se a continência “Apresentar Armas!” para o hasteamento do pavilhão nacional. Em seguida, um representante do governo federal profere notável discurso e a cerimônia é, então, encerrada com um cântico patriótico³²⁸. A partir desse ano, essa solenidade se repetiria pelos seguintes com o mesmo ritual e mesma finalidade – formatura dos reservistas –, variando somente a data.

Em 1922, houve programação exclusiva em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil, com uma sessão cívica no dia 6 de setembro e canto dos hinos da Independência e Nacional. O Padre Pedro Scheider, lente de História do Brasil, palestrou sobre as causas da Independência e vários alunos recitaram poesias próprias da ocasião.

No dia 7, bem cedo os alunos formaram em frente ao Ginásio para hasteamento do Pavilhão Nacional, com a devida continência dos reservistas e canto do Hino Nacional por todos. Um aluno pronunciou belíssima saudação à Bandeira, fazendo o Padre Reitor, em seguida, uma alocução erguendo, um “viva” ao Brasil. Por fim, o Ginásio participou de uma missa campal na Praça da Matriz³²⁹.

Em 19 de novembro, depois da prática de exercícios militares foi realizada uma marcha de 24 km pelos alunos reservistas, derradeira atividade na formação dos reservistas³³⁰.

³²⁷ Relatório do Ministro da Guerra de 1918, p. u2255/000017.

³²⁸ Lembrança para os Alumnos do Gymnasio São Luiz Gonzaga, 1921, p. 2 e 6.

³²⁹ Ibidem, 1922, p. 3-4.

³³⁰ PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 47.

A E.I.M. do Gonzaga funcionou parcialmente em 1923 e 1924, motivada pelos conflitos da Revolução de 1923/1924 localizados no Rio Grande do Sul. No ano de 1925, em virtude dos esforços federais no combate à Coluna Miguel Costa/Prestes naquele ano, a escola permaneceu desativada. Mesmo sob essas condições excepcionais, o Ministério da Guerra relacionava as instituições que recebiam instrução militar no Rio Grande do Sul em 1925, conforme tabela a seguir:

Tabela 04 – Relação dos Estabelecimentos de Ensino, Educação e Associações que recebem Instrução Militar, Incorporados ou Registrados com a de nomeação de E.I.M.

Número das Escolas	Sédes	Número das Escolas	Sédes
84	Pelotas	96	Porto Alegre
85	Rio Grande	97	Porto Alegre
86	Passo Fundo	98	Bagé
87	Santa Maria	99	Pelotas
88	Garibaldi	100	Pelotas
89	São Leopoldo	101	Canôas
90	São Leopoldo	102	Bom Principio
91	Porto Alegre	181	Santa Maria
92	Porto Alegre	213	Sant' Anna do Livramento
93	Porto Alegre	217	Lageado
94	Porto Alegre	220	Urugayana
95	Porto Alegre	R	Porto Alegre

Fonte: Relatório do Ministro da Guerra de 1925, p. u2259/000289.

Das 24 E.I.M., as de Pelotas eram a Nº 84, Gymnasio Pelotense³³¹, a Nº 99, o Gymnasio Gonzaga e a Nº 100 – não consegui identificar – que estava, naquele ano, desincorporada – desativada. A de Nº 85 em Rio Grande era o Ginásio Lemos Júnior. A última, com a letra “R”, estava registrada, mas não possuía o número mínimo de alunos exigido.

³³¹ Conforme consta no memorandum de 14 de dezembro de 1928, endereçado ao Diretor Geral do Município. Disponível no acervo documental do Museu da Escola Municipal Pelotense, Pasta - Cópias de pedidos Anno de 1927 e 28.

Em 1923, o Ginásio divulga seus estatutos e sua finalidade, expressa no Art. 1º, menciona que “O fim do GYMANSIO GONZAGA é proporcionar á mocidade uma solida educação intellectual, moral e religiosa”. É uma educação muito abrangente e a prova disso é o seu Conjunto de Disciplinas: Além daquelas que são da tradição didático/pedagógica de então, as demais também ajudavam a formar um cidadão moral, física e espiritualmente bem constituído, transparecendo a preocupação de inculcar, nos jovens, grande quantidade de informações, deixando-os aptos a qualquer tarefa³³².

Além desse currículo, através dos estatutos e regulamento interno do colégio verifiquei um regramento, um código de conduta disciplinando os comportamentos dentro e fora da instituição, possibilitando seus alunos serem exemplos de cordialidade, boa educação, dedicação à pátria, à família e ao trabalho.

No dia 1º de março do mesmo ano, inicia-se o ano letivo e somente seis alunos do internato estavam presentes. Para os demais, as ausências foram justificadas – provavelmente moravam em cidades mais interioranas afetadas pela revolução – pelo medo que habitava o Rio Grande do Sul por conta da Revolução de 1923, envolvendo a disputa político-partidária entre o Presidente do Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros (Ximango) e Joaquim Francisco de Assis Brasil (Maragato)³³³.

Na data de 8 de março de 1923, 7º dia de falecimento de Ruy Barbosa, o diretor reúne os alunos no teatro e pronuncia um discurso em homenagem ao falecido, enaltecendo suas virtudes e, fazendo deste um exemplo, diz aos alunos que, seguindo as orientações do Ginásio e esforçando-se para seu aprimoramento intelectual, moral e religioso, certamente eles seriam, no futuro, a base de uma sociedade segura e gloriosa.

Essa foi uma oportunidade de praticar a educação moral e também cívica, em uma ocorrência muito próxima às realidades daquele momento. Era o reconhecimento e a consagração de uma personalidade que prestou grandes

³³² As demais disciplinas adicionais à estrutura regular são as seguintes: Alemão, Francês, Inglês, Latim, Estenografia, Taquigrafia, Canto, Desenho, Ginástica, Instrução de Educação Moral e Cívica, Lições (Noções) de Coisas, Teatro, Religião e Formação de Reservistas do Exército.

³³³ Conforme DONATO (2001, p. 155), essa revolução perdurou por todo o ano, promovendo inúmeros combates e ações militares pelo interior e, em uma dessas oportunidades, a cidade de Pelotas foi sitiada pelo Maragato General Zeca Netto, em 29 de outubro. A pacificação aconteceu através do Pacto de “Pedras Altas”, assinado em de dezembro.

serviços ao Brasil, dentro e fora do país, tornando-o exemplo muito ilustrativo. Essas preleções eram costumeiras e ocorriam nas datas alusivas a eventos históricos ou, como neste caso, o passamento de um estadista.

A E.I.M., em algumas vezes, realizava exercícios de longa, média e curta duração em feriados, fins de semana ou em períodos de férias. No dia 2 de abril de 1923, durante as férias de Páscoa, o batalhão de reservistas realizou um exercício militar de média duração, constando de uma marcha a pé do colégio até a propriedade rural do Sr. Thomaz Aquini, no Capão do Leão, distante 18 km, finalizando com um ataque a uma posição defendida pelo inimigo. Parte do contingente deslocou-se de trem para indignação dos demais³³⁴.

Em período semelhante, no ano seguinte (1924), foi realizado exercício de mesma natureza no mesmo local³³⁵. Essa atividade, todas as anteriores e futuras, foram executadas dentro das sugestões advindas dos profissionais do Centro Militar de Instrução Física, sendo cumpridas tarefas de exercícios físicos, aliadas a um exercício de evolução militar.

Naquele ano, iniciando-se em 1º de maio, foram introduzidas duas novidades na estrutura curricular: a disciplina de Ginástica e o futebol. A primeira destinava-se aos alunos internos do 1º e 2º Cursos Preliminares, com frequência de duas vezes semanais e a cargo do 2º Sargento do Exército Reynaldo Lauermann. A segunda novidade, motivada pela primeira, foi a estreia do gosto pelo futebol, que contribuiu para a formação de equipes compostas por alunos internos e externos e, para isso, foi formada uma diretoria. Em outras modalidades também houve sucessos, mais notadamente em participações individuais. Entretanto, a equipe de futebol do Gonzaga colecionou uma série de vitórias ao enfrentar outras equipes, tanto da cidade quanto de fora dela, profissionais ou amadores.

Em 26 de junho de 1925, todo o Ginásio entrou em forma ao lado de inúmeras entidades da cidade para receber o 9º Regimento de Infantaria-9º RI no Largo da Estação Ferroviária da cidade que, depois de quase um ano afastado, retornava ao seu aquartelamento. Essa Organização Militar foi designada pelo governo federal para combater a Coluna Miguel Costa/Prestes, mais conhecida por Coluna Prestes, no período em que esta estava com suas ações localizadas entre

³³⁴ Lembrança para os Alumnos do Gymnasio São Luiz Gonzaga, 1923, p. 95.

³³⁵ Ibidem, 1924, p. 95.

os estados de Santa Catarina e Paraná³³⁶.

Em 1926, conforme se vê na Lembrança do Gymnasio Gonzaga, à página 3, consta do Art. 3º dos Estatutos que, “Para facilitar aos *Candidatos Reservistas* a obtenção da respectiva caderneta, este *Gymnasio* mantém um instructor do Exercito, actualmente o Tenente Carlos de Andrade Leão, com um Sargento auxiliar.” E, na página 4, a letra “b” do Art. 7º menciona que “O quarto curso preliminar prepara tambem os alumnos cujos paes desejarem, para os exames de admissão aos Gymnasios equiparados e á Escola Militar”.

O Gonzaga teve como auxiliar do instructor, o 1º Sargento Ary Menna Barreto Pinto. Ambos, este e o oficial, foram responsáveis pelo sucesso alcançado em todas as formaturas e desfiles (paradas), principalmente no dia 15 de novembro em que o batalhão ginásial apresentou-se muito bem uniformizado com uma banda de tambores, um grupamento de ciclistas e outro da Cruz Vermelha.

Estes militares, com destinação exclusiva aos reservistas, também foram responsáveis pela aplicação da Ginástica e aulas de “Ordem Unida”³³⁷ para todo o Ginásio, o que certamente influiu no vigor físico e no moral de toda a mocidade. Em 23 de novembro, o Capitão Tancredo Gomes Ribeiro, inspetor de Tiro de Guerra da 3ª Região Militar – Rio Grande do Sul –, em visita de avaliação ao contingente de reservistas, concluiu que estes estavam aprovados³³⁸.

O colégio havia incorporado em seus estatutos – denota ideia de permanente – a possibilidade de prestação do serviço militar. Parecem-me, de igual forma, que a carreira militar pudesse estar no desejo de muitos alunos e, para isso, o colégio contava com uma estrutura de ensino à altura do exigido. Em face dessa nova conjuntura, passa a ser exigido, no enxoval, o novo uniforme colegial cujo

³³⁶ Conforme o Diário Popular nº 215, de 14 de setembro de 1924, o de nº 216, de 16 de setembro de 1924, nº 219, de 19 de setembro de 1924 e a Lembrança para os Alunos do Gymnasio São Luiz Gonzaga, 1925, página 85, esse movimento sedicioso, embora não tivesse sido finalizado naquele momento – persistiria por mais 24.000 km até o ano de 1927 –, exigiu a participação de inúmeras forças em seu combate. Alguns Batalhões da Brigada Militar (Polícia Militar do Rio Grande do Sul) compuseram esse esforço nacional, notadamente os aquartelados em Porto Alegre. Sendo o 9º RI o único representante de Pelotas naquela importante jornada, seu retorno foi motivo de grande júbilo, sendo recebido com pompas de heroísmo.

³³⁷ Exercícios a pé firme ou em movimento em que se aprende a marchar com cadência e a posicionar-se em formaturas, sendo adquirido, ao mesmo tempo, sentidos de obediência, organização, responsabilidade e disciplina.

³³⁸ Lembrança do Gymnasio Gonzaga, 1926, p. 78.

modelo é de total inspiração militar: de brim “kaki” com “bonet” e pederneiras pretas³³⁹. O fato é que o Gonzaga tinha, em seu dia a dia, algumas rotinas tipicamente militares³⁴⁰.

Graças à atuação do Tenente Andrade Leão e do 1º Sargento Menna Barreto, o “espírito militar”³⁴¹ de todo o Ginásio, e não somente dos reservistas, produziu sucessos. Os reservistas obtiveram aprovação com louvor inclusive nas provas de tiro para as quais contavam, sempre, com a gentil oferta do estande de tiro do Tiro de Guerra nº 31. Em todas as oportunidades cívicas e patrióticas, o Batalhão do Gonzaga formou ao lado do 9º Regimento de Infantaria, sendo alvo de inúmeras menções elogiosas do público e da imprensa. Isto foi reconhecido pela direção do Gonzaga através da Lembrança de 1927, página 78, mencionando que

³³⁹ Lembrança do Gymnasio Gonzaga, 1926, p. 6 e 56.

³⁴⁰ Em 10 de dezembro, uma Comissão composta pelo Capitão Januário Coelho da Costa, 1º Tenente Cícero de Góes Monteiro e 2º Tenente Edgard de Assumpção Itaqui, avaliaram os candidatos a reservistas da E.I.M. do Ginásio, aprovando 18 alunos que, mais tarde, receberam a Caderneta de Reservista. São eles: Antonio Augusto Tavares, Albio Barcellos Xavier, Alfredo Schild, Alfredo Arosteguy Jardim, Carlos Medeiros, Dinarte Cunha, Dirceu Iglesias, Domingos Gomes, Geraldo Alves Pereira, Hermes Farias Santos, João Avila Costa, José Diniz, Lidomar Almeida de la Vega, Luiz Gonzaga Aquini, Mario da Silva Collares, Og Damasceno, Pedro Torres Diniz e Tristão Garcia. O sucesso deveu-se ao trabalho do 2º Tenente Carlos de Andrade Leão e de seu auxiliar, o 1º Sargento Ary Menna Barreto Pinto.

O 1º Tenente Góes Monteiro, componente da comitiva de avaliação dos reservistas, era irmão do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro – Ministro da Guerra de Getúlio Vargas de 1934 a 1935 e de 1945 a 1946 –, oficial do Exército servindo no Rio Grande do Sul que em muito apoiaria a Chegada de Getúlio Vargas ao poder através do golpe de 1930. Entre agosto e outubro de 1930, no posto de Capitão e ainda servindo em Pelotas, Cícero foi correspondente de seu irmão, informando-lhe, através de cartas e telegramas, o posicionamento dos pelotenses diante dos acontecimentos. Quando os apoiadores de Getúlio Vargas tiveram garantias de que o movimento possuía o apoio generalizado do Rio Grande do Sul, o General Góes Monteiro comunicou a seu irmão, em Pelotas, a necessidade de sua presença em Porto Alegre. Para isso, foi usada como senha a necessidade de Cícero na capital para assistir a operação e cuidar da moléstia de sua cunhada.

Em 7 de dezembro de 1927, a E.I.M. foi avaliada pela Comissão composta pelo Capitão Waldemar Schneider, 1º Tenente Almerindo Silva e 2º Tenente Raul Riet Machado, tendo sido aprovados 28 alunos. São eles: Francisco Corrêa de Azevedo, Jacy Barcellos Xavier, Ernesto Ferreira Behrendorf, Mario Barbosa Campos, Simplicio L. Garcia, Manoel Vieira Dias, Manoel Corrêa Soares da Silva, João Carlos Netto Costa, José Pires Reis, José Maria Guimarães Lhullier, Lauro Müller Candiota, Rubens Terra, João de Deus Nunes, Alberto Cruz Carvalhal, Francisco Brizolara da Rosa, Alberto Jorge, José Carlos Osório Filho, João Pedro Corrêa Netto, Manoel Ferreira Mascarenhas, Dirceu Baptista Mattos, Oscar Torres do Amaral e Silva, Aramando Leite Goulart, José Pedro Lopes de Souza, Aramyr de Faria Santos, Breno Bohns, Fernando Lemos Guimarães, Hermes de Farias Santos e Carlos Medeiros de Albuquerque. Essas informações podem ser verificadas nas Lembranças do Gymnasio Gonzaga de 1926, p. 56, e de 1927, p. 55; e no Arquivo Nacional, Coordenação de Documentos Escritos, Seção de Arquivos Privados, Fundo Góes Monteiro, SA, Série 2-Correspondência, Subsérie 3-1930, Notações nº 67 e 79, microfilme 045-97 a 054-97.

³⁴¹ Sentimento militar de cumprimento do dever.

“Assim é que o Gymnasio contribue na medida do possível, para a cultura dum sã patriotismo no coração de seus educandos”.

Com toda a sua estrutura, o colégio comportava-se como uma instituição mantenedora dos valores de civismo e patriotismo e, por isso, teve reconhecimento da entidade federal que coordenava todas as atividades educacionais das Escolas de Instrução Militar.

Era grande a cooperação entre o Gonzaga, o Tiro nº 31 e o 9º Regimento de Infantaria, tanto que, no dia 18 de dezembro, durante solenidade de encerramento do ano letivo, houve, também, o Juramento à Bandeira pelos reservistas. Para aquele ato festivo abrilhantado pela Banda de Música do Regimento, concorreram inúmeras autoridades religiosas, militares e civis da cidade, tendo também discursado o Dr. Fernando Luis Osorio, paraninfo daquela turma de reservistas³⁴².

A tradicional solenidade de encerramento do ano letivo foi no dia 18 de dezembro e contou com a participação da Banda de Música do 9º Regimento de Infantaria. Na mesma oportunidade, ocorreu a formatura de Juramento à Bandeira pelos reservistas, tendo como paraninfo o Coronel Primo Paulo Pereira da Silva, sendo, ao final, entregues as Cadernetas aos mesmos.

O estado de ebulição política por que passou o país em 1930 trouxe, como em outras oportunidades, algum reflexo nas instituições de ensino, e o Gonzaga não ficou imune a isso. Em março desse ano, iniciou-se a instrução militar para a E.I.M., sob a direção do Tenente Eurico Monteiro. Em outubro, ao irromper o golpe, este militar despediu-se de seus encargos no Gonzaga, aderiu ao movimento e, depois de passada a fase crítica, foi sucedido pelo Sargento Roberto Marquez que manteve a boa tradição da instrução. Desse modo, o sucesso do Ginásio foi evidenciado nos

³⁴² Em 1928, o Ginásio contou somente com o 1º Sargento Menna Barreto na instrução da E.I.M. A comissão composta pelo Capitão Guilherme Lemos Farias, 1º Tenente Iracy Castro e 2º Tenente Alvaro Soares aprovaram todos os 22 alunos matriculados no curso, tecendo muitos elogios ao sargento instrutor e ao Ginásio. Os reservistas são: João Manoel Rocha, Geraldo M. Dias, Mario Oliveira, João Antunes, João Azevedo, Manoel Pereira, Adib T. Chedid, Ademar Cabeda, João Pinto Garagorry, José Cunha, Florindo Torres, Jayme Barbosa, Felipe Dias, Samuel Moreira Filho, João Carlos Azevedo, Walter Soares, Miguel Barros, Rubens Irigon, Celso Carvalhal, Luiz Rodrigues, Eddy Duarte e Walter Santos.

Também de vitórias se viu o Sport Club Gonzaga em torneios contra o Pelotense e o Ginásio Lemos Júnior de Rio Grande. Despontaram, também, os desportos de salto, arremesso de peso, arremesso de disco e corrida de resistência. Nesta, conquistou o segundo lugar o aluno Lindomar de la Vega. Essas informações podem ser verificadas na Lembrança do Gymnasio Gonzaga, 1928, p. 53 e 80.

desfiles de 20 de setembro e de 15 de novembro³⁴³.

Tão logo os La Sallistas assumiram a direção do Gonzaga em 1926, o Bispo Dom Joaquim ofereceu-lhes a direção da Escola Sagrado Coração de Jesus na Paróquia de mesmo nome³⁴⁴, destinada a atender crianças desvalidas gratuitamente, fato que contribuiu para a formação de outra importante instituição de ensino em Pelotas. A Paróquia atuava desde 1912³⁴⁵ e, entre este ano e 1925, houve várias tentativas do Bispo para ali serem estabelecidas aulas para aqueles meninos. O Bispo obteve sucesso³⁴⁶ nessa quarta solicitação destinada ao Provincial La Sallista de Porto Alegre.

Com o sucesso dessa última solicitação, foi viabilizada a instalação do externato. Entretanto, certificando-se que o edifício não comportava tamanha demanda, o Bispo decide mandar ampliá-lo³⁴⁷ em face do conglomerado educacional que passava, então, a ter a seguinte constituição: Escola Santa Filomena, dirigida pela Professora Irmã Verônica, com 173 alunas; Colégio Sagrado Coração, dirigido pelo Professor Irmão Ernesto, com 155 alunos; Colégio Maria Imaculada, dirigida pela Professora Ângela, com 103 alunos e um curso noturno para adultos dirigido pelo Professor Manoel Ferreira da Silva, com 35 alunos³⁴⁸. Não há menção à Escola Santa Terezinha, entretanto, ela estava em funcionamento e, em 1927, contava com

³⁴³ Conforme a Lembrança do Gymnasio Gonzaga, 1930, p. 89, devido a esses acontecimentos, o Ministro da Guerra dispensou os reservistas dos exames tradicionais, bastando somente a frequência com aproveitamento. Receberam a caderneta de reservistas 21 alunos. São eles: Hugo Barcellos Xavier, João Carlos Sá da Rocha, Jayme S. Turnes, José Duarte da Silva, Mario Baptista Mattos, Albino Silveira Teixeira, Eugenio Martinez, Francisco Rotta Cava, Euripedes da Silva Raupp, Floricio Soares, Sylvio Th. Gonçalves, Ivo Goulart Rodrigues, Layr Garcia Vasconcellos, Salvador Teixeira Netto, Salvador Lemos de Freitas, Hylme Gomes Blois, Luiz Barcellos da Cunha, Olavo Souza Porto, Ruy Ernesto Lang, Appolonio Mendes da Costa e José P. Ghisolfi.

³⁴⁴ A escola está hoje na mesma localização. Naquela época, ela tinha como endereço a Rua Aquidaban junto à Matriz do Porto. (Relatório do intendente de 1924, Anexo nº 18).

³⁴⁵ Acredito que o Collegio Sagrado Coração tenha sido instituído nesta data ou entre esta e 1915. O que de fato existe – e que nega ter sido somente em 1926 que o Gonzaga tenha assumido a sua administração – é que, na Lembrança Para os Alunos do Gymnasio Gonzaga de 1916, consta que no início do ano escolar, em 1º de março, “Na Filial do Gymnasio, Collegio S. Coração, abriram os cursos com a presença de 40 alumnos”. Portanto, de alguma forma essa instituição já estava, pelo menos desde 1916, atuando sob as incumbências do Gonzaga. Talvez o funcionamento estivesse em condições não ideais e, em 1926, tenha merecido e recebido melhores apoios pedagógicos e materiais.

³⁴⁶ PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 89.

³⁴⁷ Livro do Tombo da Paróquia do Sagrado Coração, 1927, p. 42-b.

³⁴⁸ Ibidem.

97 alunas³⁴⁹.

Os Irmãos Ernesto e Alexandre³⁵⁰ assumiram esse encargo, implantando, na escola, uma disciplina semelhante à do Gonzaga por meio da pedagogia escoteira e, por iniciativa do primeiro, o mais enérgico, foi adotado um uniforme idêntico ao dos escoteiros. Mesmo que não fossem escoteiros, boa parte daquela pedagogia foi-lhes aplicada, bem como, por similitude, um pouco da cultura militar – militares e escoteiros possuem muitos elementos pedagógicos, educacionais e comportamentais em comum. Um fato importante que deve ter influenciado nessa atitude foi a adoção dessa mesma base filosófica e comportamental pela rede escolar municipal.

A Escola Sagrado Coração de Jesus entrava em forma com seu característico uniforme, organizado como um batalhão e, quando em desfile pela cidade, era alvo de aplausos e elogios por sua organização, garbo e disciplina³⁵¹. Sendo herdeira do Gonzaga, a presença da cultura militar produziu sinais, mesmo inexistindo E.I.M. Sua manifestação se deu ao menos pelas instruções de Ordem Unida e de Formação de Padioleiros Socorristas³⁵².

Embora não pudesse ter acesso à estrutura de sua grade curricular, verifico a comprovação da presença da Ordem Unida pela descrição da organização e desempenho da escola em desfiles e pela disposição de seus alunos nesta fotografia de 1930, reproduzida a seguir.

³⁴⁹ Livro do Tombo da Paróquia do Sagrado Coração, 1927, p. 45-b.

³⁵⁰ Consta em PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 71, que também foi designado para professor o Irmão Abúndio Estêvão.

³⁵¹ PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 89.

³⁵² Atendente com conhecimentos básicos de enfermagem, encarregado de ministrar os primeiros-socorros e, sempre em dupla, responsabilizava-se pela evacuação do ferido para local seguro.



Figura 17 – Fotografia de alunos da Escola Sagrado Coração de Jesus em pose de 1930, no pátio da escola, comandados por um aluno da Escola de Instrução Militar do Ginásio Gonzaga, uniformizado, à direita.

Fonte: Parmagnani e Ruedell (1995, p. 90).

A figura 17 mostra os alunos organizados, em pelotões, portando instrumentos musicais que serviam para marcar cadência. Três alunos com taróis à esquerda e um aluno com caixa surda. A caixa surda, instrumento de percussão de marcação, destinava-se à marcação da cadência, ritmo musical, e os taróis “ornamentavam”, oferecendo musicalidade e marcialidade, compondo acordes de acompanhamento na marcação do passo. A presença, na foto, de um aluno da E. I. M. do Gonzaga à direita, me permite inferir que ele pudesse auxiliar nas instruções militares.

Também pela mesma fotografia, constato a presença da instrução de Formação de Padioleiros Socorristas, porque há, em primeiro plano, um pelotão com dois grupos de quatro alunos com braçais brancos no braço esquerdo com a cruz vermelha impressa, guarnecendo, cada grupo, uma padiola. Cada padiola – também chamada de maca –, era transportada por quatro alunos. Essa instrução, típica dos militares, também ministrada no Gonzaga – não constava da grade curricular, mas havia menção em desfiles como pelotão da Cruz Vermelha –, destinava-se a dar os rudimentos de primeiros-socorros e, como estava permeada pela cultura militar, ensinava sobre os procedimentos de atendimento e evacuação de feridos. Sob esse

ponto de vista, a formação educacional nessa escola tendia, tanto quanto no Gonzaga, salvas as devidas proporções, a uma educação muito abrangente.



Figura 18 – Fotografia de professores, alunos e instrutor militar da Escola Sagrado Coração de Jesus em pose de 1930, em frente à Igreja da Paróquia Sagrado Coração de Jesus.

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

A figura 18 mostra uma foto de 1930, provavelmente fim de ano letivo e nela é possível observar melhor a magnitude dessa instituição. A pose foi feita ao lado da porta da Igreja quando a entrada ainda era pela Rua Gomes Carneiro e não como hoje, de frente para a Rua Coronel Alberto Rosa. A Escola está composta, na fotografia, por 219 alunos, dois Irmãos La Sallistas (possivelmente Ernesto e Alexandre), três Professores e um Sargento de Infantaria, instrutor de disciplinas militares.

Na Paróquia Sagrado Coração de Jesus, localizada no cruzamento das Ruas Gomes Carneiro com Coronel Alberto Rosa, na região do Porto, há, de um lado da Rua Gomes Carneiro, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e, do outro, o

prédio do Collegio Santa Philomena – conforme figura 19 – e da Escola Domestica Santa Terezinha, atualmente desativados como instituição de ensino. Neste prédio ficavam as instalações em que foram atendidos os meninos desvalidos e, naquele tempo, a entrada era onde hoje está sua fachada principal, na Rua Alberto Rosa.



Figura 19 –Fotografia da fachada das antigas instalações do Collegio Santa Philomena e Escola Domestica Santa Terezinha, em janeiro de 2015.

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

A edificação que abrigava cinco instituições de ensino e que ostentava – e ainda ostenta – em sua fachada principal o nome de Collegio Santa Philomena e Escola Domestica Santa Terezinha, foi reinaugurado em 7 de agosto de 1927, comparecendo ao ato o Bispo Dom Joaquim, o pároco e o Intendente Municipal Dr. Augusto Simões Lopes, dentre outros³⁵³.

A seguir apresento duas fotografias atuais do Ginásio Gonzaga, uma destacando de todo o conjunto, a face interna mais antiga, um dos locais mais escolhidos para a fotografia das diversas turmas ao longo do tempo e, na outra fotografia, um detalhe com a inscrição do ano em que a instituição iniciou suas

³⁵³ PARMAGNANI e RUEDELL, 1995, p. 44 e 58-b.

aulas.



Figura 20 –Fotografia do pátio interno do Ginásio Gonzaga, em abril de 2015, em que se vê, ao fundo, a edificação mais antiga de todo o conjunto arquitetônico,.

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.



Figura 21 – Fotografia do detalhe da edificação mais antiga, em que aparece o ano de 1895 em vermelho, em abril de 2015.

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

3.6 Gymnasio Pelotense

Sob o patrocínio de alguns cidadãos representantes das sociedades beneficentes Rio Branco, Lealdade e Antunes Ribas – Lojas Maçônicas –, reunidos na residência do Barão de Itapitocahy – o médico Dr. Miguel Rodrigues Barcellos – situada em rua próxima à Catedral, é fundada, em 24 de outubro de 1902, uma sexta-feira, uma instituição de ensino laico e, em uma segunda reunião, três dias depois, na segunda-feira, no mesmo local a denominaram por Gymnasio Pelotense³⁵⁴.

O Diário Popular de 26 de outubro de 1902 divulgou uma minuta dos acontecimentos envolvendo a primeira reunião, da seguinte forma:

Maçonaria – No templo da loja *Antunes Ribas* realizou-se, ante hontem, a convocada reunião dos maçons de todos orientes, a ella comparecendo grande numero dos mesmos.

Presidiu a assembléa o Sr. Dr. Francisco Simões Lopes, veneravel daquela loja.

Ao Sr. Dr. Ramos foi delegado o encargo de expôr os fins da reunião – a criação de um collégio internato e externato e que, em tempo, satisfeitas as exigências da lei, será equiparado ao Gymnasio Nacional.

A direcção do estabelecimento caberá ao conhecido educacionista Sr. Carlos A. Laquintinie, que terá a coadjuvação dos Drs. Ferreira de Araujo, Simões Lopes e Carlos Ramos.

(...)

Ficou constituida uma grande commissão, para dar andamento ao resolvido, e da qual fazem parte os Srs. Drs. Francisco J. Rodrigues de Araujo, Francisco S. Lopes, Felisberto I. da Cunha, Cesar Dias e Carlos Ramos e Srs. capitães Antonio Ferreira Soares, Fernando Rönheldt e Ildefonso Badia, major Francisco E. Laquintinie e Silvestre da Fontoura Calvão.

A reunião foi decisiva e segura dos propósitos. Aqueles cidadãos projetaram uma escola para internos e externos com a convicção de que em breve seria equiparada ao Gymnasio Nacional, colégio modelo de ensino nacional e, mesmo sem local destinado, tinham, também, a certeza de sua definição para muito breve.

O início das atividades educacionais se deu em 2 de fevereiro de 1902, com 70 alunos, encerrando este primeiro ano com 130 alunos oriundos de Bagé, Pelotas e Rio Grande. Dentre os vários professores militares que exerceram a docência ou estiveram na direção dessa instituição, há o General da Reserva do Exército Abrilino de Abreu, os Coronéis Juvêncio Maximiliano de Lemos, Camilo de Moraes Dias,

³⁵⁴ IRUZUN, 1952, p. 7 e 8.

Joaquim Augusto de Assumpção, Carlos André Laquintinie e Januário Coelho da Costa³⁵⁵.

O Gymnasio Pelotense esteve sob os cuidados da maçonaria desde a sua fundação até o ano de 1917, quando, sob algumas condições, entregou-o à responsabilidade do município, permanecendo em definitivo nesta situação até a atualidade³⁵⁶.

Antes de abordar os assuntos da E.I.M., apresento, a seguir, uma tabela demonstrativa de parte das despesas projetadas para o ano de 1927, com a intenção de ilustrar o perfil histórico de equívocos na valorização do trabalho docente, com um exemplo tão próximo e tão impactante, tornando-o, até certo ponto, mais um exemplar das mesmas heranças que ainda teimam em resistir.

³⁵⁵ IRUZUN et al., 1952, p. 8, 15-17.

Januario Coelho da Costa, conforme Borges (2012, p. 37 e 39), o Soldado-Poeta, nasceu em Dom Pedrito, em 24 de outubro de 1886, e faleceu em Pelotas em 8 de novembro de 1949.

Além de ser um oficial de Infantaria do Exército brasileiro, era poeta consagrado, redator da revista *Ilustração Pelotense*, crítico literário, professor de português e matemática do Gymnasio Pelotense, participou de Banca de Exames de matemática no Ginásio Gonzaga em 1919, foi professor da Escola de Agronomia Eliseu Maciel e da Escola Prática de Comércio, tendo especial destaque, portanto, nas atividades educacional e cultural, principalmente em Pelotas. Conforme consta em *O TIRO DE GUERRA* nº IV de 1926, p. 39, na região de Pelotas compôs algumas vezes as comissões examinadoras de reservistas.

³⁵⁶ AMARAL, 2005, p. 165.

Tabela 05 – Proposta de vencimentos para o corpo docente e proposta de orçamento de despesa do Gymnasio Pelotense para o ano de 1927

FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL
Diretor Geral	400\$000
Diretor Interno	300\$000
Secretário	400\$000
Amanuense de Secretaria	250\$000
Inspetor de Aulas	250\$000
Bedel	180\$000
Vigilante	180\$000
Porteiro	250\$000
Continuo	320\$000
Instructor Militar (bonificação)	100\$000
Professor de desenho	300\$000
Professor de gymnastica	250\$000
Professor de geometria e trigonometria	128\$000
Professores de physica, chimica e historia natural	192\$000
Professor de portuguez	64\$000
Demais Professores	96\$000

Fonte: Tabela formulada a partir de informações das propostas contidas na pasta das Guias de Remessa e Recibos do Internato ano de 1928, pertencentes ao passivo do Museu do Pelotense.

À exceção do Instrutor militar, dos professores de desenho e de ginástica que não tinham determinado quantas aulas ministrariam por mês, os demais tinham estipulada a remuneração à razão de 8\$000 a aula. Portanto, a maioria percebia pelas 12 aulas mensais e o professor de português, tendo somente seis aulas, percebia menos ainda. Aqui também é possível perceber o que já anunciei anteriormente sobre as diferenças salariais. No Pelotense, uma instituição de ensino municipal na data dessa planilha, o vigilante e o porteiro tinham renda melhor que a maioria dos professores!

Sobre o Gymnasio Pelotense, Amaral (2003 e 2005)³⁵⁷, ex-aluna e ex-professora, apresenta um repertório abundante de informações que permitem conhecer a história dessa instituição. Em virtude disso, o que me resta destacar são alguns aspectos da participação do Gymnasio na formação de reservistas através de sua Escola de Instrução Militar nº 84, autorizada a funcionar a partir de 1909, antecedendo, por pouco, a E.I.M. do Gonzaga com o mesmo propósito, sendo, portanto, a precursora dessa instância em Pelotas.

É desse modo, através, ainda, dessas pesquisas desenvolvidas por Amaral, onde ela faz menção à formação de reservistas, que pude perceber, além da importância do Pelotense na história da educação, da economia e da cultura pelotenses, a sua contribuição no projeto do Ministério da Guerra em constituir uma reserva com a juventude escolar a partir de 16 anos de idade³⁵⁸.

³⁵⁷ Na Tese de Amaral, intitulada *Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas – (décadas de 1930 a 1960)*, estão em cena duas instituições de ensino com mais de cem anos de idade e em atividade: o Ginásio Gonzaga e o Ginásio Pelotense, ensejando mais relevo às diferenças ideológicas e educacionais entre elas. A primeira, católica, fundada pelos jesuítas, e a outra, de ensino laico, fundada pela maçonaria. Por conta dessas diferenças e também por reflexo delas, resultou no surgimento de uma rixa histórica entre seus colegiais, fato muito bem explorado na obra.

Sua outra obra, o livro intitulado *Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*, é o resultado de sua pesquisa de Mestrado, tendo como temas centrais o Gymnasio Pelotense, a história de sua criação, as instituições de nível superior que nasceram a partir dessa escola, as relações da maçonaria com a educação em Pelotas e o campo de disputa que ficou configurado entre ela e a Igreja Católica por causa da presença desta na educação, comportamento reprovado pela maçonaria e seus ideais positivistas. Desses temas, o apoteótico situa o Gymnasio Pelotense como uma instituição, com a tradição do tempo, de seu currículo e de sua estrutura educacional voltados para os interesses nacionais, com uma repercussão que extrapolava seus muros.

³⁵⁸ Lamentavelmente, parte do acervo do Pelotense, que antes estava acondicionado em locais inadequados, foi perdida ou danificada irreversivelmente. Entretanto, o que resta está sob guarda responsável e em local bem organizado. Desses documentos, tive acesso a alguns de 1927 e 1928.



Figura 22 – Fotografia do carimbo com a marca da Escola de Instrução Militar nº 84, do Gymnasio Pelotense.

Fonte: Esta marca de carimbo encontra-se em algumas páginas do Livro Gymnasio Pelotense – Protocolo de Requerimentos e documentos Nº 1 – 1927, pertencente ao Passivo do Museu.

O livro em que se encontram algumas folhas com a marca apresentada na figura 22 não tem nenhuma especificidade ligada à E.I.M. 84. De todo o material que observei, somente neste há a memória do que poderia ter sido a marca registrada daquela escola na tramitação de documentos de forma geral, em âmbito interno do Pelotense.

Em 1909, praticamente no primeiro ano de sua efetiva aplicação, foram matriculados 49 alunos na E. I. M. 84, tendo sido instruídos 46 nos Exercícios de Evoluções, três executaram tiro de carga reduzida, um realizou tiro com cartucho de guerra, quatro tiveram instrução de Nomenclatura do Armamento e quatro praticaram a Esgrima de Baioneta³⁵⁹. Embora o número não fosse expressivo, dadas as circunstâncias, para os militares era alvissareiro.

Para o ano de 1910, houve muitas modificações. O número de instituições com instrução militar era bem reduzido, conforme podemos notar na tabela a seguir:

³⁵⁹ Relatório do Ministro da Guerra de 1909, p. u2246/000099.

Tabela 06 – Academias e Collegios equiparados ao Gymnasio Pedro II

Estabelecimentos de Ensino	Nº de instruídos maiores de 16 anos	Exercícios de evoluções	Exercícios de tiro de carga reduzida	Exercícios de tiro de cartuchos de guerra	Instrução de nomenclatura	Esgrima de bayoneta
Gymnasio Santa Maria (Santa Maria)	74	17	4	22	9	10
Collegio Nossa Senhora Auxiliadora (Bagé)	33	52	14	18	16	15
Gymnasio Nossa Senhora da Conceição (São Leopoldo)	68	34	12	25		
Gymnasio Espirito Santo (Jaguarão)		20	6	32	7	
Gymnasio Pelotense (Pelotas)	49	19			4	9
Gymnasio Gonzaga (Pelotas)	38					
Gymnasio Lemos Junior (Rio Grande)	27					
Gymnasio Julio de Castilhos (Porto Alegre)	89					
Gymnasio Anchieta (Porto Alegre)	68					
Instituto de Engenharia (Porto Alegre)	84					
Faculdade de Medicina e Pharmacia (Porto Alegre)	200					
Total	730	142	36	97	36	34

Fonte: Relatório do Ministro da Guerra de 1910, p. u2247/000082.

No mapa constante do relatório, em relação ao ano anterior houve aumento de 10 alunos no total de instruídos, passando a 730. O Ginásio Pelotense instruiu 49 alunos maiores de 16 anos, o mesmo número do ano anterior; participaram dos exercícios de evoluções somente 19, uma perda de 27; não houve nenhuma

participação em tiros de carga reduzida nem com cartuchos de guerra; manteve-se o mesmo número de instruídos em nomenclatura, quatro, e na esgrima de baioneta aumentou de quatro para nove alunos.

Quanto ao Gonzaga, em 1910 houve diminuição no efetivo e este só participou das instruções gerais. Importa, do mesmo modo, ressaltar que a frequência a essa E. I. M. era facultativa, assim como era facultativo participar de toda, ou parte, do conjunto de instruções. Por isso que poucos frequentaram as instruções de maiores exigências. Portanto, o mapa comprova que o Pelotense possuía armas desde seu primeiro ano, 1909, sendo que, em 1926, possuía 34 fuzis³⁶⁰.

A existência das E.I.M. tornavam os encargos educacionais mais onerosos e mais exigentes para toda a comunidade escolar. As formaturas e visitas de autoridades – naqueles dias, os nacionalistas eram em maior número – consistiam em uma rotina. Uma dessas visitas foi a de Olavo Bilac, no dia 3 de novembro de 1916³⁶¹, conforme narrado no Diário Popular (nº 252, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1916).

Hontem, pela manhã, acompanhado pelos srs. drs. Cypriano Corrêa Barcellos, Fernando Luis Osorio e Maciel Moreira e do nosso reporter Carlos Souza, Olavo Bilac visitou o conceituado «Gymnasio Pelotense», onde foi recebido por todo o corpo docente. O illustre hospede percorreu todas as dependencias do vasto edificio, sendo muito ovacionado pelos numerosos alumnos. Olavo Bilac teve palavras elogiosas para o «Gymnasio Pelotense», pela sua excellente instalação.

Foi uma cerimônia de importância cívica e patriótica, para a qual a instituição estava preparada e receptiva a um cidadão que estava, já há algum tempo, defendia a educação escolar e o serviço militar obrigatório, ideais para os quais, de certa forma, o Pelotense concorria em promover e desenvolver.

A Escola de Instrução Militar nº 84 funcionou de 1909 até 1932³⁶² – mesmo que, por algumas vezes, tivesse havido suspensão das atividades. Suas instruções

³⁶⁰ COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE - Passivo do Museu - Memorando de 19 de abril de 1926, constando a relação de armamento.

³⁶¹ Diário Popular nº 252 de 4 de novembro de 1916.

³⁶² IRUZUN, 1952, p. 18.

eram ministradas nas terças e quintas-feiras, das 16h às 17h30min e aos sábados, das 14h às 16h³⁶³. Normalmente, por solicitação do instrutor, poderia haver alteração de dias e horários, com prévia autorização do diretor geral.

A condição de instituição de ensino municipal obrigava o Pelotense a algumas limitações, principalmente de ordem orçamentária. O órgão responsável pelo pagamento de todas as despesas e outras providências em favor da instituição era a Diretoria Geral do Município. Todas as necessidades administrativas do Pelotense eram resolvidas nessa instância. Algumas das despesas e providências eram: providenciar médico para exames dos candidatos a reservistas; pagamento para aquisição de alvos; pagamento para transporte de munição; compra de material; compra de areia para o pátio de ginástica, entre outros³⁶⁴. Também as receitas auferidas pela instituição eram de gestão do mesmo órgão e por ele recolhidas, como, por exemplo, as que resultavam da cobrança das taxas de instrução militar pagas pelos alunos candidatos a reservistas, fornecimento dos certificados de exames e a venda de regimentos do colégio³⁶⁵.

Mesmo sendo uma instituição municipal, era cobrada mensalidade aos alunos, tendo, alguns, dispensa do pagamento pela intendência³⁶⁶. Esse é o caso de nove alunos que, em 1927, tiveram suas mensalidades isentas de pagamento. Um deles foi Waldemar das Neves Iruzun, filho de Gregório Romeu Iruzun, ex-diretor da instituição entre 1922 e 1924. A dispensa do pagamento dada ao filho do Prof. Iruzun talvez fosse porque, segundo Amaral (2003, p. 215), este tivesse uma família numerosa. Sendo ele, provavelmente, quem sustentasse a casa e em razão dos baixos salários, conforme demonstrado na tabela nº 5, possivelmente tal isenção lhe tenha sido muito importante.

O Gymnasio possuía depósito de munição, reserva de armamento, podendo recebê-los por intermédio do Tiro 31, do 9º RI, ou diretamente da Inspetoria do Tiro de Guerra. Em 1º de abril de 1927, por intermédio da portaria nº 12, o diretor-geral

³⁶³ Disponível na Pasta editaes e portarias internas – 1927, no passivo do Museu.

³⁶⁴ COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE - Passivo do Museu - Pasta para despesa de portaria de 1927-1928 e Pasta de Cópias de pedidos anno de 1927 e 1928.

³⁶⁵ COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE - Passivo do Museu – Pasta-Cópias de Diversos documentos de 1928 e Pasta-Cópias de Pedidos anno de 1927 e 1928.

³⁶⁶ COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE - Passivo do Museu – Pasta-Cópias de diversos documentos – 1928.

do Gymnasio nomeou a comissão composta pelo diretor interno, secretário e inspetor de aulas, para receber 1.023 cartuchos de fuzil Mauser que chegaram da Inspetoria do Tiro de Guerra em 10 de março, devendo entregá-los ao diretor da E.I.M.³⁶⁷. Os controles sobre esses itens eram grandes e os danos causados ao armamento eram de responsabilidade do aluno³⁶⁸.

Assim, o Gymnasio deveria agir como um fiel depositário, usando, da forma mais adequada, tudo o que recebia do Ministério da Guerra, responsabilizando-se por tudo, menos pela condução das instruções que seguiam todas as normas e regulamentos militares. O Gymnasio, além de viver cotidianamente com os militares do Exército dentro da instituição como instrutores da E.I.M. e outros na condição de professores³⁶⁹, a própria cidade vivia, em várias ocasiões de solenidades militares ou cívicas, esse mesmo clima.

Quando foi seu diretor geral o Coronel da Brigada Militar Juvencio Maximiliano de Lemos, entre 1926 e 1930, produziu-se um clima muito mais favorável a essa cultura do que outros que o antecederam. Isso é visível através de vários aspectos, dentre eles a formatação da documentação interna em estilo militar e repleta de seus jargões. As comunicações internas deixaram de ser executadas por memorandos e ofícios e passaram a ser por boletins, como entre os militares. No caso do Gymnasio Pelotense, essas atitudes fortaleceram ainda mais a harmonia entre os militares e o ambiente educacional de maneira geral.

Resulta disso que havia uma simpatia e parcerias mútuas entre o 9º RI e as instituições educacionais de Pelotas que tinham E.I.M. ou cultura escoteira, fazendo com que estas participassem, inclusive, de solenidades tipicamente militares, como a relatada a seguir:

³⁶⁷ COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE - Passivo do Museu - Pasta Editaes e portarias internas – 1927.

³⁶⁸ COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE - Passivo do Museu - Pasta Editaes, Boletins e Portarias Internas – Anno de 1928.

³⁶⁹ COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE - Passivo do Museu - Pasta Cópias de diversos documentos – 1928. Consta, na folha de pagamento dos exames de promoção realizados em 24 de dezembro de 1928, o nome do Capitão Guilherme Lemos Farias para inspecionar 25 candidatos na matéria de Aritmética I e 56 candidatos nas matérias de Desenho I, II, III e IV, sendo cobrado 134\$200 pelos exames. Na Pasta Editaes e Portarias – Copias – Anno de 1928, Boletim nº 53, de 11 de agosto de 1928, consta que o Capitão Januario Coelho da Costa foi nomeado substituto interino para professor de português do 4º ano.

DIRECTORIA GERAL DO GYMNASIO PELOTENSE. Pelotas, 29 de julho de 1927.

BOLETIM Nº 45

Para conhecimento e devida execução publico o seguinte:

FESTEJOS DE 5 DE AGOSTO

PROGRAMMA

Tendo o comt. da guarnição federal convidado este Gymnasio a tomar parte nos festejos do 5 de agosto próximo em homenagem ao centenario do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, proclamador e primeiro Presidente da Republica, transcreve-se a seguir o programma desses festejos:

PROGRAMMA PARA O DESFILE DO DIA 5 DE AGOSTO. ORDEM DAS UNIDADES:

9º REGIMENTO DE INFANTARIA

TIRO DE GUERRA 31

GYMNASIO GONZAGA

GYMNASIO PELOTENSE

PATRONATO AGRICOLA VISCONDE DA GRAÇA

COLLEGIO ELEMENTAR FELIX DA CUNHA

COLLEGIO ELEMENTAR CASSIANO DO NASCIMENTO

[...]

HORA DA CONCENTRAÇÃO 13, ½

A tropa formará, na ordem acima indicada, na rua Marechal Deodoro, apoiando a direcita (sic) na rua General Netto, com a frente para leste, em linha de quatro fileiras.

HORA DO DESFILE 14

A tropa desfilará pela rua Marechal Deodoro, Avenida Bento Gonçalves e rua 15 de Novembro, até a frente do Theatro Guarany, onde debandar.

Pelotas, 23 de julho de 1927.

(assignado) Guilherme Lemos Faria – Capitão.

SESSÃO CIVICA

Após o debandar da tropa e dos collegios, haverá uma sessão civica no Theatro 'Guarany', para o qual é convidado o corpo administrativo, o docente e o discente do Gymnasio.

Assina o Director Geral Juvencio Maximiliano de Lemos. (EDITAES E PORTARIAS INTERNAS – 1927).

Esse documento, um boletim, emitido pelo diretor-geral Coronel Juvencio, anuncia uma solenidade militar para a qual o comandante do 9º RI conta com a participação, em desfile, de uma considerável força de candidatos a reservistas e outros. Esse documento está eivado de jargões militares.

A seguir, outro boletim constando de ordens a serem cumpridas para o desfile de 7 de setembro de 1927:

BOLETIM Nº 52

Para conhecimento e devida providência publico o seguinte:

PARADA DE 7 DE SETEMBRO

Tendo o Cmdo. da 3ª R. e 3ª D. I. determinado que todas as forças militares do Estado, inclusive os T/G e as E.I.M. formassem hontem em parada e desfilassem em homenagem ao dia da Independência Nacional, foram tomadas por esta Directoria as devidas providencias no sentido de que a E.I.M. 84, annexa ao Gymnasio, tomasse parte na referida formatura, formando um pelotão completo.

Dita escola tomou parte na mencionada formatura, fazendo-se porém, representar apenas por um grupo, por ter, infelizmente, faltado a ella um grande numero de alumnos que perderam de tal modo, uma bella occasião de cumprirem um dever militar e de civismo.

LOUVOR

Por terem tomado parte na referida formatura, é-me agradável louvar os alumnos Hermes Barcellos Pereira, David Mazzini Netto, Antonio Pinto Rego Junior, Adail Bento Costa, José Ottoni Ferreira Xavier, Lauro Medeiros de Albuquerque, José Soares de Menezes, Nelson Piratinino Pedroso, Mario Lannes Cunha, Astrogildo Silveira Junior, todos pertencentes à E.I.M. 84, annexa ao Gymnasio.

Louvo ainda os alumnos Luis Tagnin, Miguel da Silva Vasques, Mario Gastaud de Oliveira, Helio Barboza Leal, Saint-Cyr de Oliveira Rocha, Julio Cesar Dias da Costa, Mario Lannes Cunha, Francisco Massols y Monsarro e Flavio Corrêa Gastal, que, alumnos do Gymnasio, mas sem pertencerem á suprarreferida escola, sem obrigação, portanto, de tomarem parte na formatura em questão, a ella compareceram, voluntariamente, sem o que a escola não teria podido representar na mencionada comemoração civica.

É-me ainda muitissimo agradável louvar, como de fato louvo, o ex-alumno Darcy Gonçalves Teixeira que, sem a mínima obrigação de o fazer, apresentou-se espontaneamente e tomou parte na formatura da referida escola de que é reservista, dando com isso uma prova eloquente de seus sentimentos de civismo, bem dignos de emitação.

[...]

Assina o diretor Geral Juvencio Maximiliano de Lemos. (EDITAES E PORTARIAS INTERNAS – 1927).

Esse boletim, além de servir de mais um exemplo para mostrar a forma como o diretor-geral emitia suas determinações, mostra, ainda, o grau de subordinação e compromisso que as instituições com E.I.M. tinham em relação ao Exército. Nele, há um descontentamento da direção em relação aos alunos faltosos – deviam apresentar justificativa ou sujeitar-se a punições³⁷⁰ – e a satisfação com aqueles que suprimam essa deficiência.

Não eram somente os militares que convidavam a comunidade escolar para seus eventos. Também estes, em muitas oportunidades, convidavam aqueles e as autoridades do Tiro 31 para suas solenidades. Dentre elas, as mais concorridas

³⁷⁰ COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE - Passivo do Museu - Pasta Editais e Portarias Internas, Boletim nº 53 de 9 de setembro de 1927, consta que o aluno da E.I.M 84, João Jacintho de Mendonça Junior, justificou sua falta à formatura de 7 de setembro.

eram as formaturas internas das instituições para o compromisso do reservista³⁷¹ e as formaturas de entrega da caderneta de reservistas e consequente juramento à bandeira em todo final de ano.

A E.I.M. do Pelotense teve vários instrutores ao longo do tempo. Dentre eles, identifiquei os seguintes:

- 2º Tenente Aldrovando de Andrade Leão em 1919 e 1920³⁷²;
- 2º Sargento José Carvalho de Andrada em 1927³⁷³;
- 3º Sargento Benedicto Montezuma de Oliveira em 1927 e em 1928³⁷⁴;
- 1º Sargento Ary Mena Barreto Pinto em 1928³⁷⁵;

No Museu da instituição existem algumas fotografias que documentam a presença da educação militar. Esse acervo encontra-se sob a guarda do Professor Luiz Cláudio Azevedo Guterres, professor de geografia, relações humanas e curador do Museu que gentilmente me permitiu reproduzi-las.

A fotografia a seguir reproduzida (Figura 23), datada de 1915, é, provavelmente, de época posterior. Os dados que disponho me informam que o Tenente Aldrovando esteve no Pelotense em 1919 e 1920. É uma pose em local interno do colégio, provavelmente após o exame desses reservistas, porque eles portam suas cadernetas de reservistas presas ao cinturão. A imagem não favorece, mas, no lado da direita da gola está representada a Letra “G” e no lado esquerdo, a letra “P”, correspondendo à Gymnasio Pelotense.

³⁷¹ COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE - Passivo do Museu - Ofício do diretor geral do Pelotense, de 12 de maio de 1920, destinado a convidar o comandante e toda a oficialidade do 9º Batalhão de Caçadores para a formatura de Compromisso do Reservista; Ofício do diretor geral do Pelotense, de 12 de maio de 1920, destinado a convidar o diretor do Tiro 31 para a formatura de Compromisso do Reservista.

³⁷² O TIRO DE GUERRA nº VI, de 1920, p. 29.

³⁷³ COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE - Passivo do Museu - Pasta Editais e Portarias Internas – 1928, Boletim nº 55 de 26 de setembro de 1927.

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE - Passivo do Museu - Pasta Editais e Portarias – Cópia – Ano de 1928, Boletim nº 32 de 22 de maio de 1928.



Figura 23: Fotografia de 1915, dos reservistas, instrutor e direção do Pelotense. Sentados, da esquerda para a direita: Secretário Quiliandro da Rocha Osório; 2º Tenente Aldrovando Leão, instrutor do Batalhão Ginásial; Professor Joaquim Luis Osorio; Professor Gregório Romeu Iruzun; Professor Joaquim Alves da Fonseca e, de pé, 14 alunos Reservistas.

Fonte: Museu do Ginásio Municipal Pelotense.

A fotografia reproduzida a seguir foi, provavelmente, tirada após um ato solene, talvez a formatura dos reservistas que compõem a pose, porque o 1º Tenente Aldrovando está com uniforme de gala. O aluno da direita está de luto porque apresenta um braçal preto em seu braço esquerdo.



Figura 24 – Fotografia dos reservistas do Ginásio Pelotense, possivelmente de 1915. Sentados, da esquerda para a direita: 1º Tenente Aldrovando Leão; Professor Joaquim Luis Osorio; e, provavelmente, um sargento instrutor não identificado. Em pé estão cinco alunos.

Fonte: Museu do Ginásio Municipal Pelotense.

A figura 25 reproduz a fotografia de uma lembrança da prova feminina de um concurso de tiro realizado no estande de tiro do Tiro 31, em 24 de outubro de 1919, e tudo indica que elas eram alunas do Gymnasio Pelotense.



Figura 25 – Equipe feminina de tiro ao alvo, em 1919. A sequência de identificação, nessa fotografia, segue a numeração manuscrita: Celina F., Arzelinda, Isbella, Chrysallida C., Alda E., Maria L., Sylvia S., Instructor Sr. Aldrovando Leão, Lucia e Helena.

Fonte: Museu do Ginásio Municipal Pelotense.

Até onde pude aquilatar em minhas pesquisas, concursos como esse – provas femininas em ambiente militar –, à época, eram raridade. Possivelmente a presença de alunas no mesmo ambiente educacional deve ter favorecido este acontecimento, sendo mais um testemunho do potencial inovador presente na instituição. Sobre esse concurso, Amaral (2005, p. 128-129) tece as seguintes considerações:

Cabe salientar que no Gymnasio Pelotense as moças não só passaram a estudar junto com os rapazes, mas também chegaram a participar de atividades consideradas, na época, como tipicamente masculinas. Um exemplo de tal afirmativa é o concurso de tiro ao alvo masculino e feminino, que fez parte das comemorações do aniversário do Gymnasio, em 1919. Onze moças foram classificadas e receberam prêmios numa festa solene que ocorreu nos salões da Biblioteca Pública. Talvez esta 'ousadia' possa, também, dever-se ao fato de que se vivia o período de pós-guerra quando o Gymnasio Pelotense aderiu francamente ao entusiasmo nacionalista e patriótico que tomava conta da nação brasileira.

O concurso de tiro foi uma das atividades comemorativas alusivas ao aniversário de criação da instituição, em 24 de outubro. A presença do 1º Tenente Aldrovando na fotografia, instrutor militar daquela instituição, indica que também as alunas foram instruídas por ele. Do fato citado, em comparação com a fotografia, das 11 premiadas, somente nove estão retratadas. E, como de costume na época, o Salão de Honra da Bibliotheca Pública Pelotense era a sede dos grandes e significativos eventos em circuito fechado, como esse.

A participação feminina em concurso de tiro, do que tenho notícia, foram muito poucos ou mal divulgados. Em 1909, o Tiro Brasileiro de Itaquy, na cidade gaúcha de Itaquí, sob a presidência do Sr. Dr. Octavio d'Avila, realizou um concurso de tiro com fuzil Mauser a 150 m em que os atiradores realizaram 10 tiros nas posições de joelhos e deitado. Dos oito atiradores classificados e premiados, ficou com o 6º lugar a Senhorita Fatuitza, única mulher premiada, realizando os tiros na posição em pé e com uma arma modelo Clavina, menos bruta que a dos homens, uma arma de guerra do Exército de então³⁷⁶.

Em agosto de 1914, a Liga de Atiradores do Rio Grande do Sul – reunia associações de tiro da cultura alemã e não pertenciam à Confederação do Tiro Brasileiro –, presidida por Germano Steigleder Sobrinho e que tinha como diretor de tiro Arno Philippe, realizou, em Porto Alegre, uma festa da liga com a participação de senhoras nas provas de tiro³⁷⁷.

Ao encerrar esta etapa da escrita sobre o Gymnasio Pelotense, atual Colégio Municipal Pelotense, a seguir apresento a reprodução de uma fotografia também constante do acervo de seu Museu que, embora não possa comprovar, consta que sua datação é de 1904, apresentando três alunos vestindo o primeiro uniforme da instituição.

³⁷⁶ O TIRO nº 5 de 1909, reimpressão modificada de 1914, p. 181-182.

³⁷⁷ O TIRO nº 71 de 1915, p. 101 e seus anexos.



Figura 26 – Fotografia de Primitiva farda dos primeiros alunos do Ginásio Pelotense em março de 1904. Tancredo Amaral Braga, Ismael Dias da Silveira, José Amaral Braga. Fotógrafo Baptista Lhullier. 115, Rua General Osorio, Pelotas.

Fonte: Museu do Ginásio Municipal Pelotense.

3.7 Tiro Brasileiro de Pelotas – Tiro de Guerra Nº 31

Na sede da União Gaúcha³⁷⁸, às treze horas do dia 7 de setembro de 1903, houve uma assembleia geral extraordinária presidida pelo Dr. Ildefonso Simões Lopes, com a finalidade de criar a sociedade do Tiro Brasileiro de Pelotas. Abrihantava o ato solene o Sr. Antonio Carlos Lopes, idealizador da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro (S.P.T.B.) da cidade de Rio Grande e diretor das sociedades do Tiro Brasileiro no Rio Grande do Sul, que proferiu palestra para uma numerosa plateia.

³⁷⁸ Associação tradicionalista fundada em 1899, ainda em funcionamento e, conforme informa em seu sítio eletrônico, tem “como objetivos relembrar, honrar e conservar as tradições e o patrimônio moral, histórico e cultural do povo sul rio-grandense”. Hoje, essa entidade tem como nome União Gaúcha João Simões Lopes Neto.

Carlos Lopes falou sobre assuntos que justificavam a criação da sociedade de Pelotas, anunciando suas necessidades e conveniências, além de traçar certas características do progresso de alguns países europeus, onde a prática do tiro já estava bem desenvolvida. A par disso, historiou sobre a evolução da guerra, colocando-se à disposição para o que fosse necessário ao sucesso do Tiro. Ao final, ficou constituída uma comissão para tratar da propaganda da recém-criada sociedade, com os seguintes senhores: Coronel Urbano M. Garcia, Coronel Alberto R. Rosa, Capitão Tito Villalobos, Dr. Arthur Maciel, Antonio Tonca Duarte, Dr. Cezar Dias, Ildefonso Simões Lopes e Dr. Joaquim Luiz Osorio³⁷⁹.

Nesse dia, o mesmo em que a sociedade de Rio Grande completava um ano de existência, seu idealizador, Carlos Lopes praticamente apadrinhava e testemunhava o surgimento de mais uma sociedade patriótica. Com isso, fica notório que, por intermédio de sua entidade tradicionalista, Pelotas estava atenta aos sucessos da cidade vizinha e já havia decidido por instalar a sua sociedade de tiro. Antonio Carlos Lopes manteve-se muito presente no Tiro Brasileiro de Pelotas até 1908. Estava praticamente na condição de assessor³⁸⁰. Lamentavelmente, o projeto da União Gaúcha inviabilizou-se momentaneamente, impedindo Pelotas de sediar a segunda sociedade de propaganda do tiro do Brasil.

Conforme Paradedda (1918), o entrave do projeto deveu-se às dúvidas envolvendo a naturalidade do Sócio Ricardo Peckmann³⁸¹. Este cidadão esteve ligado também à fundação do Sport Club Pelotas, em 12 de outubro de 1908, quando foi eleita sua primeira diretoria, sendo presidente o Dr. Pedro Luís Osorio e Peckmann ocupando uma das diretorias³⁸². Ao que tudo indica, Ricardo Peckmann era nascido em Hamburgo, Alemanha e possivelmente estivesse com dificuldades na obtenção de cidadania brasileira.

No editorial “Tiro Brasileiro” do jornal *A Opinião Pública* (7 de setembro de 1903), encontra-se publicada a ata da fundação da sociedade do *Tiro Brasileiro* da seguinte forma:

³⁷⁹ *A Opinião Pública*, 1903, p. 1.

³⁸⁰ OSORIO, 1922, p. 188-189.

³⁸¹ *Almanach de Pelotas*, 1918, p. 163-164.

³⁸² ALVES, 1984, p. 17.

« Os abaixo assignados, reunidos, a convite da União Gaúcha, desta cidade, considerando:

1º, que os paizes só são fortes e respeitados quando contam os soldados pelo numero de cidadãos;

2º, que na precisão do tiro de fuzil consiste a maior força dos exercitos modernos;

3º, que a exemplo de outras nações o meio mais seguro e economico de difundir-se a instrucção do «tiro» é a fundação de sociedades particulares de propaganda em todos os centros populosos;

4º, que no nosso paiz, especialmente, urge, quanto antes, preparar o povo para a defeza da Patria, aproveitando as auspiciosas disposições do digno governo federal de auxiliar as sociedades dessa natureza: resolve fundar, no dia de hoje, memoravel na nossa historia Patria, uma sociedade de propaganda do Tiro Brasileiro, cuja organização será modelada nos mais adiantados regulamentos conhecidos. Outrossim, aproveitam a oportunidade para fazer um appello a todos os patriotas civis e militares, deste municipio, que nos dêram a honra de sua presença, para inscreverem-se [sic] na sociedade do *Tiro Brasileiro*, prestando assim o concurso do seu entusiasmo e valioso auxilio do seu commettimento, que symboliza o mais esplendoroso despertar da alma nacional, em face dos supremos interesses da soberania do Brazil.

Pelotas, 7 de Setembro de 1903. »

(Seguem-se cento e tantas assignaturas.)

- Faz parte da commissão encarregada da propaganda dos fins desta util sociedade o Sr. 1º tenente Octacilio Nunes de Almeida, capitão do porto, e cujo nome não appareceu na lista que hontem publicamos. (Bibliotheca Pública Pelotense, Centro de Documentação e Obras Valiosas).

Com os mesmos sentimentos de defesa nacional, manutenção da soberania e patriotismo que pautaram a criação da sociedade de Rio Grande, é criada a sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro de Pelotas. Essa iniciativa é cercada de grande importância e se avulta com um “7 de setembro”, data muito patriótica. Fechava o editorial um chamado solene para que todos os que apoiaram o projeto se inscrevessem como candidatos aos ensinamentos das técnicas de tiro. Naquele momento, Pelotas e Rio Grande estavam na vanguarda desse entusiasmo.

Em dezembro de 1905, João Simões Lopes Neto, presidente da União Gaúcha, solicita – e lhe é concedido – afastamento desse encargo por aproximadamente seis meses, com a finalidade de cumprir uma agenda de conferências sobre educação cívica pelo interior do Rio Grande do Sul e, no desfecho desse afastamento, por motivos não conhecidos, esteve no Rio de Janeiro.

De regresso, reassume a presidência da entidade no dia 19 de junho de 1906. Segundo Diniz (2003, p. 143-145), ele apresenta aos associados, em uma reunião, a ideia da criação de uma linha do tiro brasileiro em Pelotas, vinculada àquela agremiação. Com esse propósito, a associação arrenda um terreno à

Avenida 20 de Setembro e dá início ao projeto da linha de tiro.

Pelo fato de não ter conseguido acesso à documentação que deu origem à pesquisa de Diniz porque, segundo a direção da União Gaúcha, um incêndio consumiu boa parte daquele acervo, sou obrigado a concluir que João Simões Lopes Neto não lançou pioneiramente a ideia da criação da linha de tiro. O que houve foi a determinação de prosseguir com o projeto paralisado de 1903 a meados de 1906.

Provavelmente, quando João Simões esteve no Rio de Janeiro, tenha testemunhado o surgimento de algumas sociedades de tiro e tenha sido informado, igualmente, da vinda já programada ao Rio Grande do Sul de Affonso Pena, vice-presidente da república. Affonso Pena há pouco havia sido eleito presidente da república e, antes de sua posse prevista para 15 de novembro próximo, faria essa viagem com intenções políticas e de diagnóstico do panorama nacional. Pelotas estava na agenda.

Diante desse calendário, a União Gaúcha tinha como plano terminar as obras da linha de tiro com o propósito de que o futuro presidente executasse o tiro inaugural, conforme previsto na primeira agenda do cerimonial divulgada no Diário Popular Nº 165 de 24 de julho de 1903.

O Diário Popular do dia seguinte divulga a reunião da União Gaúcha com o seguinte teor:

Sob a presidencia do Capitão João Simões Lopes Netto, reuniu-se, ante-hontem, a directoria da *União Gaucha*.
Tratou-se exclusivamente da installação da sociedade *Tiro Brasileiro*, sendo nomeadas varias commissões para angariar socios.
Attingido o numero necessario destes, será installada a referida sociedade.
O sr. Gontran Torres, activo thesoureiro da *Gaucha*, apresentou o balancete, do qual se verifica que o patrimonio desta distincta associação é de cinco contos de réis. (DIÁRIO POPULAR Nº 166, 1906, p. 2).

A associação esteve reunida para deliberação de procedimentos administrativos que dessem suporte à instalação do Tiro. E como já deviam conhecer as exigências, o número de sócios era de importância capital no reconhecimento oficial. Esta matéria jornalística parece estar coerente com a história porque menciona a instalação da sociedade e não a sua criação, conforme defende

Diniz.

Na medida em que o tempo passava, os preparativos e as ansiedades iam ganhando novos contornos. O Diário Popular fazia um acompanhamento do movimento da comitiva de Affonso Pena e informava diariamente essa evolução dos acontecimentos no editorial “Viagem Presidencial”. Na segunda página do Diário Popular Nº 169, de 28 de julho de 1906, foi divulgada a seguinte possibilidade: “Talvez a *União Gaúcha*, por ocasião da visita do exmo. dr. Affonso Penna inaugure sua linha de tiro, para o que reina intenso entusiasmo entre seus dignos associados.” Tendo passados apenas trinta e nove dias da decisão da construção da linha, possivelmente o ritmo das obras não fosse tão alvissareiro.

Entretanto, a linha de tiro estava pronta para o tiro inaugural executado pelo futuro Presidente da República, mas, devido à abreviação do tempo de permanência daquela autoridade na cidade, essa atividade, dentre outras, foi abolida. Affonso Penna chegou no dia 17 de agosto e no dia seguinte, dando prosseguimento à sua “peregrinação”, partiu com a comitiva para a cidade do Rio Grande, frustrando muitos empreendedores³⁸³.

Esse episódio indica que, tão logo foi aprovada a criação da linha de tiro em reunião da União Gaúcha, em junho, a agremiação providenciou toda a burocracia necessária ante o Ministério da Guerra para a autorização do empreendimento. A intenção de sua inauguração com Affonso Penna teria o peso da importância política sem, contudo, haver uma autorização legal para seu funcionamento.

Isso se deu alguns dias mais tarde, com apoio de políticos Rio-Grandenses, principalmente do Senador Pinheiro Machado e do Deputado Federal Ildefonso Simões Lopes, tio de João Simões Lopes Neto, no início de setembro de 1906, quando, segundo Diniz (2003, p. 147), o Ministério da Guerra aprovou a intenção de criação do Tiro Brasileiro de Pelotas. Significava que a associação estava incorporada e matriculada no sistema de controle federal como entidade habilitada ao exercício de ensino e prática de tiro ao alvo e registrada com qualquer número de associados.

Analisando que, em pouquíssimo tempo, de junho a setembro de 1906, a sociedade foi reconhecida e autorizada a operar, concluo que foi dado

³⁸³ Diário Popular Nº 186, de 17 de agosto de 1906.

prosseguimento na tramitação da documentação paralisada em 1903, sanando os óbices que envolviam o nome de Ricardo Peckmann. Entretanto, mesmo depois desse sucesso, o Tiro de Pelotas ainda não havia iniciado suas atividades até que, em 1908, dois anos depois da autorização do Ministério da Guerra, finalmente entrou em funcionamento. Entretanto, não o foi de forma efetiva. Acredito que tenham sido desenvolvidas atividades de propaganda para a sociedade e exercícios de tiro sem muita desenvoltura.

Enquanto não foi efetivada a lei de sorteio militar em 8 de maio de 1908³⁸⁴ – tudo indica que a instalação do Tiro ficou aguardando por essa lei para que a motivação em servir nele, e não em uma organização militar, pudesse justificar a sua existência –, sua inauguração oficial ficou paralisada, ocorrendo somente no dia 12 de outubro de 1908, em solenidade presidida pelo Coronel Honorário do Exército, Antonio Carlos Lopes, convidado especial³⁸⁵. O Tiro iniciou suas atividades com 553 sócios, sendo dirigido pelo Dr. Joaquim Luis Osorio que se manteve na função por seis anos. Este sucesso deveu-se aos esforços da União Gaúcha através da comissão composta por João Simões Lopes Neto – nesse momento, não estava na presidência da entidade – e outros associados³⁸⁶.

Na sequência dos procedimentos rotineiros para uma associação ingressar na Confederação do Tiro Brasileiro, esta anunciava, em outubro de 1909, que entre tantas outras, a sociedade de tiro de Pelotas já estava organizada e em breve seria incorporada à Confederação – estavam nas mesmas condições as de Bagé, Cachoeira, São Lourenço, Caçapava, Viamão, Santa Maria, Encruzilhada de São Luiz Gonzaga, Itaqui, Jaguarão e São Gabriel³⁸⁷. No dia 11 do mês seguinte, era incorporada à Confederação, sob a denominação de Tiro Brasileiro de Pelotas-Nº 31 da Confederação³⁸⁸.

No Nesse ato, possuía 549 sócios, sendo por isso classificado como de 1ª categoria, e compunha seu Conselho Diretor os seguintes: Presidente o Dr. Joaquim Luiz Osorio (Pelotas, 1881 - Rio de Janeiro, 1949, neto do General Osório), Vice-

³⁸⁴ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PELOTAS – Relatório do Tiro 31 de 1916, p. 19.

³⁸⁵ BENTO, 2003, p. 3.

³⁸⁶ DINIZ, 2003, p. 147-148.

³⁸⁷ O TIRO Nº 8 de 1909, p. 78. Os nomes das cidades estão conforme mencionados no texto.

³⁸⁸ O TIRO Nº 11, 1909, p. 174.

Presidente Antero Anselmo da Cunha, Secretário Diofanes Chagas Netto, Diretor de Tiro Alferes José Augusto Wellansen, Tesoureiro Alvaro A. de Souza Braga e, como Vogais, Fernando Röhnehl (Major do Exército³⁸⁹), João Simões Lopes Netto, Francisco Pillar Ribas, Manoel Gonçalves Lopes e José Maria Bento³⁹⁰.

Na data de sua confederalização Foi o sexto do Rio Grande do Sul, na data de sua confederalização, antecedido pelos seguintes: Tiro Brasileiro do Rio Grande - Nº 1, em 28 de setembro de 1907; Tiro Brasileiro de Porto Alegre - Nº 4, em 25 de maio de 1908; Tiro Brasileiro de Uruguaiana - Nº 9, em 8 de fevereiro de 1909; Tiro Brasileiro Missioneiro (Santo Ângelo) - Nº 25, em 21 de setembro de 1909 e Tiro Brasileiro de Jaguarão - Nº 30, em 29 de outubro de 1909.

Nesse mesmo ano, em todo o Estado do Rio Grande do Sul havia outras 71 sociedades de tiro ainda não confederadas e, destas, 55 eram organizadas por alemães e seus descendentes, o que as colocava na relação daquelas que assim permaneciam, salvaguardadas pelas leis de sociedades de tiro. Embora pautassem sua rotina pela tradição cultural, contribuíam para a formação de atiradores aptos a reservistas.

Somente naquele ano de 1909, segundo o relatório do Ministro da Guerra de maio de 1910³⁹¹, as sociedades de tiro confederadas ou não deste estado receberam 7.040 reservistas. Isso demonstra o impacto positivo dos ideais daquele ministério através da Confederação do Tiro Brasileiro. Contudo, a formação de tantos reservistas de 2ª categoria em um único ano só foi possível com a participação de todas as sociedades confederadas e não confederadas, inclusive as de tradição alemã – um total de 87 sociedades – com uma média de 81 reservistas para cada uma.

Seus primeiros instrutores foram os Aspirantes José Martinho da Costa Teixeira (junho a julho de 1910), Waldemar Schneider (janeiro de 1911 a janeiro de 1914 e, como tenente, até outubro de 1915) e aspirante Omar de Azambuja (janeiro de 1914 a agosto de 1915) e, de 1910 a 1915, teve como seu Porta-bandeira o

³⁸⁹ OSORIO, 1922, p. 186.

³⁹⁰ O TIRO Nº 24, 1910, p. 631.

³⁹¹ Relatório do Ministro da Guerra de 1909, p. u2246/000097.

cidadão Eddy Sequeira³⁹². Até essa, data havia formado 300 sócios³⁹³, tendo sua linha de tiro própria somente em 1º de fevereiro de 1910. Até então, realizava os tiros em terrenos emprestados³⁹⁴.

Em 29 de maio de 1910 foi inaugurado, em condições um pouco precárias, o pavilhão do estande de tiro e uma linha para a realização do tiro de carga reduzida, tendo seu efetivo formado para a solenidade, com uma Companhia de Atiradores, acompanhada pelos Ginásios Gonzaga e Pelotense. Na ocasião, formava em local de destaque uma comitiva de oficiais do 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Pelotas que entregaram à guarda do Tiro a Bandeira Nacional que, até então lhe pertencia, e que foi hasteada durante o comando do Tenente-Coronel Anacleto Barcellos. Entregaram declarando que, “sendo a que honrou as fileiras desse batalhão no seu aquartelamento e serviço no angustioso período de 1893-95, era confiada á guarda do patriotismo, á disciplina e ao esperado inquebrantável pundonor do Tiro 31³⁹⁵”.

A entrega de Bandeira é sempre um evento muito significativo. E essa de 1910, mais ainda, porque ela teve seu “batismo de fogo” na revolução constitucionalista, sendo, talvez, sua maior relíquia. Ficou, naquele ato, depositada a honra da unidade nacional e a honra de uma organização da Guarda Nacional que a defendeu com os sacrifícios de uma guerra, no primeiro dia de suas atividades. A responsabilidade foi grande e maior ainda para as testemunhas, a mocidade dos Ginásios Gonzaga e Pelotense, presenciando um rito de passagem tradicional e, nos dizeres daquela época, serviu de “galvanização” ao seu caráter e sua responsabilidade para o futuro do país já bem encaminhado, porque já tinham experiência da instrução militar há mais de um ano, ou seja, mais experientes que o próprio Tiro Brasileiro de Pelotas.

A inauguração oficial ocorreu em 17 de março de 1912 – com a linha para o tiro de guerra definitivamente pronta –, com o hasteamento do Pavilhão Nacional pelo Intendente Municipal de Pelotas, Sr. Cypriano Barcellos, e hasteando a Bandeira do Rio Grande o Tenente Faria Corrêa, representante do Inspetor da

³⁹² Almanach de Pelotas de 1918, p. 163.

³⁹³ Almanach de Pelotas de 1918, p. 163.

³⁹⁴ OSORIO, 1922, p. 189.

³⁹⁵ Almanach de Pelotas de 1918, p. 164.

Região Militar, o General Berlamino de Mendonça. Ao Intendente coube a honra de executar o primeiro disparo a 300m. A Companhia do Tiro, sob o comando geral do Aspirante do Exército Waldemar Schneider – instrutor do Tiro –, entrou em forma com pouco mais de 60 homens dispostos em três Pelotões de aproximadamente 20 homens cada, comandados pelo Aspirante do Exército Januário Coelho da Costa, pelo 2º Tenente-Atirador do Tiro Nº 4 Hugo Algayer e pelo Diretor de Tiro do 31, Rubens de Freitas Weyne³⁹⁶.

Dos militares comandantes, o mais antigo era o aspirante Schneider. Embora estivesse em comando de pelotão o 2º Tenente-Atirador Algayer, do Tiro Brasileiro de Porto Alegre, o 4º da Confederação do Tiro Brasileiro, como sua formação era de atirador, mesmo possuindo um posto superior, neste caso perdia a precedência para qualquer militar do Exército. Naquele momento, surgia em cena Januário Coelho da Costa, um nome de múltiplas habilidades que seria muito presente em Pelotas.

Nessa época, era presidente do Tiro, Fernando Osorio, que em abril pediu afastamento por ter sido eleito Deputado Federal, deixando, em seu lugar, o vice-presidente, Coronel Joaquim de Assumpção Junior, permanecendo até dezembro de 1914. Joaquim, em seguida, foi eleito para o período de janeiro a dezembro de 1915, sendo substituído, de março a outubro, pelo “saudoso evangelizador do civismo rio-grandense João Simões Lopes Netto”³⁹⁷.

Em 5 de abril de 1912, houve um *raid*³⁹⁸ de infantaria realizado entre Pelotas e Retiro, por 26 sócios em um percurso de 30 km, vencendo, em 1º lugar, o Atirador João Delamare, sendo premiado com um fino revólver oferecido pela Intendência e, em 2º lugar, o Atirador Otto Hechtheuer, tendo recebido como prêmio, uma espada ofertada pelo Tiro³⁹⁹. Era uma atividade comum a todos os tiros, constando da reunião de pequenos grupos de atiradores ou individualmente, que recebiam uma tarefa a ser cumprida, exigindo velocidade e superação de obstáculos, despendendo grandes sacrifícios e finalizando com a realização de tiros em alvos entre 100m e

³⁹⁶ Almanach de Pelotas de 1918, p. 165.

³⁹⁷ Ibidem.

³⁹⁸ Termo em inglês para significar incursão. Incursão ou infiltração é a penetração em terreno inimigo com o objetivo de provocar-lhe algum dano, capturar algum material ou algum inimigo, ou resgatar alguma pessoa em seu poder.

³⁹⁹ Ibidem.

300m. Vencia o que cumprisse as exigências em menor tempo e melhor desempenho nas tarefas.

De sua criação até a incorporação da primeira turma de reservistas no início de 1913, decorreram pouco mais de sete anos. Esse período foi utilizado para o seu desenvolvimento patrimonial, social, educacional-militar e para a promoção do interesse local pela prática do tiro. Inicialmente, não havia o ensino do curso de evoluções militares; somente os referentes à promoção e formação do bom atirador e algumas atividades típicas da Infantaria, como o *raid* de 1912. Por isso que na data de sua confederalização já contava com 549 sócios-atiradores formados ou em formação.

Conforme Bento (2003, p. 4), a primeira turma de reservistas do Tiro Nº 31 foi entregue à comunidade em 9 de agosto de 1913, em solenidade realizada no Salão Nobre da Intendência de Pelotas, quando era seu presidente o Capitão da Guarda Nacional, João Simões Lopes Neto⁴⁰⁰.

No terceiro trimestre, frequentaram os exercícios de tiro 48 sócios que, após terem efetuado 310 disparos, foram considerados com desempenho satisfatório⁴⁰¹. Levando-se em consideração que, em 1909, possuía 549 sócios e, quatro anos depois, somente 48 realizaram em média 6,4 disparos cada um, independente do número de sócios que possivelmente não decresceu, concluo que houve somente um exercício de tiro em um único dia e que pelo menos entre julho e setembro de 1913, o Tiro 31 esteve deserto, possivelmente tendo o clima – inverno com temperaturas baixas – como um dos fatores de compreensão.

A 2ª turma de reservistas formou-se em 23 de dezembro com os seguintes concluintes: Arthur Carneiro, Otto Hecthheuer, Delmar Portella e Carlos Brokestedt⁴⁰². Na admissão aos cursos militares oferecidos no tiro, o cidadão era considerado sócio ou atirador. Um era sinônimo do outro. Isso porque o atirador

⁴⁰⁰ Conforme O TIRO Nº 51 (1913, p. 226) e o Almanach de Pelotas de 1918, p. 166, essa turma possuía um número de sócios superior. Contudo, somente receberam a caderneta de reservista nessa ocasião os senhores Armando Rezende, com grau 10, Mario Hugo Lagos, grau 8, Fernando Falco, grau 7, Paulo Etchbest, grau 7 e José Luiz do Nascimento, grau 7, que frequentaram, com aproveitamento, os cursos de tiro e de evoluções militares, sendo examinados e aprovados pelos Segundos Tenentes Otto Feio da Silveira, Francisco Marques Fernandes e Elpidio Felisberto Lopes Martins no dia 22 de junho de 1913. O discurso alusivo à ocasião foi proferido por João Simões e os sócios fizeram uma homenagem ao instrutor, Tenente Schneider.

⁴⁰¹ O TIRO Nº 56-57, 1913, p. 415.

⁴⁰² Almanach de Pelotas de 1918, p. 166.

deveria ser sócio e pagar mensalidade para ter o direito ao curso e, no final, diante da aprovação, era formado Reservista. Apenas como exemplo, em 1929, o Dr. Bruno Mendonça Lima (1895-1983), sócio do Tiro de Guerra Nº 31, pagou sua filiação em duas etapas de 12\$000 (doze mil réis), uma paga em janeiro, correspondente ao primeiro semestre, e outra em julho, correspondente ao segundo semestre, comprovando que a mensalidade era de 2\$000 (dois mil réis)⁴⁰³.

É de se ressaltar que, desde agosto de 1910, o Tiro Nº 31 estava funcionando com sede e linha de tiro como sendo próprios, mesmo que o terreno inicialmente fosse arrendado como anunciado anteriormente. Assim também foi interpretado pela confederação porque essas eram duas das condições para ser reconhecida como associação confederada de primeira categoria. Em complemento a essa evidência, há o repasse indenizatório feito pelo Ministério da Guerra através do Decreto Presidencial Nº 10.454, de 24 de setembro de 1913, indenizando o Tiro em 24:184\$000 (vinte e quatro contos, cento e oitenta e quatro mil réis), referentes à metade das despesas realizadas para construção de sua linha de tiro, conforme preconizava a legislação⁴⁰⁴. Esse subsídio era uma forma de incentivar a criação de tiros.

A admissão no serviço militar prestado neste Tiro com linha de tiro própria, demonstrava grande empenho e boa capacidade de administração, sobretudo dos recursos, o que resultou em condições ideais de instrução/aula. Apenas para ilustrar, em 1917, das 430 sociedades de tiro confederadas em todo o Brasil, somente 114 possuíam linhas de tiro próprias⁴⁰⁵.

Como de costume, os tiros tiveram muitos presidentes durante a sua existência e, em 2 de janeiro de 1916, tomava posse, como presidente do Tiro Nº 31, pela segunda vez, o advogado pelotense Fernando Luis Osorio, permanecendo até 1917. Em seu discurso inaugural, exaltava o serviço militar da seguinte forma:

[...] 'Obrigatorio deve ser' pela mesma razão por que [sic] o é o pagamento dos impostos. O serviço militar é o 'imposto do sangue', é o mais pesado dos impostos: qualquer desigualdade fôra irregular no seu pagamento. E a conveniencia inadiavel dessa medida acaba com a casta militar, porque o

⁴⁰³ BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE – Pasta FML 001 – Recibos Nº 667 e Nº 1872.

⁴⁰⁴ Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil v. III, 1913, p. 964.

⁴⁰⁵ Relatório do Ministro da Guerra de 1821 – 1960, p. u2254/000047-000048.

exercito então será a Nação e a Nação o exercito, não havendo mais lugar para sargentos eternos sem disciplina, que se arvorem da noite para o dia em censores do regimen e arbitros da situação...(OSORIO, 1916, p. 18).

Fernando Osorio era neto do General Osorio e herdou deste a simpatia e o respeito ao exército e seus congêneres. A exemplo de seu pai, escreveu livros dedicados a assuntos militares, inclusive sobre seu avô, donde ressaltava a afinidade com o tema, sendo seu discurso muito parecido ao de Olavo Bilac, igualmente, como já disse, um defensor das instituições militares e da defesa territorial.

Embora estivesse em funcionamento desde 1908, somente em 1916 o Tiro recebeu 200 fuzis Mauser de origem belga fornecidos pelo Ministério da Guerra. Até então, possuía 12 fuzis da marca Mauser 1895, 100 da marca Manulicher, emprestados pelo governo estadual, e 50 da marca Chassepôt, emprestados pelo governo municipal⁴⁰⁶. Até receber esses fuzis do Ministério da Guerra, o Tiro contava com outros 162, quantidade perfeitamente viável ao bom desempenho das atividades.

O Ministério da Guerra teve dificuldades em atender à demanda das sociedades confederadas. Esse processo envolvia orçamento, compra no exterior e toda a burocracia de praxe. Por isso, no caso do Tiro 31, pelo menos a partir de sua confederalização, em 1909, demorou sete anos para receber os últimos modelos de armamento de guerra em utilização pelo próprio Exército. Ao longo do tempo, muitas sociedades foram inviabilizadas por falta de recursos como este, o armamento.

A 3ª turma de reservistas formou-se em 25 de junho de 1916, com nove atiradores⁴⁰⁷. As turmas – no Tiro 31 – eram normalmente pouco numerosas, principalmente em comparação com o número de associados. Demonstra que, por muitos momentos, houve dificuldades, principalmente em 1914 e 1915, por não ter havido nenhum reservista formado. Esse fato, embora relativize ou possa problematizar a validade do projeto, cuja finalidade era a formação de reservistas, pelo menos mantinha a promoção das atividades de tiro e de instruções militares,

⁴⁰⁶ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PELOTAS – Tiro Brasileiro de Pelotas - Relatório de 1916, p. 9.

⁴⁰⁷ Almanach de Pelotas de 1918, p. 176.

não constituindo uma perda significativa por não haver uma obrigatoriedade de formação de reservistas.

Mesmo diante de algumas dificuldades ligadas à geração de reservistas, suas atividades cívicas e patrióticas se mantinham intactas. Em 1916, sendo vista como uma liderança institucional no Rio Grande do Sul, a instituição promoveu e inspirou a criação dos Tiros de Dom Pedrito, Canguçu, Herval, Piratini, São Lourenço do Sul e Bagé⁴⁰⁸. Com relação ao Tiro de Bagé, o que deve ter havido foi seu reerguimento ou renascimento.

O Club de Atiradores da cidade de Bagé foi fundado em 3 de maio de 1904. Em seus estatutos, assegurava sua destinação, por ser uma sociedade patriótica, ao desenvolvimento, entre seus associados maiores de 15 anos, ao gosto pelo tiro, esgrima, ginástica e equitação, tornando-os o mais preparado que fosse possível à defesa da pátria. Seus estatutos haviam sido aprovados em 27 de janeiro de 1907, tendo como primeira diretoria os seguintes senhores: Presidente, Julio Brissac; Vice-Presidente, Tertuliano Vasconcellos Machado; Secretário, Hildebrando R. da Silva e Tesoureiro, Antonio Gontan Sobrinho⁴⁰⁹.

No desfile de 14 de julho de 1916, em Rio Grande, o Tiro 31 apresentou-se com um grupamento de 204 homens e sua Escola de Escoteiros, desenvolvendo uma série de atividades com essas duas escolas, tornando-se alvos de muitos elogios, sendo que todos esses acontecimentos tiveram seus resultados revertidos em favor do reerguimento do Tiro Nº 1, que passava por uma fase de dificuldades.

Em 12 de outubro de 1916 houve uma prova de tiro a 200m, obtendo o 1º lugar o Atirador Arnaldo Ferreira, sendo premiado com uma medalha de ouro ofertada pelo Tiro⁴¹⁰. Nesse mesmo ano, eram instrutores o Tenente Waldemar Schneider, Capitão-Atirador Otto Hecktheuer, 1º Tenente Manoel Cruz, 2º Tenente Armando Resende, 2º Tenente Neptuno Silveira, 2º Tenente Arthur Carneiro e Tenente Médico Dr. José Botafogo. Os Sócios Atiradores tinham variadas procedências e também variadas ocupações. Havia advogados, médicos, industrialistas, comerciantes e engenheiros, como o Dr. Manoel Luís Osorio, diretor

⁴⁰⁸ Almanach de Pelotas de 1918, p. 170.

⁴⁰⁹ BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE – Estatutos do Club de Atiradores de Bagé, 1907, p. 3.

⁴¹⁰ Almanach de Pelotas de 1918, p. 175.

da Escola de Agronomia de Pelotas⁴¹¹.

Durante boa parte das três décadas do século XX, a formação de oficiais e sargentos para a Reserva do Exército ficou nas mãos dos Tiros/Tiros de Guerra. Bastava cumprir os cursos para cada degrau hierárquico e ia ascendendo, nas graduações e nos postos, como o fez o Capitão-Atirador Otto Hecktheuer. Ele era um civil, com o “título” de capitão; entretanto, não tinha nem a formação nem as competências de um capitão do Exército. Por ter boa escolarização e ter cumprido os programas de instrução propedêuticos às promoções, chegou àquele posto. Ele pertenceu à 2ª turma de reservistas, formada em 23 de dezembro de 1913 e, três anos depois, era capitão-atirador e um dos instrutores do Tiro.

Em 19 de novembro, o Tiro realizou a 1ª “festa da Bandeira” em Pelotas. Na ocasião, o 1º Tenente-Atirador Manoel Cruz apresentou um projeto de Escola Primária Popular a funcionar junto ao Tiro. Essa ideia foi divulgada e incentivada pelo Jornal “O Paiz”, da cidade do Rio de Janeiro, em 1918, como um exemplo a ser seguido por todas as associações de tiro⁴¹².

Da 4ª turma de atiradores, compareceram 27 – essa foi a quantidade de reservistas da turma – às manobras militares realizadas nos campos de Gravatahy, Porto Alegre, em novembro de 1916, incorporados ao 9º Regimento de Infantaria do Exército⁴¹³. Essa turma, a mais numerosa até então, formou-se provavelmente em fins do mesmo mês. As manobras eram um desejo para de serem vistos os candidatos a reservistas em pleno exercício, como coroamento de sua instrução. Mas nem sempre foi possível. Essa turma, tanto para eles quanto para o Exército, foi privilegiada.

A 5ª turma de reservistas formou-se em 24 de dezembro de 1916, com 19 atiradores, sendo um deles seu presidente, Fernando Luís Osorio. Sendo um dos grandes entusiastas do tiro e seu presidente, se Fernando Osorio só se formou na 5ª turma constato que nem sempre era uma tarefa fácil para os atiradores dedicarem-se à formação completa.

A 6ª turma formou-se em 8 de julho de 1917, com 13 reservistas, somando,

⁴¹¹ Almanach de Pelotas de 1918, p. 175-176.

⁴¹² Almanach de Pelotas de 1918, p. 177.

⁴¹³ Almanach de Pelotas de 1918, p. 176.

até então, 77 reservistas formados pelo Tiro 31⁴¹⁴. Esse foi o 5º ano de atividades com formação de reservistas. Considerando a partir da 3ª turma até esta, o Tiro 31 formava uma turma a cada quatro meses.

O Tiro participava de todas as comemorações cívicas, as grandes datas. Em 1917, desfilou em comemoração ao 13 de maio, Abolição da Escravatura e, em 14 de julho, organizou uma grande formatura no Prado Pelotense em homenagem à Revolução Francesa⁴¹⁵, sendo reunidos 1.000 homens com a seguinte composição⁴¹⁶:

- a) Major de Artilharia Jonathas Borges Fortes, comandante do 5º Grupo de Obuses de Rio Grande, mais alta autoridade militar presente, acompanhado de seu Estado-Maior, Tenente de Artilharia Acacio Praxedes e Tenente-Atirador Eduardo Laudares, acrescido por Fernando Luis Osorio e o Tenente da Guarda Nacional Alfredo Mariante;
- b) uma comissão da Guarda Nacional composta pelo Major Tancredo Arruda, Capitão Carlos Bohms e Tenente Miguel da Cunha Furtado;
- c) Tiro Naval de Rio Grande, sua Reserva e a Escola de Aprendizes Marinheiros de Rio Grande que totalizaram 100 homens sob o comando do 1º Tenente da Armada Olivar da Cunha;
- d) Escola de Escoteiros de Pelotas;
- e) Tiro Nº 1 de Rio Grande, com 150 atiradores e uma Banda de Música com 42 homens, comandados pelo Capitão-Atirador Arthur Lowson, ao lado do Tenente instrutor Francisco Diniz;
- f) Tiro Nº 259 de Bagé, comandado pelo Tenente Nestor Cavalcanti, ao lado

⁴¹⁴ Ibidem.

⁴¹⁵ Uma das datas máximas do calendário cívico era a da Revolução Francesa, tendo ficado para os herdeiros do positivismo como uma data universal, comum a todos os povos. Por isso, é verificável a comemoração do “14 de julho” com grande pompa em várias oportunidades do início do século XX.

⁴¹⁶ A Opinião Publica Nº 160, de 16 de julho de 1917, p. 2; Almanach de Pelotas de 1918, p. 176-177; OSORIO, 1922, p. 173.

do Tenente-Atirador Lucidio Gontran e Tenente-Atirador Bento Gonçalves da Silva;

g) Tiro Nº 31 de Pelotas;

h) Gymnasio Lemos Junior de Rio Grande, sob a responsabilidade de seu diretor, o Dr. França Pinto, tinha como Porta-Bandeira Waldemar Valle, trouxe uma Banda de Cornetas, Corpo de Saúde e 80 alunos, sob o comando do Capitão-Aluno Carlos Pinto, ao lado dos comandantes de Pelotão, Tenente-Aluno Americo Baptista Pinto, Tenente-Aluno Darcy Campos e Tenente-Aluno Emilio Maurell;

i) Tiro Nº 357 de Bento Gonçalves, que fez-se acompanhar do seu corpo de enfermeiras;

j) Gymnasio Pelotense e Gymnasio Gonzaga;

k) Cavalaria de Polícia;

l) Corpo de Bombeiros e outros Tiros.

Também estava presente o Coronel Honorário Antonio Carlos Lopes. Na oportunidade, imediatamente antes do desfile, foi realizada a formatura da 1ª turma de escoteiros de Pelotas, com juramento dos formandos, sagração e batismo da sua Bandeira, diante de uma assistência de 10 mil pessoas⁴¹⁷. Esse 14 de julho, ao que tudo indica, foi a primeira grande festa cívica do interior do Rio Grande do Sul.

O 14 de julho não era grandioso somente neste evento. No Gymnasio Pelotense também era cultuado, como relatado por Amaral (2003, p. 132-133:

O grupo realizava [a sociedade literária Grêmio dos Estudantes] sessões comemorativas onde eram proferidos ardorosos discursos nas datas cívicas e patrióticas, como a da Abolição da Escravatura, da Independência do Brasil, da Descoberta da América e da Proclamação da República. Como não poderia deixar de ser, tendo em vista o contexto dese período, a data da Revolução Francesa recebia especial atenção desta sociedade, que aproveitava o ensejo para exaltar os ideais de 'Liberdade, Igualdade e

⁴¹⁷ Almanach de Pelotas de 1918, p. 176-177; OSORIO, 1922, p. 173.

Fraternidade', tão caros aos maçons e republicanos da época. Estas reuniões eram animadas por banda de música e no auditório, além de professores e alunos do Gymnasio, parentes e amigos, sempre havia convidados ilustres como o intendente municipal, o vice-cônsul da França, membros da Maçonaria e lideranças políticas ligadas ao Partido Republicano Rio-Grandense. Após a finalização dos discursos, curiosamente, era usual que oferecessem aos convidados presentes um copo d'água. Esta prática era comum em diversas reuniões sociais.

Imaginar que essa sociedade literária trouxe de Porto Alegre o vice-cônsul da França para seu evento é, a meu ver, de uma perplexidade e de uma potência inimagináveis. Os frutos desses sentimentos vividos e cultuados nesse passado eram formadores de uma intelectualidade e de um poder de discernimento que não se vê há muito tempo. São pérolas de uma iniciativa, de uma liberdade e de uma confiança nascidas, promovidas e executadas no ambiente escolar, onde eram formadas pessoas como não se formam mais. Portanto, esses sentimentos eram externados em eventos públicos, como na formatura e desfile de 1917, e intramuros também. Estavam em todos os lugares porque eram valores que habitavam nas pessoas, nos alunos.

Outro fato que se soma à importância do dia 14, coincidência ou não, é o aniversário da promulgação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, ocorrida em 1891, quando era Presidente do Estado Júlio de Castilhos. Entre seus signatários constituintes, há: Carlos Barbosa Gonçalves, Epaminondas Piratinino de Almeida, Dr. Gervasio Alves Pereira, Ismael Simões Lopes, Júlio de Mendonça Moreira, Luiz Carlos Massot e Fernando Luiz Ozorio (sic)⁴¹⁸.

Em 7 de setembro, participaram do desfile cívico na cidade do Rio de Janeiro, uma Companhia do Tiro 31 e sua Banda Musical, uma companhia do Tiro Nº 1 e outra do Tiro 259 de Bagé, comandados pelo Capitão-Atirador Otto Hecktheuer do Tiro 31, tendo o grupamento recebido, como reconhecimento, uma medalha de ouro⁴¹⁹.

Na vigência da 7ª turma, havia mais de 800 associados e, destes, frequentavam com regularidade mais de 400 atiradores.

Abaixo Apresento, em seguida, uma fotografia da capa da partitura musical dedicada ao Tiro Brasileiro de Pelotas, Nº 31 da Confederação. Embora não haja

⁴¹⁸ BRASIL, 1896, p. 85-86 e Diário Popular nº 158 de 13 de julho de 1919, p. 1.

⁴¹⁹ Almanach de Pelotas de 1918, p. 178.

data no documento, estimo que seja entre 1913 e 1917, período entre a presença do Tenente Januário Coelho da Costa e o último ano em que os tiros tinham a designação de “Tiro Brasileiro”.



Figura 27 – Capa da Partitura Musical do Hino do Tiro Brasileiro de Pelotas.

Fonte: Acervo do pesquisador.

Em primeiro plano está o atirador com seu uniforme e todos os créditos da arte. Ao fundo, apresenta-se o muro do Tiro 31, formado por uma paliçada à meia altura e, em seu portão, está a inscrição “Aqui aprende-se a defender a PÁTRIA”. Era uma escola de civismo, patriotismo, uma Escola de Instrução Militar. Na parte de dentro desse documento, a partitura, há também a letra do hino, abaixo transcrita a seguir:

LETRA DO HYMNO DO TIRO 31

Letra - Tenente JANUARIO COELHO DA COSTA

Música - Dr. FERNANDO LUIS OSORIO

1º

Somos todos aqui preparados
Para, ufanos da patria grandeza,
Como invictos, heroicos soldados,
Conserval-a de opprobios illesa.
Sempre fomos amantes da paz
Si a deshonra, porém, fôr-lhe o custo,
Antes morte, na luta tenaz,
Receber como heróe, como justo.

2º

Não durmamos na doce utopia
De uma eterna ventura illusória
E, si a guerra inquietar-nos um dia
Lograremos a paz na victoria.
Conservemos na nossa Bandeira
Esse trecho de céu sempre azul
Que define a União Brasileira
E onde fulge o Cruzeiro do Sul.

Côro:

**Não é, pois, por amarmos a guerra,
Mas a honra de nosso Paiz,
Que ergueremos, por valle e por serra,
Nosso cantico alegre e feliz.**

Côro:

**Não é, pois, por amarmos a guerra,
Mas a honra de nosso Paiz,
Que ergueremos, por valle e por serra,
Nosso cantico alegre e feliz.**

Como todo cântico de inspiração militar, esse é um hino de glória, disposição de sacrifício, de honra e de luta, enaltecendo as virtudes da vida e da vida em defesa da pátria.

O Tiro 31 também produziu uma série de publicações entre 1916 e 1917, destacando-se:

'Patria Nova'	colletanea, ilustrada, edição de arte, com allocuções, discursos, poesia e conferencias de Olavo Bilac, Alcides Maya, Victor Russomano, João Simões, Fernando Osorio, Quincio Barcellos, Maciel Moreira, Coelho da Costa, Gomes de Freitas, Souza Soares, Bruno Chaves, D. Honorina Corrêa, Pinto Botelho, Rubens Weyne, Eurico Leite, Ernesto Ribeiro, Simões de Mattos, etc.
'Discurso de Posse'	Fernando Osorio
'Relatório'	da presidencia, edição ilustrada (anno social de 1916).
'Festas Nacionaes'	conferencias civicas de João Carlos Machado, Victor Russomano, João Simões Netto, Joaquim Luis Osorio, M. Seraphim Gomes de Freitas, Manoel Luis Osorio, Bruno de Mendonça Lima, G. Romeu Iruzun e Rubens de Freitas Weyne.
'Regulamento'	da Banda Musical do Tiro 31.
'Continencias'	nova tabella.
'Escola de Escoteiros de Pelotas'	cartazes e schemas lytographados a côres, em grande formato.
'Promptuario do Escoteiro'	em preparação.
'A Lição da Patria'	apelo á Mocidade por Fernando Osorio.
'Dobrado'	offerecido ao pres. do 31 pelo maestro Malheiros.
'Marchemos'	canção do Tiro 31 pelo sargento-atirador Francisco Trebbi, música do maestro Francisco Braga ⁴²⁰ .
'Hymno do Escoteiro'	letra do Professor Rubens Weyne, musica do dr. Fernando L. Osorio.
'Hymno do Tiro 31'	letra do Tenente Januario Coelho da Costa, musica do dr. Fernando Luís Osorio.
'Hymno Nacional'	edição definitiva, letra de Ozorio Duque Estrada.
'Culto aos Heróes'	ilustrada, homenagem dos Escoteiros de Pelotas aos Veteranos do Paraguay, 24 de maio de 1917, com allocuções de Fernando Luís Osorio e Rubens Weyne.
'Circulares'	pró-escotismo, aos Intendentes Municipales e ás Sociedades de Tiro do Estado.
'O Escotismo'	a idéa lançada no Rio grande, com allocuções de Fernando Luís Osorio e Rubens Weyne.
'Memorial'	que dirige a Escola de Escoteiros de Pelotas ás associações congeneres do Rio Grande do Sul em fundação por iniciativa da mesma Escola.

(ALMANACH DE PELOTAS de 1918, p. 168).

A sede do Tiro 31, bem como a própria instituição, funcionaram, igualmente, como um centro cultural gerador ou propagador de ideias, principalmente ligadas à educação, patriotismo e civismo. Por isso mesmo, houve esse padrão didático e moralizador, usando de meios editoriais para produção e reprodução de material educacional.

⁴²⁰ Compositor da música do Hino à Bandeira brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a apresentação dos resultados desta pesquisa sobre as *Manifestações da Cultura Militar no Espaço Educacional Brasileiro Durante a Primeira República: o Contexto de Pelotas*, considero que o ato de revisitar algumas cenas deste passado vivido por muitos de nossos predecessores em vários lugares do Brasil, além de ter como resultado cabal este texto, acredito que possa se constituir em mais uma possibilidade de colocar à disposição de pesquisadores de muitos vieses, principalmente da História da Educação brasileira, um tópico interessante, pouco escolhido ou pouco acolhido: a participação do Exército brasileiro na educação nacional.

Através do que me foi possível verificar nesta pesquisa, evidencio que o Exército no território brasileiro, uma instituição também formadora, dotada de uma história educacional instituída a partir de 1698 em seu embrião português, e que, desde então, não cessou de atuar, tem seu lugar na História da Educação Brasileira. De uma forma ou de outra, essa instituição sempre tentou manter-se na vanguarda de seu tempo, nem sempre conseguindo o sucesso pretendido. O Exército é uma Escola. E isso não é uma metáfora. É no dia a dia, na sua episteme, na sua essência, uma Escola.

Como instituição composta de instâncias educativas, possui uma estrutura pedagógico-educacional bem organizada, o que não significa estar no consenso geral de um exemplo a ser seguido. Não se deve, contudo, diante do quadro que ilustra sua história, acreditar na inviabilização ou invalidação de suas iniciativas. Quando trato, aqui, de averiguar ou mesmo avaliar, qual o grau de importância ou de influência de suas propostas educacionais, busco fundamentar e compartilhar dados para que outros pesquisadores realizem críticas positivas e negativas sobre a

temática abordada.

A forma como me utilizei das fontes e referenciais e como estruturei as análises me permite pensar que apresento um texto ao estilo de uma *Pedra de Roseta*⁴²¹. Aqui há uma linguagem militar, uma linguagem acadêmica e uma linguagem centrada nas legislações. Contudo, todas têm como a educação ponto convergente,.

Diante de todos os aspectos aqui referidos, é possível trazer evidências relevantes da educação também em sua concepção regional e mesmo local para qualquer contexto brasileiro. Pelos objetivos aqui propostos, há um enfoque maior para a cidade do Rio de Janeiro, para o Estado do Rio Grande do Sul e para a cidade de Pelotas.

Acredito que a preocupação, neste texto, não foi simplesmente a reprodução de acontecimentos. A partir da escolha do tema e da forma como fui selecionando os dados, ou como as circunstâncias foram me colocando diante dos documentos basilares desta narrativa, tenha conseguido lançar um olhar criterioso sobre possibilidades de serem analisados os mesmos acontecimentos de um pretérito interessante e comum a mais de um pesquisador, aumentando a capacidade de mais e maiores reflexões.

Cabe ressaltar que a efetiva conquista do Brasil pelos portugueses só foi possível por intermédio da instalação de um sistema defensivo localizado, primeiramente, às margens das vias navegáveis nos locais mais vitais. Em virtude da grande distância da metrópole portuguesa e por ter sido considerada, a partir de determinado momento, uma colônia relevante, o Brasil passa a receber recursos que lhe permitiram alguma autonomia e algum avanço em muitos aspectos.

Em 1698, em uma dessas fortificações – Forte do Calabouço –, o enviado do Rei D. Pedro II, Capitão-Engenheiro Gregório Gomes, especialista em engenharia de fortificação, inaugura a atividade docente militar na Colônia – primeiro curso militar do Continente Americano – ao ensinar o ofício a seu substituto e outros alunos. Em 1762, nesse forte, foi edificada a Casa do Trem que, depois de 31 anos, deixava de servir como instalação de logística e passava a sediar cursos de

⁴²¹ Uma pedra de granito negro, contendo um texto escrito em três línguas, datada de aproximadamente 200 anos antes de Cristo, encontrada na cidade egípcia de Roseta, em 1799, pelas tropas napoleônicas.

formação para oficiais e praças do Exército Colonial, dando início a um processo educacional que, além de não cessar, aprimorava, ampliava e, acompanhando as evoluções territorial e política, participava ativamente da educação brasileira, dentro e fora dos quartéis.

Da Casa do Trem e seu processo evolutivo, surgiram os cursos de formação de oficiais das diversas especialidades e, ainda, a Escola Polytechnica, primeira instituição de ensino superior de engenharia civil do Brasil. Toda essa estrutura arquitetônico-educacional – ao lado das demais –, transformou-se em legado permanente para as gerações futuras que, de uma forma ou de outra, souberam valorizar as ideias mais incipientes de edificação de uma cultura escolar diante das necessidades de uma terra em vias de desenvolvimento.

Assim como os Jesuítas, também as forças de terra e mar portuguesas – antes daqueles – por onde se estabeleceram, inspiraram a formação de núcleos urbanos à sua volta com a participação de militares, seus familiares e civis de todas as matizes. E essas forças, a exemplo do Forte do Calabouço, necessitaram instalar uma estrutura defensiva. Para isso, também tiveram que prover meios de produção, manutenção e reparo – logística – de seu armamento, ferramental e mobiliário, implementando um parque industrial, mais conhecido por arsenal. Estes estabelecimentos, que requeriam mão de obra especializada, providenciaram uma estrutura educacional que, além de prover habilitações, alfabetizavam.

Por essa natureza educacional, foram disponibilizados às populações infantis lindeiras dos arsenais, a alfabetização, o ensino profissional, assistência médica, uniformes e uma educação aquartelada em tempo integral. Foi proporcionado aos adultos das mesmas localidades, de igual modo, oportunidade para que, à noite – turno inverso ao do trabalho –, fossem alfabetizados e aprendessem o ensino de elementos básicos de matemática como uma possibilidade de melhoria de vida. Dessa forma, o Exército participava de um projeto educacional além-muros, na medida de suas possibilidades, alcançando algumas localidades desse vasto território.

Embora o Exército brasileiro, até meados do século XX, não fosse uma instituição tão nacional quanto o alto comando desejava – por limitações de toda ordem, principalmente orçamentária, não podia ter efetivo em tantas localidades

quanto fosse necessário –, servia de parâmetro para avaliação das condições da população nacional quanto à saúde física e nível educacional. Tudo era muito precário.

Aliado ao fato de ser, para o mesmo período – até meados do século XX –, um lugar pouco atrativo, a parcela da população que prestava o serviço militar apresentava índices alarmantes de analfabetismo. Como alternativa de alteração desse quadro, foi modificada a destinação das Escolas Regimentais, passando a ser formadas como escolas de alfabetização, ensino dos rudimentos de matemática e outras matérias de interesse militar, além de estimular o conhecimento através de bibliotecas. Era mais um passo na direção de sua participação na evolução do nível educacional brasileiro.

Depois de sua participação na Guerra da Tríplice Aliança Contra o Governo do Paraguai, o Exército brasileiro, mais precisamente os oficiais de média e alta patentes, cultivou, por diversas motivações, um importante grau de animosidade contra a hierarquia imperial que, como já bem explorado pela historiografia, resultou na deposição do Imperador D. Pedro II e sua geração familiar e política, em 15 de novembro de 1889. Naquele momento, naufragava a monarquia e emergia a república com uma cultura de inspiração positivista absorvida por militares e civis.

A boa jornada nos campos de batalha paraguaios, associada ao golpe republicano, permitiu que a fase provisória da direção do país coubesse aos militares do Exército. Os primeiros momentos revolucionários na cidade do Rio de Janeiro estavam repletos de apoiadores de múltiplas formas. Dentre eles, um segmento da população saltava aos olhos: professores e alunos da Faculdade de Medicina e da Escola Polytechnica, que decidiram apoiar o Governo Provisório, alistando-se e formando dois Batalhões Acadêmicos, um em cada escola.

Destes, o que teve mais destaque foi o da Polytechnica, que permaneceu, de 1889 a 1894, apoiando o governo de Deodoro e, mais tarde o de Floriano, tendo, inclusive, entrado em combate contra os revoltosos da Armada. A Escola Polytechnica era uma instituição de graduação em engenharias, herdeira de parte das tradições da Escola Central, onde foram formados militares e civis no mesmo ambiente escolar e, depois da dissolução em dois segmentos, em 1874 – a Escola Militar da Praia Vermelha para os militares e a Escola Polytechnica para os civis –,

esta ainda tinha em seu corpo docente, por longo tempo, inúmeros oficiais do Exército, proporcionando àquele espaço educacional um dos *locus* do positivismo.

Neste contexto, o que devo enfatizar é a permeabilidade que, em determinados momentos, pode ser observada entre militares e civis, sendo os militares capazes de participar de eventos de natureza primordialmente civis e a população civil possuindo a mesma capacidade de acorrer às necessidades do Exército e da Armada em momentos cruciais.

No início do século XIX, o Brasil passou a receber e a vivenciar, por influências estrangeiras, várias modalidades de práticas de educação corporal que já há meio século eram experienciadas em alguns países da Europa. Eram séries de exercícios ginásticos ou de educação física, com a intenção de dar nova forma ao corpo humano, proporcionando-lhe mais saúde, mais vigor físico e mais disciplina. Por estar sendo todo esse conjunto de métodos acompanhado e desenvolvido por médicos, estes viam, na sua larga escala de aplicação, um verdadeiro exercício de sanidade coletiva.

Com a mesma perspectiva dos médicos, surgiram educadores, juristas e políticos propondo medidas institucionais para a implantação de atividades físicas nas escolas. Enquanto suas intenções permeavam debates e discussões, algumas iniciativas individuais e societárias foram criadas, colocando em prática, a seu modo, o método que julgavam ser o adequado para atingir seus objetivos. O sueco, concorrente principalmente do francês, foi o mais popular durante algum tempo,.

O Exército – e parte de seus recursos humanos – foi igualmente afetado pela propaganda dessa atividade e, pelo menos desde 1872, havia ginástica nos Arsenais de Guerra, destinada aos aprendizes artífices. Durante o século XX, a partir da criação da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro do Rio Grande, uma agremiação destinada à propagação dos benefícios da atividade de atirar como meio de constituição de uma reserva para o Exército, foi constatado que, para a realização de apreciáveis resultados no tiro, o corpo do atirador deveria estar com sua musculatura em condições de suportar a grande quantidade de disparos e as jornadas extenuantes de uma guerra.

Com esse propósito, foi dispensada mais atenção à ginástica/educação física, passando o tiro e o preparo físico a estarem em íntima conexão. Outro

atributo que ajudava a dar “liga” na tarefa de preparar um reservista eram as instruções sobre moral. Elas ajudavam a desenvolver um conjunto de motivações, responsabilidades e obrigações com o intuito de inculcar, nos futuros reservistas, o compromisso com a família e com a pátria, podendo, em último caso, oferecer a esta a própria vida em sacrifício.

A partir de 1905, foi aprovado, em decreto, práticas de ginástica/educação física em todas as escolas de formação de oficiais, praças de *pret* e nos Colégios Militares onde a educação escolar tinha forte destinação à carreira das armas. Mesmo com um decreto implantando-a, sua prática foi acontecendo de forma tímida, crescente e sem grandes exigências.

No início do século XX, o Exército, com a intenção de evoluir, adotou, como medida modernizadora, um convênio com o Exército alemão, considerado o mais eficiente de sua época., Desse modo, envia, entre 1906 e 1912, vários oficiais para apreenderem sua doutrina de guerra, com o compromisso de repassarem esses ensinamentos em seu retorno. O empreendimento foi bem sucedido, entretanto, impedido de continuar por conta da deflagração da primeira Grande Guerra Mundial e suas consequências. Nesse conflito, além da derrota alemã, sua força naval ofendeu a soberania brasileira com vários e injustificáveis ataques a navios mercantes, obrigando o Brasil a declarar-lhe guerra – uma declaração tímida, pálida, quase imperceptível.

Em virtude do fracasso na manutenção desse primeiro intercâmbio cultural militar, o Brasil – ainda carente de aperfeiçoamento militar em sua força terrestre –, contrata da França um dos vencedores do último conflito, uma Missão Militar de Instrução, aqui permanecendo de 1920 a 1940, e, como uma trágica marca, de igual forma esse intercâmbio foi interrompido por causa da deflagração da Segunda Grande Guerra Mundial. Porém, desta vez, até mesmo em função do tempo, a transferência cultural e tecnológica pôde produzir os necessários frutos, alguns de maior durabilidade e outros nem tanto.

A doutrina de guerra foi o fruto de menor duração e que tornou-se rapidamente obsoleta. Durante a participação brasileira nessa última guerra, tão logo a Força Expedicionária Brasileira (FEB) desembarcou na Itália e foi enquadrada sob o comando 5º Exército Americano, teve que esquecer tudo o que assimilou dos

franceses e aprender o modo de fazer guerra à americana. Portanto, antes de entrar em combate, praticou exercícios de guerra com a nova doutrina.

Quanto aos frutos mais duradouros, estes foram a consolidação e melhoria das condições pedagógicas da Escola de Sargentos de Infantaria, destinada à formação de sargentos instrutores para atender às Linhas de Tiro, Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar, com vistas à formação de reservistas de 2ª Categoria do Exército, a instrução física de método francês e a criação do Centro Militar de Educação Física. Este é o legado mais importante e que ainda vive no que resultou de sua evolução, a Escola de Educação Física do Exército, primeira instituição federal destinada aos estudos, formação e difusão da educação física, de importância internacional.

Em 1928, o Ministro da Guerra, em iniciativa ousada, propõe a implantação da educação física em todos os estabelecimentos de ensino e que encontra, entre seus apoiadores, Fernando de Azevedo. Foi uma atitude impositiva, vertical e como forma de impor a educação física diante da resistência quase que geral a essa novidade repleta de benefícios, mas pouco compreendida. Naquele momento, o que o Exército pensava lhe ser benéfico, também acreditava que pudesse ser útil à juventude em geral, porque esse era o segmento que lhe interessava como futuros e prováveis reservistas.

A cultura da prática do tiro no Brasil tem suas origens nos imigrantes alemães e seus descendentes, pautada em rituais de festividade, tanto como desporto como recreação, principalmente no Sul do Brasil. No mesmo período e até o final do século XIX, houve iniciativas particulares em algumas localidades, além do Exército, que criou algumas linhas e instituições com a finalidade de adestramento do tiro. Entretanto, elas pouco foram frequentadas e não conseguiram alterar a histórica deficiência da inabilidade de suas tropas na execução do tiro.

Somente em 1902 o quadro institucional do tiro teve possibilidade de ser modificado, através da criação, na cidade do Rio Grande, RS, da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro pelo farmacêutico Antonio Carlos Lopes, em conjunto com um grupo de cidadãos, os quais desejaram fundar uma instituição que pudesse ensinar a atirar com o propósito de ser formado um contingente de patriotas aptos a constituírem uma reserva para eventuais necessidades.

A julgar por seu estatuto, foi intencional e consciente que ela servisse como órgão divulgador do desporto, como escola de aprendizes de atirador e, ainda, para constituir-se como escola de civismo destinada a preparar cidadãos para a defesa do país. Com toda essa estrutura política, administrativa e cívica, ela afetou positivamente o modo dos militares pensarem a estratégia de defesa do Brasil.

Em pouco tempo essa iniciativa inspirou outras associações e o Exército, atento a tudo isso, vislumbrou seus benefícios através da forma como foi concebida por Carlos Lopes. Assumindo a direção e coordenação do projeto, ele deu mais potência à ideia, permitindo a proliferação de centenas de sociedades com o mesmo fim.

Aquela sociedade foi o divisor de águas da concepção de mobilização do Exército. Ampliou sua participação na sociedade civil, popularizou o serviço militar na nova modalidade, sem os mesmos rigores do tradicional serviço militar, com menor carga horária e com a possibilidade da continuação das responsabilidades do cidadão em suas tarefas cotidianas, recebendo, ao fim do tempo, a Caderneta de Reservista de 2ª Categoria, quitando o serviço militar.

Para corroborar com essa afirmação, divulgava-se pensamentos pedagógicos em favor do serviço militar nessas instituições como, por exemplo: “A linha de tiro facilita a todo brasileiro sem distincção de fortuna, de crenças religiosas e politicas a maneira mais suave do pagamento do tributo militar á Patria, pois não exige o seu afastamento do lar nem a interrupção de sua actividade profissional”⁴²². Posto dessa forma, o serviço militar possibilitava uma alternativa muito oportuna para o conflituoso tempo em que as leis de prestação do serviço militar foram tema de extenso, acirrado e confuso debate.

O Tiro de Guerra, no concerto da cronologia desta pesquisa, embora tivesse a participação de militares em sua direção e condução das instruções, não era considerada uma organização militar. Tanto os tiros de guerra quanto as linhas de tiro estavam na concepção das Escolas de Instrução militar. Somente mais tarde foram concebidos os tiros de guerra como Organizações Militares, como quartéis.

Mesmo sem que as linhas de tiro e os tiros de guerra existissem da forma tão ampla e geral quanto desejava o Exército, essas escolas permitiram que

⁴²² O Tiro de Guerra Nº V, 1930, p. 19.

houvesse, generalizadamente, uma expansão da nacionalidade, da brasilidade, da cidadania, do patriotismo e da integração nacional através do discurso de uma única fala e de um único sentido: o Brasil. Um país para os brasileiros em que, de norte a sul, independente das várias culturas então figurantes, ao menos a língua fosse a mesma e as obrigações e sacrifícios, também fossem os mesmos.

O Exército, depois das experiências nos campos de batalha do Paraguai, mesmo vitorioso, notadamente teve dois grandes problemas nascidos de uma única deficiência: viveu as dificuldades de recrutamento e o desperdício de munição por não ter uma tropa hábil no atirar. São problemas de um recrutamento sem preparo e sem treinamento. Uma guerra não pode ser feita só com a cara e a coragem!

A partir da sociedade do Rio Grande, o horizonte foi descortinando uma nova paisagem e, após 1908, quando da promulgação da lei sobre o serviço militar, de igual forma foi oficializada a obrigação da instrução militar aos alunos a partir de 16 anos de idade. Mesmo havendo dificuldades no início, em muitas instituições houve a aceitação, por parte de seus alunos, desse compromisso, sendo essa formação realizada dentro das instituições de ensino e ministrada por oficiais e sargentos. Eram as Escolas de Instrução Militar, dentro da mesma concepção dos tiros de guerra e linhas de tiro.

Foi mais um método de constituição de uma reserva inteligente, no vigor da juventude e com a vantagem de avançar na preparação de um cidadão integral para o bem da sociedade e da nação. Além das instruções tipicamente militares, havia as de educação moral, educação cívica, ginástica/educação física e a adoção de uniformes com estética militar, da cabeça aos pés.

A partir do estabelecimento da obrigatoriedade do serviço militar, o projeto educacional do Exército encontrou, através da parceria com as linhas de tiro e tiros, mais defensores e mais adeptos, uma possibilidade eficiente de alcançar um grande número de rapazes, com todas as lições que julgava adequadas para tornar o Brasil uma nação fortalecida, pela constituição de uma reserva numerosa e sadia sob o ponto de vista da educação cívica, educação moral e educação física, entre outras disciplinas.

Pelo número expressivo de linhas de tiro e tiros de guerra, era notório que a sociedade civil apoiava o projeto. Os frutos de todas as sociedades adeptas ao tiro,

em especial da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro de Rio Grande, ainda sobrevivem através dos 251 Tiros de Guerra existentes no Brasil, com um lema que remonta aos seus primeiros dias: “Tiro de Guerra: Ontem e Hoje, uma Escola de Civismo e Cidadania!”.

No Rio Grande do Sul, um estado por excelência afeito às coisas da guerra, com uma história militar reluzente de lutas e conquistas, as linhas de tiro e tiros de guerra encontraram terreno fértil. Estavam presentes em 101 municípios, podendo variar para mais ou para menos, conforme a época. Quanto às instituições de ensino que receberam a instrução militar do ensino secundário ao ensino superior, houve, em média, 24 e, em algumas localidades, havia mais de uma, de 1909 até o fim do recorte cronológico desta pesquisa.

Em Pelotas, no mesmo período, havia duas instituições de ensino secundário com instrução militar: o Gymnasio Pelotense e o Gymnasio de São Luiz Gonzaga. Havia, também, outras instituições educacionais que, embora não possuíssem Escolas de Instrução Militar, tinham toda a formação militar que as anteriores, menos as de armamento e tiro, funcionando com base na pedagogia escoteira. Essas instituições eram a Escola de Escoteiros de Pelotas, as escolas da rede pública municipal, o Patronato Agrícola Visconde da Graça e a Escola Sagrado Coração de Jesus, esta aos cuidados do Gymnasio de São Luiz Gonzaga. Por ter sido o escotismo criado por um militar, grande parte da filosofia que embala esse estilo de vida está repleta de ensinamentos militares com as devidas adaptações para o fim a que se destina. Por isso mesmo encontrou, mundo afora, grande aceitação por aqueles que viam/veem com bons olhos a cultura militar.

Depois da criação do Tiro 31 e até 1917, este passou a concentrar, na cidade e região, todas as iniciativas de grande repercussão sobre moral, civismo e patriotismo, principalmente em eventos cívicos com grande participação da população, além de ser um centro tipográfico de divulgação e produção cultural e intelectual sobre os mesmos temas. Em todas as atividades, sempre se fazia acompanhar dos Gymnasios Pelotense e Gonzaga e da Escola de Escoteiros de Pelotas, da qual era seu mentor.

Depois de percorrer por todos esses lugares e instâncias, depois de verificar como se processava o pensamento dos Ministros da Guerra deste recorte

cronológico e tentar, por estes, conferir seus níveis de preocupação, participação e influência na educação nacional, considero que eles efetivamente tentaram, por meio diversos recursos, principalmente pela fabricação de leis, assumir e impor a todo o país, suas perspectivas educacionais a partir de sua cultura profissional e educacional.

De certa forma, obtiveram sucesso, mesmo em amplitude relativamente restrita, porque seus objetivos eram o de alcançar todo o território nacional. Mesmo não conseguindo devido a um grande conjunto de limitações, onde conseguiram “fincar” sua bandeira, o panorama lhes foi favorável e possibilitou a que essa paisagem da cultura militar fosse bem vista. Ainda que com recursos impositivos por legislação e/ou por persuasão, sua força não foi tão eficiente e não conseguiu ser acatada em plenitude. Quem quis essa associação foi a ela unida de bom grado. Aos demais, não houve desconforto ou represálias.

Em Pelotas, os ambientes social, cultural e econômico, aliados à força de muitas lideranças políticas, militares e seus simpatizantes, possibilitaram que os interesses educacionais da cultura militar manifestados pelos Ministros da Guerra, tivessem fôlego e prosperidade. Tornou-se uma cidade, assim como outras pelo Brasil, em que os uniformes militares e os militarizados permeavam, em grande número, a arquitetura urbana e o ânimo, a “alma” dos comportamentos dentro e fora das escolas.

Por essa predisposição quase que natural, considero que *as instituições de ensino em Pelotas constituíram-se em importante locus para a disseminação da cultura militar durante a Primeira República*. Indo além, afirmo que a cidade foi um *locus* privilegiado para a disseminação daquela cultura, momento em que, a modernização pedagógica e o engajamento de muitos intelectuais do emergente sistema republicano nacional, passavam por aspectos vinculados à militarização dos espaços educacionais.

E isso não significou que a infância e juventude pelotenses – mantendo-me agora somente neste espaço – fossem militarizadas, mas que pelos espaços educacionais perpassavam conceitos e práticas inerentes aos quartéis. Se for necessário contrapor e substituir esse equívoco conceitual, prefiro utilizar como expressão que, nesse período estudado, a infância e a juventude escolares,

ficaram mais comprometidas com as obrigações e noções de comportamento, disciplina e respeito em todos campos do relacionamento humano.

E foi através desse ideal, o do aperfeiçoamento da raça – sob o ponto de vista dos higienistas –, através de uma pedagogia aplicada à constituição de um novo modelo de ser humano, que muitos projetos educacionais da Primeira República foram de fato tutelados pelo Exército e seus projetos de visão nacional, nem sempre de forma consensual, nem sempre bem sucedidos, mas com uma forte intenção de avançar, principalmente, quando seus interesses também podiam ser beneficiados.

REFERÊNCIAS

A DEFESA NACIONAL – Revista de Assuntos Militares. Rio de Janeiro: [s. n.], Anno XII, Nºs 137-138, Mai e Junho de 1925.

A DEFESA NACIONAL – Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros. Rio de Janeiro: Bibliex, Nº 759, Jan/Mar-93.

AGUIAR, José de. **Á CASERNA**: episodio dramatico – em um acto. Rio Grande: Oficinas do Rio Grande, 1921.

ALVES, Cláudia Maria Costa. **Cultura e Política no Século XIX**: o Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. A Contribuição do Exército à Cultura Escolar do Brasil no Século XIX. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – A Educação e seus Sujeitos na História, 2006, Goiás. **Anais Eletrônicos**. Local: Universidade Católica de Goiás, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenada-eixo03-CA.htm>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

ALVES, Eliseu de Mello. **O Futebol em Pelotas**: 1901-1941. Pelotas: Livraria Mundial, 1984.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas**: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas – (décadas de 1930 a 1960). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. **Gymnasio Pelotense e a Maçonaria**: uma face da história da educação em Pelotas. Pelotas: Seiva, 2005.

ANDRADA JUNIOR, José Bonifacio Caldeira de. **ESBOÇO DE UMA HYGIENE DOS COLLEGIOS APPLICÁVEL AOS NOSSOS** – Regras principais tendentes á conservação da saude e ao desenvolvimento das forças phisicas e intellectuais, segundo as quaes se devem regular os nossos collegios. Tese de Medicina – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1855.

ARQUIVO NACIONAL. **Fundo Góes Monteiro**: inventário analítico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

ARRIADA, Eduardo. **A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: a desoficialização do ensino público. Jundiaí: Paco, 2011.

ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice. AS SCHÜTZENVEREINE – Sociedades de Atiradores – de Santa Cruz do Sul: um tirocerto na história do esporte no Rio Grande do Sul. **Revista Esporte e Sociedade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 7, n. 20, Set. 2012.

AXT, Gunter (Org.). **As Guerras dos Gaúchos**: história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul: Nova Prova, 2008.

AZEVEDO, Fernando de. **Sociologia Educacional**: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1951.

_____. **Princípios de Sociologia**: pequena introdução ao estudo de sociologia geral. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

_____. **A Educação e Seus Problemas**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958. Obras Completas v. III, tomo II.

BADEN-POWELL, Lord. **Escotismo para Rapazes**: um manual de instrução em boa cidadania por meio das artes mateiras. Tradução [?]. Escoteira; Escola Profissional Champagnat: Porto Alegre, 1975.

BANKS, Marcus. **Dados Visuais par Pesquisa Qualitativa**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARRETO, Annibal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2010.

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 Anos**: história da economia do município. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BECKER, Klaus. Enciclopédia Rio-Grandense – **O Rio Grande Antigo**. Canoas: Regional, 1956, v. 1.

BENTO, Cláudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **A Educação Cívica e o Espírito Militar na Visão do Capitão da Guarda Nacional João Simões Lopes Neto (1865-1916)**. Resende: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2003.

BILAC, Olavo. **Últimas Conferências e Discursos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.

_____; NETTO, Coelho. Educação Moral e Cívica - **Contos Patrios** (para as creanças). 19. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL - **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro** – 1891 a 1940 - PR_SOR 00165_ 313394. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?.bib=313394&pagfis=107740&pesq=&esrc=s&url=http://memoria.bn.br/docreader>>. Acesso em jan. de 2015.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. **Almanach de Pelotas**: variedades, informações, propaganda. Pelotas: [s.n.], 1918.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. **Almanach de Pelotas**: variedades, informações, propaganda. Pelotas: [s.n.], 1928.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. **Almanach de Pelotas**: variedades, informações, propaganda. Pelotas: Lithographia Globo, 1929.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. CARRICONDE, Clodomiro C. **Album de Pelotas**: centenario da independencia do Brasil – 1822 – setembro - 1922. Pelotas: [s.n.], 1922.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **A Opinião Pública nº206**, de 08 de setembro de 1903.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **A Opinião Pública nº207**, de 09 de setembro de 1903.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº248**, de 26 de outubro de 1902.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº165**, Pelotas-RS, de 24 de julho de 1906.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº166**, Pelotas-RS, 25 de julho de 1906.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº169**, Pelotas-RS, 28 de julho de 1906.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº186**, Pelotas-RS, de 17 de agosto de 1906.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº250**, de 1º de novembro de 1916.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº252**, de 4 de novembro de 1916.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **A Opinião Publica Nº 160**, de 16 de julho de 1917.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº 1**, de 1º de janeiro de 1918.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº 6**, de 8 de janeiro de 1918.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº 158**, de 13 de julho de 1919.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº 195**, de 27 de agosto de 1919.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº 195**, de 27 de agosto de 1919.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº215**, de 14 de setembro de 1924.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº216**, de 16 de setembro de 1924.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº219**, de 19 de setembro de 1924.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular nº 146**, de 27 de junho de 1925.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. Jornal **Diário Popular Nº 4**, de 6 de janeiro de 1931.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. **Pasta da Família Mendonça Lima 001**. Recibos Nº 667 e Nº 1872, 1929.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. **Relatório do intendente**, de 1919. Pelotas: [s.n.].

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. **Relatório do intendente**, de 1920. Pelotas: [s.n.].

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. **Relatório do intendente**, de 1924. Pelotas: Livraria do Globo, 1925.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. **Relatório do intendente**, de 1927. Pelotas: Globo, 1927.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Centro de Documentação e Obras Valiosas. **Relatório do intendente**, de 1928. Pelotas: Diario Popular, 1928.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Acervo de Jornais. Diário de Rio Grande. **Exercito sem Gente**, Nº 140.758, Rio Grande-RS, 22 out. 1902, p.1.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **Estatutos do Club de Atiradores da cidade de Bagé**. Bagé: Oficinas Typographicas de O Commercio, 1907.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **Estatutos do Tiro Brasileiro do Rio Grande** – Sociedade Nº 1 da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio Grande, 1907.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº 1** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Capital Federal: Officina Typographica da Escola Gerson, 14 de janeiro de 1909 (reimpressão modificada de 1914).

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº2**– Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Reimpressão modificada. Capital Federal: Officina Typographica da Escola Gerson/Quartel General do Exercito, Anno I, 4 de março de 1909.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº3** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Capital Federal: Officina Typographica da Escola Gerson, 19 de março de 1909 (reimpressão modificada de 1914).

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº5** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Capital Federal: Officina Typographica da Escola Gerson, 30 de abril de 1909 (reimpressão modificada de 1914).

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº6** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Capital Federal: Quartel General do Exercito, 15 de setembro de 1909.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº8** - Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Quartel General do Exercito, 16 de outubro de 1909.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº10** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Capital Federal: Quartel General do Exercito, 30 de novembro de 1909.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº11** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Quartel General do Exercito, dezembro de 1909.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº13** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Quartel General do Exercito, janeiro de 1910.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº15** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Quartel General do Exercito, fevereiro de 1910.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº19** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Quartel General do Exercito, janeiro de 1910.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº23** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Capital Federal: Quartel General do Exercito, agosto de 1910.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº24** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Quartel General do Exercito, setembro de 1910 .

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº 48** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Capital Federal: Quartel General do Exercito/Officina Typographica da Escola Gerson, Anno V, março de 1913.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro Nº 51** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Escola Gerson, junho de 1913.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro N^{os} 56-57** - Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Escola Gerson, novembro-dezembro de 1913.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro N^o71** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Escola Gerson, fevereiro de 1913.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro N^{os}66-67**– Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, de setembro-outubro de 1914.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro N^o 68** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Ministerio da Guerra, novembro de 1914.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro N^o 76** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Officina Typographica da «Escola Gerson», julho de 1915.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro N^o 87** – Revista da Confederação do Tiro Brasileiro. Rio de Janeiro: Quartel General, junho de 1916.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra N^o III** – Orgão Oficial da Directoria Geral do Tiro de Guerra. Rio de Janeiro: [s. n.], março de 1919.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra N^o 4** – Orgam Oficial da Directoria Geral do Tiro de Guerra. Rio de Janeiro: [s. n.], abril de 1920.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra N^oIV** – Orgam Oficial da Directoria Geral do Tiro de Guerra (Ministerio da Guerra): revista bimensal de assumptos militares. Capital Federal: Quartel General do Exercito, outubro-dezembro de 1925.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nºs I e II** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra (Ministerio da Guerra): revista bimensal de assumptos militares. Capital Federal: Quartel General do Exercito, jan.-jun. 1926.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº III** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra (Ministerio da Guerra): revista bimensal de assumptos militares. Capital Federal: Quartel General do Exercito, julho-setembro de 1926.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº IV** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra (Ministerio da Guerra): revista bimensal de assumptos militares. Capital Federal: Quartel General do Exercito, outubro-dezembro de 1926.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº III** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra (Ministerio da Guerra): revista bimensal de assumptos militares. Capital Federal: Quartel General do Exercito, julho a setembro de 1926.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº III** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra (Ministerio da Guerra): revista bimensal de assumptos militares. Capital Federal: Quartel General do Exercito, maio-junho de 1927.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº II** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra (Ministerio da Guerra): revista bimensal de assumptos militares. Capital Federal: Quartel General do Exercito, março e abril de 1927.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº IV** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra (Ministerio da Guerra): revista bimensal de assumptos militares. Capital Federal: Quartel General do Exercito, julho-agosto de 1927.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nºs V e VI** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra (Ministerio da Guerra): revista bimensal de assumptos militares. Capital Federal: Quartel General do Exercito, setembro-dezembro de 1928.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº I** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra – Ministerio da Guerra. Janeiro-fevereiro de 1929.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº II** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra – Ministerio da Guerra. Março-abril de 1929.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº III** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra – Ministerio da Guerra. Maio-junho de 1929.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº IV** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra – Ministerio da Guerra. Julho-agosto de 1929.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº VI** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra – Ministerio da Guerra. Novembro-dezembro de 1929.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº III** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra – Ministerio da Guerra. Maio-junho de 1930.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº IV** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra – Ministerio da Guerra. Julho-agosto de 1930.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº V** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra – Ministerio da Guerra. Setembro-outubro de 1930.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **O Tiro de Guerra Nº IV** – Orgam Official da Directoria Geral do Tiro de Guerra – Ministerio da Guerra. Setembro-outubro de 1933.

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. Sala da Diretoria. **TIRO DE GUERRA Nº 1 - Registro de Sócios de nº 1 a nº 777.**

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, v. 2, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 1999.

BORGES, Luís. **A primeira Manifestação Crítica Sobre Contos Gauchescos de João Simões Lopes Neto**. Pelotas: Núcleo de Estudos Literários/IFSUL Campus Pelotas; Confraria Cultural e Científica Prometheu, 2012.

BORGHETTI, Alessandro. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais – 2ª Zona. Rio Grande-RS.

BRAGA, Gustavo Lisboa. **Da Casa do Trem à AMAM**: fragmentos da história da AMAM na visão de um cadete fundador. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

BRASIL. Actos do Poder Executivo. Ministério da Guerra. **Decreto de 8 de maio de 1908** – Approva o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela lei n. 1860 de 4 de janeiro de 1908. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica/colecao2.html>>. Acesso em maio de 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 2.006**, de 24 de Outubro de 1857. Approva o Regulamento para os collegios publicos de instrucção secundaria do Municipio da Côrte. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2006-24-outubro-1857-558097-publicacaooriginal-78997-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei Nº 1.114, Art. 6º e § 5º de 27 de setembro de 1859. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-1114-27-setembro-1860-556118-publicacaooriginal-75787-pl.html>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 2.556, de 26 de Setembro de 1874. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2556-26-setembro-1874-589567-publicacaooriginal-114514-pl.html>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei Nº 3.397, de 24 de novembro de 1888. **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3397-24-novembro-1888-542068-publicacaooriginal-49329-pl.html>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 429, Art. 5º item Nº 4 de 10 de Dezembro de 1896. **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-429-10-dezembro-1896-540243-publicacaooriginal-40209-pl.html>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto Nº 1.503, de 5 de setembro de 1906. **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1503-5-setembro-1906-582999-publicacaooriginal-105775-pl.html>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 6.464, de 29 de Abril de 1907. **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6464-29-abril-1907-522569-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 1.860, de 4 de Janeiro de 1908. **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Disponível no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 12.708, de 9 de Novembro de 1917. **Coleção de Leis do Império do Brasil.** disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12708-9-novembro-1917-525564-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30 jan. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Nº 4.028 de 10 de janeiro de 1920.** <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-4028-10-janeiro-1920-570887-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 jan. 15.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil - 1889, Página 259 Vol. 1 pt II. **Decreto nº 10.203, de 9 de março de 1889** - Approva o Regulamento para as Escolas do Exercito. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10203-9-marco-1889-542444-publicacaooriginal-51423-pe.html>>. Acesso em: fev. 2014.

BRASIL. Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1879 - Actos do Poder Executivo - **Decreto nº 7.247**, de 19 de abril de 1879 - Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio.

BRASIL. Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1895. **Lei nº 284 de 30 de julho de 1895**. Fixa as forças de terra para o exercicio de 1896. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18729#>>. Acesso em: jan. 2014.

BRASIL. Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1908. **Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exercito**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18730>>. Acesso em: jan. 2014.

BRASIL. Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. I, 1912.

BRASIL. Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1911. **Decreto nº 8.660, de 5 de Abril de 1911** - Approva o regulamento para o Collegio Pedro II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18732#>>. Acesso em: jan. 2014.

BRASIL. **Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1913**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. III, 1916.

BRASIL. Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil- Actos do Poder Executivo - **Decreto Nº 14.331** de 27 de agosto de 1920- Regulamento para Escola de Sargentos de Infantaria. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. III tomo I, 1921.

BRASIL. Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil- Actos do Poder Executivo - **Decreto Nº 14.784** de 27 de abril de 1921- Approva o Regulamento de Instrucção Physica Militar para todas as armas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. III, 1922.

BRASIL. Collecção das Leis do Imperio. **Decretos, Cartas e Alvaras de 1822**. disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>. Acesso em maio de 2015.

BRASIL. Collecção das Leis do Imperio. **Decretos, Cartas e Alvaras de 1823**. disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes /doimperio/ colecao2.html](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html)>. Acesso em maio de 2015.

BRASIL. Decisões do Ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1908. **Aviso Nº 25**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

BRASIL. **Decisões do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1909**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

BRASIL. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Terceiro Fascículo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL. **Decreto nº 6.947**, de 8 de Maio de 1908 - Approva o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6947-8-maio-1908-511501-norma-pe.html>>. Acesso em jan. 2014.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional Nº 117**, de 22 de setembro de 1905. disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD22SET1905.pdf#page=>>>. Acesso em: dez. 2014.

BRASIL. **Diário Oficial da União Nº 208** de 7 de setembro de 1906. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2063152/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-12-1921/pdfView>>. Acesso em: out. de 2014.

BRASIL. **Diário Oficial da União Nº 169** de 26 de julho de 1919. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1819376/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-07-1919/pdfView>>. Acesso em: maio de 2015.

BRASIL. **Diário Oficial da União Nº 294** de 17 de dezembro de 1921. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1688294/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-07-09-1906/pdfView>>. Acesso em: maio de 2015.

BRASIL. **Diário Oficial da União Nº 96** de 23 de abril de 1927. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1837755/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-23-04-1927>>. Acesso em: out. de 2014.

BRASIL. **Diário Oficial da União Nº 10** de 12 de janeiro de 1930. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1800237/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-01-1930/pdfView>>. Acesso em: dez. de 2014.

BRASIL. **Diário Oficial da União Nº 14** de 17 de janeiro de 1930. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1809231/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-01-1930/pdfView>>. Acesso em: dez. de 2014.

BRASIL. **Diário Oficial da União Nº 245** de 23 de outubro de 1933. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2199827/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-23-10-1933/pdfView>>. Acesso em: dez. 2014.

BRASIL. **Diário Oficial da União Nº 252** de 31 de outubro de 1933. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2208166/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-31-10-1933/pdfView>>. Acesso em: dez. 2014.

BRASIL. Legislação da Republica dos Estados Unidos do Brazil – **A Constituição Federal e as Constituições dos Estados - República do Brazil**. Pelotas e Porto Alegre: Echenique & Irmão - Editores - Livraria Universal, 1896. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1211291541174218181901.pdf>>. Acesso em: jul. 2015.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 3.224, de 10 de março de 1899. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Disponível em: <<http://www.legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=46934&norma=62702>>. Acesso em: 15 set. 2013.

BRUM, Rosemary Fritsch. **Caderno de Pesquisa**: notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937. São Luís: EDUFMA, 2009.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

CALKINS, Norman Alisson. **Primeiras Lições de Coisas**: princípios fundamentaes das lições de coisas. Tradução de Ruy Barbosa. 40. ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional 1886.

CALMON, Pedro. **A Vida de D. Pedro II**: o rei filósofo. Rio de Janeiro: Bibliex, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1994.

CAVALCANTI, Nireu. Rio Capital da Colônia. In: PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (Org.). **Rio de Janeiro**: cinco séculos de história e transformações urbanas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Provincial Presidents Reports - Relatório do Ministro da Guerra de 1821 – 1960 em: Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em 06 set. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes – Ministerial Reports - Relatório do Ministro da Guerra de 1821 – 1960. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em: fev. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1906. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2243/contents.html>. Acesso em 06 set. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1909. Confederalização do Tiro Brasileiro Santa Mariense. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2246/000022.html>. Acesso em 06 set. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1909. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2246/000097.html>. Acesso em 06 set. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1909 – Instrução Militar - Confederação do tiro Brasileiro. Disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2246/000020.html>. Acesso em: jun. 2014.

Center for Research Libraries – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1821 – 1960. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2246/000097.html>>. Acesso em 06 set. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1911- Administração Militar – das Regiões Militares - Parte XII: Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2247/000082.html>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1821 – 1960. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2254/000047-000048.html>>. Acesso em 06 set. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1909- Rio Grande do Sul – Academias – Collegios equiparados ao Gymnasio Pedro II. Disponível em: <<http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2246/000099.html>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1917- Sociedades de Tiro. Disponível em: <<http://www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2254/000012.html>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1917- O Effectivo do Exercito. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2254/000017.html>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1917. Declaração de Guerra à Alemanha. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2254/000138>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1920. Escola de Sargentos de Infantaria. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2333/000086.html>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1920. Centro Militar de Educação Physica. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2335/000152.html>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1921. Centro Militar de Educação Physica. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2334/000045.html>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1921. Escolas Regimentais. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2259/000011.html>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1921. O Papel dos Oficiais. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2259/000016.html>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Guerra de 1925. Disponível em: <brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2259/000288-000289 e [000291.html](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2259/000291.html)>. Acesso em: jun. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos de 1891. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>. Acesso em 06 set. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1908 – Incumbências do Ministério. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1901/000004.html>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1908 – oficiais da inatividade do Exército em comando na Guarda Nacional. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1901/000179.html>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1908 – Solicitação ao Ministro da Guerra. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1901/000184.html>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro da Justiça de 1825 – Atribuições do Ministro da Justiça. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1613/000015.html>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro das Relações Exteriores de 1916 e 1917. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1787/>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro das Relações Exteriores de 1917 e 1918. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1788/>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Ministro das Relações Exteriores de 1919. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u799/000017.html>>. Acesso em: maio de 2015.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes – Relatórios dos Presidentes de Província de 1911. A Brigada Militar no exercício de tiro. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u791/000010.html>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes - Relatórios do Presidente de Província de 1830-1930, Estado do Rio de Janeiro. Mensagem à Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente da terceira e última sessão ordinária da 1ª legislatura de 1891, Dr. José Thomaz da Porciuncula. Petrópolis: Typographia Werneck, 1º de agosto de 1894.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Global Researces Networkes – Relatórios dos Presidentes de Província de 1908 a 1910. **Forças Militares**. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

CLARO, Livia. Pensando a guerra e a nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e suas ideias sobre o Brasil no contexto da Primeira Guerra Mundial (1915-1919). **História: Debates e Tendências**. Revista de História do PPGH/UPF – v. 14, n. 2, jul./dez. p. 292-305, 2014.

CENTRO DE HIDROGRAFIA DA MARINHA. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/dhn/chm/box-levantamento-hidrografico/historico.html>>. Acesso em 05 jul. 2014.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro (Orgs.). **Instituições Educacionais na cidade do Rio de Janeiro**: um século de história (1850-1950). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009.

COLLEGIO GONZAGA. **Distribuição de Premios** – Aos 21 de dezembro de 1899. pelotas: Typographia a Vapor da Livraria Americana, 1899.

COLÉGIO MARISTA SANTA MARIA. Acervo Histórico d\ Biblioteca Irmão Daniel. Santa Maria, RS.

COLÉGIO PAULA FREITAS. Disponível no Blog: <<http://www.relembrancas.com>>. Acesso em: 6 de fev. 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA – Exército Brasileiro. Quartéis por Estado. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br>>. Acesso em maio de 2015.

COLÉGIO GONZAGA. Disponível em: <<http://www.colegiogonzaga.com.br/Pagina/204>>. Acesso em: set. 2015.

COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE. Museu e Centro de documentação.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.cob.org.br/comite-olimpico-brasileiro/100-anos/conquistas-historicas-do-esporte-olimpico-brasileiro>>. Acesso em: dez. 2014.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Olympic. Org - Official Website of the Olympic Movement. Disponível em: <<http://www.olympic.org>>. Acesso em: dez. 2014.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COSTA, Tenente Januario Coelho da; OSORIO, Dr. Fernando Luis. **Hymno do Tiro Brasileiro de Pelotas**. Pelotas: Adolfo Schwab, [entre 1906 e 1913].

DA COSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

DINIZ, Carlos Francisco Sica. **João Simões Lopes Neto**: uma biografia. Porto Alegre: AGE/UCPEI, 2003.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**: dos conflitos com indígenas aos choques da reforma agrária (1996). Rio de Janeiro: Bilbiex, 2001.

ESCOLA POLYTECHINA. **Atas das Sessões da Congregação de 31 de outubro de 1888 a 11 de julho de 1898**. Rio de Janeiro: Museu da Escola Politécnica-UFRJ.

ESTADO DE SÃO PAULO. Polícia Militar de São Paulo-Escola de Educação Física da Polícia Militar. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/eef/historico.html>>. Acesso em jan. de 2015.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Arquivo Histórico do Exército. **Livro de Matrícula nº 4 do Tiro de Guerra Nº 1 de 1928 a 1933**. Rio Grande, 1933.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Arsenal de Guerra do Rio. Disponível em: <<http://www.agr.eb.mil.br/paginas/historico.php>>. Acesso em: abr. de 2015.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Escola de Educação Física do Exército. Disponível em: Escola de Educação Física do Exército. Disponível em: <<http://www.esefex.ensino.eb.br/index.php/institucional/historico>>. Acesso em jan. de 2015.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Estatuto dos Militares** - Decreto-Lei Nº 3.084 de 1º de março de 1941.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Arquivo Histórico do Exército-Palácio Duque de Caxias. **Regulamento Interno e dos Serviços Gerais nos Corpos de Tropa do Exército (RISG)**. Capital Federal: Imprensa Militar, 1920.

EXÉRCITO BRASILEIRO. REPARTIÇÃO DE AJUDANTE GENERAL. Collecção das Ordens do Dia publicadas no anno de 1872 (de nº 822 a 903). Rio de Janeiro: Typografia do Diario do Rio de Janeiro, 1874.

EXÉRCITO BRASILEIRO. REPARTIÇÃO DE AJUDANTE GENERAL. Collecção das Ordens do Dia (de nº 19 a 152). Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1890.

FARIA, Ernesto (Org.) **Dicionário Escolar Latino-Português**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1967.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação da história da educação. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, nº. 1, p. 139-159, Jan./ Abr. 2004.

FIGUEIREDO, José Galtério. **Tiro de Guerra Nº 1**: depoimento (mai. 2014). Entrevistador: Genivaldo Gonçalves Pinto. Rio Grande: Bibliotheca Rio-Grandense, 2014. Entrevista concedida para a Tese: As Instituições de Ensino em Pelotas constituíram-se em importante *locus* para a disseminação da cultura militar de 1901 a 1930.

FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz - Código de Referência: BR RJCOC TS-PI-01-04 - **Antônio Carlos Lopes** - Texto biográfico sobre o criador do tiro de guerra brasileiro – março de 1977.

FORTE DO GRAGOATÁ. Niterói. Acesso em 05 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.2csm.eb.mil.br/index.php/institucional/historico/forte-do-gragoata.html>>. Acesso em: jan. de 2014.

FRAGO, Antonio Viñao. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In: WARDE, M. J. (Org.). **Contemporaneidade e educação**. Temas de História da Educação. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação, 2000. p. 93-110.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Almanaque Brasileiro Garnier(1903-1914) e Gazeta Litteraria (1883-1884)** – PR-SOR-06078-348449. Rio de Janeiro: [s. n.], [191-]. Recompilada sob a direção de José Honório Rodrigues. Brasília: UnB, 1981. Disponível na Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital, através de: <[www.http://hemerotecadigital.bn.br](http://hemerotecadigital.bn.br)>. Acesso em: 16 mai. 2013.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Biblioteca Digital. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro – 1891 a 1940 – PR_SOR_00165_313394, p. 1035. Acesso em 20 set. 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Sessão de Publicações Seriadas - microfilme - PRC-SPR 1 (166) – **Jornal do Commercio 1889** – Out-Dez – Vol 67 nº 273-364. Jornal do Commercio de 19/11/1889, Rio de Janeiro – Anno 67 – N. 322.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Sessão de Publicações Seriadas - microfilme - PRC-SPR 1 (166) – **Jornal do Commercio 1889** – Out-Dez – Vol 67 nº 273-364. Jornal do Commercio de 20/11/1889, Rio de Janeiro – Anno 67 – N. 323 - Editorial Gazetilha.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Sessão de Publicações Seriadas. **Correio do Povo**. Edição Nº 118, de 16 de novembro de 1889.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - Sessão de Publicações Seriadas - microfilme - PR-SPR 6 (11) – Jornal O Paiz – 1889 – Julho a Dezembro. **O Paiz**. Rio de Janeiro – 17/11/1889 - Anno VI – N. 1868.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Sessão de Publicações Seriadas. **O Paiz**. Domingo, 17/11/1889 - Anno VI – N. 1868. Localização: microfilme – PR-SPR 6 (11) – Jornal O Paiz – 1889 – Julho a Dezembro. Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-CPDOC. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/bertoldo_klinger>. Acesso em: jan. 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-CPDOC. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/euclides_figueiredo>. Acesso em: jan. 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/CDA Oswaldo Aranha).

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Nezilda Leci Godoy. **Metodologia do Ensino de Educação Física**: curso normal superior – licenciatura para os anos iniciais do ensino fundamental. Curitiba: IBEPEX, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALLEY, Tenente Manuel Vieira. **Guia do Candidato a Reservista** - Theoria. São Paulo: Melhoramentos, 1924.

HERSKOVITS, Melville Jean. **Man and his works**: antropologia cultural. Tradução de Maria José de Carvalho e Helio Bichels. 1. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1963. Tomo I.

HOBBSBAWM, Eric John Ernest. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ILLUSTRAÇÃO PELOTENSE. Revista Quinzenal, nº 12. Pelotas: [s.n.], 15 de dezembro de 1919.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. Biblioteca – **Discurso de Posse como sócio do Coronel de Artilharia Germano Seidl Vidal na Cadeira Nº 40**. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1977.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PELOTAS. Biblioteca Dr. Paulo Duval - Tiro Brasileiro de Pelotas - **Relatório de 1916**. Pelotas.

IRUZUN, Gregório Romeu et al. **Histórico do Colégio Municipal Pelotense: 1902-1952**. Pelotas: Livraria do Globo, 1952.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Tradução de Ruy Jungmann; consultoria Renato Lessa. Rio de Janeiro : Zahar, 1997.

JORNAL CORREIO DO POVO. Arquivo. Escoteiros de 1914. **Jornal Folha da Tarde nº 109**, Porto Alegre, 9 de setembro de 1954.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação: Sociedade Brasileira de História da Educação-SBHE**. Campinas: Autores Associados, v.1, nº 1, p. 9-43, Jan./Jun. 2001.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

KILPP, Cecília Elisa; MAZO, Janice Zarpellon; LYRA, Vanessa Bellani. Um Olhar Histórico Sobre a Emergência dos Primeiros Clubes Esportivos na Cidade de Teutônia, no Rio Grande do Sul. **Revista Pensar a Prática, Universidade Federal de Goiás**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. **SciELO**, História v. 25 nº 2, Franca, 2006. Dossiê: Cultura e Política. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742006000200004>. Acesso em jul. 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1996.

LIGADA DEFESA NACIONAL- **Boletim nº 114**. Rio de Janeiro, 1º trimestre 1979.

LEMBRANÇA PARA OS ALUMNOS DO GYMNASIO SÃO LUIZ GONZAGA. Anno Escolar de 1900 a 1915. Pelotas: Livraria Americana; Echenique Irmãos & Cia; Livraria Universal. (Edições Encadernadas).

LEMBRANÇA PARA OS ALUMNOS DO GYMNASIO GONZAGA. No Anno Escolar de 1916 a 1925. Pelotas: Livraria Americana; Livraria Commercial; A Guarany. (Edições Encadernadas).

LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA. Anno Escolar de 1926. Pelotas: Livraria Commercial, 1926.

LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA. Anno Escolar de 1927. Pelotas: Livraria Commercial, 1927.

LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA – Escola Superior de Commercio – Officialisada e fiscalisada pelo Governo Federal - Anno Escolar de 1928. Pelotas: Livraria do Globo, 1928.

LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA – Escola Superior de Commercio – Officialisada e fiscalisada pelo Governo Federal - Anno Escolar de 1928. Pelotas: Livraria do Globo, 1929.

LEMBRANÇA DO GYMNASIO GONZAGA – Escola Superior de Commercio – Officialisada e fiscalisada pelo Governo Federal - Anno Escolar de 1930. Pelotas: Livraria do Globo, 1930.

LIVRO DO TOMBO da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus de Pelotas.

LUZ, Maturino da (Coord.). **Antiga Escola Militar de Rio Pardo**: história e arquitetura. Porto Alegre: Defender, 2007.

MAGALHÃES, Justino. Cartografia Institucional e História da Educação. In: BERGER, Miguel André. **As Instituições Educativas Para a Juventude de Sergipe**. Maceió: EDUFAL, 2012.

MALAN, General Alfredo Souto. **Missão Militar de Instrução Junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

MANGEL, Alberto. **Lendo Imagens**: uma história de amor e ódio. Tradução de Rubens Figueiredo; Rosaura Eichemberg; Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

MASSOT, Ivete Simões Lopes Barcellos. **Simões Lopes Neto na Intimidade**. Porto Alegre: Bels, 1974.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do exército brasileiro – 1889-1937. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Decreto Nº 242 de 4 de março de 1890 – Constitue um Batalhão Acadêmico na Capital Federal e aprova o respectivo regulamento.

MOREIRA, Heloi José Fernandes. A Casa do Trem: berço do ensino militar e da engenharia brasileira. In: **Revista do Exército Brasileiro: 200 Anos do Ensino Militar**. Rio de Janeiro: Bibliex, v. 147, edição especial, 2011.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar – 1810-1944. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

MUSEU DA ESCOLA POLYTECHNICA. Ata nº 4, sessão nº 10 de 23 de novembro de 1889, da Congregação da Escola Polytechnica.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A Escola de Baden-Powell**: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **Instiuições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910-1930)**: imagens e imprensa. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

OSORIO, Fernando Luis. TIRO BRAZILEIRO: **Discurso** - proferido no acto da posse de presidente do Tiro Brasileiro de Pelotas Nº 31 da Confederação. Pelotas: Diario Popular, 2 de janeiro de 1916.

_____. **O Espírito das Armas Brasileiras**: nossas guerras, factos e depoimentos. Pelotas: [s.n.], 1918.

_____. **A Cidade de Pelotas**: corpo, coração e razão (1822-1922). Pelotas: Diário Popular, 1922.

OSORIO, Joaquim Luis. **Brasil!**: diurnal civico. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1920.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PARMAGNANI, Irmão Jacob José; RUEDELL, Irmão Otto. **Memorial do Colégio Gonzaga**: 100 anos dedicados à educação. Porto Alegre: Pallotti, 1995.

PASSETTI, Edson. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: Del Priore, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Apresentação do Dossiê “História Cultural & Multidisciplinaridade”. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, Rio Grande do Sul, v. 4, outubro – dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br>>. Acesso em: abr. 2013.

PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JR, Décio. (Orgs.). **Templo de Cidade, Lugar de Escola**: história, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais do Município de Rio Grande**. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Imprensa Oficial, 1944. (Bibliotheca Pública de Pelotas – CDOV 981.658/P664a).

PINTO, Genivaldo Gonçalves. **O Império da Força**: as relações do Império do Brasil coma República do Paraguai na primeira fase do pós-guerra da Tríplice Aliança (1º de maio de 1870 a 1º de maio de 1876). 2005. 216 f. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. **O Ensino Militar no Brasil**: período colonial. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.

QUEIROZ, Ney Faria. **Histórico do Colégio Municipal Pelotense**: 1902 – 1983. Pelotas: UFPel, 1986.

REIS, Antônio Manoel dos. **Almanach Brasileiro Ilustrado**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1878, p. 105. Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital. Disponível em: <[www.http://hemerotecadigital.bn.br](http://hemerotecadigital.bn.br)>. Acesso em: 15 mai. 2013.

REVISTA BRASIL-EUROPA. Correspondência Euro-Brasileira 141/2 (2013:1). BISPO, Antônio Alexandre. **Há 100 anos: a viagem da Marinha de Guerra do Império Alemão ao Atlântico e Pacífico como marco final de uma era em anos de simpatia pelo militarismo alemão do Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923)**. Disponível em: <<http://revista.brasil-europa.eu/141/Brasil-Alemanha-1913.html>>. Acesso em fev. 2015.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Marcos Henrique Camargo. **A Imagem como conhecimento Epistemológico**. Palestra proferida no V Encontro Nacional de Estudos de Imagem – II Encontro Internacional de Estudos da Imagem: Mesa Redonda: Cinema “O não-verbal na construção da subjetividade no cinema”. Londrina, maio de 2015.

SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discursosobre o “imenso hospital”. **Revista História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 16, supl.1, jul. 2009. p. 333-348.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PELOTAS. Centro de Memória e Documentação. Livros de Registros de Enfermos.

SANTOS, Magno F. de J. **O Quartel Infantil**: representações dos grupos escolaressergipanos. Revista Scientia Plena, Sergipe.v. 7, n. 7, 2011. Disponível em: <<http://www.scientiaplena.org.br.htm>>. Acesso em: nov. 2012.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 3-27.

SILVA, Arlette Pinto de Oliveira e (Org.). **Páginas da História**: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Brasília: INEP, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria Cultural e Educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOARES, Carmen Lúcia et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOCIEDADE DE GINÁSTICA PORTO ALEGRE-SOGIPA. Disponível no sítio eletrônico da Sociedade de Ginástica porto Alegre-SOGIPA: <<http://www.sogipa.com.br/portal/historia/>>. Acesso em dez. De 2014.

SOCIEDADE DE PROPAGANDA DO TIRO BRAZILEIRO – Originaes de Propostas de Socios, Tiro de Guerra Nº 1 (11 novembro 1902 – 31 outubro 1906).

TAMBARA, Elomar Antônio Callegaro. **A Educação no Rio Grande do Sul Sob o Castilhismo**. 1991. 600 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

TIRO 31. Escola de Escoteiros de Pelotas – Anexa ao Tiro Brasileiro Nº 31 – Filiada à Associação Brasileira de Escoteiros. **Homenagem dos Escoteiros de Pelotas aos Veteranos do Paraguay**. Pelotas: Tiro 31, 1917.

TIRO ALLEMÃO. **Diário de Rio Grande**, Nº 140.728, Rio Grande-RS, 14 set. 1902, p.1. Pertence ao acervo de Jornais da Bibliotheca Rio-Grandense em Rio Grande-RS, 2º semestre de 1902, Estante 72, Prateleira 6.

TIRO BRAZILEIRO. **Diário de Rio Grande**, Nº 140.722, Rio Grande-RS, 7 set. 1902, p. 2.

TIRO BRAZILEIRO. **Diário de Rio Grande**, Nº 140.788, Rio Grande-RS, 7 nov. 1902, p. 1.

TIRO DE GUERRA Nº 1 – Rio Grande-RS. **Officio Nº 56 – Faz uma apresentação**, de 12 de abril de 1929.

TIRO DE GUERRA Nº 1 – Rio Grande-RS. **Circular Nº 1 - Comunicando a Eleição e Posse da Directoria**, de 18 de janeiro de 1930.

TREVISAN, Irmão Albino. **Respiga Marista**: educação e ação social no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

TREVISAN, Leonardo N. **Obsessões Patrióticas**: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

UNIÃO GAÚCHA JOÃO SIMÕES LOPES NETO. Disponível em: <<http://www.uniaogaucha.com.br/a-uniao-gaucha>>. Acesso em: maio de 2015.

VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934)**: gênese e práticas educativas. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Frota Pessoa**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010.

VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. **Dicionário Bibliográfico Gaúcho**. Porto Alegre: Estdigital, 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-UFRJ. Museu da Escola Politécnica-MEP.

Anexo

Programma para instrucção dos candidatos a reservistas de infantaria^(*)⁴²³

(*) De accôrdo com o art. 80 do R. I. Q. T. e lettra “a” do paragrapho 12 das Directivas para os exames de reservistas dos T/G, E/I/M e Associações, do R. D. T. G.

“O fim da instrucção nos T/G, E/I/M e Associações, é formar soldados volteadores⁴²⁴, facilmente incorporaveis ao Exercito num caso de mobilização”.

Iº. – *Educação Moral e Instrucção Geral*

Educação Moral

Além da parte geral, tactica e technica, a instrucção comprehende a parte moral, destinada a elevar as almas e retemperar os caracteres, a qual é dirigida essencialmente pelos officiaes, e deve merecer-lhes o maior cuidado. Será ministrada não só mediante conferencias que procurem desenvolver a idéa de Patria e como tambem, e pricipalmente, pelo exemplo constante dos commandantes e a practica de uma estricta disciplina.

Dest’arte todos ficarão compenetrados da necessidade do esforço e o do dever, do devotamento e do sacrificio á causa commum.

(Art. 4, capitulo I, do R. I. Q. T.).

Nos T/G e nas E/I/M esta instrucção será ministrada com muito cuidado pelos instructores.

Nota – o Os senhores Inspectores deverão fiscalisar assiduamente esta parte da instrucção.

I – Amor á patria – Hymno Nacional, da Independencia e da Proclamação da Republica.

II – Amor á Bandeira – Hymno á Bandeira.

III – Obediencia e disciplina – Subordinação – Respeito – Dedicção á instrucção – Dever e a vontade.

IV – Deveres para com o Brasil.

V – O cidadão e a sociedade brasileira.

VI – A familia.

VII – A força ao serviço do direito – (Noções sobre o exercito e a marinha).

Nota – O instructor deverá ter em mente, que na educação moral não se trata de dar definições, mas de convencer os seus instruendos.

Instrucção Geral – (Appendice do R. I. Q. T.)

I – Continencia e signaes de respeito – Generalidades – Continencia individual – Continencia pelas sentinellas.

⁴²³ O TIRO DE GUERRA Nº II, 1927, p. 29-33.

⁴²⁴ É uma função básica desempenhada pelo soldado componente do Grupo de Combate (GC), menor fração da Infantaria.

Nota – Pratica da continencia, figurando casos reaes.

II – Regulamento disciplinar – Das transgressões disciplinares – Os principaes crimes militares.

III – Procedimento – no quartel, na rua, nos estabelecimentos publicos, logares de diversões, vehiculos, etc.

Em casos especiaes de licença, doença, guarda, sentinella, plantão, como testemunha, cumprindo uma ordem – Perante pessoas e auctoridades civis.

Em viagem por mar e por terra – (particularmente) na Estrada de Ferro.

IV – Organização do Regimento de Infantaria gradativamente minuciosa até a menor fracção – O serviço militar – O tributo militar no Exercito activo e na reserva – O compromisso do soldado – Deveres dos reservistas – Deveres comuns e em casos de manobra ou mobilisação – A hierarchia militar no Exercito e na Armada – Os uniformes e distinctivos no Exercito e na Armada, dos officiaes e praças.

V – Nomes do Chefe da Nação e das altas auctoridades militares.

VI – Canções militares.

2º. – O treinamento physico e particularmente o treinamento na marcha

“O fim da instrucção physica militar é adaptar o soldado á sua função de combatente, desenvolvendo-lhe o valor physico, por um treinamento commedido e racional, apropriado aos meios disponiveis nas Sociedades de Tiro e nos Estabelecimentos de Ensino”.

Nota – O fim especial da instrucção physica, no caso particular, é despertar o amor pelos exercicios physicos e pelos desportos.

Insistir sobre a conveniencia da pratica dos jogos desportivos para a belleza physica da raça.

Adaptação ás especialidades

I – Esgrima de bayoneta:– (R. I. Ph. M., 2ª parte).

II – Lançamento de granadas dadas nos exercicios de I. Ph. M.

III – Treinamento physico dos volteadores – (R. Ph. M., 2ª parte).

(Consultar nesta parte o livro – “Manual de Instrucção Physica” – do Capitão Barbos Leite e 1º Ten. Jair Dantas Ribeiro).

Treinamento na marcha

Treinamento gradativamente progressivo da marcha, a começar por 4 Klms., chegar a 24 Klms. com o equipamento completo. Este treinamento terá logar de 15 em 15 dias, sob a fiscalisação directa do instructor.

3º. – A escola do soldado, do grupo de combate. – (R. E. C. I., 1ª. parte, 2ª. edição).

“Os exercicios de ordem unida ensinam os movimentos necessarios ás paradas, mas, incidentemente educam a tropa na disciplina de fileira, desenvolvem o sentimento de cohesão e os reflexos de obediencia, elementos essenciaes na formação do soldado. Nas circumstancias criticas, as tropas que mais capricharam na ordem unida é que se mostram mais inabalaveis e mais arroçadas”.

(R. E. C. I. – Relatorio, pag. 39).

“Em particular a instrucção individual é erigida como base da instrucção da tropa”.

(R. E. C. I. – Relatorio, pag. 38).

I – *Instrucção sem arma* – (Titulo II, Capitulo I do R. E. C. I., 1ª parte).

II – *Instrucção com arma* – (Capitulo II do R. E. C. I., 1ª parte).

III – *Escola do Grupo* – (R. E. C. I., 1ª parte, Titulo III, Cap. I).

IV – *Exercicios de ordem unida* – (Capitulo II, R. E. C. I., 1ª parte).

4º. – *O tiro das differentes armas e petrechos*⁴²⁵ *da infantaria (fuzil, mosquetão*⁴²⁶*.)*

Nota – Menos o tiro do F. M. e Mtr.

“A instrucção de tiro na infantaria tornou-se mais importante devido á complexidade de engenhos de que foi esta dotada e a consequente preponderancia que assumiu a acção pelo fogo”.

Fuzil e mosquetão 1908 – (R. T. A. P., 1ª. parte).

“O fuzil é por excellencia, a arma do infante.....

.....

A instrucção de tiro de fuzil deve ser dada com esmero a todos os infantes, (tenham ou não de servir-se normalmente dessa arma) procurando-se fazer de cada soldado um atirador *eximio*”. (Artigo 225 do R. E. C. I., 2ª. parte).

5º. – *Os movimentos de ordem unida do pelotão.*

(R. E. C. I., 1ª. parte, 2ª. Edição).

I – *Escola do pelotão* – (Titulo IV, cap. I do R. E. C. I., 1ª. Parte, 2ª. Edição).

6º. – *Os exercicios de maneabilidade dessas mesmas unidades.* – (R. E. C. I., 1ª parte.)

“Os exercicios de maneabilidade correspondem a outra necessidade: têm por objecto ensinar á esquadra⁴²⁷ (de fuzileiros, de volteadores), ao grupo de combate, ao pelotão, á companhia, a technica dos movimentos flexiveis e rapidos que terão de empregar em combate.

Só se fazem hypotheses tacticas extremamente simples (direcção do inimigo, effeito possível do fogo de Artilharia e, eventualmente, de infantaria): trata-se de uma gymnastica preparatoria de combate”.

(Relatorio do R. E. C. I., pags. 40 e 41). – (Capitulo III do R. E. C. I., 1ª. parte).

⁴²⁵ Petrechos ou apetrechos são artefatos bélicos, munições e armas.

⁴²⁶ Um tipo de arma longa, comparável ao fuzil, mas com menor comprimento de cano.

⁴²⁷ É a divisão do Grupo de Combate. Este tem duas esquadras.

Exercícios de maneabilidade do grupo.

Exercícios de maneabilidade do pelotão.

Exercícios de maneabilidade da companhia – (Título V, capítulo I, páginas 154, 155, 156, 157 e 158 do R. E. C. I., 1ª. parte, 2ª. edição.)⁴²⁸

7º. – *O conhecimento e a utilização do terreno; o emprego da ferramenta de sapa*⁴²⁹

«O fim desta instrução é ensinar o soldado a conhecer o terreno, podendo traduzir-o em linguagem militar, poder utilizar-se do mesmo para fazer uso do seu armamento e fugir aos efeitos do fogo do adversário.»

A) – Noções simples sobre o emprego tactico do armamento de infantaria: fuzil, mosquetão, fuzil-metralhador⁴³⁰, metralhadora, bayoneta, granada de mão, granada de fuzil, canhão 37 e morteiro Stokes.

(Título VII, capítulo único do R. E. C. I., 2ª. parte, 2ª. Edição.)

B) – Esinamento preparatorio:

I – Conhecimento do terreno.

II – Aproveitamento do terreno.

Emprego da ferramenta de sapa

«O fim da instrução é ensinar o homem a cobrir-se contra os tiros, de modo a lhe permittir o melhor emprego dos seus meios de acção, sem nunca entravar-lhe o movimento para a frente.»

I – Escola elementar de organização do terreno.

II – Utilização da ferramenta de sapa portatil.

(Título I, capítulo I do R. O. T., II parte.)

8º. – *O adestramento dos agentes de transmissão, sapadores e outros especialistas*

Nota – Devido á falta de material nos T/G e E/I/M, esta instrução só poderá ser dada em parte, isto é, a instrução do agente de transmissão. Esta parte é facil de ser ministrada, dado a vantagem dos sócios dos T/G e E/I/M serem todos moços de uma certa capacidade de apreensão.

O fim desta instrução é ensinar o homem a transmittir uma ordem e assegurar com cuidado a rapidez e transmissão da mesma, como agente mecanico de transmissão de uma ordem escripta. – (R. E. M. T., 1ª. Parte.)

⁴²⁸ Um pelotão possui três grupos de combate. Uma companhia possui três pelotões.

⁴²⁹ Composto de uma pequena pá e de uma pequena picareta. Em uma fração, metade do efetivo tem pá e a outra metade, picareta.

⁴³⁰ Possui maior capacidade de tiros por minuto que um fuzil e menor que uma metralhadora.

9º. – Os exercicios de combate

(Annexo n. I do R. E. C. I. – Titulo X, capitulo I, R. E. C. I., 2ª parte.)

«O fim da instrucção é ensinar o homem a agir raciocinadamente, á luz dos principios regulamentares e do bom senso.»

Nota – Os instructores deverão preparar os seus exercicios tomando por modelo os do annexo n. I do R. E. C. I. – Uma vez por semana deverão ir ao campo, afim de realizarem os exercicios de combate.

Os instructores deverão consultar nesta parte o livro « Conselhos sobre a instrucção do combate e o Serviço em campanha» – do Sr. 1º Tenente Tristão de Alencar Araripe.

“Não é indispensavel disciplinar o soldado previamente pela ordem unida antes de mettel-o no grupo:

A instrucção em pleno campo tem a sua disciplina especial e deve começar ao mesmo tempo a da praça de exercicios”. – (Relatorio, pag. 45, R. E. C. I.)

“O preparo para a guerra constitue o único objectivo da instrucção da tropa.” – (Artigo 5 do R. I. Q. T.)

Nos exercicios de combate os instructores deverão dar instrucção sobre o remuniciamento.

10 – As regras que se devem observar nas diversas circumstancias da vida de campanha (*marchas, acampamento, bivaques, acantonamento, embarques, etc.*)

Nota – Aqui é essencial ter em vista que não se tentará ensinar aos candidatos todas as situações possiveis da campanha, mas sómente as fundamentaes quanto ao procedimento dos combatentes nas differentes circumstancias da guerra, taes como, o aproveitamento do terreno, o emprego do tiro do fuzil, o papel da sentinella, o do patrulhador; o grupo de combate na aproximação, no ataque, no assalto⁴³¹, na defeza de posição a organizar ou summariamente organizada: o grupo de combate como patrulha e como pequeno posto.

Marchas e estacionamentos

(Titulo III, capitulo I do R. S. C. – R. para os transportes militares.)

Nota – Os instructores deverão dar noções muito succintas das differentes situações de uma tropa em campanha, procurando não sobrecarregar a memoria dos instruendos com preceitos regulamentares inuteis para elles.

Sobre a parte dos embarques militares, deverão dar noções sómente quanto ao que diz respeito aos embarques nas Estradas de Ferro.

Nota – Fonte de consulta: Os instructores deverão consultar para as differentes partes da instrucção o “Guia do Commandante do Grupo de Combate”, dos Srs. Coronel Paes de Andrade e Tenente Adolpho Pavel.

⁴³¹ Assalto é a ação seguinte ao ataque. O combatente elimina ou captura as resistências que não sucumbiram ao ataque e anula qualquer capacidade inimiga de reação no local dominado.

Programma para a instrução dos candidatos a cabos de infantaria da reserva de 2ª. cathegoria, de accôrdo com os Arts. 8º. e 9º. do R. I. Q. T.

“A instrução dos quadros tem por objecto desenvolver-lhes a aptidão para commandar, caso dos T/G e E/I/M”. (Art. 8º. do R. I. Q. T.)

«Os candidatos a cabos são escolhidos entre os soldados que revelam intelligencia, capacidade de trabalho, robustez, espirito de disciplina e pareçam ter aptidão para o commando.» (Art. 9º, § 1º do R. I. Q. T.)

I – A parte ministrada na Escola de Soldado, que será dada com maior desenvolvimento. (Vide programma candidatos e reservistas de infantaria).

II – Do commando – (Capitulo III, R. E. C. I., 1ª parte.)

III – O cabo como commandante: da esquadra e do grupo de combate, na ordem unida, nos exercicios de maneabilidade e combate. (R. E. C. I., 1ª parte, capitulo I, Titulo III; annexo n. I do R. E. C. I.)

IV – O cabo como commandante de patrulha de infantaria e de um pequeno posto.

V – A função de cabo de dia e cabo da guarda. – (Arts. 238, 239, e 350 do R. I. S. G.)

Topographia

VI – Leitura de uma carta⁴³², um croquis e um esboço do terreno. Confecção de um croquis e um esboço.

VII – Transmissão – Signalisação a braço – Signaes Morse – (R. E. M. T.)

VIII – Noções sobre as granadas de mão – Processos de lançamento e emprego.

IX – Noções sobre o F. M. «Hochkiss» – manejo e emprego.

Programma de instrução para os candidatos a sargentos da reserva, de accôrdo com os artigos 89º. e 8º. do R. I. Q. T.

«A instrução dos quadros tem por objecto desenvolver-lhes a aptidão para commandar, caso dos T/G e E/I/M.» (Art. 8º. do R. I. Q. T.)

I – Aperfeiçoamento da instrução ministrada na Escola de Soldado.

Escola do grupo – (R. E. C. I.)

II – Generalidades, commandos, meios.

III – Technica das formações.

IV – O combate (generalidades).

V – O grupo de combate na approximação.

VI – O G. C. no ataque.

⁴³² É um mapa em escala grande que permite a compreensão de muitos detalhes do terreno.

VII – O G. C. no assalto.

VIII – O G. C. na defeza.

IX – O grupo de combate como patrulha.

(Vide o “Guia do Cmt. Do Grupo de Combate”, do Tenente-Cel. Paes de Andrade e Tenente Pavel).

X – Ligação pela signalisação a braço. - (Cap. IV, Anexo X do R. E. M. T.)

R. S. C.

Redacção de ordens e participações, com o esboço, no correr do combate.

Organisação

Noções de organização e propriedades tacticas das differentes armas, muito especialmente da artilharia de campanha.

Ligação

I – Noções sobre a ligação da infantaria e a artilharia, no combate, seus differentes meios.

II – Noções sobre a ligação da infantaria com os Carros, seus differentes meios.

III – Ligação com os aviões – (Anexo VIII do R. E. M. T.)

Organisação do terreno – (R. O. T.)

I – Elementos constitutivos da organização do terreno.

II – Combinação dos elementos da organização do terreno.

III – Escola elementar da organização do terreno.

IV – Emprego da ferramenta de sapa.

V – Execução de um grupo de combate em primeiro escalão.

VI – Ordem de urgencia na execução progressiva dos trabalhos.

VII – Funccção dos sargentos nos trabalhos de organização do terreno.

Topographia

«O ensino desta materia tem por fim preparar os futuros sargentos para a leitura e emprego de cartas, organização de um croquis ligeiro, afim de que possam satisfazer ás imperiosas necessidades de um graduado.»

I – Leitira de cartas.

II – Orientação.

III – Exercicios de leitura de cartas.

Nota – Nestes exercicios assume particular importância o emprego constante do plano director.

IV – Designação de um ponto pelas suas coordenadas.

V – Angulo de marcha.

VI – Determinar na carta o horizonte visivel de um ponto.

VII – Escolha na carta de itinerarios e zonas para execução de missões

militares simples (patrulhas, posições de tiro, pequenos postos, postos de observação, etc.)

VIII – Traçado de um itinerario segundo um determinado declive.

IX – Execução de um perfil.

X – Confecção de um croquis.

XI – Execução:

A) – Croquis planimetrico ligeiro.

B) – Levantamento por caminhamento.

C) Levantamento por outros processos.

XII – Photographias aereas.

(Consultar nesta parte o livro – “Noções de Topographia em Campanha” – do Snr. Ten. Cel, Paes de Andrade.)

Instrucção physica – (R. I. Ph. M.)

I – Papel do sargento como monitor de instrucção physica.

II – Aperfeiçoamento da instrucção physica ministrada na Escola do Soldado.

(Consultar nesta parte o “Manual de Instrucção Physica” – dos Snrs. Cap. Barboza Leite e 1º Ten. Jair Dantas Ribeiro.)

Instrucção de armamento

I – Aperfeiçoamento da instrucção ministrada na Escola de Soldado, sobre:

a) – Fuzil Mauser, modelo 1908.

b) – Fuzil metralhador “Hotchkiss”.

c) – Noções sobre as metralhadoras: leve e pesada “Hotchkiss”.

d) – Noções summarias sobre o canhão 37 m/m.

II – Noções sobre a limpeza e conservação do armamento.

III – Principaes accidentes de tiro e modo de sanal-os.

Instrucção de tiro – (R. T. A. P.)

I – Aperfeiçoamento da instrucção de tiro ministrada na Escola de soldado, procurar desenvolver o mais possível esta parte da instrucção, fazendo com que os futuros sargentos sejam atiradores de escól⁴³³.

Nota – Nesta parte os instructores deverão tratar das instrucções taticas dos atiradores; procurando organizar situações tacticas simples para serem resolvidas pelos mesmos.

Avaliação das distancias

I – Avaliação sem instrumento (pratica).

II – Avaliação com instrumento (noções).

⁴³³ Atirador de elite.

Instrucção de escripturação

Noções dos principaes papeis da Cia., sua confecção.

Nota – Os instructores deverão consultar para a instrucção do cambate os livros do Coronel Paes de Andrade e Tenente Pavel – “Guia do Commandante do Grupo de Combate” e o do Tenente Tristão Araripe – “Conselhos para a instrucção do combate e o serviço em campanha”.